

Universidade Aberta



***Percursos de integração dos novos fluxos de migrantes portugueses no  
Cantão de Zurique: estratégias e desafios***

Maria Carolina da Cunha Pinto

Doutoramento em Relações Interculturais

2023

Universidade Aberta



*Percursos de integração dos novos fluxos de migrantes portugueses no  
Cantão de Zurique: estratégias e desafios*

Maria Carolina da Cunha Pinto

Doutoramento em Relações Interculturais

Orientadora:

Professora Doutora Ana Paula Beja Horta

2023

## RESUMO

O presente estudo procurou mapear, compreender e analisar o percurso de integração dos novos fluxos de migrantes portugueses, na Suíça, no Cantão de Zurique, a partir das suas autoperceções. Como ponto de partida empírico recorreu-se a uma metodologia mista que conciliou diferentes instrumentos de recolha de dados tais como: o inquérito por questionário aplicado em diversas redes sociais, as entrevistas autobiográficas realizadas aos migrantes e as entrevistas semiestruturadas não só aos administradores de grupos na rede social *Facebook* como também aos atores sociais com vínculo a instituições suíças e portuguesas. Os principais resultados obtidos revelam uma diversificação de perfis e alterações estruturais ao nível das qualificações, em que predominam os migrantes com habilitações de nível superior. A maioria dos portugueses inicia o seu percurso de integração pela via laboral. A estratégia para uma integração com sucesso tem como pilar fundamental as redes familiares e de amigos portugueses já estabelecidos na Suíça. Elas figuram como a estrutura segura e de apoio ao projeto migratório e, posteriormente, ao percurso de integração. Por seu turno, as redes de colegas suíços e estrangeiros contribuem não só para a sua integração sociocultural, mas também para a sua mobilidade profissional. Nas suas autoperceções, é na dimensão da linguística que os migrantes, numa fase inicial, sentiram maiores dificuldades. Face às evidências empíricas, concluiu-se que os portugueses que migraram para o Cantão de Zurique, no arco temporal de 2013-2019, se consideram bem integrados na sociedade suíça, fazendo um balanço positivo da sua integração nesta geografia de destino.

**Palavras-Chave:** Migração portuguesa, Integração, Percursos de integração, Suíça

## ABSTRACT

The current study attempts to map, understand, and analyse the integration trajectory of new flows of Portuguese migrants in Switzerland, in the Canton of Zurich, from their self-perceptions. As an empirical starting point, we relied on a mixed methodology that combined different data collection tools such as the questionnaire survey applied in several social networks, the autobiographical interviews conducted with the migrants, and the semi-structured interviews not only to Facebook group administrators but also to social agents with ties to Swiss and Portuguese institutions. The main results revealed a diversity of profiles and structural changes at the level of qualifications, in which migrants with higher education qualifications are more prevalent. The majority of the Portuguese start their integration pathway through work. The strategy for a successful integration has as a fundamental pillar: the Portuguese family and friends' networks already established in Switzerland. These form the basis for the migratory project and, subsequently, for the integration process as well. In turn, the networks of Swiss and foreign colleagues contribute not only to their socio-cultural integration, but also to their professional mobility. According to their self-perceptions, it is in the linguistic dimension that initially migrants experienced the most difficulties. In view of the empirical evidence, it is concluded that the Portuguese who migrated to the Canton of Zurich, in the time arc 2013-2019, consider themselves well integrated into Swiss society, making a positive balance of their integration in this destination geography.

**Keywords:** Portuguese migration, Integration, Integration trajectories, Switzerland

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta página dos agradecimentos significa que consegui atingir o objetivo para o qual me propus há quatro anos. Para aqui chegar percorri um caminho árduo, cheio de desafios pessoais, familiares e laborais, mas um caminho igualmente gratificante, de enorme satisfação pessoal, sendo eu ávida de conhecimento e de relações interculturais. É o culminar de um percurso académico que se iniciou com a minha chegada à Suíça, ao Cantão de Zurique em 2004, onde comecei uma nova vida e um novo ciclo académico.

À Professora Ana Mariano, um especial agradecimento por me ouvir nos momentos difíceis do meu percurso de integração e me direcionar para a Universidade Aberta.

Agradeço à Universidade Aberta, instituição que me acolheu neste modelo de ensino à distância e possibilitou o meu regresso no Ensino Superior a partir de Zurique. Agradeço aos meus professores, em particular ao Professor Doutor José Gonçalves Ribeiro a quem devo a minha continuidade nesta universidade, incentivando o desejo de aprender e ir sempre mais longe.

No âmbito deste trabalho sou muito grata à minha Orientadora, Professora Doutora Ana Paula Beja Horta, pelo apoio prestado, pelo seu conhecimento e as suas vivências, sugerindo bibliografia, tecendo comentários e dando-me espaço e liberdade na elaboração deste trabalho. Além de todo o conhecimento partilhado, a sua componente humana, o suporte emocional e a empatia foram um bálsamo, aliviando-me nos momentos mais difíceis.

À Dr.<sup>a</sup> Ana Lucas Agante, pilar fundamental na análise estatística dos inquéritos, a minha gratidão por ter aceitado o desafio de participar nesta longa jornada.

À Coordenadora do Doutoramento em Relações Interculturais, Professora Doutora Maria de Fátima Alves e Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Magalhães dos Serviços da Universidade Aberta, agradeço a compreensão e o apoio nas questões legais e burocráticas.

Palavras de agradecimento não só a todos os respondentes ao meu questionário, mas também aos entrevistados, pelo espírito de colaboração e disponibilidade ao aceitarem ter um papel ativo na construção desta investigação.

Aos meus colegas de batalha, em especial, Paula Carvalho de Figueiredo e Francisco Rocha, entretanto Doutores em Relações Interculturais, com quem tive o privilégio de partilhar saberes e ideias. Ambos me deram conforto emocional e inspiração para prosseguir o intenso projeto e desejar ser sempre melhor.

Às minhas colegas do Doutoramento, Ana Paiva e Alexandra Lavaredas.

Às minhas colegas Isabel Teresa Pereira e Sandra Borges Gilotay toda a gratidão pois estiveram sempre presentes, embora virtualmente, com palavras de carinho, encorajamento e por me fazerem acreditar nas minhas competências e capacidades.

Aos meus Pais, Judith e Henrique pelo seu amor, pela transmissão dos melhores sentimentos e valores e pelo seu apoio incondicional.

Aos meus queridos filhos, Francisca, Tomás e Martim pelo carinho e compreensão em momentos em que não me foi possível dedicar-lhes a melhor atenção.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus queridos e amados pais Henrique Pinto e Judith Cunha

Aos meus queridos e amados filhos Francisca, Tomás e Martim

Ao meu Anjo da Guarda

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I. PARADIGMAS TEÓRICOS: MIGRAÇÕES E MODELOS DE INTEGRAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1.1. Principais teorias das migrações internacionais</b>	<b>8</b>
1.1.1. Teoria neoclássica e o modelo <i>push-pull</i>	9
1.1.2. Teoria do capital humano	12
1.1.3. Teoria da nova economia das migrações	13
1.1.4. Teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado	15
1.1.5. Teoria do Sistema-Mundo	18
1.1.6. Teoria dos Sistemas Migratórios	20
1.1.7. Teoria das redes migratórias e o capital social	22
1.1.8. Teoria da causalidade cumulativa	25
1.1.9. Teoria institucional	26
1.1.10. Ciclo de vida e trajetória social	27
1.1.11. Transnacionalismo	30
<b>1.2. Migrações internacionais contemporâneas</b>	<b>32</b>
1.2.1. Tipologias das migrações	33
1.2.2. Migração internacional e interna	33
1.2.3. Migração temporária e permanente	34
1.2.4. Migração voluntária	35
1.2.5. Reagrupamento familiar	35
1.2.6. Migração de retorno	35
1.2.7. Migração altamente qualificada	36
1.2.8. Migração <i>brain drain</i> ou “fuga de cérebros”	37
1.2.9. Migração ou mobilidade de estudantes	37
<b>1.3. Modelos e estratégias de integração em contexto migratório</b>	<b>37</b>
1.3.1. Conceptualizando a integração	37
1.3.2. Assimilacionismo	46
1.3.3. Multiculturalismo	47
1.3.4. Interculturalismo	51
<b>CAPÍTULO II. POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO SUÍÇAS</b>	<b>53</b>
<b>2.1. Retrospectiva histórica das políticas de imigração e integração suíças</b>	<b>54</b>
2.1.1. Políticas de Integração suíças e o MIPEX	75
2.1.2. Política de Integração e de promoção da integração no presente	78

2.1.3. Contexto legal e estatutos de residência	79
<b>2.2. O Cantão de Zurique</b>	<b>82</b>
2.2.1. Esfera Estatal e Política	82
2.2.2. Território e localização geográfica	83
2.2.3. Língua local	85
2.2.4. Economia	85
2.2.5. População e desenvolvimento demográfico	86
2.2.6. Distribuição geográfica da população estrangeira	87
<b>2.3. Integração em Zurique</b>	<b>88</b>
2.3.1. Programa de Integração Cantonal (PIC)	88
2.3.2. Cursos de Integração na cidade de Zurique	89
2.3.3. Cursos de Língua e formação linguística	90
2.3.4. Instituições, estruturas e atores sociais na integração dos migrantes	92
2.3.5. As Comunas	92
2.3.6. Consulado Geral de Portugal em Zurique	93
2.3.7. Associações de migrantes portugueses	94
2.3.8. Redes sociais e grupos diaspóricos <i>online</i>	95
<b><i>CAPÍTULO III. EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA</i></b>	<b>97</b>
<b>3.1. Evolução dos fluxos migratórios de Portugal para a Suíça</b>	<b>98</b>
3.1.1. Arco temporal 2013-2019	101
3.1.2. Aquisição de nacionalidade	103
3.1.3. Características sociodemográficas	104
3.1.4. Qualificações escolares	106
3.1.5. Qualificações profissionais	107
3.1.6. Distribuição e concentração geográfica	108
<b><i>CAPÍTULO IV. ASPETOS METODOLÓGICOS</i></b>	<b>110</b>
<b>4.1. Metodologia mista como ponto de partida empírico</b>	<b>111</b>
4.1.1. Instrumentos de recolha de dados	112
4.1.1.1. Inquérito por questionário <i>online</i>	112
4.1.1.2. Entrevistas autobiográficas	112
4.1.1.3. Entrevistas semiestruturadas	113
<b>4.2. Momentos empíricos e procedimentos técnico-metodológicos</b>	<b>114</b>
4.2.1. Primeiro momento: construção do inquérito por questionário	114
4.2.2. Segundo momento: aplicação do questionário nas redes sociais digitais	115
4.2.3. Terceiro momento: entrevistas autobiográficas	115

4.2.4. Quarto momento: entrevistas semiestruturadas	116
4.2.5. Quinto momento: apresentação e discussão dos dados obtidos	116
<b>4.3. Constrangimentos e questões éticas</b>	<b>117</b>
<b><i>CAPÍTULO V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</i></b>	<b><i>119</i></b>
<b>5.1. Apresentação das variáveis e indicadores</b>	<b>120</b>
5.1.1. Estudo empírico e descrição do instrumento de medida	121
5.1.2. Definição da amostra e população-alvo	122
5.1.3. Natureza e dimensão da amostra	123
5.1.4. Dimensão amostral	125
5.1.5. Metodologia de análise de dados	125
5.1.6. <i>Software</i> utilizado	126
<b>5.2. Apresentação e Discussão dos Resultados</b>	<b>126</b>
5.2.1. Caracterização sociodemográfica da amostra	126
5.2.1.1. Motivações subjacentes à decisão de emigrar	134
5.2.1.2. Suíça como geografia de destino	136
5.2.2. Caracterização das Condições de Acesso ao Mercado de Trabalho, Habitação e Saúde	139
5.2.2.1. Condições de Acesso ao Mercado de Trabalho	139
5.2.2.2. Condições de Acesso à Habitação	144
5.2.2.3. Condições de Acesso à Saúde	147
5.2.2.4. Comunicação e Interação Linguística	150
5.2.3. Relevância das redes e instituições no processo de integração	162
5.2.3.1. Redes tradicionais de familiares, amigos e colegas	163
5.2.3.2. Redes sociais <i>online</i>	164
5.2.3.3. Perceções dos administradores de grupos e páginas diaspóricas <i>online</i>	165
5.2.3.4. Instituições e atores sociais portuguesas	171
5.2.4. Autoperceção do Migrante no Processo de Integração	174
5.2.4.1. Autoperceção da Integração Profissional	179
5.2.4.2. Autoperceção da Integração Cultural	181
5.2.4.3. Autoperceção do nível de Relações Interculturais	182
5.2.4.4. Autoperceção da Integração na Comunidade local	183
5.2.4.5. Nível de Interação Linguística	185
<b>5.3. Breve síntese</b>	<b>186</b>
<b><i>CAPÍTULO VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS</i></b>	<b><i>189</i></b>
<b>6.1. Principais conclusões</b>	<b>190</b>
<b><i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i></b>	<b><i>199</i></b>

<b><i>ANEXOS</i></b>	<b>208</b>
Anexo I – Questionário	209
Anexo II – Guião de entrevista	217
Anexo III – Convite a participação das entrevistas autobiográficas	220

## Índice de gráficos

Gráfico 2.1. Políticas de Imigração e Integração suíças ao longo do tempo .....	57
Gráfico 2.2. Políticas de integração, principais conclusões, Suíça 2019 .....	76
Gráfico 2.3. Desenvolvimento demográfico no cantão de Zurique 1960-2020.....	86
Gráfico 2.4. TOP 5 das nações mais frequentes no Cantão de Zurique 2010-2020 .....	87
Gráfico 3.1. Número de portugueses permanentes na Suíça, 2009-2019 .....	102
Gráfico 3.2. População estrangeira residente permanente na Suíça, TOP 10 das nacionalidades mais importantes, em 31 de dezembro de 2019 .....	103
Gráfico 3.3. Distribuição de género dos Portugueses emigrados na Suíça, 2012, em (%)	105
Gráfico 3.4. Portugueses emigrados na Suíça, por grupos etários, 2012, em (%).....	106
Gráfico 3.5. Portugueses emigrados na Suíça, maiores de 15 anos, por qualificações escolares 2012, em (%).....	107
Gráfico 3.6. Portugueses emigrados na Suíça, maiores de 15 anos, por profissão, 2012 em (%) .....	108
Gráfico 5.1. Distribuição da Amostra, por Sexo.....	126
Gráfico 5.2. Distribuição Etária da amostra .....	127
Gráfico 5.3. Distribuição do Estado Civil da amostra .....	127
Gráfico 5.4. Distribuição da Região de origem (agregadas entre litoral e interior) .....	128
Gráfico 5.5. Distribuição do Distrito de origem .....	128
Gráfico 5.6. Distribuição das Habilitações Escolares na amostra .....	129
Gráfico 5.7. Distribuição amostral das Habilitações Escolares agregadas .....	129
Gráfico 5.8. Distribuição das Habilitações Escolares por ano de entrada em Zurique.....	130
Gráfico 5.9. Distribuição da Profissão Exercida em Portugal e na Suíça.....	131
Gráfico 5.10. Tipo de Mobilidade Profissional pós-emigração.....	132
Gráfico 5.11. Tipo de Autorização de Residência na Suíça .....	132
Gráfico 5.12. Ano de Entrada no Cantão de Zurique .....	134
Gráfico 5.13. Motivos para a emigração.....	134
Gráfico 5.14. Motivos para a escolha da Suíça como país de destino .....	137
Gráfico 5.15. Emigrou com a garantia de uma oferta de trabalho.....	139
Gráfico 5.16. Facilidade em encontrar emprego.....	141
Gráfico 5.17. Principais dificuldades na procura de emprego .....	142

Gráfico 5.18. Manutenção na mesma área de trabalho desde a chegada à Suíça .....	143
Gráfico 5.19. Vivência de uma situação de desemprego .....	143
Gráfico 5.20. Facilidade no acesso à habitação .....	144
Gráfico 5.21. Dificuldades sentidas no acesso à habitação .....	144
Gráfico 5.22. Com quem viveu quando chegou à Suíça.....	146
Gráfico 5.23. Facilidade de obtenção de um Seguro de Saúde.....	148
Gráfico 5.24. Facilidade em encontrar um médico de acordo com as suas necessidades linguísticas .....	149
Gráfico 5.25. Antes de emigrar, já tinha conhecimentos da língua alemã .....	150
Gráfico 5.26. Posteriormente, frequentou algum curso de alemão.....	153
Gráfico 5.27. Nível de língua alemã concluído .....	154
Gráfico 5.28. Conhecimentos prévios da língua e frequência de cursos de alemão, pelas habilitações escolares.....	156
Gráfico 5.29. Habilitações escolares e experiência profissional mais-valia para conseguir emprego na Suíça.....	156
Gráfico 5.30. Diplomas e Certificados formalmente reconhecidos na Suíça .....	157
Gráfico 5.31. Frequência formação profissional na Suíça.....	159
Gráfico 5.32. Frequência de formação profissional por área de trabalho.....	160
Gráfico 5.33. Frequência de Curso de Integração .....	161
Gráfico 5.34. Importância atribuída no processo de integração .....	163
Gráfico 5.35. Autopercepção do nível de integração.....	175
Gráfico 5.36. Cruzamento da Integração Profissional, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares .....	180
Gráfico 5.37. Cruzamento da Integração Profissional, por Tipo de Residência e Género	180
Gráfico 5.38. Cruzamento da Integração Cultural, por Tipo de Residência e Habilitações Académicas.....	181
Gráfico 5.39. Cruzamento da Integração Cultural, por Tipo de Residência e Género .....	182
Gráfico 5.40. Cruzamento das Relações Interculturais, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares .....	182
Gráfico 5.41. Cruzamento das Relações Interculturais, por Tipo de Residência e Género .....	183

Gráfico 5.42. Cruzamento da Integração com a comunidade local, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares .....	184
Gráfico 5.43. Cruzamento da Integração com a comunidade local, por Tipo de Residência e Género .....	184
Gráfico 5.44. Cruzamento da Interação Linguística, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares .....	185
Gráfico 5.45. Cruzamento da Interação Linguística, por Tipo de Residência e Género ...	186

### Índice de Figuras

Figura 1.1. Modelo heurístico para o estudo empírico dos processos de integração .....	44
Figura 2.2 12 Distritos do Cantão de Zurique .....	84
Figura 3.1. Distribuição geográficas das quatro línguas oficiais na Suíça, no ano de 2000 .....	109

### Índice de Quadros

Quadro 3.1. Entradas de portugueses na Suíça, 2000-2013.....	100
Quadro 3.2. População estrangeira permanente na Suíça de acordo com a nacionalidade, em milhares.....	101
Quadro 3.3. Aquisição da cidadania suíça, Top 10 nacionalidades, por ano de 2010 a 2019 .....	104
Quadro 5.1. Variáveis potencialmente determinantes para o processo de integração .....	121
Quadro 5.2. Distribuição do número de pessoas naturais de Portugal, em Zurique, entre 2013 e 2019 .....	123
Quadro 5.3. Descrição do Perfil dos Entrevistados (entrevistas autobiográficas).....	124
Quadro 5.4. Distribuição da Amostra, por ano .....	125
Quadro 5.5. Distribuição da População e Amostra, Por Ano .....	126

### Índice de Tabelas

Tabela 1. Tabela com os fatores autopercepcionados como positivos para o processo de integração .....	188
---	-----

## Abreviaturas, siglas e acrónimos

<b>BFS</b>	Bundesamt für Statistik
<b>EFTA</b>	European Free Trade Association
<b>EMN</b>	European Migration Network
<b>FSO</b>	Swiss Federal Statistical Office
<b>GMA</b>	Glossário de Migração e Asilo
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>MIPEX</b>	Migrant Integration Policy Index
<b>NCCR</b>	National Center of Competence in Research - on the move
<b>OECC</b>	Organização para a Cooperação Económica Europeia
<b>OIM</b>	Organização Internacional para/das Migrações
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organizações Não-governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>UE</b>	União Europeia
<b>SEM</b>	Staatssekretariat für Migration - Secretaria do Estado para as Migrações

## INTRODUÇÃO

Enquadrado no estudo das migrações, o século XXI tem vindo a ser designado como o século das pessoas em movimento ou a era das migrações (Pires et al., 2010; Castles, 2005) refletindo o impacto da globalização nas migrações contemporâneas. Esta “Nova Era” distingue-se pelo acréscimo e a diferenciação da mobilidade à escala humana (Papademetriou, 2008). Por decisão própria ou por força das circunstâncias, individualmente ou em família, as migrações têm contribuído, ao longo da história da humanidade, para a disseminação de raças, etnias, culturas, línguas e religiões pelo mundo inteiro (Rocha-Trindade et al., 1995, p. 139). Assim, falar de migrações é falar de deslocação espacial, deixar o país de origem em detrimento de uma nova geografia de destino, à procura de novos desafios, novas oportunidades profissionais, mas sobretudo, de melhores condições de vida. Em situação de migração diluem-se e ultrapassam-se as fronteiras geográficas. Contudo, à chegada ao país de destino, edificam-se outras barreiras: as linguísticas e acima de tudo as culturais. A integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento é um processo complexo e multifacetado. Papademetriou (2003) define integração como o processo de interação, ajustamento e adaptação mútua entre migrantes e a sociedade de acolhimento pelo qual, ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de acolhimento formam um todo integrado. Na mesma linha de pensamento, Penninx (2003), considera a integração como o processo de aceitação dos migrantes pela sociedade recetora, como indivíduos e como grupos. Nesse percurso de integração são várias as partes implicadas no processo: os migrantes, os governos, as instituições e comunidades locais. A integração envolve todos os níveis institucionais que trabalham em cooperação com os parceiros sociais, as organizações governamentais e não-governamentais (Soulet, 2005). Falar de integração significa, pois, problematizar e questionar as formas através das quais os indivíduos migrantes encontram o seu lugar num coletivo já constituído e avaliar o seu grau de adesão e participação nesse mesmo coletivo (Soulet, 2005, p. 239). No que respeita aos países de acolhimento, estes possuem estratégias próprias de gestão da diversidade, através das suas políticas de migração e integração, com base em modelos de incorporação dos migrantes. Deste modo, as formas de inserção dos migrantes nas sociedades recetoras são processos dinâmicos, em permanente mudança, fruto de influências diversas ao nível da

macroestrutura económica, social, política e institucional dos países de destino no momento da migração.

Na Suíça, geografia de destino e objeto de estudo desta pesquisa, o modelo seguido é o multiculturalista (com nuances assimilacionistas, sobretudo, no acesso à cidadania suíça) no qual, por via da integração, o migrante encontra o seu lugar no todo, na sociedade suíça. O migrante deve assumir um papel ativo e responsável no seu processo de integração aceitando os valores fundamentais da Constituição Federal, isto é, respeitando as leis e as normas vigentes, a cultura de acolhimento e aprendendo a língua local. Porém, nesse processo que se subentende bidirecional, entre o migrante a sociedade na qual se pretende integrar, cabe, igualmente, à sociedade suíça proporcionar as condições para uma integração bem-sucedida. As políticas de migração e integração suíças, cujos fundamentos estão plasmados na lei de Estrangeiros e Integração têm sofrido ligeiras alterações. Porém, continuam a ser das mais restritivas da Europa com uma abordagem de “integração temporária” (MIPEX, 2020). Os requisitos para a entrada na Confederação Suíça variam consoante a proveniência dos migrantes (EU/EFTA ou Países Terceiros) e os propósitos da vinda dos migrantes (migração laboral, pedidos de asilo, refugiados, etc.). Neste contexto, os migrantes estão sujeitos a vários tipos de autorização de residência restritas temporalmente e sujeitas a renovação. Essa renovação tem-se tornado cada vez mais exigente com a imposição de determinados requisitos, entre os quais os conhecimentos linguísticos. É este o contexto político-legal que os migrantes portugueses enfrentam quando migram para a Confederação Suíça.

A presença portuguesa nesta geografia de destino remonta à década de 80 e é caracterizada como uma migração de natureza económica. Porém, a partir do ano de 2011, assiste-se a uma nova vaga migratória portuguesa rumo à Confederação Suíça. Esta nova vaga resulta da crise económica portuguesa e da consequente imposição de fortes medidas de austeridade. A elevada taxa de desemprego (sobretudo do jovem qualificado), associada à falta de perspectivas de emprego, precipita e avoluma o número de saídas de portugueses para a referida Confederação, em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida. A Suíça torna-se o país recetor do segundo maior fluxo de portugueses (Malheiros, 2010, p. 138) os quais, desde então, integram aquela que é considerada como a terceira maior comunidade estrangeira nesse país.

No que respeita à comunidade portuguesa na Suíça, a sua perceção por parte dos nativos é, desde há muito, positiva (Fibbi et al., 2010, p. 77). Num inquérito realizado à população

Suíça, em 2002, com o objetivo de avaliar os grupos de emigrantes mais representativos no país, os portugueses obtiveram uma boa posição: um quinto dos inquiridos é de opinião que a presença dos portugueses no seu território é enriquecedora (Fibbi et al., 2010, p. 77). No âmbito laboral os portugueses são apreciados e reconhecidos não só pela boa integração profissional como também pela sua conduta perante o trabalho: muito trabalhadores, discretos, “obedientes e cumpridores” (Fibbi et al., 2010, p. 79). A discricção é uma das características atribuídas quer à emigração portuguesa quer aos portugueses. “Sem dar nas vistas” é o símbolo representativo da comunidade emigrante portuguesa (Fibbi et al., 2010, p. 97), que expressa, de certa forma, a estratégia dos portugueses em viverem centrados na sua comunidade, preservando a sua cultura de origem, os seus hábitos, tradições e costumes, sem que isso afete ou interfira na sua imagem externa e nas suas boas relações com a sociedade dominante. Contudo, essa imagem positiva é pontualmente questionada. No que tange à sua integração social e cultural prevalece, nos dias de hoje, a ideia generalizada de uma comunidade mal integrada, mal preparada e com baixa escolaridade, que dificilmente atinge lugares cimeiros e de relevância social. Essa imagem menos positiva tem vindo a ser reiterada e veiculada, nos últimos anos, nos *media*<sup>1</sup>. Face a esta perceção suíça, torna-se necessário aferir se tal imagem pouco abonatória prevalece nos novos fluxos migratórios portugueses para a Suíça.

Este trabalho de investigação procura, assim, colmatar esta lacuna, aprofundar o conhecimento acerca dos percursos de integração dos migrantes portugueses na sociedade suíça e contribuir para o aprofundamento da investigação científica sobre a integração dos portugueses no país de acolhimento, a Suíça.

Neste contexto, e à luz da experiência e vivência dos novos fluxos portugueses na Suíça, importa compreender os seus percursos de integração, ouvindo-os, quebrando o seu silêncio e a sua “invisibilidade estatística”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup><https://www.blick.ch/news/schweiz/darum-integrieren-sich-portugiesen-in-der-schweiz-so-schlecht-hier-chrampfen-von-der-heimat-traeumen-id7047933.html>

<sup>2</sup> <https://www.suedostschweiz.ch/zeitung/portugiesen-die-stillen-migranten>  
De acordo com Malheiros (2010, p. 133), na última década emigração portuguesa adquiriu um estatuto de quase invisibilidade na abordagem dos fenómenos migratórios associados a Portugal, tanto por parte dos agentes políticos, como dos académicos. Esta constatação é corroborada pela reduzida base bibliográfica disponível no Observatório da Emigração sobre a emigração portuguesa para esta geografia de destino (Malheiros, 2010, p. 134).

Assim sendo, o principal objetivo deste estudo é mapear, compreender e analisar os percursos de integração (estrutural, social e cultural) dos novos fluxos de migrantes portugueses na Suíça, em particular no Cantão de Zurique. Dada a natureza exploratória do objeto de estudo, esta investigação não terá como ponto de partida hipóteses preestabelecidas, mas sim questões norteadoras que pretendem responder aos propósitos explícitos desta pesquisa. Nesse sentido estabelece-se como questão de partida:

- Qual o percurso de integração trilhado pelos novos fluxos de migrantes portugueses no Cantão de Zurique no arco temporal de 2013 - 2019?

Sendo o percurso de integração complexo e multidimensional intenciona-se, ainda, a partir deste objetivo geral, obter respostas às seguintes questões subsidiárias que se listam de seguida:

- Quais são os maiores desafios sentidos à chegada?
- Quais as estratégias-chave adotadas pelos migrantes, para e durante o processo de integração?
- Qual o papel e a importância das redes familiares e sociais (tradicional e novas formas, incluindo, as *online*) na integração dos migrantes?
- Que instituições suíças e portuguesas contribuíram para a melhor integração dos portugueses no Cantão de Zurique?
- Qual é a autoperceção do migrante face ao seu percurso de integração?

#### *Considerações metodológicas*

Na prossecução dos objetivos propostos, do ponto de vista metodológico, o presente trabalho empírico recorre a uma metodologia mista. A utilização articulada e conjunta dos métodos quantitativos e dos métodos qualitativos permitirá uma análise do objeto de estudo mais profunda e aproximada da realidade. Esta estratégia metodológica constituirá uma mais-valia, na medida em que as limitações de um método poderão ser colmatadas pelas virtudes do outro. Por seu turno, a articulação dos paradigmas qualitativos e quantitativos permitirá gerar um conjunto de dados com maior rigor e validade. A escolha de uma pluralidade

metodológica, no contexto deste estudo, resulta da natureza multifacetada e multidimensional, quer do próprio fenómeno migratório quer dos percursos de integração.

Assim, esta investigação, para além do recurso à pesquisa bibliográfica citada ao longo do presente estudo, implicou também a recolha de uma diversidade de elementos bibliográficos sobre as migrações internacionais em geral. No que respeita à pesquisa documental, no caso específico da emigração portuguesa para a Suíça, procedeu-se à análise de documentos estatísticos oficiais de ambas entidades, suíças e portuguesas. Este estudo recorreu também a um inquérito que foi aplicado em diversas redes sociais digitais. Este inquérito teve como objetivo auscultar de forma abrangente os migrantes portugueses no Cantão de Zurique. Responderam ao questionário 361 migrantes. O questionário foi dirigido a migrantes portugueses que satisfizessem os seguintes critérios de elegibilidade: ter nacionalidade portuguesa, idade igual ou superior a 18 anos e viver no Cantão de Zurique desde o ano de 2013.

As entrevistas autobiográficas permitiram captar as vozes dos migrantes portugueses, o seu percurso de integração na sociedade suíça, os motivos subjacentes à decisão de migrar, que determinaram a sua escolha e vinda para a Suíça, e em particular para o Cantão de Zurique, a importância das redes de apoio ao longo do processo migratório e de integração, as dificuldades sentidas e estratégias de superação das mesmas ao longo do seu percurso, e por último, a sua autoperceção no que respeita à sua integração. Os entrevistados foram selecionados através da rede social *Facebook* e *LinkedIn*. Procurou-se obter um equilíbrio de género, idades e proveniências, bem como o ano de entrada em Zurique e a autorização de residência. Foram entrevistados 6 migrantes, 3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino, na faixa etária dos 27 aos 35 anos e com autorizações de residência dos tipos B e C.

As entrevistas semiestruturadas dirigiram-se a migrantes de interesse, 3 administradores de grupos ou páginas na rede social *Facebook*, a uma pessoa ligada à Missão Católica de Língua Portuguesa em Zurique, e por fim, a uma pessoa com vasto conhecimento e trabalho com a comunidade migrante portuguesa na Suíça, a exercer funções num dos maiores sindicatos privados de trabalhadores na Suíça.

### *Estrutura Capítular*

O presente estudo está estruturado em seis capítulos antecidos por uma introdução e finalizando com uma conclusão.

Nesta sequência, no capítulo 1 faz-se uma revisão das principais teorias explicativas das migrações internacionais. Estas teorias, nas suas dimensões analíticas, macro, meso e micro analítico, permitem contextualizar, explicar e fundamentar o início, as causas e a manutenção dos movimentos migratórios internacionais, em geral, e dos fluxos migratórios de Portugal para a Suíça, em particular. Aborda-se o conceito de migração e apresentam-se as suas tipologias. Antes de encerrar este capítulo com os modelos de incorporação dos migrantes nas sociedades recetoras, conceptualiza-se a integração nos seus respetivos níveis e nas suas dimensões de análise.

O capítulo 2 inicia-se com a retrospectiva histórica das políticas de imigração e de integração suíças necessária à compreensão das políticas e leis de migração e integração que vigoram atualmente. Neste âmbito, as políticas de integração suíças serão enquadradas e comparadas com o contexto internacional. Ainda neste capítulo é direcionada a atenção para o Cantão de Zurique, em particular, para o programa de integração, as instituições e atores sociais relevantes no processo de integração.

O capítulo 3 incide na evolução da emigração portuguesa para a Confederação Suíça, dando ênfase ao arco temporal de 2013 a 2019. Debruça-se igualmente sobre as características sociodemográficas e profissionais dos migrantes portugueses nesta geografia de destino.

Os aspetos metodológicos e os momentos empíricos da pesquisa constituem o objetivo do capítulo 4. É apresentada a estratégia metodológica adotada e os instrumentos de recolha de dados privilegiados, os quais moldam o trabalho que aqui se desenvolve. O capítulo termina com uma reflexão sobre os constrangimentos e os desafios éticos sentidos ao longo do trabalho empírico.

O capítulo 5 recai na análise dos dados obtidos. São enunciados e discutidos os principais resultados deste estudo.

Por fim, o capítulo 6 conclui o presente estudo, no qual são apresentadas as considerações e reflexões finais sobre a pesquisa desenvolvida, deixando pistas e/ou linhas orientadoras para futuras investigações que resultem do que se constatou no decorrer do trabalho de campo.

**CAPÍTULO I. PARADIGMAS TEÓRICOS: MIGRAÇÕES E  
MODELOS DE INTEGRAÇÃO**

Inicia-se o presente capítulo com um enquadramento teórico e conceptual, necessário à compreensão e posterior teorização do fluxo migratório português para a Suíça.

Serão revisitadas as principais teorias explicativas dos movimentos migratórios, os seus autores e contributos epistemológicos para o estudo das migrações internacionais. Para uma melhor delimitação e sistematização as teorias migratórias serão divididas em dois eixos de análise com base nos critérios propostos por Massey et al. (1993, p. 432). O primeiro eixo centra a sua atenção na explicação do início e da origem do movimento migratório, no qual se integram a teoria neoclássica, no seu nível de análise micro e macro teórico, o modelo *push-pull* (atração-repulsão), a teoria do capital humano, a nova economia das migrações, o mercado de trabalho dual ou segmentado e a teoria do sistema-mundo.

O segundo eixo procura clarificar os motivos que contribuem para a manutenção e perpetuação dos fluxos migratórios no tempo e espaço. Este eixo engloba as teorias do sistema migratório, as redes migratórias e capital social, o transnacionalismo, a causalidade cumulativa e a teoria institucional. Outras abordagens teóricas serão igualmente consideradas por serem relevantes para este estudo, tais como o ciclo de vida e a trajetória social. Outro critério relevante diz respeito ao nível de análise de cada proposta teórica que permite diferenciar as teorias no plano analítico macro (estrutural), meso (intermédio) e micro (individual). Ainda neste domínio serão enfatizadas as teorias que possuam traços relevantes para a análise e fundamentação do influxo migratório português para a Suíça. Discorrer-se-á sobre o conceito de migração e as suas tipologias. Finda-se o capítulo com os principais modelos de incorporação dos migrantes nas sociedades de acolhimento.

### **1.1. Principais teorias das migrações internacionais**

A visão dominante na literatura sobre a migração internacional, em particular na segunda metade do século XX, revela a existência de denominadores-comuns entre teóricos e investigadores sociais no que respeita à teorização da migração. A migração é considerada um fenómeno complexo e multifacetado e é reconhecida a inexistência de uma teoria geral ou um quadro teórico único que contribua para um esclarecimento coerente e abrangente sobre as migrações. Fica igualmente claro que, para uma ampla e completa compreensão dos processos migratórios contemporâneos, não se pode confiar apenas nos instrumentos de uma disciplina ou num único nível de análise. Para tal, é sugerido por diversos autores o

desenvolvimento de uma teoria edificada numa pluralidade de perspectivas a partir de um paradigma partilhado, incorporando vários níveis de análise e pressupostos, recorrendo a todo o repertório de disciplinas das ciências sociais (Massey et al., 1993, p. 432).

Autores como Brettel e Hollifield (2000) defendem a necessidade de uma maior interdisciplinaridade através da construção de pontes de diálogo que interliguem e aproximem as diversas propostas teóricas e que possibilitem a incorporação de outras perspectivas. Porém, é perceptível um certo grau de discordância e indesejabilidade na conceção de uma única teoria geral das migrações, dado que se considera a sua elaboração como uma tarefa inútil devido à natureza complexa dos movimentos migratórios. Por seu turno, essa teoria, para ser acolhida e aceite pelos diversos domínios que se dedicam às migrações, deveria ser “global e formulada a um nível altamente abstrato o que, em termos práticos, provavelmente se revelaria ineficaz” (Portes, 1997, p. 810; Arango, 2000, p. 33). É neste enquadramento e processo evolutivo de sucessão de teorias, de modelos separados e, em geral, desconexos que se tem vindo a teorizar as migrações internacionais (Arango, 2000, p. 33).

### **1.1.1. Teoria neoclássica e o modelo *push-pull***

A teoria neoclássica é o ponto de partida de qualquer revisão e análise sobre as teorias explicativas das migrações, tendo-se tornado uma das mais influentes teorias produzidas e que tem exercido uma influência dominante nas políticas migratórias de vários países ocidentais (Arango, 2003, p. 2). Ancorada ao pensamento neoclássico, esta teoria defende que as causas das migrações são as disparidades salariais dos diferentes países, que por sua vez, condicionam diferenças nos níveis de rendimento e bem-estar dos agentes sociais (Sjaastad, 1962; Arango, 2003). Esta teoria alicerça-se nas leis migratórias de Ravenstein e nos modelos de *push-pull*, seguindo a mesma lógica e raciocínio económico.

A teoria neoclássica foi originalmente desenvolvida para explicar a migração laboral no processo de desenvolvimento económico sendo, por isso, considerada por vários autores a mais antiga e conhecida teoria da migração internacional (Massey et al., 1993, p. 443). Em termos genéricos, esta abordagem pressupõe que os mercados de trabalho livre e as economias avançam, a longo prazo, para o equilíbrio através do comércio e da migração, conduzindo a uma convergência dos níveis salariais entre países emissores e recetores. Consequentemente, verifica-se uma desaceleração ou declínio nas migrações. A mais-valia

da explicação neoclássica das migrações é a combinação da “micro perspectiva,” a tomada de decisão individual de migrar, com a “macro perspectiva” dos determinantes estruturais (Arango, 2003, p. 3). Assim sendo, da articulação destas duas perspectivas resultam dois níveis de análise: um nível macroeconómico e outro microeconómico.

O nível macro<sup>3</sup>, parte do princípio de que as migrações são essencialmente de cariz económico e causadas por diferenças geográficas quer na oferta quer na procura de trabalho. As migrações resultam, pois, do desenvolvimento económico assimétrico e da deficiente distribuição geográfica do trabalho em relação ao capital, que se consubstanciam não só nas diferenças salariais, mas também nas condições de emprego entre países. Esta conceção macroeconómica defende que os trabalhadores migrantes se deslocam para áreas de capital abundante e os trabalhadores altamente qualificados, bem como o capital, para áreas de capital escasso. Os trabalhadores movem-se no sentido (eixo) Sul-Norte enquanto o capital se move no sentido oposto, Norte-Sul (De Haas, 2010).

Por seu turno, o nível micro considera que os migrantes são atores meramente racionais, que se deslocam de países nos quais a mão-de-obra é abundante e os salários são baixos para países onde a mão-de-obra é escassa e os salários são altos. Nesta lógica, a decisão de migrar é tomada ao “nível individual” através de uma “avaliação racional” (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969), e de um cálculo de “custo-benefício (Borjas, 1989), na qual o indivíduo<sup>4</sup> pondera se os rendimentos mais elevados auferidos na nova geografia de destino, a longo prazo, compensam o custo e o risco inerentes à sua deslocalização. A migração é encarada como um “comportamento de maximização da utilidade” em indivíduos racionais (De Haas, 2010).

Como referido anteriormente, a teoria neoclássica tem exercido uma influência dominante nas políticas migratórias de muitos países ocidentais, no entanto, o seu “calcanhar de Aquiles” é o “número relativamente pequeno de migrantes internacionais”, dadas as enormes diferenças nos níveis de rendimento, salários e bem-estar entre países. Pois se os fluxos migratórios entre países ricos e pobres se conformassem às prescrições da teoria, o número

---

<sup>3</sup> Cf. Arango (2003, p.3) é uma teoria da redistribuição espacial dos fatores de produção em resposta a diferentes preços relativos. As migrações resultam de uma distribuição espacial desigual do capital e do trabalho.

<sup>4</sup> Nesta perspectiva, o indivíduo constitui a unidade de análise sendo concebido como um *homo economicus* (Waldrach, 1995, p. 28) que se poderá tornar num potencial migrante se as diferenças de rendimento entre o país de origem e o país de destino, depois de considerados e descontados os custos migratórios, se traduzirem num saldo positivo (Stahl, 199, p. 216 as cited in Marques, 2008, p.63).

de migrantes transfronteiriços deveria ser muito mais elevado do que na realidade se verifica (Arango, 2003, pp. 7-10). Para além de ser incapaz de explicar a migração diferencial, também não consegue dar resposta ao facto de alguns países apresentarem elevadas taxas de emigração em detrimento de outros países, estruturalmente semelhantes, que não as têm. Neste sentido, as deficiências da explicação neoclássica da migração podem ser atribuídas ao seu carácter unidimensional, mais especificamente, à exclusão da dimensão política, numa altura em que a sua importância tem vindo a aumentar (Arango, 2003, pp. 7-10).

Por último, sendo na sua essência uma “teoria da mobilidade dos fatores de produção de acordo com os preços relativos”, revela cada vez mais a sua incapacidade de adaptação a um mundo com barreiras que dificultam seriamente a circulação da mão-de-obra (Arango, 2003, pp. 7-10).

O modelo *push-pull* remete para o pioneiro e clássico contributo de Ernest Ravenstein (1885), criador das “leis das migrações<sup>5</sup>” e para o modelo *push-pull* posteriormente revisto por Everett Lee (1966). A partir de uma perspetiva económica e geográfica, Ravenstein defende que as migrações resultam do desejo, inerente à maioria dos homens, de melhorar as condições de vida em termos económicos (Ravenstein, 1889, p. 286). Neste sentido, os indivíduos são considerados *homo economicus*, portadores de uma racionalidade que os orienta não só na tomada de decisão como também na avaliação dos benefícios e vantagens inerentes à migração. A ideia de que o principal motivo de uma migração é o desejo do agente individual em melhorar a sua condição económica, representa a essência do modelo *push-pull*, ou seja, é com base na informação obtida sobre a geografia de destino, no que respeita ao emprego e aos níveis salariais, que o migrante se decide por um percurso migratório (Peixoto, 2004, p. 14).

Neste seguimento, o modelo *push-pull* subentende que os movimentos migratórios resultam da conjugação de vários fatores de “repulsão e de atração” associados quer às geografias de origem quer às geografias de destino dos fluxos migratórios. O termo *push* ou repulsão remete para o local ou região de origem do migrante, na qual subjaz a ideia de que as

---

<sup>5</sup> No seu texto original publicado em 1885, “*The Laws of Migrations*”, Ravenstein enuncia as primeiras 7 “leis das migrações” que se listam de seguida: 1) A maior parte dos migrantes só avançam uma curta distância e em direção aos centros de comércio e da indústria; 2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento inicia-se pelas zonas circundantes e progressivamente estende-se para lugares mais remotos; 3) O processo de dispersão é inverso do de absorção; 4) Cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensatória; 5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio e da indústria; 6) Os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais do país; 7) As mulheres são mais migratórias do que os homens (Ravenstein, 1885, p. 198-199).

condições de vida existentes são precárias ou de baixa qualidade, empurrando os indivíduos para fora do seu país. Por seu turno, o termo *pull* ou atração remete para o local ou geografia de destino, para o qual os indivíduos pretendem migrar, onde as condições de vida são satisfatórias e potenciadoras de uma melhoria económica tornando, deste modo, a migração um projeto de vida atrativo. Seguindo esta lógica, as decisões de migração e os movimentos migratórios são explicados e determinados por fatores de “repulsão e atração” nas áreas de origem e de destino (Nolasco, 2016, p. 16-17).

De um rol de limitações apontadas por diversos autores, destaca-se o caráter estático do modelo e a não-especificação da forma como a migração afeta as condições estruturais iniciais. Para De Haas (2010) o modelo em apreço é essencialmente descritivo, com a tendência para evidenciar variáveis de nível macro como determinantes da migração causal, mas confunde-os com motivos individuais. Todavia, apesar das limitações existentes em relação ao modelo *push-pull*, este conceito ainda é reconhecido e é uma referência na literatura sobre a migração. Por último, o modelo *push-pull* é inequivocamente uma versão protótipo da “teoria da migração neoclássica” (De Haas, 2010).

### **1.1.2. Teoria do capital humano**

O conceito de capital humano integra as perspetivas teóricas neoclássicas, na qual a migração é entendida como uma forma de investimento no capital humano. Na teoria do capital humano<sup>6</sup> a migração para além de resultar de uma análise de “custo-benefício” a longo prazo, envolve um investimento do próprio indivíduo no seu “potencial produtivo”. Para Sjaastad (1962, p. 83 as cited in Peixoto, 2004, p. 16) a migração representa um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, que possui custos, mas que também envolve retornos. Os custos do investimento para a concretização da migração envolvem vários fatores, entre os quais, a procura de informação acerca do local de destino, os custos de deslocação e adaptação bem como os custos psíquicos de afastamento do meio de origem. Os benefícios da migração passam também pelo aumento de rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual permitida pela mudança (Sjaastad, 1962, p. 83 as cited in Peixoto, 2004, p. 16).

---

<sup>6</sup> Nível micro ou individual

Por outro lado, o investimento em capital humano pode representar as atividades que influenciam o rendimento financeiro e psíquico futuro, através do aumento dos recursos dos indivíduos (Becker, 1983 as cited in Peixoto, 2004, p. 16). As formas de investimento neste tipo de capital envolvem a escolarização, a formação profissional, os cuidados médicos, a migração e a procura de informação sobre preços e rendimentos. Becker (1989) reconhece que o indivíduo jovem tem mais estímulo em investir no seu capital humano, uma vez que poderá vir a usufruir do retorno durante mais tempo. Outra questão relevante é a constatação de que um nível superior de qualificação ou de investimento em capital humano confere ao migrante uma maior capacidade de adaptação, inserção e de contribuição ativa na sociedade de acolhimento (Chiswick, 2000).

Como todos os outros investimentos em capital humano, as decisões de migração são orientadas pela comparação entre o valor atual dos ganhos ao longo da vida e as oportunidades alternativas. Assim, o movimento migratório só se concretiza quando existe a possibilidade real do futuro migrante recuperar o investimento no capital humano. Concluindo, o capital humano é um recurso económico e parte integrante de uma estratégia de investimento ao nível micro que por via da migração, em particular a internacional, permite aumentar e potencializar o capital individual de cada migrante, trazendo ganhos financeiros e benefícios, com o decorrer do tempo.

### **1.1.3. Teoria da nova economia das migrações**

A nova economia das migrações, também designada de “nova economia da migração laboral,” apresenta-se como uma variação da teoria neoclássica e vem incorporar a dimensão social na decisão de migrar (Stark, 1991). Ao contrário do que defende a teoria neoclássica, na qual a decisão de migrar é estritamente individual - centrada no indivíduo<sup>7</sup> - esta nova teoria analisa o projeto migratório a partir de um contexto social alargado, uma entidade ou estrutura coletiva. Deste modo o futuro migrante não é necessariamente a entidade decisora responsável pela sua migração (Stark & Bloom, 1985, p. 174). A família e os agregados domésticos passam a ser “o agente coletivo” que concomitantemente decide e determina a

---

<sup>7</sup> Esta teoria manifesta-se de forma crítica à tradição individualista defendida pelo modelo neoclássico e pode ser vista como uma crítica interna a alguns detalhes da versão micro da teoria neoclássica ou como uma variante desta, que a aperfeiçoa e enriquece com uma série de alterações e adições (Arango, 2003, p. 11).

estratégia migratória. Isto porque, uma estratégia coletiva lhe permite não só diversificar os seus recursos ou rendimentos (por exemplo, remessas) através do trabalho migratório como também minimizar os riscos e os constrangimentos associados aos mercados de trabalho (Massey et al., 1993, p. 436). A migração de membros selecionados de uma determinada família pode ser utilizada para mitigar os riscos e diversificar os recursos de rendimento para toda a família, e, por conseguinte, aumentar as probabilidades de sobrevivência (Hugo, 1994). Neste sentido, se o projeto de migração for bem-sucedido para os indivíduos que migram, estes providenciarão apoio às suas famílias no país de origem e vice-versa. À luz desta teoria, Stark e Taylor (1989) constataam ainda que os membros do agregado familiar empreendem a migração, não necessariamente para aumentar o rendimento absoluto do agregado familiar, mas sim para melhorar a posição do agregado familiar em termos de privação relativa em relação a um grupo de referência específico. Esta perspetiva salienta que “a decisão de migração gera diversificação de rendimentos em vez de maximização dos rendimentos esperados”, como acontece na teoria neoclássica (De Haas, 2010). Por outro lado, sustenta igualmente que as migrações não podem ser explicadas meramente pelas diferenças de rendimento entre dois países.

Segundo Stark (1991), devem ser ainda equacionados outros fatores, tais como as oportunidades de encontrar um emprego, a disponibilidade de capital para iniciar uma atividade empresarial e a necessidade de gerir riscos a longo prazo. Para além de agregar novas variáveis económicas que influenciam as migrações internacionais, como as diferenças salariais e novos atores na decisão de migrar, esta teoria vem introduzir o conceito de “privação relativa” (Marques, 2008, p. 67). A privação relativa resulta de uma comparação interpessoal dos rendimentos no interior de um grupo de referência que gera sentimentos de privação e de satisfação relativa (Stark & Bloom, 1985, p. 173). A comparação coloca o indivíduo numa posição de “privação relativa”, posição, essa, que pode servir de encorajamento ou de impulso à migração. Ainda no âmbito da privação relativa, Arango (2003) sublinha que quanto mais desigual for a distribuição dos rendimentos numa determinada comunidade, maior será a privação relativa e maiores serão os incentivos à migração<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. Marques (2008, p. 68) o sentimento de privação relativa postulado por Stark e Bloom (1985), no contexto da emigração portuguesa para a Suíça, constitui um fator importante de estímulo ao desejo migratório.

A crítica dirigida à teoria da nova economia das migrações, é a de não ser capaz de explicar padrões e tendências de migração globais a longo prazo, nem como estes estão ligados a processos de desenvolvimento mais amplos. Segundo um dos seus pressupostos seria expectável que as pessoas mais desfavorecidas migrassem para áreas mais ricas, o que, na realidade, nem sempre se verifica (Castles & Miller, 1993, pp. 20-21). Ao invés, os indivíduos que se encontram numa posição social intermediária, em contextos socioeconómicos em transformação, são os que participam nos fluxos migratórios (Marques, 2004, p. 68). Finalizando, a teoria da nova economia da emigração laboral parece preocupar-se, exclusivamente, com as causas e as consequências da emigração nas regiões ou geografias de origem (Arango, 2003, p. 13).

#### **1.1.4. Teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado**

A teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado<sup>9</sup> emerge no final da década de 60 e argumenta que, nas sociedades modernas, a necessidade de angariar trabalhadores ou mão-de-obra de baixo custo é o principal fator que justifica a migração. Esta teoria sustenta que a procura de mão-de-obra nas economias desenvolvidas atrai os migrantes, independentemente das condições laborais ou salariais existentes nas sociedades de origem. Na economia de acolhimento o mercado de trabalho é segmentado e dual: os nativos têm acesso a carreiras, bons salários e condições de trabalho seguras; os migrantes, por sua vez, são canalizados para setores que proporcionam empregos precários, salários baixos e condições de trabalho perigosas.

Na senda de Piore (1979), a migração laboral internacional é impulsionada, sobretudo, por fatores de atração (*pull*) e não de impulsão (*push*), e resulta da procura e da necessidade crónica de recrutamento de forças de trabalho estrangeiras, por parte do poder estrutural das sociedades desenvolvidas ou dos países industrializados. Neste sentido e contrariamente ao que defende a teoria neoclássica, as variáveis estratégicas do processo migratório passam a ser os empregadores e os empregos e não os trabalhadores e os salários (Piore, 1979, p. 19 as cited in Marques, 2008, p. 72).

Assim sendo, nos países desenvolvidos o mercado de trabalho é dual ou segmentado.

---

<sup>9</sup> Nível macro ou estrutural.

O primeiro segmento corresponde ao que se designa de “mercado de trabalho primário,” o qual oferece empregos seguros, bem remunerados, estabilidade e qualidade nas condições de trabalho e nas relações laborais. Os salários elevados, a proteção social, os benefícios sociais, a perspectiva de mobilidade e progressão na carreira profissional tornam este mercado de trabalho atrativo para os trabalhadores nativos. Os maiores empregadores são o Estado, as grandes organizações e as empresas multinacionais de cariz público e privado. Por seu turno, o segundo segmento remete para o “mercado de trabalho secundário,” no qual os empregos são pouco ou nada qualificados, os salários baixos, com maior precariedade laboral, perspectivas de mobilidade profissional reduzidas, elevada rotatividade, ausência de segurança ou assistência social e as condições de trabalho são mais exigentes<sup>10</sup> (Piore, 1979, p. 17). Neste contexto, certos segmentos da indústria (indústria transformadora, construção civil) e dos serviços (restaurantes e hotéis, limpeza de escritórios e casas, cuidar de crianças e idosos) são principalmente preenchidos por trabalhadores migrantes (Piore, 1979, p. 9). A presença de trabalhadores migrantes reforça a indesejabilidade destes empregos por parte dos trabalhadores nativos pois consideram-nos trabalhos de baixo nível e estatuto ou prestígio social (Piore, 1979, p. 54). Os trabalhadores estrangeiros [migrantes] aceitam estes nichos de trabalho uma vez que não possuem qualquer poder de negociação e tais salários e empregos continuam, ainda, a ser preferíveis face à pobreza e desemprego que os espera no seu país (King, 2012, pp. 12-13). Para os empregadores, o recrutamento migrante permite-lhes baixar os salários e as condições de trabalho destes colaboradores (King, 2012, pp. 12-13). Na perspectiva de Piore (1979) e Portes (1981) torna-se evidente que grande parte das atrações específicas exercidas sobre a migração internacional se encontra relacionada com os mercados secundários (Peixoto, 2004, p. 23).

A teoria do mercado de trabalho segmentado insere-se no nível de análise macro e histórico estruturalista e apresenta contributos importantes para a explicação do início dos processos migratórios (Marques, 2008. p. 73). Esta teoria diverge da teoria neoclássica que defende um mercado de trabalho unificado, substituindo-o por um mercado de trabalho dual; sustenta que o início dos movimentos migratórios não depende de cálculos individuais, mas do recrutamento ativo dos governos ou empresários dos países com escassez de mão-de-obra;

---

<sup>10</sup> O recrutamento de mão-de-obra estrangeira que executará os trabalhos de mais baixo estatuto social, conhecidos pela expressão inglesa “*3-D jobs: dirty, demanding and dangerous*” (Castles, 2005, p. 53). Traduzido por trabalhos sujos, exigentes e perigosos.

o diferencial de rendimentos não é condição necessária para as migrações laborais e não tendem a diminuir esses desequilíbrios (Massey et al., 1993, p. 444). Importa ainda referir que esta teoria se apresenta, simultaneamente, como uma teoria sobre a integração dos migrantes no mercado de trabalho do país de acolhimento, defendendo que em resultado da incorporação laboral dos migrantes, estes ocupam as posições mais baixas da hierarquia social, sem muitas possibilidades de mobilidade social (Marques, 2008, p. 74).

O mérito desta teoria reside na explicação e na procura de respostas a questões como: (a) porque motivos existem empregos instáveis e de baixa produtividade nas economias avançadas; (b) porque é que os trabalhadores indígenas rejeitam esses empregos; (c) porque é que a relutância dos trabalhadores indígenas em aceitar empregos pouco atrativos não pode ser resolvida através de mecanismos normais de mercado, tais como o aumento dos salários para esses empregos; (d) porque é que os trabalhadores estrangeiros de países de baixos rendimentos estão dispostos a aceitar tais empregos; e (e) porque é que esta procura estrutural de mão-de-obra já não pode ser satisfeita como costumava ser pelas mulheres e adolescentes (Arango, 2003, p. 14). Esta teoria tem a virtude de reconhecer a importância da procura dos países desenvolvidos, resultante da própria estrutura do seu mercado de trabalho, na constituição dos fluxos migratórios (Marques, 2008, p. 76). Outras virtudes consistem, por um lado, na atribuição ao Estado de um papel ativo no recrutamento de migrantes, sublinhando que não existe migração sem uma procura económica específica (Nolasco, 2016, p. 22); por outro, a refutação da ideia de que os trabalhadores migrantes competem, necessariamente, com os trabalhadores nativos e que a sua presença afeta os níveis salariais e as perspetivas de emprego destes últimos (Arango, 2003, p. 15).

As observações apontadas à teoria do trabalho segmentado remetem não só para a dificuldade de confirmação empírica da estrutura segmentada do mercado de trabalho, como também para a distinção entre o setor primário e secundário (Massey et al., 1993, p. 458). Outra observação a esta abordagem é que apesar da uniformidade, os migrantes não são todos iguais nem se encontram em igualdade de circunstâncias pelo que não é previsível a sua incorporação no segmento secundário do mercado de trabalho (Nolasco, 2016, pp. 21-22). A perspetiva dualista é relevante, sobretudo, no que concerne à análise das migrações de baixa ou média qualificação, porém, não funciona para a análise das migrações internacionais altamente qualificadas (Peixoto, 2009, p. 33).

### 1.1.5. Teoria do Sistema-Mundo

A teoria do sistema-mundo compreende o mundo como um único sistema de natureza capitalista e sob uma lógica sistêmica, na qual a unidade de análise é o sistema-mundo (Nolasco, 2016). Esta abordagem histórica estrutural e de inspiração marxista, procura ultrapassar as limitações das teorias precedentes, ao estudar as migrações e os movimentos migratórios com base em ligações pré-existentes<sup>11</sup> entre países periféricos e semi-periféricos, em desenvolvimento, para os países capitalistas centrais. De acordo com esta concepção, a explicação dos fluxos migratórios encontra-se na própria estrutura do sistema capitalista mundial (Massey et al., 1993, p. 444).

Esta teoria sistêmica remete-nos para o conceito de “sistema-mundo” conceptualizado por Wallerstein<sup>12</sup> (1974; 1980) e que surge na sequência da teoria da dependência. Este conceito aplicado às migrações internacionais assenta na análise histórica do desenvolvimento e da expansão do sistema capitalista mundial a partir do século XVI. O autor classifica os países de acordo com o seu grau de dependência, posicionamento na economia de mercado global e em contexto colonial. Wallerstein (1974; 1980) faz a distinção entre as nações "centrais" capitalistas, seguidas pelas nações "semi-periféricas", "periféricas" e as nações isoladas na área "externa," ainda não incluídas no sistema capitalista. Assim, os países de centro correspondem às potências capitalistas dominantes como a América do Norte, a Europa, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia. Os países de periferia representam os países pobres, dependentes de laços assimétricos de comércio, penetração de capital e migração (Wallerstein, 1974 as cited in King, 2012, p. 18). Por fim, os países de semi-periferia consistem em países intermediários em termos da sua riqueza e estatuto interdependente dentro da nova divisão internacional do trabalho (Froebel et al. as cited in King, 2012, p. 18).

No que respeita ao espaço semi-periférico ou intermediário, este possui, em simultâneo, as características do centro que o impedem de ser caracterizado como periferia e vice-versa. A referida semi-periferia participa de parte da riqueza do centro e funciona como atenuador de tensões entre o centro e a periferia (Nolasco, 2016, p. 23). Para Nolasco (2016) é perceptível

---

11 Castles e Miller (2003, p. 26) reconhecem que parte significativa dos fluxos migratórios que se geram entre países se baseiam em ligações entre si. Estas interligações podem ser baseadas em processos de colonização, de influência política, de ligações comerciais de investimento ou de cultura.

12 Cf. Wallerstein (1974) para a compreensão das migrações a unidade de análise não deve ser o Estado-Nação, mas sim o sistema-mundo na sua globalidade.

que os países se encontram em condições diferenciadas, em função de discrepâncias na divisão do trabalho, na acumulação de capital, no poder político e no desenvolvimento, proporcionando uma imagem tripartida do sistema-mundo em centro, semi-periferia e periferia (Nolasco, 2016, p. 22).

Ainda no domínio desta teoria sistêmica, Piore (1979) defende a ideia de que as economias altamente desenvolvidas necessitam inevitavelmente de mão-de-obra estrangeira para preencher empregos mal remunerados em certos setores produtivos (Arango, 2003, p. 16). Por seu turno, Portes e Bach (1985, pp. 6-7) afirmam que a penetração do capitalismo nas regiões periféricas produz desequilíbrios nas estruturas sociais desses países o que conduz a uma pressão migratória. Nesta dinâmica, os migrantes fluem da periferia e semi-periferia para o centro enquanto o capital, mercadorias e bens fluem no sentido inverso, isto é, do centro para a periferia.

Parece ser inequívoco que um dos principais traços do atual sistema-mundo - leia-se capitalismo moderno - se deve à existência de um mercado de trabalho global, ao qual está associado o movimento global de capital e mercadorias, que pode ser relacionado com importantes fluxos de trabalho que constituem a maior parte das migrações internacionais (Petras, 1981 as cited in Peixoto, 2004, p. 26). Portanto, as migrações funcionam como um “sistema global de fornecimento de mão-de-obra” (Sassen, 1988). Importa ainda referir que no passado a penetração de capital era facilitada pelo colonialismo, mas atualmente é facilitada por regimes neocoloniais (Arango, 2003, p. 17) e pela criação de uma atividade produtiva de cariz transnacional, por conta de organizações e empresas transnacionais (Peixoto, 2004, p. 26).

Segundo Arango (2003), esta perspectiva da teoria do sistema-mundo apresenta limitações porque não passa de uma grande generalização, um subproduto de uma interpretação unívoca, reducionista e tendenciosa da história, cuja abordagem só é aplicável ao nível global. Os migrantes são considerados pouco mais do que peões passivos no jogo das grandes potências e processos globais governados pela lógica da acumulação de capital. Por último, o autor afirma ser difícil conciliar esta teoria com a crescente tendência para a diversificação dos fluxos, cada vez mais frequentes, entre países que quase não tiveram ou têm qualquer ligação para além da migração e que, portanto, não resultam da penetração capitalista (Arango, 2003). Para King (2012, p. 19), podem ser observadas outras fraquezas quando olhamos para os resultados “do mundo real”, por exemplo, os fluxos migratórios não

são todos canalizados ao longo das vias de penetração do capital. Assim, a migração desenvolve-se de formas muito mais espontâneas, modeladas por geografias de oportunidades, percebidas à medida que surgem em diferentes partes do mundo. Outra questão levantada por King (2012, p. 19) é a pouca atenção que tem sido dada, por todos os modelos revistos até agora, ao papel do Estado na padronização dos fluxos migratórios. Segundo o autor, a incorporação do Estado é explicitada na última versão histórico-estrutural dos macro-modelos: a abordagem da economia política. Por fim, este modelo combina o poder económico da “teoria trabalho-procura” com mecanismos políticos estatais ou supra estatais que geram ou controlam os movimentos populacionais internacionais.

Finda a análise das teorias e modelos que explicam a origem e o início dos movimentos e fluxos migratórios internacionais, prossegue-se com as perspectivas teóricas que contribuem para a sua manutenção ou perpetuação.

#### **1.1.6. Teoria dos Sistemas Migratórios**

A teoria dos sistemas migratórios centra-se nonexo entre os indivíduos na origem e no destino<sup>13</sup>. O ponto de partida desta teoria é a constatação de que, dada a existência de múltiplas ligações<sup>14</sup> entre os migrantes, os contextos de origem e os contextos de destino constituem uma unidade: um sistema migratório (Marques, 2008, pp. 86-87). Nesta dinâmica, dois ou mais países trocam migrantes entre si, ou seja, dois ou mais lugares ligam-se por fluxos e contra fluxos de pessoas (Fawcett, 1989, p. 671).

A teoria dos sistemas migratórios reporta-nos para Mabogunje<sup>15</sup> (1970, p. 4) que define um sistema de migração como “um conjunto de lugares ligados por fluxos e contra fluxos de pessoas, bens, serviços e informação que tendem a facilitar um maior intercâmbio, incluindo a migração, entre lugares”. Com base na teoria geral dos sistemas<sup>16</sup>, o autor interpreta o sistema de migração como um “padrão auto-perpetuador e regulador de trocas entre determinadas localidades” (Mabogunje, 1970, p. 4). Desta feita, os fluxos migratórios caracterizam-se pela estabilidade, com tendência a intensificarem-se sempre que se

---

13 Teoria de nível meso

14 Cf. Castles (2005, p. 23) os movimentos migratórios resultam de ligações prévias entre países emissor e recetor, decorrentes de colonização, influência política, trocas comerciais, investimentos ou laços culturais.

15 Mabogunje (1970) centrou a sua análise na migração rural-urbana dentro do continente africano.

16 A teoria dos sistemas presume a análise dos pólos dos fluxos e o estudo de todos os tipos e formas de ligações.

prolongam no tempo. Na prática, a teoria dos sistemas migratórios permite identificar um conjunto de regiões ou países que alimentam fluxos migratórios importantes entre si em ambos os sentidos, envolvendo tipologias migratórias diversas (Peixoto, 2004, p. 27). Como foi referido, o que aproxima os países emissores e recetores são as suas múltiplas ligações. Na dinâmica dos sistemas de migração, estas ligações podem ser categorizadas, segundo Fawcett (1989, p. 673), em relações entre Estados, “ligações ou conexões assentes na cultura de massas, redes pessoais e familiares e atividades da agência migrante”. Por seu turno, a cada uma destas categorias as ligações podem ser do tipo “tangível, reguladora e relacional”. As ligações reguladoras com os Estados podem ser manifestadas, por exemplo, através de políticas migratórias.

Ainda neste quadro conceptual e retomando Mabogunje (1970), este foca a sua atenção não só no migrante, mas também nas várias instituições - subsistemas - e nas relações sociais, económicas e outras - mecanismos de ajustamento - que são parte integrante do processo de transformação da migração Mabogunje (1970, p. 5). Porém, o maior avanço e contributo deste autor é o enfoque dado ao papel dos fluxos de informação e nos “mecanismos de *feedback*” na formação de sistemas de migração. Estes mecanismos traduzem-se na informação sobre o acolhimento e o progresso dos migrantes na geografia de destino que é transmitida de volta para o local de origem. Se a informação for favorável acabará por encorajar e dar continuidade à migração, tornando os fluxos migratórios quase organizados (Mabogunje, 1970, p. 12). Por seu turno, o reconhecimento do papel crítico do *feedback* da migração anterior pode alterar os padrões de movimento subsequentes (Mabogunje, 1970, pp. 13-14).

Outro pressuposto fundamental da teoria dos sistemas migratórios é que a migração altera, inevitavelmente, as condições sociais, culturais, económicas e institucionais tanto do lado da origem como no lado do acolhimento, isto é, todo o espaço de desenvolvimento dentro do qual os processos migratórios operam (De Haas, 2010). Uma das vantagens da teoria dos sistemas migratórios é que estabelece uma ligação bidirecional, recíproca e dinâmica entre migração e desenvolvimento e, por isso, parece particularmente relevante para a elaboração de um quadro teórico que coloca a migração numa perspetiva mais ampla (De Haas, 2010). Castles e Miller (2003, p. 28) reconhecem que, ao nível conceptual, esta teoria serve igualmente de interligação entre as abordagens macro e micro. Neste sentido, o modelo analítico dos sistemas de migração emergente de abordagens interdisciplinares tem como

princípio fundamental a concepção dos movimentos migratórios como fruto da interação de estruturas macro e micro. Todavia, também lhe são dirigidas algumas limitações. Apesar de se “apresentar como uma teoria de ampla análise de micro e macro-dimensões das migrações, surge como uma síntese de outros enquadramentos teóricos” (Nolasco, 2016, p. 25), “não constituindo, portanto, uma teoria independente, mas sim uma generalização que se apoia na teoria do sistema-mundo, na teoria das redes, na teoria institucional e na teoria da causalidade cumulativa” (Massey et al., 1993, p. 454).

No entendimento de Arango (2003, p. 21), a abordagem “inspirada pela noção de sistemas de migração que aspirava a explorar o potencial analítico da análise de sistemas em geral, é, de momento, pouco mais do que um desiderato não realizado, pelo menos no que diz respeito à migração internacional”. O autor critica ainda a análise dos sistemas migratórios internacionais, dado que esta “assenta na identificação descritiva destes sistemas, que se limita praticamente aos países recetores, os quais constituem a parte mais estável do sistema”.

### **1.1.7. Teoria das redes migratórias e o capital social**

A teoria das redes migratórias<sup>17</sup>, tal como o nome indica, subentende a ideia de que a migração é mantida e perpetuada através de redes. Neste sentido, assiste-se à transferência e consequente aplicabilidade do conceito de rede social ao estudo dos movimentos migratórios através da teoria das redes migratórias (Marques, 2008, p. 90).

As redes sociais migratórias proporcionam ao futuro migrante uma estrutura social de apoio ao seu projeto de migração. Elas constituem estruturas intermediárias e de vital importância que tornam o “percurso migratório mais seguro e facilitado” quer para os migrantes, quer para as suas famílias.

Do ponto de vista conceptual, as redes migratórias podem ser definidas como conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, antigos migrantes e não migrantes nas áreas de origem e destino, através de laços de parentesco, amizade e origem comunitária partilhada (Massey et al., 1993, p. 448). Nesta lógica, os migrantes seguem “uma trajetória ou caminhos já batidos” (Stahl, 1993) por outros migrantes experientes, já estabelecidos no destino, e

---

<sup>17</sup> Nível meso. Esta teoria é das abordagens teóricas “mais bem aceite no domínio da teoria das migrações; ela enfatiza o papel da ação coletiva dos migrantes e comunidades na organização de processos migratórios e de integração dos migrantes” (Castles, 2010b, p. 33).

detentores de uma rede social de contactos consolidada. As redes assentam também em laços de conterraneidade e constituem uma ajuda útil para conseguir abrigo, trabalho, assistência nos processos burocráticos e apoio face a dificuldades pessoais (Castles, 2005, p. 24).

Por seu turno, as redes são consideradas como uma forma de capital social,<sup>18</sup> expandido através do espaço migrante, facilitando assim a probabilidade de movimento internacional, uma vez que fornecem informações que reduzem os custos e riscos da migração (Massey et al., 1998, pp. 42-43). Enquanto forma de “capital social”, as ligações em rede representam uma estrutura à qual podem recorrer para obter acesso ao emprego no estrangeiro (Massey et al., 1993, p. 448). Para além do capital material e humano que integra a educação, as competências e o conhecimento, o capital social é um terceiro recurso migratório crucial que propicia e influencia os indivíduos a migrar (De Haas, 2008, p. 20).

No entendimento de Boyd e Nowak (2012, pp. 79-83 as cited in King, 2012, pp. 83-86) é possível distinguir três principais tipos de redes de migrantes: redes familiares e pessoais, redes laborais e redes de migrantes ilegais. Estes autores salientam, ainda, a natureza de género de todas as redes, em particular, o papel frequentemente ativo das mulheres no desenvolvimento e na manutenção de redes pessoais.

Os movimentos migratórios em rede, uma vez iniciados, transformam-se em processos sociais autossustentados e que se auto-perpetuam. Os atores sociais migrantes e não migrantes tornam-se elementos facilitadores e intermediários das migrações, fazendo emergir uma “indústria das migrações”. Estes atores sociais podem ser organizações de recrutamento, agentes e outros intermediários (Castles, 2005, p. 24). A longo prazo, as migrações podem incentivar a constituição de “redes de comunicação internacional”, que envolvem as relações económicas, as instituições sociais e políticas, assim como a cultura e identidade nacionais de todos os países envolvidos (Basch et al., 1994).

Mais recentemente, as redes sociais de migrantes tomaram um rumo mais "transnacional" (Brettell, 2008, p. 25), servindo de base às comunidades transnacionais, grupos cujos membros têm parte importante da sua existência social radicada, simultaneamente, em mais do que um país<sup>19</sup> (Castles, 2005, p. 46).

---

<sup>18</sup> Segundo Portes (1995, p. 12), o capital social refere-se à capacidade de os indivíduos mobilizarem recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou estruturas sociais mais vastas. O capital social remete aos relacionamentos necessários para migrar de modo seguro e eficiente no que concerne a custos.

<sup>19</sup> Na perspetiva ou contexto dos países de saída, as redes são muitas vezes analisadas como mecanismos de transmissão de “capital cultural”, especialmente informação sobre oportunidades de migração, redes e rotas, enquanto no contexto da integração do migrante na sociedade de acolhimento, o enfoque é o capital social,

As teorias das redes migratórias contribuem para três outras perspectivas - *insights* - sobre a teorização do processo migratório. Em primeiro lugar, contribuem para a “compreensão da dinâmica da migração diferencial”; em segundo, ajudam a “prever a migração futura, uma vez que as redes “reproduzem” os migrantes ao longo do tempo” e, em terceiro lugar, “contribuem para uma importante distinção teórica entre as causas iniciais da migração, a sua perpetuação e difusão no tempo e espaço” (Fussell, 2012 as cited in King, 2012, p. 21). Para Arango (2003, p. 28), a “relevância e a dimensionalidade das redes para a migração dificilmente podem ser subestimadas”. Elas figuram entre os fatores explicativos mais importantes para as migrações. Fornecem informações e contactos, direcionam os migrantes para destinos específicos, onde se encontra disponível a ajuda ao alojamento, à procura de emprego, à assistência financeira e a outros tipos de apoio. Para o autor, as redes de migrantes “tendem a ter um efeito multiplicador e a perpetuar a migração”. Todavia, o papel facilitador de “redes familiares e de amigos” dificultam o controlo da migração por parte dos governos.

As redes constituem um nível relacional, intermediário - meso - entre o nível micro da decisão individual e o nível macro das estruturas (Faist, 1997 as cited in Arango, 2003, p. 21), ajudando, assim, a preencher a lacuna em que reside uma das principais limitações das teorias da migração. Em convergência com Faist (1997), King (2012) afirma que as redes migratórias representam o nível meso, crucial entre micro e macro-formulações de migração, “que nos permite ir além da mecânica impessoal das teorias *push-pull* da migração e a interligar as razões individuais e sócio estruturais da migração”.

No entendimento de Faist (2000, p. 52), as redes sociais articulam as dimensões macroeconómicas e sociais e as individuais psicossociológicas nas migrações, na medida em que ligam os três componentes principais dos sistemas de migração internacional: o fluxo de migrantes entre as geografias de origem e de destino, o *stock* de migrantes no país do destino e o fluxo que retorna para o país de origem dos migrantes.

Todavia, apesar de todas as suas virtudes, a teorização sobre redes migratórias ainda não foi tão longe quanto é exigido de um tal conceito (Arango, 2003, p. 21). Por último, como refere Tilly (1990, p. 79 as cited in King, 2012, p. 21) “não são as pessoas que migram, mas sim

---

isto é, as relações pessoais, família, padrões domésticos, amizade e laços comunitários e ajuda mútua em assuntos económicos e sociais (Castles, 2010b, pp. 33-34)

as redes.” Nesta perspetiva, a migração internacional é “um processo criador de redes, uma vez que desenvolve uma teia cada vez mais densa de contactos entre indivíduos na origem e no destino” (Portes, 1999).

### **1.1.8. Teoria da causalidade cumulativa**

A teoria da causalidade cumulativa está intrinsecamente relacionada com a teoria das redes migratórias e a teoria dos sistemas migratórios. Esta teoria sustenta-se na ideia de que as migrações são um fenómeno “autossustentável e auto-perpetuador”. Por outras palavras, a migração é um processo que desenvolve uma dinâmica própria que conduz à sua perpetuação (Marques, 2008, p. 88).

O conceito de causalidade cumulativa<sup>20</sup> foi proposto pela primeira vez por Myrdal (1957 as cited in Arango, 2003, p. 21). Porém, Massey et al., (1993, p. 451) adota e expande este constructo aos estudos das migrações, identificando “uma série de fatores<sup>21</sup> e mecanismos responsáveis pela auto-perpetuação das migrações”. Estes fatores ao “impulsionarem a migração tornam-se a causa da sua continuidade”, pelo que se designa de causalidade cumulativa (Massey et al., 1993, p. 451). A ideia básica é que eles [fatores e mecanismos] “modificam a realidade de forma a induzir deslocamentos subsequentes através de uma série de processos socioeconómicos” (Arango, 2003, p. 22). A causalidade é cumulativa, uma vez que as migrações produzem efeitos no contexto social, no qual posteriores decisões de migração são tomadas e tornam novos movimentos migratórios mais prováveis de se estabelecer (Massey et al., 1993).

De acordo com De Haas (2010, pp. 234-235) a teoria da causalidade cumulativa<sup>22</sup> sustenta que “o desenvolvimento capitalista é inevitavelmente marcado pelo aprofundamento das desigualdades de bem-estar espacial”. Para o autor, “uma vez ocorrido o crescimento diferencial, as economias de escalas internas e externas perpetuam e aprofundam o padrão bipolar caracterizado pelo círculo vicioso da pobreza na periferia e pelo crescimento

---

<sup>20</sup> Faist (2004, p. 345) reserva o termo causalidade cumulativa para as relações causais entre fatores que se podem comprovar terem um efeito de espiral e que se reforçam mutuamente.

<sup>21</sup> Massey et al., (1993, pp. 451-454) identifica seis fatores socioeconómicos que são afetados pela migração e que a tornam causa de continuidade: 1) a distribuição do rendimento; 2) a distribuição de terra; 3) a organização da agricultura; 4) a cultura; 5) a distribuição regional do capital humano; 6) e o significado social do trabalho.

<sup>22</sup> Cf. De Haas (2010b, p. 243) pode ser aplicada ao nível nacional e internacional, aproximando-se dos modelos de centro-periferia e da teoria do desenvolvimento neomarxista.

acelerado da região central”. Por conseguinte, “as atividades económicas em áreas e países com uma vantagem inicial drenam o investimento e encorajam a emigração das populações mais dotadas dos países da zona periférica”.

Para além do fator essencial da “expansão das redes”, existem outros mecanismos que advêm das migrações e que, por sua vez, geram novos fluxos migratórios. Tais mecanismos incluem a “privação relativa”, o desenvolvimento de uma “cultura de emigração”, uma “distribuição perversa do capital humano” e a “estigmatização dos empregos” que os migrantes tendem a fazer (Massey et al., 1998).

No que respeita ao “desenvolvimento de uma cultura de emigração”, Massey e Kandel (2002, p. 982 as cited in Marques, 2008, p. 89) cunharam o conceito de “cultura migratória”. Na sua perspetiva, a “cultura migratória entende a valorização positiva do trabalho assalariado no estrangeiro, juntamente com os comportamentos, atitudes e estilos de vida a ele associado” (Massey & Kandel 2002, p. 982 as cited in Marques, 2008, p. 89). Assim, “a migração e os valores a ela ancorados tornam-se parte dos valores da comunidade, conduzindo a uma valorização positiva dos que procuram melhorar o seu nível de vida através da migração e uma ostracização dos que não participam no movimento migratório” (Massey et al., 1998, p. 47).

Finalizando, Marques (2008, p. 89) considera que as práticas migratórias, designadamente, a cultura migratória, “se integra gradualmente na cultura das comunidades de origem e surge como um argumento válido para compreender a persistência dos movimentos migratórios portugueses ao longo dos tempos”. Para o autor, a emigração portuguesa para a Suíça não é alheia ao desenvolvimento de uma “cultura migratória” nos locais de origem dos migrantes, o que contribui para a manutenção do fluxo migratório português nesta geografia de destino.

### **1.1.9. Teoria institucional**

O desenvolvimento dos fluxos migratórios pode conduzir à institucionalização de um determinado movimento, isto é, ao desenvolvimento de um conjunto alargado de organizações (Marques, 2008, p. 102). De acordo com abordagem institucional<sup>23</sup>, as organizações que se desenvolvem a par das migrações internacionais começam a desempenhar um papel relevante no fomento e no encorajamento de novas migrações. O

---

<sup>23</sup> Teoria nível meso

desequilíbrio<sup>24</sup> entre a escassez de vistos (ou autorizações de residência ou outros canais legais) para entrar nos países de destino e a quantidade de pessoas que desejam migrar favoreceu a criação de uma “economia de migração” e um mercado específico com vários atores intermediários. Uma vez iniciada a migração internacional, surgem instituições privadas e organizações (legais e ilegais<sup>25</sup>) voluntárias, para satisfazer a procura gerada pelo desequilíbrio entre o grande número de indivíduos que desejam entrar em países ricos em capital e o número limitado de vistos de migrantes que estes países oferecem. Deste modo, as instituições criam um nicho económico lucrativo que se dedica à promoção do movimento internacional (ou processos migratórios irregulares) com fins lucrativos. Com o tempo, os indivíduos, as empresas e as organizações tornam-se bem conhecidos dos migrantes e institucionalmente estáveis, constituindo outra forma de capital social a que os migrantes podem recorrer para obter acesso aos mercados de trabalho estrangeiros (Massey et al., 1993, pp. 450-451).

No que concerne às instituições, estas podem ser organizações<sup>26</sup> empregadoras, tais como, empresas privadas, públicas, Estado, agências de emprego, associações de apoio a migrantes, instituições de cariz religioso, entidades financeiras e departamentos governamentais ligados direta ou indiretamente às migrações e à habitação (Peixoto, 2004, p. 28).

No fundo, são agentes e entidades coletivas que atuam de forma decisiva no destino dos fluxos migratórios. Por último, a teoria institucional conclui que, à medida que as organizações se desenvolvem para apoiar, sustentar e promover o movimento internacional, o fluxo internacional torna-se cada vez mais institucionalizado e independente dos fatores que o originaram (Massey et al., 1993, p. 451).

#### **1.1.10. Ciclo de vida e trajetória social**

A abordagem do ciclo de vida analisa a intensidade da migração por idade. Existe uma estrutura muito clara e quase universal que, de certa forma, corresponde a um aumento dos

---

<sup>24</sup> De acordo com Baganha e Peixoto (1996, p. 235) o desequilíbrio pode ser entre as necessidades de trabalho e os limites à imigração colocados por parte do Estado.

<sup>25</sup> *Vide* Peixoto (2004, p. 29), as políticas restritivas dos países desenvolvidos e as fragilidades dos percursos migratórios, sobretudo de longa-distância, fazem emergir organizações clandestinas que promovem os meios de acesso aos países de destino, de forma ilegal. Neste contexto, surgem simultaneamente outras organizações humanitárias de apoio à integração do migrante.

<sup>26</sup> As organizações constituem um complemento estrutural das redes migrantes (Gross & Lindquist, as cited in Massey et al., 1998, p. 44).

fluxos migratórios entre jovens adultos e depois a uma diminuição gradual à medida que as pessoas envelhecem. No contexto das migrações internacionais, esta perspectiva pode ser explicada por acontecimentos que ocorrem, ao mesmo tempo, entre indivíduos que passam pela mesma fase do seu ciclo de vida; indivíduos que deixam a casa dos pais, casam, têm filhos e divorciam-se mais ao menos ao mesmo tempo (Zufferey, 2020, p. 85). Esta perspectiva observa e interpreta o fenómeno das migrações através do percurso individual e biográfico do migrante. Na contemporaneidade, sendo a migração estruturada por uma ampla rede de relações, o ciclo de vida e trajetória (ou mobilidade) social apresenta-se como uma análise alternativa e um contributo útil no estudo das migrações internacionais. Todavia, a abordagem do ciclo de vida<sup>27</sup> não constitui uma novidade visto que os primeiros estudos foram realizados na América do Norte, no âmbito da mobilidade residencial e inter-urbana (Peixoto, 2004). Este campo analítico possui uma natureza biográfica, na qual é dada ênfase aos valores ou comportamentos afetivos e tradicionais, que se interligam e fundem o domínio individual e as realidades coletivas. Por realidades coletivas, subentende-se a família, a organização ou classe social (Peixoto, 2004, p. 17). Esta análise sociológica propõe, através destas variáveis, entender de que forma o ciclo de vida e as trajetórias de mobilidade social influenciam, determinam e impulsionam o indivíduo para a migração. Ainda que num contexto restrito de mobilidade residencial interurbana, Rossi (1995 as cited in Peixoto, 2004, p. 18) conclui que em determinada fase do ciclo da vida, designadamente o casamento, o aumento do agregado familiar ou as mudanças de emprego contribuem para a mobilidade residencial e espacial. O autor constata ainda que a mobilidade residencial é mais elevada entre adultos e famílias jovens, contudo, vai declinando à medida que a idade progride. Ampliada às migrações e, conseqüentemente, aos movimentos migratórios, Sandefur e Scott (1981, as cited in Peixoto 2004, p. 18), chegam à conclusão que existe uma forte relação entre as variáveis de ciclo da vida familiar (i.e., o estado civil, a dimensão familiar, os laços familiares e a idade dos filhos) e a migração.

Porém, à medida que se vão realizando estudos longitudinais, o conceito de “ciclo de vida” na sua conceção clássica, linear e tradicional é questionado. Em alternativa surge um outro termo mais abrangente: o “curso de vida” (Peixoto, 2004, p. 19). Com efeito, a teoria do

---

<sup>27</sup> Segundo Grundy (1992, pp.166-167), citada por Peixoto (2004, p. 19), o ciclo de vida familiar é caracterizado por 6 fases: 1) casamento; 2) primeiro nascimento; 3) nascimento de filhos conseqüentes; 4) partida de filhos adultos; 5) morte do primeiro cônjuge; 6) morte do segundo cônjuge. As primeiras duas fases são as de início, as terceiras e quartas, as de expansão e contração, e por fim, as duas últimas, as de dissolução.

ciclo de vida (*life cycle*) foi sendo expandida para o que atualmente se designa de perspectiva do curso de vida (*life course*). Esta perspectiva<sup>28</sup> examina as histórias de vida individuais, por forma a compreender como os acontecimentos anteriores, as condições sociais e económicas, e as características individuais influenciam as decisões e os eventos ao longo do tempo. É dada a ênfase à ligação entre os indivíduos e o contexto histórico em que as suas vidas se desenrolam (Edmonston, 2013, p. 1).

Assim a perspectiva do curso de vida é, intrinsecamente, multidisciplinar e engloba a sociologia, a demografia, a psicologia e a economia. Pese embora a investigação empírica sobre a perspectiva do curso de vida não tenha desenvolvido uma teoria formal, ela é generalizada no âmbito das ciências sociais. Trata-se de um processo ao longo da vida, que começa no nascimento e termina na morte. Neste sentido, é norteadada pelas escolhas que os indivíduos fazem sobre os percursos que tomaram, que estão a tomar e que tomarão ao longo das suas vidas (Edmonston, 2013, p. 2).

No que respeita à abordagem da trajetória social (ou mobilidade social e profissional), esta constitui uma segunda forma de estudo micro sociológico dos problemas migratórios (Peixoto, 2004, p. 19). Neste contexto, a mobilidade social remete-nos para a realização, por parte do indivíduo, de um percurso por diferentes posições sociais, percurso esse que, apesar das forças estruturantes e variáveis coletivas, possui características biográficas e individualizadas (Peixoto, 2004, pp. 19-20).

Segundo Peixoto (2004, pp. 19-20), as mobilidades sociais e profissionais constituem um fator determinante para a explicação das migrações. Ou seja, os indivíduos têm como objetivo ou expectativa uma trajetória social ascendente que lhes permite progredir na vida social, económica e no campo profissional. Na prática, a mobilidade social assenta numa estratégia de mudança de posição do indivíduo dentro da estrutura ou organização hierárquica; mudança de uma classe para outra, alteração do estatuto social, identificação ou aspiração de pertença a um determinado grupo social. Por seu turno, a mobilidade profissional envolve a ideia de uma trajetória ou percurso no âmbito da “carreira organizacional” e a transição de emprego no mercado externo de trabalho. Na senda de Peixoto (2004, p. 20) a análise entre mobilidade - incluindo a carreira e migrações - tem sido

---

<sup>28</sup> Cf. Edmonston (2013, p. 1) esta abordagem tem a sua origem nos estudos pioneiros de Thomas e Znaniecki (1918-1920) sobre a migração e adaptação dos camponeses polacos na Europa e nos Estados Unidos (Thomas e Znaniecki 1958). O seu trabalho consistiu no estudo e na análise de como a vida dos camponeses polacos mudou ao longo do tempo dentro de contextos sociais, económicos e culturais.

realizada sob diversas perspectivas. O que nos permite compreender as relações entre a mobilidade social, profissional e espacial e alertar para que estas contêm dimensões não individuais de alguns percursos migratórios. Segundo o autor, ao contrário do que advogam várias teorias micro sobre a mobilidade, existem “agentes não individuais”, como organizações e instituições, que decidem os seus mapas migratórios (Peixoto, 2004, p. 22) Concluindo, existem vários mecanismos macro-sociológicos que revelam as principais dinâmicas de mobilidade social e profissional no domínio das migrações.

### **1.1.11. Transnacionalismo**

O transnacionalismo desponta nos anos 90 como um dos principais paradigmas de investigação sobre as migrações internacionais e os estudos étnicos, a partir do trabalho pioneiro<sup>29</sup> de Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994). Porém, é na viragem do milénio e impulsionado pelo fenómeno da globalização<sup>30</sup> que este conceito desperta um maior interesse, não só da comunidade científica como também dos decisores políticos, sobretudo no que tange à sua estreita ligação com o conceito de integração (Mügge, 2016, p. 110). À luz das referidas autoras, o transnacionalismo vem caracterizar:

[...] os processos através dos quais os imigrantes criam e mantêm relações sociais a vários níveis que ligam as suas sociedades de origem e de acolhimento. O conceito enfatiza a emergência de um processo social em que os imigrantes estabelecem campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas. Assim sendo, os sujeitos imigrantes são designados de “transmigrantes” uma vez que desenvolvem múltiplas relações familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que transpõem fronteiras (Basch et al., 1992, p. 9).

Os transmigrantes tomam ações, tomam decisões e sentem preocupações num campo de relações sociais que liga o seu país de origem ao seu país ou países de acolhimento (Basch

---

<sup>29</sup> Trabalho que se traduz na obra *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States* (1993;1994), na qual as autoras identificam as várias formas de contacto que um grupo de migrantes mantém com o seu país de origem.

<sup>30</sup> O advento das novas tecnologias da informação e comunicação e na área dos transportes, munuiu o migrante contemporâneo de instrumentos e de recursos que possibilitam a sua mobilidade transnacional, a manutenção e a preservação dos laços afetivos, económicos, políticos e culturais com o país de origem.

et al.,1992, p. 9). Este termo identifica, ainda, indivíduos cuja existência é moldada através da sua participação em comunidades transnacionais. Por seu turno, as comunidades transnacionais<sup>31</sup> podem ser definidas como grupos baseados em dois ou mais países, envolvidos em atividades transfronteiriças significativas, recorrentes e duradouras de cariz económico, político, social ou cultural (Castles, 2005, p. 80).

Para alguns autores, a noção de comunidade transnacional é utilizada para se referirem a “emigrantes económicos” que preservam fortes laços ou conexões com os respetivos países de origem (Castles, 2005, p. 80). O crescimento e a proliferação deste tipo de comunidades transnacionais vieram questionar e repensar a problemática da cidadania, pertença, identidades e lealdades. Neste novo paradigma os imigrantes redefinem, mas não abandonam, os laços que os unem ao país de origem, pelo que não existe um processo de assimilação/incorporação total nos países de destino, mas antes uma partilha complexa entre duas ou mais sociedades, criando, assim, uma multiplicidade de laços que os ligam ao país de origem em diferentes áreas, que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam as suas relações sociais com as sociedades de origem e de destino (Góis & Marques, 2004, p. 87).

Do ponto de vista teórico, as teorias transnacionais revelam-se de extrema importância para a compreensão dos desenvolvimentos contemporâneos, no domínio das migrações, da fixação de imigrantes no país de acolhimento e da formação de comunidades transnacionais (Castles, 2005, p. 94). Para além de se apresentar como uma proposta de explicação sobre a manutenção dos movimentos migratórios, o transnacionalismo coloca em evidência o desenvolvimento de diferentes modelos migratórios e de formas de interação dos migrantes com a sociedade de acolhimento, alternativas à assimilação e ao desenraizamento social e cultural do migrante (Marques, 2008, p. 100). Por fim, este paradigma encoraja a análise holística do fenómeno migratório e transcende alguns dos pressupostos assimilacionistas da política de migração (Dunn, 2010, p. 3 as cited in Mügge, 2016).

---

<sup>31</sup> Para Castles (2005) estes tipos de comunidades têm profundas raízes históricas no fenómeno da diáspora.

## 1.2. Migrações internacionais contemporâneas

Se a busca por uma teoria geral das migrações internacionais se afigura uma tarefa árdua, também os conceitos a ela ancorados estão envoltos em ambiguidades e representam desafios na sua delimitação. Assim sendo, e à semelhança das tentativas de teorização das migrações internacionais, a definição de migração<sup>32</sup> tem sofrido ajustes e alterações ao longo do tempo. Para Castles (2005, p. 28), a variabilidade do conceito de migração é fruto da sua falta de objetividade, resultante de políticas estatais (que visam propósitos político-económicos), e como resposta a opiniões públicas.

Revisitando Lee (1966, p. 49), a migração é entendida como “todo o movimento que implica uma mudança permanente ou semipermanente de residência”, não tendo em conta a distância como critério, considerando como migração a simples mudança de habitação num mesmo bairro, ou a mudança de habitação quando alguém vai viver para outro país. No contexto global, o termo migração diz respeito ao processo de deslocação de uma pessoa ou grupo de pessoas, com passagem de uma fronteira internacional - migração internacional - ou dentro de um Estado - migração interna. Trata-se de um movimento populacional que engloba qualquer tipo de movimento de pessoas, independentemente da sua duração, composição ou motivos. Inclui a migração de refugiados, de pessoas deslocadas, de migrantes económicos e pessoas que se deslocam por outros motivos, incluindo reagrupamento familiar (GMA, 2012, p. 107). O termo migrar implica estabelecer residência por um período mínimo de seis meses a um ano. No plano internacional não existe uma definição universal de migrante<sup>33</sup>, todavia a Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM) define um migrante como qualquer pessoa que se desloca ou se deslocou através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado fora do seu local de residência habitual, independentemente (1) do estatuto legal da pessoa; (2) do movimento ser voluntário ou involuntário; (3) das causas do movimento; ou (4) da duração da estadia. Para além das inúmeras definições apresentadas no domínio do estudo das migrações, é, no entanto, possível extrair algumas dimensões de

---

<sup>32</sup> Cf. Nolasco (2016) as definições de migrações revelam-se insuficientes na aspiração de cobrir todas as dimensões e facetas de um fenómeno tão heterogéneo.

<sup>33</sup> De acordo com o Conselho da Europa (s/d, p. 7), o termo "migrante" é um termo amplo. Os trabalhadores migrantes, familiares, requerentes de asilo, refugiados políticos (reconhecidos como tal após um procedimento administrativo) bem como outros refugiados (aceites ou tolerados sem qualquer procedimento formal) ou imigrantes irregulares/ilegais todos se integram na categoria de "migrantes internacionais". Outras definições, negligenciando a exigência de uma mudança de residência e, portanto, de uma mudança do ambiente social, incluem também pessoas que participam em intercâmbios internacionais de estudantes, trabalhadores sazonais ou trabalhadores fronteiriços.

análise que contribuem para uma melhor compreensão do fenómeno (Marques, 2008, p. 40). Essas dimensões ou tipologias explanam-se de seguida.

### **1.2.1. Tipologias das migrações**

A tipologia ou a “tipologização” das migrações surge como uma tentativa e um exercício de simplificação de um fenómeno altamente complexo, plural e múltiplo em hipóteses migratórias (Nolasco, 2016, p. 6). Da literatura revista é possível conceptualizar as migrações e, conseqüentemente, os seus movimentos migratórios, com base em várias dimensões de análise: a dimensão espacial, a dimensão temporal, a dimensão micro (processo de decisão do migrante) e a dimensão político-legal. Através da dimensão espacial (amplitude geográfica) é possível distinguir a migração interna da internacional (ou intercontinental); a dimensão temporal (duração ou tempo de permanência) contribui para a distinção entre as migrações temporárias, sazonais e permanentes. A dimensão ao nível micro enfatiza a decisão do migrante, permitindo aferir se a migração é livre, voluntária ou forçada<sup>34</sup>.

Por fim, a dimensão política que diferencia se a migração é regular ou legal ou se é irregular ou ilegal. (Marques, 2008, pp. 42-43). Dentro desta última dimensão de análise, política e legal, é importante referir a proposta de Böhning<sup>35</sup> (1984, pp. 47-57 as cited in Marques, 2008:45). Para o autor, o enquadramento jurídico e o Estado da geografia de destino são componentes essenciais e decisivos, por exemplo, na definição dos diferentes tipos de migrantes e seus estatutos.

### **1.2.2. Migração internacional e interna**

No que respeita à dimensão espacial ou amplitude da distância geográfica a percorrer, a migração internacional surge em contraposição à migração interna. Enquanto a migração interna envolve a circulação de indivíduos entre uma zona e outra, com o objetivo de fixar uma nova residência, circunscrita a um país (OIM, 2009), a migração internacional implica

---

<sup>34</sup> A migração involuntária ou forçada inclui os refugiados e os requerentes de asilo.

<sup>35</sup> Para Marques (2008, pp. 45-46), esta tipologia é útil para o estudo do movimento migratório português para a Suíça, uma vez que permite a partir da análise das disposições legislativas suíças e da evolução do fluxo migratório, ter presentes os diversos componentes desse mesmo fluxo, mostrando como os tipos de migrantes propostos por Böhning (1984) não são unidades fechadas e imóveis. Para Böhning o papel do Estado é determinante na definição dos diferentes tipos de migrantes.

a transposição de uma fronteira de um Estado-nação. Assim sendo, a migração internacional pode ser definida como movimentos de indivíduos que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, de forma permanente ou temporária, noutro país. Subentende a transposição de fronteiras internacionais (OIM, 2009:42) o que envolve uma “mudança de jurisdição” de um Estado para o outro (Zolberg, 1994:153-154 as cited in Marques, 2008:42).

### **1.2.3. Migração temporária e permanente**

No que tange à dimensão temporal de um determinado movimento migratório, este pode ser caracterizado como temporário, sazonal ou permanente. A migração temporária<sup>36</sup>, também conhecida por migração de curta duração, é motivada por propósitos ou finalidades específicas, empreendida com a intenção de regressar mais tarde ao país de origem ou mudar para outro Estado (IOM, 2009, p. 115) ou até mesmo a continuação do movimento (EMN, 2018, p. 337). Quanto à migração sazonal<sup>37</sup> tal como o nome indica, está intrinsecamente associada às estações do ano, na qual a geografia de destino depende ou necessita de migrantes para determinados setores, pelo período da estação em apreço. Ou seja, implica a realização de uma atividade dependente da passagem das estações do ano, sob um ou mais trabalhos a prazo fixo (EMN, 2018, p. 347). Por último, a migração permanente ou migração a longo prazo são muitas vezes entendidas como quase sinónimos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define a migração permanente como “um conceito relativo ao empreendimento da migração com vista a, ou que resulta em se estabelecer (instalar), de forma permanente, no país de destino.” Nesse sentido corresponde a um movimento de indivíduos que se mudam do seu país de residência habitual, por um período de pelo menos um ano, de modo que o país de destino se torne efetivamente o seu novo país de residência habitual (EMN, 2018, p. 242). Este conceito considera a migração

---

<sup>36</sup> Todavia, a migração temporária pode transformar-se em permanente, pois os migrantes que pretendem ficar por um período de tempo limitado adiam continuamente o seu regresso até que tal nunca aconteça, como os trabalhadores convidados, (*Gastarbeiter*) na Alemanha e Suíça que acabaram “aqui para sempre” (Castles et al., 1984).

<sup>37</sup> No caso da Suíça, geografia de destino e objeto do presente estudo, a sazonalidade coincide com a época das colheitas, das vindimas e com o turismo associado a desportos de inverno, como as estâncias de esqui. Nos referidos setores a mão-de-obra sazonal portuguesa é requisitada e expressiva. Importa ainda referir, que por norma, este termo refere-se especificamente a um nacional de um país terceiro, embora se saiba que existem outros tipos de trabalhadores sazonais, por exemplo, nacionais dentro do mesmo país, bem como trabalhadores sazonais Intra EU (EMN, 2018, p. 347).

enquanto intenção ou concretização de permanecer com caráter definitivo no país de acolhimento (GMA, 2012, p. 115).

#### **1.2.4. Migração voluntária**

A migração voluntária descreve um indivíduo ou grupo que inicia e prossegue o seu plano de migração sem qualquer ajuda externa. Esta migração de “natureza espontânea” é geralmente motivada por fatores de atração e de repulsão” (*push-pull*) e caracteriza-se pela falta de auxílio estatal ou de qualquer outro tipo de assistência nacional ou internacional (IOM, 2009, p. 41).

#### **1.2.5. Reagrupamento familiar**

Este tipo de migração designa o processo de reconstituição da família no país de destino, em fase subsequente à emigração do primeiro membro da família (Rocha-Trindade, 1995, p. 49). Por norma, o percurso migratório realiza-se por fases sucessivas, sendo a primeira a iniciativa de um dos membros de migrar, o qual, depois de estabelecido, terá a possibilidade de fazer o pedido de reunificação familiar, que na maioria dos casos se reporta ao cônjuge e seus descendentes, isto é, à família nuclear do migrante. Muitos países da União Europeia e outros países, incluindo a Suíça, reconhecem o direito à reunião familiar (Castles, 2005, p. 20). É importante referir que cada uma das tipologias de migração internacional tende ou pode culminar na reunificação familiar que, por sua vez, passa a constituir frequentemente como um fluxo de maior dimensão à medida que o movimento amadurece (Castles, 2005, p. 58).

#### **1.2.6. Migração de retorno**

A migração de retorno é sinónima de regresso à origem, isto é:

[...] de inversão do fenómeno, com a fixação definitiva do migrante no país de origem, após um período mais ou menos longo de estadia no estrangeiro. O regresso pode ser definido

como “um movimento localizado no tempo em sentido contrário à partida do emigrante, e que anula desta feita aquela qualidade (Rocha-Trindade, 1995, p. 47).

Em termos gerais, consiste no movimento de retorno ou deslocação de uma pessoa ao seu país de origem, de nacionalidade ou de residência habitual, por regra, após ter passado um período significativo noutro país (GMA, 2012, p. 187). Este retorno pode ou não ser voluntário. Esta tipologia migratória inclui o repatriamento voluntário. Os migrantes que retornam às origens são geralmente bem recebidos e são portadores de capital, qualificações, experiência de vida e profissional (*know how*) de relevante utilidade para o desenvolvimento económico. Muitos países, Portugal incluído, possuem programas de regresso<sup>38</sup> e captação desse “potencial de desenvolvimento”. Nesta perspetiva, os migrantes que retornam são importantes agentes de mudança económica, social e cultural; e o seu eventual papel em processos de desenvolvimento tem vindo a atrair uma atenção crescente (ONU, 1998; Castles, 2005, p. 61).

Ainda no plano das migrações internacionais, identificam-se subcategorias e/ou tipos de migrantes. Assim sendo destacam-se as mais relevantes para este estudo.

### **1.2.7. Migração altamente qualificada**

É considerada um subtipo de migração internacional e constitui a tipologia de migração mais procurada pelos governos dos países de acolhimento (Castles, 2005, p. 58) e está associada a migrantes altamente qualificados e a empresários. Estes migrantes possuem qualificações de gestão, de direção, profissionais de elevada qualificação, técnicos ou equivalentes, que se movem no meio de mercados de trabalho internos das empresas multinacionais ou que procuram emprego em mercados internacionais de qualificações muito específicas. São acolhidos de bom grado por parte dos países recetores que possuem programas especiais de migração qualificada e empresarial para encorajar a sua vinda (Castles, 2005, p. 18). No extremo oposto, a migração pouco qualificada ou de baixa qualificação continua muito

---

<sup>38</sup> Para Castles (2005, p. 20) alguns governos veem os migrantes retornados com alguma suspeição, pelo facto de poderem vir a atuar como agentes de mudança cultural ou política.

presente e expressiva, tendo sido crucial para o crescimento e desenvolvimento industrial pós-1945 na maioria dos países ricos (Castles, 2005, p. 58-59).

#### **1.2.8. Migração *brain drain* ou “fuga de cérebros”**

A migração *brain drain* consiste na transferência de capital humano de países pobres para países ricos, mas pode de igual modo produzir uma transferência de tecnologia e de inovação cultural para as áreas de origem, isto é, os países pobres continuam a produzir mais licenciados do que empregos para os integrar, enquanto os países ricos continuam a cortar os seus orçamentos para a educação. Estas migrações parecem destinadas a continuar (Castles, 2005, p. 58).

#### **1.2.9. Migração ou mobilidade de estudantes**

Na esteira de Gomes (2015), a mobilidade académica internacional é encorajada pelas instituições de investigação e de ensino superior e está integrada quer nas políticas europeias quer pelo financiamento da investigação (Gomes, 2015, p. 31). Neste sentido, a mobilidade académica portuguesa não é entendida pela maioria como uma fatalidade ou uma consequência direta da crise económica que assola o país, mas antes como uma estratégia de carreira, num país de semi-periferia científica, económica e cultural europeia (Gomes, 2015, p. 31).

### **1.3. Modelos e estratégias de integração em contexto migratório**

#### **1.3.1. Conceptualizando a integração**

A integração é um processo inevitável pelo qual o indivíduo migrante passa para encontrar o seu lugar, se tornar parte e participar na sociedade de acolhimento. A integração não é um processo único ou retilíneo, ela comporta dimensões e modalidades diferentes que implicam discordâncias entre os seus diversos momentos (Schnapper, 2008).

Na sequência dos modelos anteriores, a integração também tem sido amplamente questionada e teorizada nos estudos sobre migração, ganhando maior protagonismo na última década. Todavia, está longe de ser um conceito consensual. Isto porque, para além da sua complexidade e multidimensionalidade (substantivos sempre associados aos temas e conceitos em torno dos fenómenos migratórios) está envolta em ambiguidade. A génese da ambiguidade, segundo Schnapper (2009), reside no facto deste conceito pertencer em simultâneo à linguagem académica sociológica e à linguagem política<sup>39</sup>.

Nos últimos anos, foram vários os autores europeus que têm vindo a contribuir para a sua conceptualização e operacionalização. No entanto, os seus contributos polarizam-se. Se por um lado, surgem autores favoráveis à sua reconceptualização (Klarenbeek, 2019; Penninx, 2019), outros contestam e tecem duras críticas, sobretudo à forma como produz conhecimento científico neste domínio (Schinkel, 2013; 2018; 2019; Favell, 2019). Porém, as dissonâncias entre ambos os lados parecem ser profícuos, na medida em que, se procura “despojar o conceito do seu carácter normativo e construir uma definição mais aberta e analítica” (Saharso, 2019). Esta abertura permite a redefinição e “descolonização” do conceito de integração (Mayblin & Turner, 2021 as cited in Favell, 2021), que está profundamente “enraizada num nacionalismo metodológico” encontrado ao longo da investigação e elaboração de políticas sobre imigração que reproduz uma visão colonial, centrada no Estado-nação<sup>40</sup>, sustentada por desigualdades globais (Favell, 2019).

*Lato senso*, o termo integração é utilizado de forma generalizada pelos meios de comunicação social, políticos, decisores políticos, financiadores de investigação, académicos e estudantes para designar tanto o processo, como o estado final pelo qual as sociedades ocidentais imaginam “soldar” a unidade e a coesão, após a imigração ou diversidade (Favell, 2021).

---

<sup>39</sup> No entendimento de Schnapper (2009) deve ser feita uma distinção clara entre políticas de integração, no sentido de política, isto é, de todas as medidas tomadas para definir e aplicar uma vontade política e o facto sociológico do processo de integração. A integração não deve ser confundida como resultado desejado ou proclamado das políticas públicas, mas sim como um processo social, capaz, como qualquer outro processo, de diferentes avanços dependendo do campo, reversões, invenção de modalidades ou contra-tendências. Ainda nesta lógica, Lapeyronnie (2003) alerta para o facto de que a integração é usada nos discursos políticos como o “ponto de vista do dominante sobre o dominado. O dominante, portanto, considera que não está integrado aquele que é dominado.

<sup>40</sup> Para Favell (2021) a noção de integração tem sido específica dos modelos ocidentais de universalização da construção da nação, e central para a sua mudança no pós-guerra, de nação como império, para a Europa dos Estados-nação territoriais reunificados.

No entanto, também é frequentemente utilizado no meio acadêmico para descrever a forma como os indivíduos migrantes encontram o seu caminho ou lugar na sociedade recetora (Saharso, 2019). Esser (2004, p. 46) define a integração como "a inclusão" (de atores individuais) nos sistemas sociais já existentes. Por seu turno, Schnapper (2009) considera a integração como a forma ou via pela qual os indivíduos se integram na sociedade global por meio de uma atividade profissional, aprendendo normas de consumo material, a adoção de comportamentos familiares e culturais, trocas com outros e a participação nas instituições comuns.

### ***Genealogia***

O estudo científico do processo de instalação de novos membros numa sociedade de acolhimento tem uma longa história. Difundido pela Escola de Sociologia Urbana de Chicago no início do século XX, tem sido abordado a partir de diferentes perspetivas e utilizando uma variedade de conceitos (Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016). Contudo, a integração tem uma genealogia relativamente clara na teoria sociológica e nas suas aplicações políticas, o que deve implicar a sua correta utilização. Ele é um conceito distintamente sociológico, ligado à dedução do que mantém unida uma certa noção clássica de sociedade territorial limitada - uma sociedade de instituições estáveis e estruturadas capazes de absorver a mudança e a novidade (Favell, 2021). Nos EUA, a corrente funcionalista influenciou sobremaneira o pensamento e programas de política social progressista do desenvolvimento moderno a nível internacional durante décadas.

A “assimilação americana” consubstancia o sonho de uma cidadania plena e bem-sucedida, num caminho em que os imigrantes perderiam gradualmente a sua distinção étnica à medida que encontravam um lugar na corrente dominante da sociedade política e económica. Na Europa, a herança pós-colonial da Grã-Bretanha e França assegura que estes são os pioneiros da “integração dos imigrantes”. Foi o sentido da palavra “*Civil Rights*”, que o pensamento britânico defende que a “integração” não pretendia ser um achatamento da diversidade cultural, mas sim a criação de igualdade de oportunidades num ambiente tolerante e pluralista (Favell, 2021). O multiculturalismo, basicamente, um nacionalismo reacionário e neoconservador, triunfou em toda a Europa como um senso comum por defeito (Favell, 2021). Após profusas experiências (e ensaios) com a assimilação, multiculturalismo e transnacionalismo que se tornam modelos importados de complexa e difícil implementação

na realidade dos países europeus, e debaixo de fogo, “a integração” parece ser uma alternativa padrão aceitável, passando a ser o conceito vital (e aparentemente inócuo) nos programas e discursos políticos da Comissão Europeia, e conseqüentemente, na Europa (Favell, 2021).

### ***Operacionalização***

Na perspectiva de Favell (2021) a integração é um conceito e não uma metáfora. Os usos metafóricos não devem ser aplicados no trabalho sociológico operacional. A integração é um conceito teórico completo. É um conceito funcionalista Durkheimiano pelo que não pode ser utilizado fora deste tipo de componente teórica. Ela implica um sistema limitado. A integração é uma propriedade de um sistema social, cuja sua menor variante possível é um sistema de dois indivíduos interagindo. Como refere Favell (2019) no seu recente artigo, se atentarmos à investigação desenvolvida no meio académico europeu<sup>41</sup>, é perceptível o uso da integração como um processo que culmina na assimilação do indivíduo migrante. Isto é, a integração “bem-sucedida” ou o “migrante bem integrado” é aquele que se assimilou funcionalmente com a sociedade de acolhimento. Nesta lógica a metáfora da integração não é mais do que uma via normativa cujo objetivo é a assimilação, ou até mesmo a naturalização do indivíduo migrante. Devido às fortes críticas apontadas ao paradigma da assimilação, e desde que a mesma é percebida como “indesejável” e a sua conotação negativa (enraizada numa ideologia de nacionalista ou colonial) a integração passou a ser o termo desejado e privilegiado na Europa ocidental.

A inexistência de um conceito inequívoco de integração gera ambivalência e confusão. Nesse sentido, os investigadores recorrem a conceitos e definições diferentes para expressar o mesmo tipo de processo, o qual traduz as conseqüências da imigração. Esses termos variam no seu grau de clareza, uns são demasiado vagos como os conceitos de “absorção”, “inserção” ou “adaptação” outros são tecnicamente precisos demais, como o conceito de “incorporação”, que no final são “engolidos” pela integração ou demasiado descritivos que não revelam qualquer intervenção política como “assimilação ou aculturação” (Favell,

---

<sup>41</sup> Na senda de Favell (2021), a investigação europeia é influenciada pelos modelos norte americanos dominantes. Nos EUA a assimilação é baseada na raça (segmentada). Para a investigação britânica desigualdade racial é um híbrido peculiar. Esse hibridismo está também presente em trabalhos recentes franceses e holandeses.

2005). Quando comparado com termos como “adaptação”, “incorporação”, “assimilação” ou “aculturação” Favell (2003) argumenta que nenhum destes conceitos abrange e compreende a “engenharia social da integração”. Por seu turno, o termo integração “*as an umbrella*” subordina outros conceitos dominantes, tais como, a assimilação e o multiculturalismo (Boswell, 2003). Existem ainda outros autores que veem a integração como o fim ou resultado de um processo, ou até mesmo como um meio caminho (meio-termo) entre a assimilação e o multiculturalismo (Boswell, 2003).

Abordagens recentes procuram reconceptualizar a integração de “forma aberta, não-normativa, como o processo de se tornar uma parte aceite da sociedade recetora”. Penninx e Garcés-Mascareñas (2016) defendem que apesar de esta ser uma definição elementar é intencionalmente aberta a dois aspetos: o primeiro enfatiza o caráter processual da integração ao invés de definir uma situação final (em contraste com os modelos normativos desenvolvidos pelos teóricos políticos) e o segundo, não especifica previamente o grau ou mesmo os requisitos particulares de aceitação pela sociedade de acolhimento.

No entendimento dos autores, a integração refere-se ao processo de instalação, interação com a sociedade de acolhimento e mudança social que se segue à migração. Isto porque, chegados à sociedade recetora os migrantes devem “assegurar um lugar” para si. Assegurar esse lugar, implica literalmente, a procura de um lar, de um emprego que lhes dê um rendimento e o acesso a saúde. Para além dessa responsabilidade, devem igualmente encontrar um lugar num sentido social e cultural, uma vez, que isso implica não só estabelecer cooperação e interação com outros indivíduos e grupos, como também conhecer e utilizar as instituições da sociedade de acolhimento, tornar-se reconhecidos e aceites na sua especificidade cultural (Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016, p. 11).

O processo de integração opera em dois sentidos: migrante - sociedade de acolhimento e vice-versa, designado por “*two-way process*” (bidirecional)<sup>42</sup>. No sentido, sociedade recetora - migrante, a chegada e a presença dos migrantes, causa um forte impacto na sociedade dominante. Os migrantes despoletam mudanças quer na dimensão quer na composição da população, fazendo emergir novos desafios e reajustes ao nível institucional (Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016, p. 11).

---

<sup>42</sup> Textos políticos da EU foram mais longe ao imaginar um processo de três vias, onde os esforços de integração do migrante antes de se mudar são encorajados, juntamente com potenciais benefícios para o desenvolvimento do país de origem, através de remessas e ligações transnacionais (Comissão Europeia, 2011).

### ***Dimensionalidades e níveis de integração***

A integração nas sociedades de acolhimento é medida através de quatro dimensões: a cultural, social, económica e política. Estas são as dimensões<sup>43</sup> clássicas da integração que reúnem todos os aspetos da vida de um imigrante. Penninx e Garcés-Mascreñas (2016, pp. 14-15) defendem que a integração engloba três dimensões<sup>44</sup> analiticamente distintas, através das quais os indivíduos migrantes podem ou não se tornar uma parcela aceite na sociedade de acolhimento. Elas são: a dimensão jurídico-política, a dimensão socioeconómica e a dimensão cultural-religiosa.

A primeira dimensão, jurídico-política, diz respeito à residência e aos direitos e estatutos políticos. A segunda dimensão, sociocultural, tal como o nome indica, relaciona-se com a posição social e económica dos residentes, independentemente da sua cidadania nacional. Nesta dimensão a posição dos imigrantes pode ser analisada através do seu acesso e da sua participação em domínios que são cruciais para qualquer residente. Importa, contudo, analisar se os imigrantes utilizam e têm igual acesso a instituições para encontrar trabalho, habitação, educação e cuidados de saúde. Importa, igualmente, questionar qual o resultado da participação dos imigrantes comparativamente<sup>45</sup> aos nativos detentores de habilitações escolares ou qualificações profissionais equivalentes. As necessidades e aspirações nestes domínios são relativamente universais e independentes de fatores culturais.

A terceira e última dimensão diz respeito, não só ao domínio das perceções, das práticas dos imigrantes e da sociedade de acolhimento, mas também às reações recíprocas, à diferença e diversidade. Para os imigrantes recém-chegados, caso se considerem diferentes e forem percecionados pela sociedade dominante como sendo culturalmente distintos, podem aspirar a um lugar que lhes proporcione serem reconhecidos. Ainda nesta dimensão, as posições específicas dos imigrantes ou grupos de imigrantes são mais “difíceis de medir”. Por um lado, trata-se menos de diferenças e diversidades objetivas - étnicas, culturais e religiosas - do que de perceções e avaliações normativas recíprocas, na vertente do que é definido como diferente e das consequências de tais categorizações (Penninx & Garcés-Mascreñas, 2016,

---

<sup>43</sup> Esser (2001) defende igualmente quatro dimensões: cultura (semelhante a socialização), colocação (posição na sociedade), interação (relações sociais e redes) e identificação (*belonging* - sentimento de pertença)

<sup>44</sup> Segundo Entzinger (2000, as cited in Penninx & Garcés-Mascreñas, 2016, p. 14), as referidas dimensões correspondem a três fatores fundamentais que interagem com os processos de imigração e integração: o Estado, o mercado e a nação.

<sup>45</sup> Cf. Penninx e Garcés-Mascreñas (2016, p. 15) o acesso e participação dos imigrantes e dos nativos nestas áreas pode ser medido comparativamente. Se os resultados se verificarem desiguais proporcionam contributos e pistas úteis para as políticas [de integração].

p. 15). Todavia, as categorizações e percepções recíprocas manifestam-se de forma distinta e a diferentes níveis: ao nível individual, coletivo e institucional. Por fim, importa mencionar que todas as dimensões explanadas não são totalmente independentes umas das outras, sendo que a dimensão jurídico-política pode condicionar as dimensões socioeconómicas, cultural e religiosa.

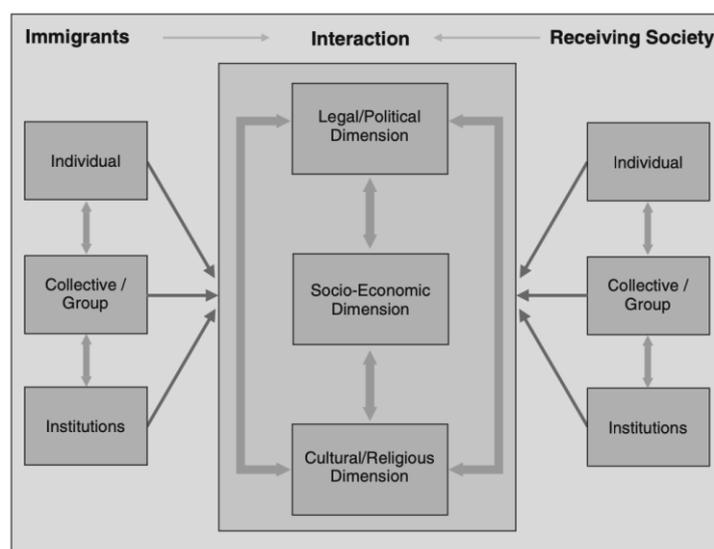
No que concerne aos processos de integração dos imigrantes, estes podem ser medidos a diferentes níveis e através de indicadores.

Para a primeira dimensão, a jurídico-política, o nível de análise é centrado no migrante, sendo por isso individual, e pode ser medida em termos do seu estatuto legal e participação política. Na segunda dimensão, a sócio cultural, é possível observar para a sua integração sócio económica e posicionamento nos domínios mais “difíceis” (*hard domains*) tais como a habitação, o trabalho, a educação e a saúde. Por seu turno, na terceira dimensão, as percepções e práticas dos migrantes é possível medir a sua “identificação com um grupo” cultural e religioso específico e com a sociedade de acolhimento em geral, bem como as suas práticas culturais e religiosas e a forma como estas são valorizadas.

Passando para o segundo nível de análise, este remete para as organizações, dado que existem organizações de migrantes que mobilizam recursos e ambições de grupo. As organizações podem ser fortes ou fracas; podem orientar-se principalmente para a sociedade de acolhimento ou para as necessidades culturais e religiosas específicas do grupo. Podem tornar-se uma parte aceite da sociedade civil - e um parceiro potencial para as políticas de integração - ou isolar-se ou ser excluídas pela sociedade de acolhimento (Penninx & Garcés-Mascreñas, 2016, pp. 17-18).

O terceiro nível é o das instituições. As instituições são “entendidas como formas padronizadas, estruturadas e comuns de atuação num contexto sociocultural”. No plano das instituições, duas instituições mostram-se mais relevantes: as públicas gerais e as específicas “de e para” grupos migrantes. Relativamente às instituições públicas da sociedade recetora, estas ocorrem nas três dimensões, a saber: i) arranjos institucionais do sistema político; ii) arranjos institucionais no mercado de trabalho, habitação, educação e saúde pública; iii) arranjos institucionais na diversidade cultural e religiosa. Fazem parte destas instituições, as leis, os regulamentos e organizações executivas e regras ou práticas não escritas. Pese embora, as instituições de âmbito geral devam servir todos os cidadãos de forma igualitária, podem também impedir o acesso a resultados equitativos e/ou excluir formalmente os

imigrantes. Ou seja, mesmo que o acesso de todos os “residentes” seja garantido por lei, as instituições podem dificultar-lhes o acesso, não levando em consideração a história dos imigrantes, os seus antecedentes culturais e religiosos ou, até mesmo, as suas competências ou capacidades linguísticas. Neste sentido, como enfatizam Penninx e Garcés-Mascareñas (2016, p. 17), é essencial que o funcionamento adequado das instituições públicas se adapte a uma diversidade crescente.



**Figura 1.1. Modelo heurístico para o estudo empírico dos processos de integração**

Fonte: Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016, p. 16

### ***Partes envolvidas no processo de integração***

Segundo o modelo heurístico para o estudo empírico do processo de integração de Penninx e Garcés-Mascareñas, (2016, p. 16) existem duas partes relevantes com interesses comuns envolvidas no processo de integração dos migrantes recém-chegados numa sociedade já estabelecida. A primeira parte relaciona-se com os próprios migrantes, portadores de características variáveis, esforços e graus de adaptação. Por seu turno, a segunda parte corresponde à sociedade recetora, também ela com as suas características e reações aos migrantes recém-chegados. A interação entre as duas partes determina a direção e os resultados temporais do processo de integração. Contudo, estas duas partes são

desproporcionalmente desiguais<sup>46</sup> em termos de poder e recursos. A sociedade de acolhimento, a sua estrutura institucional e a reação aos recém-chegados, tem um peso maior no resultado do processo de integração do que os próprios imigrantes.

### ***O mito da integração bem-sucedida***

A integração “bem-sucedida” está associada à ideia de um estado final ou a uma integração completa. *Lato senso*, a integração bem-sucedida depende não só das características do sujeito migrante, mas também da sociedade de acolhimento<sup>47</sup> (Saharso, 2019). Segundo Ager e Strang (2008, p. 166) existem elementos-chave nas perceções sobre o que constitui uma integração bem-sucedida. Os domínios-chave da integração estão relacionados com quatro dimensões globais: i) realizações e acesso ao emprego, a habitação, a educação e a saúde; ii) assunções e prática no que concerne à cidadania e aos direitos; iii) processos de conexão social dentro de grupos e entre grupos na comunidade; iv) barreiras estruturais, conexões relacionadas com a linguagem, cultura e o ambiente local.

Contudo, por definição, ninguém é ou está totalmente integrado. Portanto, não existe uma integração em absoluto, uma vez que existem dialéticas e processos complexos de integração, de marginalização e de (auto) exclusão. Porém, uma das formas encontradas pelas sociedades recetoras de perceberem se uma determinada comunidade ou grupo está ou não bem integrado é “medir o seu grau ou nível de integração”. Apesar dos mecanismos e instrumentos criados para “medir graus de integração”, serem importantes para os países de acolhimento, por forma a conhecer determinados grupos migrantes com maior pormenor, com o objetivo criar novas medidas e estratégias de “(re)ajuste”, é importante ter em linha de conta que essas medições são perceções, não realidades ou retratos sociais exatos. Isto porque a integração, à semelhança da migração, resulta de um projeto individual e subjetivo, e por isso, não reproduzível em todas as suas dimensões. Por outro lado, o que para a sociedade de acolhimento pode não ser representativo de uma integração bem-sucedida, para o migrante pode efetivamente sê-lo. Assim, sendo, as expectativas de uma integração “bem-

---

<sup>46</sup> São desproporcionalmente desiguais, e por isso, assimétrica. Para Favell (2021) a assimetria de poder envolvida na pressão transformadora exercida pelos estados-nação recetores está sempre presente, distorcendo um processo alegadamente bidirecional ou intercultural. Além disso, esta “integração” não pode ser medida sem que o perigo de

<sup>47</sup> No entendimento de Boswell (2003) as sociedades de acolhimento são marcadas por variações nacionais e ideológicas quanto ao grau de adaptação dos migrantes a sociedade de acolhimento. Em alguns casos, a integração pode tomar a forma de uma assimilação, multiculturalismo ou segregação.

sucedida” por parte sociedade de acolhimento podem não corresponder às expectativas reais de cada comunidade ou grupo de migrantes.

Após a conceptualização em torno do conceito de integração, dar-se-á continuidade apresentando os modelos de integração sobre os quais recairão este estudo. Eles são: a assimilação, o multiculturalismo e o interculturalismo, termos que têm vindo a ser utilizados nos discursos políticos não só da UE, como também da sociedade de acolhimento da presente investigação, a Suíça. Estes modelos são essenciais e permitem compreender as políticas de imigração e integração, bem como os processos de integração do presente estudo.

### **1.3.2. Assimilacionismo**

Esta forma de integração e de regulação da população migrante teve origem em países tradicionalmente recetores de imigração como os EUA, o Canadá, a Austrália, tendo-se difundido no fim do século XIX em países como a França, Alemanha e Suíça. Neste sentido, as conceções e abordagens teóricas seguem linhas e trajetórias divergentes, fruto das suas especificidades e dos diferentes contextos histórico-políticos.

De acordo com a IOM (2009, p.10), a assimilação corresponde à adaptação de um grupo étnico ou social, geralmente uma minoria, a outro grupo. A assimilação corresponde a uma subordinação à língua, às tradições, aos valores e comportamentos ou mesmo aos interesses vitais fundamentais e a uma alteração no sentimento de pertença. À luz deste paradigma, a migração não deve implicar transformações significativas na sociedade de acolhimento. Segundo Castles (2005, p. 65), existe a crença na “possibilidade de controlar a diferença étnica”. Em contexto migratório, assimilar é sinónimo de encorajar os migrantes a aprender a língua nacional e a adotar as práticas sociais e culturais da comunidade de acolhimento. Implica uma “transferência de lealdade”, do local de nascimento para o novo país e a adoção de “uma nova identidade nacional” (Castles, 2005, p. 63). É esperado que o migrante abdique da cultura de origem e que se dilua na população, pelo menos por altura da segunda geração (Castles, 2005, p. 82). Progressivamente a assimilação conduz à incorporação dos migrantes e seus descendentes na qualidade de “novos cidadãos” (Castles, 2005, p. 64), numa lógica de homogeneização (sociocultural) da sociedade.

Ao nível micro, a estratégia da assimilação é definida quando os indivíduos não desejam manter a sua identidade cultural e procuram a interação diária com outras culturas. Assim,

os indivíduos migrantes deixam-se absorver pelo grupo cultural dominante, perdendo ao mesmo tempo, muito da sua cultura de herança (Berry, 2011). No fundo, a assimilação incentiva e estimula o processo de fusão dos migrantes, grupos étnicos e minorias, como membros do grupo social da sociedade recetora: uma nação. Porém, a expectativa de “assimilação cultural” revelou-se ilusória, uma vez que as comunidades étnicas foram mantendo e preservando as suas línguas e culturas ao longo da segunda e terceira gerações, começando por estabelecer, inclusivamente, associações culturais, locais de culto e negócios étnicos (Castles, 2005, p. 65).

No plano político-institucional, Castles (2005, p. 133) refere que a assimilação pode ser entendida como a política de incorporação de migrantes e de minorias na sociedade, através de um “processo unilateral de adaptação”. Neste sentido, é esperado que os migrantes venham a abdicar das suas características linguísticas, culturais e sociais distintas, e que se tornem indiferenciados da maioria da população. No âmbito de uma política de assimilação, o papel do Estado é determinante na medida em que cria as condições favoráveis à adaptação individual e à instalação da cultura e dos valores da maioria, através da insistência no uso da língua dominante. No que tange à aquisição da nacionalidade, os migrantes ou grupos minoritários só a podem adquirir mediante a renúncia à sua identidade de grupo (Castles, 2005). Com tempo, o termo assimilação foi substituído pelo de “integração” que supõe um processo mais gradual de adaptação. A integração surge, assim, como resposta às críticas de “dominação cultural” por parte das minorias. Contudo, a absorção pela cultura dominante permanece como objetivo final (Castles, 2005).

### **1.3.3. Multiculturalismo**

Como resposta ao processo de preservação étnico cultural da população migrante, vão emergindo teorias plurais e multiculturais<sup>48</sup>, nomeadamente, o multiculturalismo. O multiculturalismo apresenta-se como uma antítese da assimilação<sup>49</sup>, constituindo um modelo conceptual que define linhas e princípios norteadores ao nível das políticas públicas e da identidade nacional, em sociedades nas quais existe diversidade étnica e cultural, fruto da

---

<sup>48</sup> Apesar de não ser abordado neste texto, é importante referir o “paradigma do pluralismo cultural”, surgido na década de 60, e que na visão de Giménez Romero (2010, p. 33) continua a ser válido por se basear em dois princípios absolutamente imprescindíveis como a igualdade de direitos e deveres e o direito à diferença.

<sup>49</sup> Segundo, Kivisto e Faist (2007, p. 35), o multiculturalismo foi em parte concebido como uma alternativa ao modelo assimilacionista vigente nos Estados Unidos.

migração. Para Kivisto e Faist (2007, p. 35), a primeira nação a esboçar os contornos do que veio a ser definido como multiculturalismo foi o Canadá, pela mão de um dos seus grandes defensores e perpetuadores no mundo ocidental, Kimlycka. As raízes ideológicas do multiculturalismo situam-se na compreensão popular da nação como um mosaico - com a ideia de um retrato de identidade - em vez de um *melting pot* (Porter, 1965; Kymlicka, 1998; Kivisto, 2002; as cited in Kivisto & Faist, 2007, p. 35).

O paradigma do multiculturalismo desponta no fim da década de 1960 nas democracias ocidentais - Estados-Nações - num tempo marcado por grandes metamorfoses sociais, corolário do pós-guerra. É neste contexto histórico social que o multiculturalismo veio assumir parte de uma transformação e de uma revolução maior pelos direitos humanos, envolvendo a diversidade étnica e racial (Kymlicka, 2012, p. 131). Como é sabido, no período que antecede à Segunda Guerra Mundial, a diversidade étnico cultural e o regime do Ocidente<sup>50</sup> são caracterizados por relações hierárquicas não liberais e não democráticas, tais como, conquistador-conquistado; colonizador-colonizado; civilizado-primitivo; ortodoxo-herético, fundamentadas por ideologias racistas de superioridade de alguns povos e culturas e o seu direito de governar os demais. Por sua vez, estas ideologias materializam-se em leis internas ou domésticas, como a imigração e políticas de cidadania racialmente tendenciosas (Kymlicka, 2012, p. 131).

Para Castles, (2005, p. 132) o multiculturalismo implica o “reconhecimento de direitos iguais aos membros desses grupos em todas as esferas da sociedade, sem que exista a expectativa de que abdicuem da sua diversidade, esperando-se, porém, que aceitem e se conformem com alguns valores fundamentais”. Por seu turno, este conceito implica, igualmente, o abandono do mito do Estado-Nação homogéneo e monocultural e significa o reconhecimento dos direitos de preservação da cultura de origem e de formação de comunidades, associando-os à igualdade social e à proteção face à discriminação Castles, 2005, p. 66) Em convergência com esta perspetiva, Modood (2012 as cited in Kastoryano, 2018, p. 3), refere que o multiculturalismo “se baseia nos valores democráticos de liberdade, igualdade, fraternidade e unidade.” Argumentando contra a abordagem assimilacionista que favorece uma homogeneidade nacional histórica, Modood (2012) acredita que o

---

<sup>50</sup> Para Kymlicka (2012, p. 1), o termo multiculturalismo, surgiu no Ocidente, para representar as ideias sobre a acomodação legal e política da diversidade étnica, nas sociedades europeias, particularmente nos estados-membros da União Europeia (UE), substituindo formas antigas de hierarquia racial e étnica, e com o objetivo de promover relações baseadas na cidadania democrática.

multiculturalismo considera os migrantes como concidadãos dentro de um pluralismo, em que todas as identidades são respeitadas.

Seguindo a linha teórica defendida por Hall (2003, p. 52), o multiculturalismo é um termo “polissêmico<sup>51</sup> e sujeito a diversos campos de força política. Enquanto substantivo, o multiculturalismo refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais”. Na perspectiva deste autor (Hall, 2003, p. 53), existem diferentes concepções de multiculturalismo: o conservador, o liberal, o comercial, o corporativo e o crítico. O multiculturalismo conservador<sup>52</sup> insiste na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O liberal procura integrar os diferentes grupos culturais na sociedade majoritária, “com base numa cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado”. Por seu turno, o multiculturalismo comercial parte do pressuposto de que se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural são resolvidos e dissolvidos no conjunto privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) procura gerir as diferenças culturais da minoria, salvaguardando os interesses do centro. Por último, o multiculturalismo crítico foca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (Hall, 2003, p. 53). O autor sublinha, ainda, que o multiculturalismo desvenda o racismo e contraria os pressupostos invisíveis e tomados por garantidos, que definem o cenário para a titularidade de direitos, poder e privilégios; constitui também um reajustamento de relações desiguais de poder e exploração entre dominantes e dominados.

No entendimento de Rosas (2007, p. 2), o multiculturalismo “visa interpretar aquilo que entendemos por sociedade multicultural<sup>53</sup> e, ao mesmo tempo, dizer o que devemos fazer, de um ponto de vista político, em relação a ela.” Como teoria política, o multiculturalismo

---

<sup>51</sup> O termo multiculturalismo pode assumir diversos significados diferentes em países. A título de exemplo, no Canadá e na Austrália, o termo é utilizado quase exclusivamente para se referir a grupos de imigrantes, não a grupos indígenas. Por seu turno, na América Latina pode ser usado para se referir a grupos indígenas e não a grupos de imigrantes. Porém, em alguns países, pode ser igualmente, usado de uma forma mais ampla e abrangente de forma a cobrir todas as formas de diversidade etno-cultural (Colombo, 2015).

<sup>52</sup> Para Sousa Santos (2001, p. 11) o multiculturalismo conservador é “sinónimo de um multiculturalismo de natureza colonial. Reconhece a existência de outras culturas e etnias, hierarquicamente inferiores. Para o multiculturalismo conservador, a cultura eurocêntrica (cultura branca dominante) é uma cultura universal que [...] resume em si mesma tudo o que melhor foi dito ou pensado no mundo em geral.” Inevitavelmente, “esta forma de multiculturalismo tem como consequência política o assimilacionismo”.

<sup>53</sup> Para o autor a “sociedade multicultural” representa uma realidade, ou seja, é um conceito descritivo, enquanto o conceito de multiculturalismo é um modelo normativo (Rosas, 2007, p. 2).

desafia uma “filosofia liberal do universalismo” que concebe os seres humanos como agentes racionais do livre-arbítrio, cuja liberdade só pode ser concedida através de direitos idênticos, individuais. Sublinha, a relevância do “reconhecimento da diferença tanto ao nível filosófico - a sua relevância para a identidade pessoal, realização pessoal e participação social - como ao nível político - a sua importância para dar voz, no espaço público, aos grupos marginalizados, superando injustiças e exploração anteriores” (Colombo, 2015). Desta forma, o fenómeno do multiculturalismo encontra-se relacionado com a “política de identidade”, a “política da diferença” e a “política do reconhecimento”, cujo compromisso consiste na “reavaliação das identidades desrespeitadas, com o objetivo de mudar padrões dominantes de representação e comunicação, que marginalizam determinados grupos minoritários” (Young 1990; Taylor 1998).

Porém, são vários os autores que endossam críticas ao paradigma do multiculturalismo. Para Kivisto e Faist (2007, p. 41), os críticos do multiculturalismo dificilmente consideram a possibilidade de que este constitua um modo de inclusão democrática. Tais críticos são variados e oriundos de todo o espectro político. Neste sentido os argumentos dividem-se em várias categorias amplas. Fleras e Elliott (2002) citados por Shibus e Lloyd (2015, p. 6) fornecem um resumo das várias críticas dirigidas ao multiculturalismo canadense enquanto política pública oficial. Os autores listam cinco tipos distintos: 1) o multiculturalismo é divisivo: mina a sociedade canadense (identidade e coerência) ao promover a diversidade cultural em detrimento da unidade nacional; 2) o multiculturalismo é marginalizante: “guetiza as minorias”, as suas aspirações, e mercantiliza a cultura invocando soluções culturais para os problemas estruturais; 3) o multiculturalismo é essencial: fossiliza as diferenças e prevê o Canadá como um conjunto de grupos étnicos autónomos que são auto-contidos, determinantes e controladores; 4) o multiculturalismo é um embuste: não aborda a causa raiz da desigualdade, uma vez que é um símbolo sem substância, que promete muito mas que pouco compromete, a não ser iludir, ocultar, iludir ou distorcer; 5) o multiculturalismo é hegemónico: não fortalece as minorias, antes as contém, uma vez que é um instrumento de controlo que consegue o consenso através da manipulação do consentimento das pessoas sem o seu conhecimento. A dupla de autores Santos e Nunes (2003, p. 30) sublinha que este conceito “é eurocêntrico e faz parte da lógica cultural do capitalismo multinacional consistindo, por isso, uma nova forma de racismo” (racismo pós-moderno). Castles (2005) acrescenta ainda, que o multiculturalismo possui conotações com

uma “engenharia social conduzida pelo Estado” (p. 66) e, pode ser encarado como “forma de controlar as diferenças no seio dos limites do Estado-nação” (p. 67). Em resultado das críticas, divergências e dissonâncias políticas, o termo multiculturalismo foi perdendo força durante a década de 90.

#### **1.3.4. Interculturalismo**

Com a assimilação e o multiculturalismo desacreditados, o foco muda-se para as virtudes do interculturalismo, enquanto modelo de gestão da diversidade cultural. O interculturalismo vem, neste contexto, assumir um estatuto de paradigma alternativo ao multiculturalismo (Bouchard, 2011) e de natureza “pós-multiculturalista” (Zapata-Barrero, 2017), no qual a ênfase é colocada na interação entre diferentes comunidades étnicas e culturais (Alexandre, 2007).

À semelhança dos paradigmas anteriores, tem a sua origem no Canadá. Para Bouchard (2011), o interculturalismo representa uma “nova fórmula de coexistência” que foi concebida para trazer uma perspetiva dinâmica à “identidade nacional definida”. Ele é construído sobre a aposta básica da democracia, ou seja, sobre “a capacidade de alcançar um consenso sobre formas de coexistência pacífica que preservem os valores básicos, abrindo espaço para o futuro de todos os cidadãos, independentemente das suas origens ou nacionalidades” (Bouchard, 2011, pp. 446-447). Neste sentido, o interculturalismo exige uma “dinâmica complexa constituída por interações, continuidade e mudança, constantemente negociada e renegociada a todos os níveis da sociedade, num quadro de respeito e num espírito de máxima firmeza nos princípios, na flexibilidade e na sua aplicação” (Bouchard, 2011, pp. 446-447). O argumento do interculturalismo fundamenta-se, pois, na importância de um “diálogo entre culturas” - diálogo intercultural<sup>54</sup> - como uma base para a reciprocidade, que conduz a uma sociedade coesa onde a solidariedade inclui a maioria bem como a minoria (Kastoryano, 2018, p. 2). A interação baseada no contacto entre

---

<sup>54</sup> Fornet-Betancourt (2007 p. 19) acredita que o diálogo intercultural é a única alternativa que nos promete conduzir à superação efetiva de formas de pensar que, de uma ou outra maneira, resistem ao processo da argumentação aberta, ao condensar-se em posições dogmáticas, determinadas somente a partir de uma perspetiva monocultura. Resumindo: o diálogo intercultural parece-nos, ser hoje, a alternativa histórica para emprendermos a transformação dos modos de pensar vigentes. De acordo com o glossário da EMN (2018, p. 215), o diálogo intercultural consiste numa troca aberta e respeitosa de opiniões entre indivíduos e grupos com diferentes origens étnicas, culturais, religiosas e linguísticas e património, com base na compreensão e respeito mútuos.

a diferença conduz a uma “pertença mútua” de nacionais e não nacionais e a uma “prática cívica e cidadania” (Zapatero-Barrero, 2017).

Por seu turno, Fonet-Betancourt (2007) elucida que a interculturalidade<sup>55</sup> remete para a “comunicação e a interação entre duas culturas, com vista à qualidade interativa das relações das culturas entre si e não uma mera coexistência fática entre culturas distintas num mesmo espaço social”. Para o autor, a interculturalidade “reconhece o direito à diferença, orienta e promove as relações de natureza dialógica e igualitária entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes. Fonet-Betancourt (2007) salienta, ainda, que as “relações dialógicas” não ignoram as hierarquias e as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Finalizando, a interculturalidade implica a “relação com o Outro de uma forma envolvente, transversal e não limitada pela comunicação racional e por meio de conceitos” (pp. 254-255).

---

<sup>55</sup> O prefixo [*inter-*] refere-se a uma relação entre diferentes elementos, ou seja, quando existe uma interação ou troca recíproca e, neste caso, numa separação com base na diferença. No que tange à terminação [-idade], como por exemplo, interculturalidade, esta remete para os fenómenos sociais observáveis numa determinada realidade Cf. a proposta de termos e conceitos. Giménez (2010, p. 25), propõe que a interculturalidade no plano factual, remeta para as relações interétnicas, interlinguísticas e inter-religiosas. Por seu turno, no plano normativo, o interculturalismo deveria ser ou significar a convivência na diversidade, sob o “Princípio de Igualdade, o Princípio da Diferença e o Princípio da Interação positiva”. Por fim, o sufixo [-ismo], presente nos termos em análise como o interculturalismo, o multiculturalismo e o assimilacionismo, expressa uma atitude que serve como base para diferentes práticas normativas e a nível institucional.

**CAPÍTULO II. POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO  
SUÍÇAS**

As políticas de imigração e integração<sup>56</sup> são cruciais para a compreensão e o mapeamento dos fluxos migratórios entre diferentes geografias de destino. No país recetor, as políticas migratórias determinam a forma como o migrante é acolhido, como será a sua integração no mercado de trabalho, a sua mobilidade socioprofissional, a sua integração cultural, os seus níveis de participação cívica e o seu acesso à nacionalidade. É, precisamente, através das políticas de imigração e integração que os estados modernos regulam quem entra no seu território, durante quanto tempo, em que condições e de que forma será gerida a diversidade cultural. Dado que a geografia de destino do presente estudo é a Suíça, considerado “um caso paradigmático<sup>57</sup>” no que tange à imigração e integração, faz-se em seguida uma breve retrospectiva histórica da evolução da imigração e das “políticas de imigração e integração<sup>58</sup>” suíças. A retrospectiva será norteada pelo contexto histórico nacional suíço e pelo contexto europeu, concluindo com a situação presente das políticas de integração suíças, à luz do MIPEX<sup>59</sup>.

## **2.1. Retrospectiva histórica das políticas de imigração e integração suíças**

Localizada no centro da Europa, mais concretamente no cruzamento da Europa do Norte e do Sul (D’Amato, 2012), partilhando fronteiras com a França, a Alemanha, a Áustria, o Liechtenstein e a Itália, a Suíça é mundialmente conhecida pela sua tradição em matéria de asilo, pela sua estabilidade económica e pela sua diplomacia. Desde a Guerra Civil do *Sonderbund* (1847) e a criação da sua Constituição Federal em 1848, a Confederação Helvética tem mantido uma postura de neutralidade (Soulet, 2005, p. 223).

Em virtude da sua neutralidade armada, tem conseguido, ao longo da sua história, não só evitar as grandes guerras europeias e mundiais, mas também as crises revolucionárias e os conflitos laborais através do estabelecimento de uma “paz industrial” que propicia um

---

<sup>56</sup> Na senda de Ruedin et al. (2015, p. 5) como conceito, as políticas de integração só adquiriram proeminência nas ciências sociais na década de 1980, mas termos alternativos como políticas de imigração ou políticas de assimilação estavam em uso anteriormente.

<sup>57</sup> Caso paradigmático pela não inclusão da Suíça em espaços supranacionais, nomeadamente a União Europeia, o que permite analisar em que medida a evolução das políticas de imigração sofrem influências quer pelos processos de globalização e transnacionalização das políticas migratórias, quer a sua permeabilidade face às políticas internacionais e assinatura de acordos bilaterais (Marques, 2008, p.112).

<sup>58</sup> Para Marques (2008, p. 115) os textos oficiais não se referem à política migratória do país, mas à política de estrangeiros. O recurso deste “artifício semântico” traduz certamente a intenção do legislador, mas não reflete a realidade demográfica que demonstra que a Confederação Suíça é, de facto, um país de imigração desde o início do século XX.

<sup>59</sup> MIPEX - *Migrant Integration Policy Index* (2020) disponível em: <https://www.mipex.eu/what-is-mipex>

entendimento duradouro entre o capital e o trabalho. Porém, subjacente a esta imagem “pacífica e neutral do enclave suíço” existe algo extremamente complexo e paradoxal cuja génese se encontra na sua “fragmentação e tensão interna” (Soulet, 2005, p. 223), fruto da sua diversidade étnica e linguística e de um governo descentralizado que elabora a maior parte das suas leis ao nível cantonal (D’Amato, 2012, p. 165).

Devido à sua pequena dimensão geográfica, a Suíça enfrenta, desde sempre, o medo de ser demográfica e culturalmente dominada pelos países vizinhos, economicamente fortes. Este receio de ameaça constante à sua estabilidade económico-social e, em particular, à sua identidade nacional é designado pelo termo *Überfremdung*<sup>60</sup>. Este fator ou sentimento enraizado no pensamento suíço é um dos principais motivos pelos quais a Confederação Helvética nunca se ter considerado “um país de imigração”, apesar de possuir uma elevada percentagem de população estrangeira, no seu território, desde os anos 70. Essa resistência e negação a uma “política de imigração ao nível federal” são visíveis até aos anos 90 do século passado (Mahnig & Wimmer, 2003), refletindo-se ao longo do tempo, na “não-adoção de uma verdadeira política de imigração” (Marques, 2008, p. 115). Esta abordagem política de natureza reativa é conhecida pelo “princípio da navegação à vista<sup>61</sup>”.

De igual modo, a “gestão inteligente da multiculturalidade” através das suas instituições federais (Schnapper, 1997 as cited in D’Amato, 2012), reforçam o caráter “preventivo e defensivo” da Suíça nas suas tomadas de decisão e na forma como percebe e se relaciona com a população estrangeira. Este posicionamento revela a natureza da relação<sup>62</sup> que o Estado tem estabelecido com os estrangeiros (não-cidadãos): impedir a fixação permanente no seu território, sendo vistos como um “instrumento de equilíbrio económico ou variável económica” (Marques, 2008).

Não se assumindo como um país de imigração, a Suíça, em certos momentos da sua história, sentiu a necessidade de se “ajustar” quer às necessidades políticas internas quer às pressões europeias, adotando uma postura e política reativa com base no princípio de “navegação à vista”, que desde a Segunda Guerra Mundial tem respondido às solicitações dos atores económicos e políticos (Fibbi & Cattacin, 2000, p. 143).

---

<sup>60</sup> Traduzido para português: receio de invasão de estrangeiros ou sobreestrangeirização.

<sup>61</sup> No entendimento de Fibbi e Cattacin (2000, p. 143) “a navegação à vista”, procurou dar resposta às exigências e pressões de grupos de interesse, atores sociais, económicos e políticos.

<sup>62</sup> Relação baseada na subordinação da estada dos estrangeiros às razões laborais e que, por isso, se tem caracterizado até Setembro de 2000, pela ausência de uma política efetiva de integração dos imigrantes (Marques, 2008, p. 116).

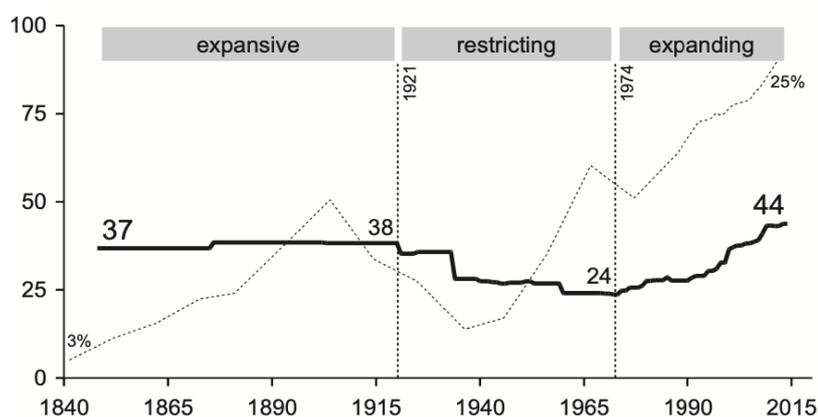
Numa primeira fase, as políticas de imigração pretendem dar resposta aos interesses económicos do setor empresarial helvético, que sem grande oposição vêm concretizadas as suas exigências no quesito do livre acesso à mão-de-obra de baixo custo e pouco ou nada qualificada. Numa segunda fase e a partir dos anos 60, assiste-se a uma formulação da política migratória que começa a merecer a atenção de outros grupos de interesse, contrários ao patronato suíço. Contudo, apesar da oposição deste último grupo à presença excessiva da população estrangeira, os empresários e os cantões suíços conseguem garantir que os setores e as regiões mais débeis não sejam afetados pela sucessiva adoção de medidas restritivas. A ineficácia do governo suíço em limitar o aumento contínuo da população estrangeira residente na Suíça resulta dos dois grupos de interesse. Embora as reivindicações apresentadas por estes movimentos encontrem eco junto das instituições governamentais e sejam utilizadas por estas para limitar os desejos expansivos dos empresários e de algumas regiões suíças, a sua ação nunca foi suficientemente forte para contrariar a evolução positiva da proporção de estrangeiros presentes na Suíça (Marques, 2008). Posteriormente, o governo suíço abandona a sua “política de rotação” do início dos anos 60, reconhecendo que a única alternativa será uma política de integração (D’Amato, 2012). Face a isso, a integração vai ocorrer naturalmente no mercado de trabalho e nas escolas bem como nas associações, sindicatos, clubes, igrejas, bairros e através de outras redes informais. A partir dos anos 70, a principal política de integração tem como objetivo melhorar o estatuto legal dos imigrantes, reunindo as famílias de forma mais célere e concedendo aos imigrantes um estatuto mais seguro. Após a crise económica dos anos 90, a política suíça de estrangeiros adaptou-se à nova realidade, ao considerar a integração de estrangeiros um pré-requisito para alcançar uma política de imigração “socialmente sustentável”. A integração passou a ser subentendida como a participação dos estrangeiros na vida económica, social e cultural do país. Por seu turno, em meados da década de 1990, este “novo discurso migratório” desenvolveu um impulso próprio, a partir do qual os atores sociais contemporâneos começaram a entender a Suíça como uma “sociedade de migração”. Até então, a migração era vista como uma “palavra estrangeira” (Espahangzi, 2021, p. 7) utilizada primeiramente em contextos especializados individuais, e posteriormente, em contextos cada vez mais públicos, marcando um “campo discursivo” em que diferentes domínios se ligaram entre si. Face a esta nova realidade, as autoridades estatais, os políticos, as organizações de ajuda, as igrejas,

as organizações não-governamentais, a sociedade civil e os académicos puderam alargar o seu campo de atuação e posicionar-se de acordo com os seus projetos e interesses.

Em 2017, o governo suíço apresentou um plano para limitar a imigração, acionando uma cláusula de salvaguarda unilateral. Esta estratégia propõe que seja determinado, anualmente, o número máximo de cidadãos oriundos da UE que podem entrar em território suíço para residir e trabalhar.

### ***Génese da imigração suíça***

Historicamente a Suíça foi um país de emigração no século XVIII. Todavia a partir da segunda metade do século XIX e inícios do século XX, começou a depender das forças de trabalho estrangeiras (mão-de-obra de baixo custo), com o objetivo de sustentar o seu crescente desenvolvimento industrial em setores cruciais da sua economia, como a construção civil e infraestruturas, sobretudo ferroviárias (Marques, 2008, p. 116). Face a isso, a Confederação Suíça foi-se tornando gradualmente numa geografia de destino e país de imigração desde inícios do século XX. No que respeita à evolução histórica das políticas de imigração e integração neste país, Ruedin et al. (2015, p. 8)<sup>63</sup> identificam, no arco temporal de 1948-2014, três períodos distintos de elaboração de políticas<sup>64</sup>: um período expansivo, um período restritivo e um período de expansão.



**Gráfico 2.1. Políticas de Imigração e Integração suíças ao longo do tempo**

Fonte : Ruedin et al. (2015, p. 10)

<sup>63</sup> Esta divisão de períodos até 2014, resulta de um artigo elaborado por Ruedin, Alberti e D’Amato da Universidade de Neuchâtel em 2015 “*Immigration and Integration Policy in Switzerland, 1848 to 2014*” em resposta ao relatório de avaliação das políticas de imigração e de integração da Suíça elaborado pelo MIPEX em 2015.

<sup>64</sup> Que podem corresponder a diferentes regimes migratórios.

Como se pode observar (gráfico 2.1.), o primeiro período corresponde ao arco temporal entre 1848 e 1921, que se caracteriza pela estabilidade e políticas relativamente expansivas (Ruedin et al., 2015, p. 8).

Neste período, a política suíça de imigração e integração não sofreu grandes alterações e as poucas mudanças ocorridas não alteram o princípio fundamental da livre circulação. Relativamente ao segundo período, entre 1921 e 1974, as alterações políticas tendem a ser mais restritivas. Por fim, o terceiro período de 1974 a 2014 caracteriza-se por políticas progressivamente mais expansivas. Durante o terceiro período, a percentagem de cidadãos estrangeiros parece, de alguma forma, estar correlacionada com políticas mais expansivas (Ruedin et al., 2015, p. 8).

Para um melhor entendimento dos referidos períodos, apresenta-se, de seguida, uma sucinta *timeline* da evolução da imigração e do seu impacto na política de imigração e integração na Suíça.

### ***Da criação do Estado Suíço à Primeira Guerra Mundial***

Após 1848, a Confederação Helvética afirma-se como uma formação nacional, que baseava a sua identidade em conceções republicanas, democráticas e liberais. A liberdade de circulação de bens e pessoas era valorizada bem como a tradição do asilo. Os imigrantes eram principalmente artesãos qualificados provenientes das regiões fronteiriças da Alemanha, França e Áustria e aos quais se vem juntar, a partir de 1885, os trabalhadores vindos da Itália. A política de permanência e residência de estrangeiros assume um carácter marcadamente liberal e era da inteira responsabilidade dos cantões (Marques, 2008), cujas leis tinham de se conformar aos acordos bilaterais assinados entre a Suíça e outros Estados europeus (D'Amato, 2012). Tais acordos<sup>65</sup> ou tratados garantiam aos cidadãos dos países signatários o direito de entrar, permanecer, residir e trabalhar na Suíça em condições semelhantes às dos cidadãos suíços. (Golder, 1999; Haug, 1980; Niederberger, 1982 as cited in Marques, 2008, p. 117).

Ruedin et al. (2015)<sup>66</sup> não utilizam a Primeira Guerra Mundial como ano de corte e delimitação deste período. Contudo, é importante assinalar a relevância deste incontornável

---

<sup>65</sup> Tal como outros acordos deste período relativos à livre circulação na Europa, os acordos suíços permanecem abertos aos imigrantes devido à necessidade de garantir que os cidadãos suíços também pudessem emigrar para encontrar trabalho (D'Amato, 2012).

<sup>66</sup> Ruedin et al. (2015) justificam a escolha do ano de corte de 1921, diferindo da opção da Primeira Guerra Mundial, sob o argumento de que “se deve ter em conta que as políticas raramente são um reflexo preciso

marco histórico de dimensão global, uma vez que, a partir desta data se assiste a uma inversão na política de imigração e de naturalização suíças.

Com o despoletar da Primeira Guerra Mundial<sup>67</sup> (1914-1918) assiste-se ao início de uma “ação mais interventiva do Governo Federal Suíço” e a substituição das “políticas liberais por um regime mais restritivo” que se mantém em vigor até ao final da Segunda Guerra Mundial (Marques, 2008, p. 117). Neste contexto são elaborados diversos diplomas legais que introduzem os controlos fronteiriços, a limitação de números de estrangeiros e a luta do desemprego. Com a guerra em curso, a partir de 1915, verifica-se uma diminuição expressiva da população estrangeira residente na Suíça (Marques, 2008, p. 117).

Pese embora o número de entradas de estrangeiros tenha diminuído, surge a primeira campanha contra a presença de estrangeiros, na qual o tema da “invasão estrangeira” ganha expressão na classe política e na imprensa suíças (Vuilleumier, 1987 as cited in Marques, 2008, p. 117).

Em 1917 é criada uma Polícia de Estrangeiros - *Fremdenpolizei* - que abre portas a políticas mais restritivas após a Primeira Guerra Mundial.

Retomando o tema da campanha contra a presença de estrangeiros em 1925, os cidadãos suíços e os respetivos cantões aceitam a introdução de um novo artigo<sup>68</sup> na Constituição que atribui à Confederação Helvética a competência legislativa em matéria de entrada, saída e permanência de estrangeiros.

Assim, este artigo passa a fazer parte da Constituição Suíça possibilitando a criação de dois instrumentos legais: a “Lei Federal sobre a Permanência e a Residência de Estrangeiros<sup>69</sup>” que se manteve em vigor até 2008 (Perkowska, 2015), e a sua subsequente regulamentação em março de 1931. Esta lei é entendida como uma medida destinada ao controlo das fronteiras e de defesa do território nacional suíço, fortemente inspirada e influenciada pelo contexto político internacional (a ascensão do fascismo e o antissemitismo que reforçam os argumentos restritivos), a crise económica dos anos 30<sup>70</sup> e a xenofobia generalizada contra

---

dos desenvolvimentos históricos, especialmente dado o tempo que leva a instigar e a implementar mudanças reais nas políticas”.

<sup>67</sup> Antes da primeira Guerra Mundial, a Suíça já se encontrava entre os países com uma percentagem mais elevada de população estrangeira da Europa (Afonso, 2010, p. 5). Em 1914 a população estrangeira residente em território helvético é de aproximadamente 15%.

<sup>68</sup> Na senda de Marques (2008, p. 118), o artigo 69b, aprovado no referendo n°100, de 25 de Outubro de 1925, com 62,2% dos votos a favor de 16 cantões e 37,8% dos votos contra de 3 cantões.

<sup>69</sup> Lei Federal sobre a Permanência e Residência de Estrangeiros de 26 de março de 1931 (ANAG, RS 142.20)

<sup>70</sup> Neste período de crise a população estrangeira na Suíça caiu de 600.000 em 1914 para 223.000 em 1941.

o *Überfremdung*<sup>71</sup>, isto é, contra a “invasão estrangeira e a sobrestrangeirização” da sociedade suíça (Perkowska, 2015, p. 42).

Contudo, importa sublinhar que o elemento central desta lei é “a vinculação da autorização de permanência à autorização de trabalho”. As duas autorizações fundem-se numa só, partindo do pressuposto que “a imigração tem como finalidade o exercício de uma atividade laboral” (Marques, 2008, p. 119). Neste sentido é feita a distinção entre autorizações de permanência que definem não só o estatuto de estadia do estrangeiro como também a sua posição no mercado de trabalho suíço (Marques, 2008, p. 119).

Ainda no contexto da década de 30, é criado um quadro legal normativo que permite não só aos empresários importar mão-de-obra estrangeira sempre que necessário, como também responder aos receios de “sobrestrangeirização” de largos setores da sociedade suíça (Marques, 2008, p. 120). É igualmente delegado à polícia de estrangeiros - *Fremdenpolizei* - de cada cantão, o poder de decisão sobre a expulsão do estrangeiro e a atribuição ou prorrogação de uma autorização de permanência ou de residência<sup>72</sup> (Marques, 2008, p. 120). Para além da regulação da imigração, os instrumentos legais anteriormente referenciados tiveram como um dos principais objetivos a “preservação e a manutenção da identidade nacional” (D’Amato, 2012).

### ***Pós-Segunda Guerra Mundial***

No período imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial assiste-se ao rápido crescimento da economia suíça, estimulado pelas exigências e recuperação económica dos países vizinhos (D’Amato, 2012). Deparando-se com a falta de mão-de-obra na agricultura, na indústria têxtil, na hotelaria e no setor hospitalar (Marques, 2008, p.121), o setor empresarial pressiona o Conselho Federal Suíço. Cedendo aos interesses dos empresários suíços, o Conselho Federal introduz um sistema de controlo para trabalhadores estrangeiros, com base nos regulamentos estatutários que estabeleciam contingentes para regiões ou empresas específicas (Perkowska, 2015, p. 42). Nesta conjuntura, as autoridades suíças reassumem uma abordagem política mais liberal, encetando negociações com vários países

---

<sup>71</sup> Este conceito em alemão pode ser traduzido como o receio de que a presença permanente de demasiados estrangeiros ponham em causa a identidade nacional suíça. Foi incluído na língua oficial suíça em 1914. (invasão ou infiltração). Segundo, Skenderovic e D’Amato (2008) este termo foi cunhado na Suíça por volta de 1900 e mobilizado politicamente desde os anos 60.

<sup>72</sup> ANAG, artigo 15 (Marques, 2008, pp. 118-119).

limítrofes para importação de mão-de-obra estrangeira. A recusa por parte dos aliados, sobretudo da França, faz com que a Suíça se redirecione para a Itália (Cerruti, 2005, p. 91). Em 1948 é estabelecido um “programa de recrutamento” para trabalhadores estrangeiros sazonais<sup>73</sup>, no qual o Conselho Federal Suíço e as autoridades italianas acordam uma convenção que regulamenta a imigração de trabalhadores italianos<sup>74</sup> para a Suíça (Flückiger, 2005; Cattacin, 2013 as cited in Perkowska, 2015, p. 42). Numa primeira fase o processo de recrutamento é caracterizado por ações privadas de recrutamento por parte dos empregadores, sendo que, a partir desta data, a imigração é estruturada por um acordo ítalo-suíço (Haug, 1980, p. 49). Este acordo vem facilitar os procedimentos de recrutamento e a entrada e a saída de imigrantes, o que permite que numa fase de grande expansão económica os empresários tenham acesso a mão-de-obra barata. Por outro lado, numa situação em que a conjuntura económica fosse menos favorável, os imigrantes seriam facilmente dispensáveis (Marques, 2008, p. 121). Neste contexto, o estatuto de imigrante não-permanente, leia-se temporário, serve de “instrumento e de mecanismo de amortização<sup>75</sup>” quer para os empresários quer para a economia suíça (Wicker, 2003, p. 43).

### ***Década de 1950-1960***

Entre 1950 e 1960, a entrada significativa de trabalhadores convidados traduz-se no aumento da população estrangeira, passando de 285.400 para 584.700 (Marques, 2008, p. 121). No entanto, este aumento é interpretado como um “fenómeno conjunturalmente condicionado”, resultado de uma satisfação específica da procura de mão-de-obra, e, por isso, associado a uma “necessidade económica temporária” (Schwarz, 1988:13 as cited in Marques, 2008, p. 122). Esta interpretação firma-se em dois princípios: o princípio da “rotatividade e o princípio de válvula ou tampão”. Segundo Golder (1999, pp. 29-30, as cited in Marques, 2008, p. 122), estes dois princípios inter-relacionam-se.

O primeiro princípio tem como pressuposto a ideia de que a tipologia de migrante é o jovem ativo, solteiro, cuja motivação migratória é essencialmente a acumulação de riqueza, tendo

---

<sup>73</sup> O estatuto de trabalhador sazonal e temporário é favorável para as autoridades, ao assegurar uma permanência limitada do imigrante. À época o Gabinete Federal da Indústria, Ofícios e Trabalho (BIGA - *Bundesamt für Industrie, Gewerbe und Arbeit*) recomenda a emissão de autorizações de trabalho apenas de caráter temporário, estabelecendo uma duração mínima na Suíça (Cerruti, 2005, p. 92).

<sup>74</sup> Trabalhadores italianos convidados ou *Gastarbeiter* em alemão.

<sup>75</sup> Para as autoridades suíças, este mecanismo permite, face ao aumento da taxa de desemprego, que o trabalhador estrangeiro deixe o país e só regresses quando surja uma oportunidade de emprego (Wicker, 2003, p. 40).

em vista a melhoria da sua condição de vida no país de origem e mantendo a intenção de retorno. Nesta lógica, a sua admissão e estadia seria temporária, e com isso, limitada a poucos anos o que permitiria a rotatividade da população estrangeira<sup>76</sup>. Por seu turno, o segundo princípio, acreditava que os trabalhadores estrangeiros permitiriam, em períodos de recessão económica, a redução do risco de desemprego da população suíça, através da ação combinada do primeiro princípio com uma política de admissão restritiva (*ibidem*). Importa, contudo, enfatizar que a admissão restritiva e limitada no tempo<sup>77</sup> impossibilitava a mobilidade geográfica dos imigrantes, circunscrevendo-os aos setores e às regiões menos atrativas. Esta estratégia garantia não só que o imigrante não abandonasse esses setores, sobretudo nas regiões mais periféricas, como também garantia proteger e melhorar o acesso dos autóctones a posições mais atrativas (Hoffmann-Nowotny, 1973; Schwarz, 1988; Golder, 1999 as cited in Marques, 2008, p. 122).

Durante a década de 50<sup>78</sup>, este fluxo crescente e constante caracteriza-se por forças laborais de nacionalidade italiana. Porém, a sua composição diversifica-se na década seguinte.

Em 1960, a evolução da conjuntura favorável leva a que a população estrangeira residente na Suíça registe um aumento constante de cerca de 78.000 pessoas por ano (Marques, 2008, p. 123). Todavia, no decurso da década de 60, fatores externos vêm condicionar a evolução da política na Suíça, nomeadamente, o esgotamento da Itália como país preferencial de recrutamento de mão-de-obra; pressões externas decorrentes da assinatura de diversos acordos e tratados multilaterais, no que respeita às condições de habitação dos imigrantes, ao reagrupamento familiar, ao direito à prorrogação da autorização de residência, à mobilidade interna e à participação no sistema de segurança social; a crescente diminuição das qualificações dos estrangeiros que entram na Suíça.

Por esta altura a Organização para a Cooperação Económica Europeia (OECC) introduz normas para o reagrupamento familiar. Outros organismos internacionais de referência, tal como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pressionam o governo suíço a repensar e instituir políticas de reunificação familiar mais “humanas”. Assim, o governo

---

<sup>76</sup> Para D’Amato (2012), a política de “modelo de rotação” significa que novos trabalhadores estrangeiros podem ser trazidos para território helvético à medida que outros regressam à sua geografia de origem.

<sup>77</sup> No sentido de assegurar que os trabalhadores não se instalem de forma permanente e possam ser enviados para a origem, o período de residência exigido para obter uma autorização de residência permanente é aumentado de cinco para 10 anos e são adotadas medidas restritivas ao reagrupamento familiar (D’Amato, 2012).

<sup>78</sup> No ano de 1950 o número de trabalhadores estrangeiros aumenta de 285.000 (6,1% da população total) para 585.000 (10,8%) em 1960 e para 1.080.000 (17,2%) em 1970 (D’Amato, 2012).

suíço substitui o seu “sistema de rotação” por “um esquema orientado para a integração” facilitando o reagrupamento familiar.

No plano laboral, torna os trabalhadores estrangeiros mais elegíveis a promoções e tenta acabar com a segmentação do mercado de trabalho (Niederberger, 2004 as cited in D’Amato, 2012).

O ano de 1961 fica marcado pelo início da “consciencialização”: “a entrada de trabalhadores estrangeiros já não é a solução de um problema, mas revela-se ela própria um problema” (Niederberger, 2004 as cited in D’Amato, 2012). Isto porque a população estrangeira continua a ter uma presença expressiva na economia suíça e os trabalhadores estrangeiros continuam a entrar no território helvético. Este despertar de consciência para a realidade do problema faz com que a 1 março de 1963<sup>79</sup> o Conselho Federal aprove uma Resolução sobre a “limitação do número de entradas de trabalhadores estrangeiros”. Esta resolução estabelece fortes medidas restritivas à entrada de estrangeiros. No entanto, os seus efeitos práticos não atingiram os resultados esperados. Um ano depois, em 1964, surge uma nova Resolução, que visa de igual modo diminuir as forças de trabalho estrangeiras. À semelhança da Resolução anterior, esta não obtém resultados expressivos. Neste sentido, o Estado vai mais longe no seu campo de ação ao procurar determinar as características dos migrantes elegíveis para recrutamento. Para o efeito, um grupo de peritos elabora um relatório que define os critérios de seleção de trabalhadores estrangeiros. Esses critérios alicerçam-se no grau de distância cultural entre a cultura do estrangeiro e a cultura suíça; no grau de diferença entre as concepções políticas, sociais e religiosas. No entendimento dos peritos, quanto mais distante da realidade sociocultural, política e religiosa tanto mais difícil é a adaptação dos imigrantes quer às condições laborais quer aos hábitos de vida suíços (BIGA, 1964, pp. 173-74 as cited in Marques, 2008, p. 127).

Assim, por meio de uma circular, o Departamento Federal da Justiça e Polícia nega “explicitamente as possibilidades de imigração aos cidadãos de países do Sul: Ásia, África, Grécia, Portugal e Turquia (Piguet, 2005, p. 92).

---

<sup>79</sup> Cf. Marques (2008, p. 126) a resolução de 1 de março de 1963 sobre a limitação do número de entradas de trabalhadores estrangeiros: “para evitar o perigo de sobreestrangeirização e por razões políticas conjunturais [...] as autorizações de permanência para as forças de trabalho estrangeiras assim como as autorizações para a mudança de emprego, só podem ser atribuídas ou renovadas desde que o número total de trabalhadores da empresa (suíços e estrangeiros) não ultrapasse o valor máximo atingido pela empresa no mês de Dezembro de 1962 [artigo 1, alínea 1 da resolução].

Até ao final desta década foram aprovadas várias resoluções<sup>80</sup> com a finalidade explícita de restringir e reduzir o volume de forças de trabalho estrangeiras. Contudo, convém salientar que a década de 60, sobretudo a partir de 1961, fica marcada por um acontecimento determinante para a evolução da política migratória suíça: a pressão da Itália para a revisão do acordo<sup>81</sup> de recrutamento firmado em 1948 (Marques, 2008, p. 128). Face à pressão externa, o governo suíço vê-se coagido a aceitar algumas das propostas italianas, distanciando-se pela primeira vez da ideia da natureza temporária da imigração (Cerutti, 2005; Piguet & Mahnig, 2000).

Apesar das restrições introduzidas na década de 60, o número de empregados estrangeiros ainda aumenta, o que origina tensões no seio da sociedade suíça. Os partidos políticos participam no debate através de iniciativas populares contra a “sobrestrangeirização” e a favor da redução da população estrangeira. A primeira iniciativa é submetida a 30 junho de 1965<sup>82</sup> e a segunda a 20 de maio de 1969. Esta última é submetida pelo Comité de Ação Suíço (Perkowska, 2015, p. 43) ficando conhecida por *Schwarzenbach*<sup>83</sup>, a qual, sendo mais restritiva que a anterior, apela à redução da população estrangeira para 10% da população suíça com efeito em todos os cantões com exceção do Cantão de Genebra, no qual a percentagem ronda os 25%. Mas, apesar de todos os esforços, a iniciativa é rejeitada na votação pública de 7 de junho de 1970 (Mahnig & Piguet, 2003, p. 66).

### ***Década de 1970 e a crise petrolífera***

No início dos anos 70 a Suíça regista mais de um milhão de estrangeiros no seu território. Precisamente no ano de 1970 mais de 50% dos imigrantes continuam a ser de nacionalidade italiana, cerca de 20% de nacionalidade alemã, francesa e austríaca, 10% de nacionalidade espanhola e 4% são jugoslavos, portugueses e turcos respetivamente. Inicialmente, as

---

<sup>80</sup> 1 de março 1963, Bundesratsbeschluss über die Beschränkung der Zulassung ausländischer Arbeitskräfte (AS, 1963, pp. 190 e ss.); 21 de Fevereiro 1964, Bundesratsbeschluss über die Beschränkung der Zulassung ausländischer Arbeitskräfte (AS 1964, p. 132 e ss.); 26 de fevereiro de 1965, Bundesratsbeschluss über die Begrenzung und Herabsetzung des Bestandes an ausländischen Arbeitskräften (AS 1965, p. 119 e ss.)

<sup>81</sup> As propostas fundamentais deste acordo contemplam a possibilidade de trabalhadores italianos mudarem de profissão ou atividade profissional após cinco anos de permanência na Suíça, a redução do tempo no reagrupamento familiar e o direito dos trabalhadores sazonais adquirirem uma autorização de caráter permanente Marques, 2008, p. 129). Acordo ítalo-suíço sobre a emigração de forças de trabalho italianas para a Suíça consagrado a 10.08.1964 [SR 0.142.114.548].

<sup>82</sup> Na senda de Marques (2008, p. 129), o Conselho Federal rejeita sob o argumento de que a imigração tem exercido um efeito positivo quer ao nível da mobilidade profissional dos cidadãos suíços quer ao desenvolvimento do setor terciário (Schweizerische Eidgenossenschaft, 1967, p. 100)

<sup>83</sup> Apelido do político de Zurique, *James Schwarzenbach* (1911-1994) que está por detrás da iniciativa. De convicções fascistas é contra a presença de estrangeiros na Confederação Helvética.

autorizações de residência destas forças de trabalho são de carácter sazonal e temporário e concedem o direito de permanência na Suíça pelo prazo de um ano (Mahnig & Piguet, 2003). Face ao número elevado de imigrantes e uma vez que as iniciativas e as restrições à entrada de população estrangeira se revelam ineficazes, a 16 de março de 1970<sup>84</sup> o Conselho Federal determina a “limitação global do fluxo de estrangeiros” - *Globalplafonierung*. Esta limitação global é comumente conhecida pelo “princípio de quotas” (Marques, 2008, p. 131). Deste modo, o Conselho Federal estabelece um número máximo de quotas anuais que coloca um limite superior anual ao número de estrangeiros autorizados a entrar no país, pela primeira vez. Uma das principais formas de entrada, aquela com a maior quota estabelecida, foi a chamada “licença sazonal”. As autorizações sazonais permitem a contratação de estrangeiros, para empregos de natureza sazonal, por um período máximo de nove meses. Findo o contrato, os trabalhadores devem abandonar o país. No que respeita à atribuição de autorizações de curta duração, o Conselho Federal fixou um número máximo por setor de atividade (Marques, 2008, p. 132).

Em 1973 a crise petrolífera assola a Suíça. Após o choque petrolífero (1973-1974<sup>85</sup>) segue-se um período de recessão económica, o qual contribui para atingir os objetivos iniciados na década de 60 pela política imigratória suíça, ou seja, a diminuição da população estrangeira. Muita mão-de-obra estrangeira torna-se supérflua, tendo de abandonar o país por falta de um seguro de desemprego adequado (D’Amato, 2012). Esta situação permite à Suíça “exportar os seus trabalhadores convidados desempregados sem renovar as suas autorizações de residência” (Katzenstein, 1987 as cited in D’Amato, 2012).

Entre 1974 e 1976 a Suíça regista um saldo migratório negativo de 160.322 indivíduos, 104.837 (65%) dos quais ativos, e os trabalhadores sazonais assinalam uma redução drástica de 188.174 para 90.563 (Eidgenössische Fremdenpolizei, 1979 as cited in Marques, 2008, p. 133).

Em outubro de 1974 é votada a terceira iniciativa popular sobre a “sobrestrangeirização”. Segundo Marques (2008, p. 134), esta iniciativa determina que a população estrangeira não ultrapasse os 500.000 e que nos cantões a proporção não fosse superior a 12% da população de nacionalidade suíça. Todavia, esta iniciativa é igualmente rejeitada. A rejeição de mais

---

<sup>84</sup>Decreto sobre a limitação do número de estrangeiros ativos (AS, 1970, p. 305).

<sup>85</sup> Na senda de Ruedin et al. (2015), após o ponto de viragem de 1974, as políticas tornam-se cada vez mais expansivas.

uma iniciativa vem reiterar a importância dos trabalhadores estrangeiros, mesmo nos períodos recessivos. O reconhecimento dessa importância é sublinhado pelo Conselho Federal. Fica claro que a redução da mão-de-obra estrangeira também implica que os suíços aceitem os trabalhos menos bem pagos, afetando a mobilidade social ascendente dos mesmos (Marques, 2008, p. 134).

Face a este contexto, reúnem-se esforços no sentido de criar condições mais favoráveis à integração dos estrangeiros na sociedade suíça, com a construção de um quadro legal que promove a integração de imigrantes através de várias medidas: reduzir o período entre a aquisição do estatuto de residência anual e a possibilidade de mudar de cantão e de profissão; seguro de desemprego. De acordo com Marques (2008, p. 135) foi igualmente criada uma comissão consultiva para a resolução dos problemas dos estrangeiros, a EKA - *Eidgenössische Ausländerkommission*.

Concluindo, no final da década de 1970 o governo concede aos trabalhadores sazonais muitos dos mesmos direitos concedidos aos trabalhadores convidados que têm contratos mais longos, nomeadamente a capacidade de transformar as suas autorizações sazonais em residência permanente acrescida, ainda, da possibilidade de trazer as suas famílias (D'Amato, 2012). De acordo com Mahnig & Piguet (2003), a percentagem total da população estrangeira desce de 17,2% em 1970 para 14,8% em 1980. Não obstante, à medida que a economia dá sinais de recuperação, novos trabalhadores convidados chegam não só de Itália, mas também de Espanha, Portugal e Turquia.<sup>86</sup>

### ***Década de 1980 e 1990***

Chegada a década de 80 verifica-se um crescimento económico que inevitavelmente contribui para o aumento da população estrangeira residente na Suíça<sup>87</sup>. Este aumento é motivado pela procura do mercado de trabalho devido ao envelhecimento da população e pela segmentação do mercado de trabalho. No país, não existem forças de trabalho disponíveis e capazes de fazer face às necessidades de uma economia em expansão. Por outro lado, constata-se uma alteração na composição da população estrangeira. O

---

<sup>86</sup> As nacionalidades que, na década de 60, são consideradas indesejáveis pelas autoridades suíças devido ao distanciamento cultural, vão apresentar um percentual mais significativo (Marques, 2008, p. 136). Os imigrantes dessas geografias de origem vêm substituir os imigrantes italianos.

<sup>87</sup> Segundo Mahnig & Piguet (2003) observa-se um aumento de 14,8% (945.000 pessoas) em 1980 para 18,1% (1.245.000 pessoas) em 1990 e 22,4% em 2000 (quase 1,5 milhões de pessoas).

recrutamento outrora negado a culturas distintas e a países geograficamente distantes passa a ser desejável. Neste sentido, jugoslavos, portugueses e turcos preenchem os tradicionais postos de trabalho ocupados pelos italianos (Marques, 2008, p. 136). Outra mudança relevante prende-se com os motivos migratórios. Ao longo desta década observa-se uma crescente tendência para o reagrupamento familiar<sup>88</sup> como causa da migração.

No que tange à política de estrangeiros, é aprovado em 1986 um novo quadro legal sobre a limitação do número de cidadãos estrangeiros<sup>89</sup>, no qual se encontram plasmados no Artigo 1 os seguintes objetivos: a) promoção da relação equilibrada entre a população suíça e a população estrangeira residente no país; b) criação de condições favoráveis para a integração<sup>90</sup> de estrangeiros que residem ou trabalham no país; c) melhoria da estrutura do mercado de trabalho e (a segurança no emprego) assegurar um equilíbrio do emprego.

Na interpretação de Marques (2008, p. 137) estes três objetivos têm como finalidade a estabilização da população, o equilíbrio económico e conjuntural e a integração dos estrangeiros. Por último, a referida portaria é original no sentido em que faz referência à integração da população estrangeira como um dos objetivos da política de migração, estendendo o seu campo de ação e aplicabilidade a todos os estrangeiros, incluindo os que não são detentores de uma autorização de residência. Por seu turno, as autorizações de permanência são distinguidas entre quatro tipos<sup>91</sup> (Marques, 2008, p. 137).

A partir da segunda metade da década de 80 registam-se mudanças significativas ao nível das políticas na Europa<sup>92</sup>, que influenciam a forma de pensar o fenómeno migratório e consequentemente a política de migração suíça. Matérias sensíveis como o estatuto de refugiado e as questões relacionadas com o asilo voltam a ter enfoque na Suíça, devido ao afluxo significativo de pedidos. Por outro lado, o desenvolvimento do direito internacional sobre o asilo e o combate ao racismo é considerado o último fator que afeta as modificações na política de migração suíça (Mahnig & Piguet, 2003, p. 160).

---

<sup>88</sup> Na década de 70 constitui cerca de 24,9% das entradas anuais ou permanentes; na década de 80 cerca de 30,6% (Mahnig & Piguet, 2003).

<sup>89</sup> *Begrenzungsverordnung* (BVO); [SR 823.21] Portaria de 6 de Outubro de 1986 sobre a Limitação do Número de Estrangeiros, disponível em: [https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1986/1791\\_1791\\_1791/de](https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1986/1791_1791_1791/de)

<sup>90</sup> No texto original o termo alemão usado é *Eingliederung* que nos remete para inserção, inclusão e por último, integração da população estrangeira.

<sup>91</sup> Serão abordados mais à frente neste capítulo.

<sup>92</sup> Relativamente ao contexto internacional, a Suíça ao não integrar o projeto europeu assume uma postura “isolacionista”. A relação da Confederação Helvética com a EU torna-se numa das questões mais “polarizadoras da política nacional suíça ao longo da década de 90” com consequências não só nos debates políticos e populares, mas também num novo impulso aos movimentos xenófobos e nacionais (Perkowska, 2015, p. 44).

Em abril de 1989, o Conselheiro Federal Arnold Koller, chefe do Departamento Federal de Justiça e Polícia (FDJP), apresenta um novo conceito, para a política suíça, de refugiados e asilo nos anos 90. O relatório de estratégia, elaborado por um grupo de trabalho interdepartamental, causa algum tumulto com o seu apelo a uma nova "política de migração" que reúna as áreas tradicionalmente separadas da política de asilo e da política de estrangeiros. O relatório faz emergir um termo que quase nunca fora utilizado na Suíça e que deve moldar o debate público: "Migração".

Este relatório torna-se o ponto de partida no qual se "combinam questões do mercado de trabalho e asilo numa política de migração holística" (Espahangizi, 2021).

### ***Recessão económica dos anos 90***

Nos anos 90 vive-se um período de recessão e de estagnação económica que perdura até 1997, cujo impacto se manifesta na diminuição do emprego. Quando a recessão mundial atinge a Suíça, ocorrem elevadas taxas de desemprego. Os trabalhadores estrangeiros não qualificados, envelhecidos e desempregados têm grande dificuldade em encontrar novos empregos. Esta situação conduz a um nível de desemprego estrutural e pobreza sem precedentes, nunca registado nas décadas anteriores. Entre o segundo trimestre de 1991 e o quarto trimestre de 1997 o emprego decresce de 3.921.000 para 3.807.000 (Marques, 2008, p. 145). A redução número de estrangeiros é sentida, sobretudo, nas categorias dos trabalhadores sazonais e fronteiriços.

De acordo com a lógica subsidiária do sistema federal suíço, as maiores cidades da Suíça são forçadas a encontrar soluções, pressionando o Governo Federal a tomar uma ação e a apoiar a integração mais alargada dos trabalhadores imigrantes (D'Amato & Gerber, 2005). É fundamental estabelecer uma nova política de admissão que conjugue e articule a evolução das necessidades da nova economia com as necessidades de controlo da migração (D'Amato, 2012). Assim, com a urgência de traçar um novo rumo económico, a Suíça inicia uma nova fase da sua política de imigração com a reforma da política migratória vigente desde o pós-guerra.

### ***Mudança de paradigma na política de imigração e integração***

Perante a necessidade de reforma da política de imigração do pós-guerra e a urgência de encontrar uma nova orientação para a política de imigração (Marques, 2008, p. 146), o Conselho Federal dá início ao processo de elaboração de uma política imigratória para a década de 90. Em maio de 1991 é aprovado o “relatório sobre a política de estrangeiros e de refugiados”. O relatório prossegue com o objetivo de manter uma relação equilibrada entre os efetivos populacionais suíços e estrangeiros (Marques, 2008, p. 147), e assume como ponto de partida o modelo macroeconómico de *push-pull* como fator determinante face ao comportamento migratório (Espahangizi, 2021). Neste relatório é proposto a manutenção do controlo sobre a evolução da população estrangeira na Suíça bem como a introdução de uma cláusula de proteção que abrange os imigrantes oriundos dos países membros da Comunidade Europeia e da Associação Europeia de Comércio Livre - EFTA (Schweizerische Eidgenossenschaft, 1991, p. 302). Segundo Marques (2008:147), o referido relatório expressa a necessidade de se adotar fortes medidas que promovam a integração de pessoas provenientes de “outros círculos culturais” (Schweizerische Eidgenossenschaft, 1991, p. 332). De acordo com o BIGA<sup>93</sup> e BFA<sup>94</sup> (1991 as cited in Espahangizi, 2021) a Suíça deve adaptar-se às necessidades de uma economia internacionalizada em rápida transformação. Existe a preocupação e tomada de consciência de que o país está dependente de trabalhadores estrangeiros de estados com a “mesma cultura” provenientes, principalmente, de países europeus. Por seu turno, estes trabalhadores só terão interesse em trabalhar na Suíça a longo prazo, se o mercado suíço permanecer atrativo e lhes possa oferecer as mesmas vantagens que os mercados de trabalho de outros países europeus. Neste contexto, a mudança de rumo na política de imigração suíça é fortemente influenciada por fatores exógenos: o contexto internacional. O papel de *outsider* da Suíça no processo de integração europeia coloca-a numa situação económica “duplamente desvantajosa” quer no seu acesso aos mercados internacionais quer na sua “perda de atratividade para os trabalhadores que gostaria de recrutar” (Marques, 2008, pp. 146-147).

---

<sup>93</sup> Bundesamts für Industrie, Gewerbe und Arbeit -BIGA, *Staatssekretariat für Wirtschaft* SECO. A Secretaria de Estado para os Assuntos Económicos SECO, criada em 1999 pela fusão do Departamento Federal da Indústria, Comércio e Trabalho (FIOI/BIGA) e do Departamento Federal para os Assuntos Económicos Estrangeiros (FIEO/BAWI), é uma autoridade federal da Confederação Suíça. Corresponde ao gabinete do Departamento Federal de Assuntos Económicos, Educação e Investigação EAER (WBF). A abreviatura SECO deriva do nome francês: *Secrétariat d'État à l'économie*.

<sup>94</sup> *Bundesamt für Ausländerfragen* – BFA, designada por Immigration, Integration Emigration Suisse - IMES em 1 de maio de 2003.

### ***O modelo dos três círculos***

Este modelo de política migratória suíça resulta do relatório acima referido no qual é proposto um conceito global independente para a futura política externa que integra os níveis Suíça, Europa, Global num modelo de três círculos. O primeiro círculo, definido como círculo interno, é composto por países da Comunidade Europeia (CE) e da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), o que permite a mobilidade sem restrições ao nível da política de imigração e do mercado de trabalho. Segundo Marques (2008), o segundo círculo, o intermédio, é constituído pelos restantes países europeus não-membros da CE e EFTA e países que supostamente pertencem ao “mesmo círculo cultural no sentido mais lato europeu” (p. 89), como os Estados Unidos, Canadá e, possivelmente, a “Austrália, Jugoslávia e Nova Zelândia” (p. 78). Outro critério presente neste círculo é o “reconhecimento e respeito efetivo dos direitos humanos” (p. 80).

Por último, o círculo exterior onde se encontram os restantes países, cujos nacionais só em casos excepcionais podem ter acesso a uma autorização de permanência ou de trabalho na Suíça; devem ser apenas admitidos por um período limitado (Schweizerische Eidgenossenschaft, 1991, p. 304 as cited in Marques, 2008, p. 148 e ss.). Segundo, Espahangizi (2021) este é o ponto de partida para a diferenciação entre migração de baixa e alta qualificação e que se vai manifestando cada vez mais em debates sobre a “gestão da migração” na Suíça, na era pós-industrial da globalização.

O modelo político dos três círculos, assente na hierarquização do país de recrutamento, possibilita não só que a economia helvética se abasteça de forças de trabalho qualificadas do mercado europeu e mundial como também lhe permite reduzir os problemas de integração, na medida em que privilegia a entrada de pessoas com características étnicas e socioculturais próximas dos suíços (Marques, 2008, p. 149), o que facilita o processo de integração. Contudo, este “modelo de recrutamento” não fica imune a críticas. Diversas entidades, tais como a Comissão Federal contra o Racismo e Associações Pró-imigrantes, expressam-se veemente contra a sua natureza “discriminatória”, tendo como fundamento a “desigual capacidade de integração” com base no “grau de distância cultural” em relação à cultura suíça. De igual modo, se levanta a crítica contra o “racismo cultural” (Gerber, 2003 as cited in Espahangizi, 2021, p. 23) contribuindo para ressonâncias políticas nos anos seguintes. O modelo dos três círculos também vem contrariar a Convenção das Nações Unidas (1965) sobre a Eliminação da Discriminação Racial em 1994 (Piguet, 2013, p. 87). As empresas

multinacionais da indústria e do ramo da alta tecnologia da economia também manifestam o seu descontentamento uma vez que desejam recrutar a sua mão-de-obra altamente qualificada à escala global, sem “círculos de limitações geográficas” (Perkowska, 2015). É neste cenário que este modelo político do BIGA é rejeitado.

### *A emergência do modelo dos dois círculos*

No ano de 1996, novamente a pedido do Conselho Federal, a Comissão de Peritos em Migração elabora um relatório no qual se definem linhas norteadoras para uma “futura política de imigração suíça” que deve, no entendimento dos peritos, contribuir para a “criação de uma política global” assente no pilar da “transparência e da credibilidade”; que articule e “relacione a política de imigração com a política de asilo”. Apela, igualmente, para a necessidade de “reconhecer que a política de imigração tem sido, desde sempre, dominada e pressionada pelos interesses particulares que têm promovido a entrada de forças de trabalho pouco ou nada qualificadas”. A Comissão defende unicamente a “diferenciação entre os países da União Europeia e os restantes países” abrindo portas a que as “autorizações de entrada estejam dependentes não da nacionalidade dos estrangeiros, mas das suas características demográficas e socioeconómicas” (Wimmer, 1997 as cited in Marques, 2008, pp. 150-151). De igual modo é apresentada a proposta de redução das categorias de permanência a apenas três categorias: 1) o estatuto permanente; 2) o estatuto de permanência de curta duração; 3) o estatuto provisório. Por último, é recomendada uma “política de integração ativa, que exige ao imigrante a aceitação e o respeito dos valores fundamentais da democracia suíça” (Expertenkommission Migration, 1997 as cited in Marques, 2008, p. 151).

Em virtude de todas as recomendações propostas, em 1998 o Conselho Federal aceita o modelo dos dois círculos, mas não adota o sistema de pontos<sup>95</sup> proposto pela comissão e pede à mesma para apresentar um projeto de revisão da Lei de Estrangeiros de 1931 (Expertenkommission Migration, 1997 as cited in Marques, 2008, p. 152).

---

<sup>95</sup> Inspirado no modelo canadiano e australiano nos quais os critérios de seleção são a idade do migrante, a sua qualificação, experiência profissional, o conhecimento da língua, a existência de um local de trabalho e a capacidade de integração no trabalho.

### ***A viragem do Século: finais dos anos 90 início do século XXI***

O desenvolvimento da política de imigração helvética sofre, no decurso do século XX e nos inícios do terceiro milénio, uma evolução significativa passando de uma política determinada pelos acontecimentos internos a uma política mais influenciada por constrangimentos internacionais (Fibbi & Cattacin, 2000, p. 143). No ano de 1999 os Estados membros da União Europeia e a Suíça assinam sete acordos bilaterais, incluindo o Acordo de Livre Circulação de Pessoas que entra em vigor em junho de 2002.

O início do século XXI foi importante no domínio da política de migração suíça com a entrada em vigor de uma nova lei de estrangeiros<sup>96</sup>. Esta nova Lei Federal sobre Estrangeiros e sobre a Integração entra em vigor a 1 de janeiro de 2008. A referida lei vem regulamentar não só a entrada e saída, a residência e o reagrupamento familiar de cidadãos estrangeiros na Suíça, mas também a promoção da sua integração. Mais recentemente, a 27 de setembro de 2020, os eleitores suíços rejeitaram a iniciativa popular "Para uma imigração moderada (iniciativa de limitação)<sup>97</sup>".

Outra matéria de elevada relevância no domínio da política de imigração é o acesso do cidadão estrangeiro à cidadania suíça. Pode-se dizer que a naturalização é o culminar de um “processo natural” de “integração plena” por parte do migrante. Por norma, a naturalização ou a aquisição da nacionalidade é adquirida a através dos princípios *jus sanguinis* e *jus soli*. O primeiro princípio “o direito do sangue” pressupõe que haja um laço de sangue (descendência) com pelo menos um dos progenitores. O segundo remete para o “direito do solo” (território) adquirido pelo local de nascimento. Nesta conceção, nascer em solo helvético não é sinónimo de “nacionalidade automática” por parte de crianças estrangeiras (Soulet, 2005, p. 227). Além disso, a cidadania pode ser adquirida por via do matrimónio com um nacional suíço.

---

<sup>96</sup>Lei Federal sobre Estrangeiros e Integração (Lei dos Cidadãos Estrangeiros e Integração, AIG) em alemão *Bundesgesetz über die Ausländerinnen und Ausländer über die Integration (Ausländer- und Integrationsgesetz, AIG)* de 16 de dezembro de 2005 [142.20] entrando em vigor a 1 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2007/758/de>

<sup>97</sup><https://www.admin.ch/gov/de/start/dokumentation/abstimmungen/20200927/volksinitiative-fuer-eine-massvolle-zuwanderung.html>

### ***Principais alterações no direito à cidadania***

A Lei de Naturalização<sup>98</sup> suíça tem sofrido alterações desde o surgimento do Estado Federal moderno em 1848, na qual a cidadania deriva da cidadania cantonal e comunal.

À luz de Steiner (2004), na viragem do século, em 1903, uma em cada dez pessoas que vive na Suíça pertence a um outro país. Face a isso, a Lei da Cidadania Federal é revista com o propósito de reduzir a proporção de estrangeiros e acelerar a sua assimilação. É dado aos cantões a opção de naturalizar, de forma automática, as crianças estrangeiras à nascença. Todavia os cantões nunca fazem uso deste direito. Por outro lado, o requisito de residência aumenta para dois anos.

Em 1919, à semelhança de outros países europeus a Primeira Guerra Mundial marca um ponto de viragem na política da suíça em matéria de estrangeiros e de naturalização. Fortes forças na política nacional veem a singularidade suíça e a sua existência nacional ameaçadas. Consequentemente, a lei é revista e o requisito de residência sofre alteração aumentando para seis anos. Entre os anos 1930 e 1940 a lei da cidadania é parcialmente revista sempre com a finalidade de tornar o processo mais restrito, até mesmo ao nível federal. O governo adota regulamentos mais rigorosos e com poderes especiais.

Os critérios para a candidatura à naturalização são definidos culturalmente: resultam do grau de assimilação às características da população suíça.

Em 1952, o período de naturalização aumenta para doze anos. De acordo com a mensagem do Conselho Federal, “apenas aqueles que são adequados e dignos devem ser naturalizados”, ou seja, os candidatos devem ser merecedores desse privilégio. A natureza do seu caráter e de toda a sua personalidade devem justificar a presunção de que se tornarão cidadãos suíços de confiança. Na década de 80, a alteração do Artigo 44 da Constituição Federal em 1983 é garantida a continuação lógica da igualdade jurídica entre homens e mulheres. As mulheres estrangeiras recebem automaticamente a cidadania suíça quando casam com um cidadão suíço.

Já na década de 90, com a conclusão da segunda fase de revisão no ano de 1992, os estrangeiros são tratados em pé de igualdade no que diz respeito à aquisição da cidadania, tendo a oportunidade de se naturalizarem num procedimento simplificado caso contraíam casamento com cidadãos suíços. Outra questão relevante é o levantamento da proibição da

---

<sup>98</sup>Lei Federal sobre a Cidadania Suíça (Lei da Cidadania, BüG) em alemão, *Bundesgesetz über das Schweizer Bürgerrecht (Bürgerrechtsgesetz, BüG)* disponível em [https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2016/404/de#tit\\_2/chap\\_1/sec\\_1](https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2016/404/de#tit_2/chap_1/sec_1)

dupla nacionalidade, que faz com que o cidadão estrangeiro não tenha de abdicar da sua nacionalidade para obter a cidadania suíça.

No ano de 1994 considerando o número crescente de estrangeiros de segunda geração, o Conselho federal propõe um procedimento de naturalização simplificado para os jovens estrangeiros. Por seu turno, todos os pedidos de nacionalidade por parte dos jovens nascidos ou criados na Suíça devem merecer tratamento igual aos dos pedidos de estrangeiros casados com cidadãos suíços. Quatro anos mais tarde em 1998 o Conselho Federal apela à concessão de cidadania à nascença aos jovens de terceira geração. Contudo, a maioria é contra.

Com a entrada no século XXI, em 2002, o parlamento suíço debate a revisão da lei da cidadania pela terceira vez. Em setembro de 2004 realiza-se um referendo. A maioria do povo e dos cantões rejeita a reforma sobre a lei da cidadania. A introdução de uma “naturalização facilitada” é recusada por 57% tal como a “naturalização automática da terceira geração” por 51,6% (D’ Amato, 2012). Uma iniciativa parlamentar apresentada em 2008 limitou-se, portanto, à introdução da naturalização facilitada para estrangeiros de terceira geração menores de 25 anos de idade. Esta proposta conta com o apoio da maioria no referendo de 2017. Com a entrada em vigor da Lei Federal sobre a cidadania suíça (Lei da Cidadania, BüG)<sup>99</sup> totalmente revista, em 2018, o principal objetivo é “simplificar e harmonizar” os procedimentos de naturalização. Igualmente o artigo 42 da referida lei prevê a possibilidade de retirar a cidadania caso a conduta da pessoa seja “significativamente prejudicial para os interesses ou reputação da Suíça”.

### ***Aquisição da nacionalidade suíça***

Apesar de se verificarem ligeiras alterações no acesso à nacionalidade suíça, o complexo e restritivo processo de naturalização,<sup>100</sup> sob “forma de um privilégio” concedido a um estrangeiro, que já esteja “assimilado”, reforça a ideia de que nem todos podem ou “estão

---

<sup>99</sup> <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2016/404/de>

<sup>100</sup> Os cidadãos estrangeiros que tenham vivido na Suíça durante dez anos e sejam titulares de uma autorização de residência permanente (autorização C) podem apresentar um pedido de naturalização normal na Comuna ou Cantão de residência. Para que a naturalização seja concedida é necessário preencher outros requisitos para além dos referidos, tais como estar integrado com sucesso, estar familiarizado com as normas e estilo de vida suíços e não representar uma ameaça para a segurança interna ou externa da Suíça. Estando cumpridos todos os requisitos formais e materiais, o SEM emite a licença federal de naturalização que envia, posteriormente, à autoridade cantonal de naturalização para uma decisão sobre a naturalização. Existem, porém, outros processos mais simplificados de naturalização para os cidadãos estrangeiros casados com cidadãos suíços e para os cidadãos estrangeiros de terceira geração. Para um conhecimento mais aprofundado do processo de naturalização consultar a Secretaria de Estado para as Migrações (SEM): <https://www.sem.admin.ch/sem/en/home/integration-einbuergierung/schweizer-werden/ordentlich.html>

aptos” a ser cidadãos suíços e “cultiva a sensação especial e prevalência da lei ou do direito do sangue” (Soulet, 2005, p. 242). Esta percepção e imagem assimilacionista da naturalização não “estimulam a vontade em adquirir a cidadania suíça por parte dos migrantes de longa duração”.

Pessoas que tenham residido na Suíça durante 10 anos podem candidatar-se à nacionalidade suíça. O Departamento Federal de Migrações examina se os requerentes estão integrados no modo de vida suíço, estão familiarizados com os costumes e tradições suíças, cumprem as leis e não põem em perigo a segurança interna ou externa na Suíça. No entanto, importa salientar que os critérios dos cantões bem como a forma que como decidem quem adquire a cidadania variam muito. Também os requisitos ao nível comunal podem divergir.

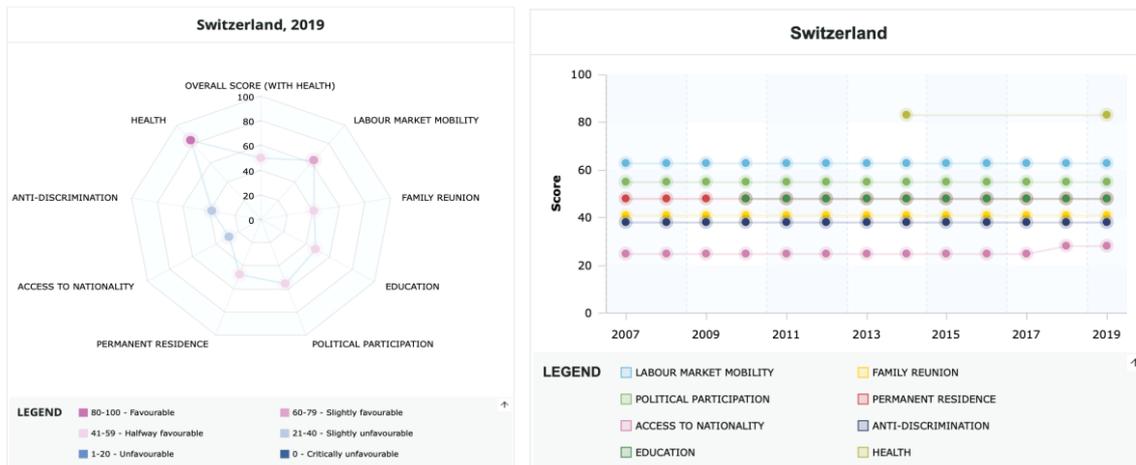
### **2.1.1. Políticas de Integração suíças e o MIPEX**

As singularidades da Suíça em matéria de políticas de integração são perceptíveis no relatório elaborado pelo MIPEX<sup>101</sup> 2020<sup>102</sup>. De acordo com o relatório de 2019, ao longo da última década, as políticas federais pouco se têm alterado em toda a Confederação Suíça. Por seu turno, a pontuação MIPEX para a Suíça não tem mudado desde 2007 permanecendo no Ranking como “temporária”, obtendo uma pontuação de 50 na escala MIPEX de 100 pontos. Pese embora, o Governo Federal ter proporcionado maiores padrões de apoio, de financiamento e da monitorização da integração ao nível local e cantonal, a abordagem da Suíça à integração permanece “relativamente inalterada”.

---

<sup>101</sup> O *Migrant Integration Policy Index* (MIPEX) é a ferramenta que mede as políticas de integração de migrantes em países de seis continentes, incluindo todos os Estados-Membros da EU, outros países europeus, países asiáticos, países norte-americanos, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia na Oceânia. Para o efeito, foram desenvolvidos indicadores políticos com o objetivo de criar um quadro rico e multidimensional das oportunidades de participação dos migrantes na sociedade. Na quinta edição de 2020 foram desenvolvidos um conjunto central de indicadores que foram atualizados para o período 2014-2019. Este índice é um instrumento útil para avaliar e comparar o que os governos fazem para promover a integração dos migrantes. Por último, este projeto identifica e mede as políticas de integração e identifica as ligações entre políticas de integração, resultados e opinião pública com base em estudos científicos internacionais.

<sup>102</sup> <https://www.mipex.eu/switzerland>



**Gráfico 2.2. Políticas de integração, principais conclusões, Suíça 2019**

Fonte: MIPEX, 2020

O referido relatório conclui que a Suíça possui uma das políticas mais restritivas da Europa Ocidental, sobretudo, para cidadãos que não pertençam aos Estados-membros da União Europeia. Desta forma as suas políticas são “ligeiramente desfavoráveis” em relação aos direitos básicos dos imigrantes. Essa tendência desfavorável, no âmbito do direito, coloca a Confederação Suíça, presentemente, como o único país europeu no MIPEX sem uma lei nacional antidiscriminação e sem um organismo de igualdade para apoiar os estrangeiros vítimas de discriminação. Outra questão relevante é a sua abordagem de “integração temporária” que, de certa forma, encoraja o público suíço a perceber os imigrantes como estrangeiros e não como iguais aos cidadãos suíços.

Dos oito indicadores analisados pelo MIPEX, a Suíça apresenta-se “ligeiramente favorável” no domínio da mobilidade no mercado de trabalho (63/100 pontos), ao promover resultados de emprego de qualidade para alguns, mas não para todos os cidadãos da EU com direito ao trabalho. É possível aceder ao “autoemprego”, aos serviços públicos de emprego, à assistência social, à educação e formação, incluindo aos cursos de línguas. Por sua vez, os residentes de longa duração (ou de carácter permanente) e respetivas famílias gozam do acesso a bolsas de estudo e ao pleno mercado de trabalho.

No domínio do reagrupamento familiar (41/100 pontos), destaca-se o caso das famílias que não sendo oriundas da Europa, o reagrupamento lhes é pouco favorável. Os migrantes não podem candidatar toda a sua família nuclear, enfrentando alguns dos requisitos mais restritivos do mundo nesta matéria.

Relativamente à educação (48/100 pontos) esta é considerada “meio-termo favorável”, constatando-se que os cantões suíços estão a adaptar as escolas às necessidades e benefícios de uma sala de aula diversificada, com orientação específica, formação e apoio linguístico. Existem ainda em termos potenciais áreas a melhorar, para que as escolas possam assegurar o pleno acesso ao ensino obrigatório e não obrigatório. Por fim, e não menos importante, abordar questões sobre a segregação e a diversidade em contexto escolar.

Na área da residência permanente (48/100 pontos) as políticas suíças encontram-se “a meio caminho favorável”. Segundo, o MIPEX a residência permanente, neste país surge como uma das ferramentas.

No quesito da saúde, a avaliação é “favorável” (83/100 pontos) inspirada no direito e dever comuns de um seguro básico para todos. As apólices de saúde dos migrantes ocupam o segundo lugar a nível internacional, a par da Irlanda, Nova Zelândia e Suécia. O programa “ Migração e Saúde”, líder mundial, abordam os resultados da saúde dos migrantes através de serviços<sup>103</sup> acessíveis e bastante reativos a todos os estatutos de migrantes.

No que tange ao indicador da participação política, a avaliação é “meio-termo favorável” (55/100 pontos). Neste sentido, promover a participação política dos migrantes é sinal de confiança dos países e cantões de destino. Desde 2000 que determinados cantões<sup>104</sup> têm vindo abrir direitos de voto, órgãos consultivos, campanhas informativas e ações de financiamento para a sociedade civil liderada por migrantes.

Outro indicador fundamental é o acesso à nacionalidade. A Suíça é “ligeiramente desfavorável” (28/100 pontos).

No que concerne à naturalização facilitada para jovens da terceira geração, este país possui direitos de cidadania mais fracos do que os países vizinhos, nomeadamente, a França, Alemanha e a maioria dos países da Europa Ocidental/OCDE. Após anos de debate, a Lei da Cidadania Suíça de 2018 introduz normas de naturalização que têm um efeito limitado sobre as práticas cantonais existentes. A lei reduz a espera de 12 para 10 anos, o que continua a ser ainda um dos requisitos de residência mais longos e rigorosos na Europa. A lei fornece normas mais claras sobre os requisitos linguísticos, que melhoram o percurso dos imigrantes

---

<sup>103</sup> Destacam-se o *website* multilingue [migesplus.ch](http://migesplus.ch), o Centro INTERPRET - Grupo de Interesse Suíço Independente para a Interpretação e Mediação Intercultural, redes nacionais como a *Swiss Hospitals for Equity Network*, módulos de formação e investigação /monitorização.

<sup>104</sup> Appenzell Ausserrhoden (AR), Basel-Stadt (BS), Fribourg (FR), Genève (GE), Graubünden (GR), Jura (JU), Neuchâtel (NE) e Vaud (VD).

para a aquisição de nacionalidade e um futuro seguro na Suíça. Todavia, no cômputo geral, as políticas suíças pontuam abaixo da média dos países da Europa Ocidental /OCDE.

### **2.1.2. Política de Integração e de promoção da integração no presente**

De acordo com o SEM - *Staatssekretariat für Migration* a abordagem Suíça em matéria de integração tem como premissa<sup>105</sup> “a promoção e o encorajamento” da integração dos cidadãos estrangeiros. Isto porque, a integração “bem-sucedida” dos estrangeiros é considerada como crucial para a coesão social na Suíça. Com o intuito de reforçar a coesão, promover o respeito mútuo, a tolerância e permitir aos estrangeiros uma vida económico-social e cultural em pé de igualdade, a Confederação, os Cantões e as Comunas promovem a integração da população estrangeira baseada numa política comum de integração. Os princípios basilares da política de integração encontram-se plasmados nos fundamentos jurídicos<sup>106</sup> da Confederação, dos Cantões e das Comunas e podem ser resumidos da seguinte forma:

- i. A integração é um processo bidirecional que envolve tanto a população residente como a não residente;
- ii. A integração pressupõe a abertura da população residente, um clima de reconhecimento e a eliminação de barreiras discriminatórias;
- iii. A contribuição dos estrangeiros para a integração revela-se (ou pode ser vista) no respeito pelos valores fundamentais da Constituição Federal; no respeito pela segurança e ordem públicas; na vontade de participar na vida económica, de adquirir educação ou formação e conhecimento de uma língua nacional.

---

<sup>105</sup> A política de integração suíça é norteada pelo princípio "encorajar, promover e exigir". O termo "exigir" refere-se à autoresponsabilidade dos imigrantes. Os requisitos da lei da imigração determinam o que se espera deles e quais as consequências que enfrentam caso não cumpram tais requisitos. O "encorajar, promover" inclui todas as medidas que apoiam a integração da população migrante. Nota: utiliza-se os termos: “encorajar e exigir” uma vez que se faz a tradução do francês “*Encourager et exiger*” e do alemão “*Fördern und Fördern*”.

<sup>106</sup> As bases legais da política de integração suíças são determinadas pela Lei Federal dos Estrangeiros (atualmente Lei dos Estrangeiros e da Integração - AIG, SR 142.20), texto integral disponível em <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2007/758/de> e na Portaria sobre a Integração Estrangeiros - VIntA, SR 142.205, texto integral disponível em <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2018/511/de>

- iv. A integração é tarefa central do Estado, todos os níveis de governo participam em cooperação com parceiros sociais, organizações não-governamentais e estrangeiras e outras instituições.

No que respeita ao objetivo da integração, o texto da Lei Federal sobre os Estrangeiros e sobre a Integração <sup>107</sup> (Capítulo 2, Art.º 4, Parágrafo 1) estabelece a coexistência da população nativa e estrangeira residente com base nos valores da Constituição Federal, no respeito e tolerância mútuos. A integração permite que os estrangeiros, residentes legais de longa duração, participem na vida económica, social e cultural da sociedade. Relativamente ao termo integração, este é usado no texto da AIG - Lei de Estrangeiros e Integração, geralmente no sentido de um objetivo para a sociedade como um todo (Art.º 4, AIG) e por outro, no sentido de uma participação igualitária. Neste entendimento a integração de cidadãos estrangeiros pode ser descrita como “bem-sucedida” se possuírem valores estatísticos comparáveis em áreas sociais (por exemplo, educação, emprego, delinquência) a cidadãos suíços que se encontrem em situações de vida semelhantes, particularmente no que diz respeito à idade, sexo, situação social e económica, situação familiar e formação profissional.

### **2.1.3. Contexto legal e estatutos de residência**

A Lei de Estrangeiros e Integração (AIG) além de regulamentar a promoção da integração, regula igualmente a entrada e saída, a residência<sup>108</sup> e o reagrupamento familiar de cidadãos estrangeiros em território suíço. Assim, a residência é atribuída a qualquer cidadão estrangeiro que trabalhe durante a sua estadia ou que permaneça mais de três meses em território suíço e é emitida pelos serviços de migração cantonais.

Os requisitos para a entrada na Confederação Suíça variam consoante o objetivo, isto é, quer por turismo, visita, emprego remunerado, reunião familiar ou estudo quer pela duração da estadia, curta ou longa duração. Neste sentido, na Suíça é-se “legalmente estrangeiro” de

---

<sup>107</sup>SR 142.20 Bundesgesetz vom 16. Dezember 2005 über die Ausländerinnen und Ausländer und über die Integration (Ausländer- und Integrationsgesetz, AIG) <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2007/758/de>

<sup>108</sup> Lei de Estrangeiros e da Integração (SR. 142.20), Capítulo 6 - Regulamentação de Residência (Artigos 32, 33, 34 e 41).

diferentes formas<sup>109</sup> (Soulet, 2005). Com efeito existem vários tipos de autorização de estadia ou residência, aos quais são atribuídas letras. Existe uma distinção temporal, gradativa e cumulativa entre as autorizações de residência de curta duração (inferior a um ano), temporária (duração limitada) e permanente ou estabelecimento (duração indeterminada), sempre em conformidade com o propósito da estadia. Sumariza-se de seguida as autorizações frequentemente atribuídas a cidadãos europeus, nomeadamente, aos cidadãos portugueses:

A Autorização<sup>110</sup> L (EU<sup>111</sup>/EFTA,<sup>112</sup>) concede aos seus titulares, uma residência de curta duração, por um período limitado geralmente inferior a um ano e para um fim específico, independentemente de possuir ou não um emprego remunerado<sup>113</sup>.

Os cidadãos da EU/EFTA têm direito a esta autorização mediante a apresentação de um contrato de trabalho com duração entre três meses e um ano. Os contratos de trabalho de duração inferior a três meses (dentro de um ano civil) não estão sujeitos a uma autorização, mas são regulamentados através do procedimento de notificação *online*. O período de validade da autorização é idêntico ao período de validade do contrato de trabalho, o qual pode ser prorrogado por um período total inferior a doze meses. As autorizações L EU/EFTA sem emprego remunerado são concedidas a pessoas à procura de emprego de todos os Estados da EU/EFTA. No entanto, esta prática não cria o direito à assistência social. Este estatuto de residência engloba, ainda, os trabalhadores sazonais (anteriormente abrangidos pela autorização A) aos quais confere a permanência em território suíço durante a vigência do seu contrato de trabalho.

Por seu turno, a Autorização B concede aos seus titulares a residência por um arco temporal mais longo até um máximo de cinco anos, para determinado fim com ou sem emprego

---

<sup>109</sup> Para o autor, as políticas de integração suíças são complexas e, em certa medida, paradoxais, uma vez que são utilizados critérios diferenciadores de admissão a estrangeiros, que para além de fomentarem a diferença, condicionam e influenciam *a priori* as probabilidades de uma integração com sucesso (Soulet, 2005, p. 235).

<sup>110</sup> Em alemão, *Aufenthaltsbewilligung*; em francês, *permis*; em italiano, *permesso*; em inglês, *permit*. Uma vez que este estudo de caso recai sobre um cantão de língua alemã, optou-se por traduzir a palavra *Aufenthaltsbewilligung* para a palavra portuguesa autorização de estadia (residência). As traduções de termos representam sempre um enorme desafio, dada a panóplia de termos para descrever o mesmo fenómeno ou contexto legal, neste sentido, tomou-se como referência a terminologia utilizada no Glossário sobre migração OIM (Organização Internacional para as Migrações).

<sup>111</sup> EU - *Europäische Union*; em português União Europeia (UE);

<sup>112</sup> EFTA - *European Free Trade Association*, em português, Associação Europeia de Livre Comércio.

<sup>113</sup> Para efeitos de emprego remunerado é necessário que se cumpram as disposições transitórias especiais: números máximos e controlo da prioridade dos cidadãos nacionais, bem como das condições salariais e de trabalho (SEM, 2021).

remunerado. Para estas autorizações é fixada uma cota em função das necessidades económicas em cada ramo de atividade e por cada cantão. É emitida se o estrangeiro for titular de um contrato de trabalho de duração mínima de doze meses ou de duração ilimitada. A autorização é prorrogada por cinco anos se o cidadão estrangeiro preencher os requisitos. No entanto, a primeira renovação da autorização pode ser limitada a um ano, se o seu titular estiver involuntariamente desempregado por mais de doze meses consecutivos. Os nacionais de todos os estados-membros da EU/EFTA sem emprego remunerado têm direito a uma autorização B caso apresentem prova de que dispõem de meios financeiros suficientes para a sua subsistência, de seguros de saúde e de acidentes adequado. A Autorização B é individual, contudo existe a possibilidade de reagrupamento familiar, extensível ao cônjuge e filhos com idade inferior a 18 anos. O reagrupamento familiar só é possível mediante certas condições, tais como, estabilidade de emprego, habitação condigna e recursos suficientes para cobrir as necessidades da família.

Segue-se a Autorização C. Os portadores desta autorização são cidadãos estrangeiros a quem se concede autorização de residência permanente após uma estadia interrupta de cinco ou dez anos na Suíça. Cabe à Secretaria de Estado das Migrações (SEM) determinar a data a partir da qual as autoridades cantonais competentes podem emitir a autorização, vencido o período mínimo de cinco anos. Este estatuto representa uma mais-valia no acesso a algumas profissões e outros recursos e é condição *sine qua non* para o pedido de naturalização caso o titular o deseje. No caso de o cidadão estrangeiro ser português (oriundo de um país membro da EU<sup>114</sup>) é possível, ao fim de cinco anos, solicitar esta autorização na comuna da sua área de residência. A Autorização Ci, com emprego remunerado, destina-se a familiares de funcionários de organizações intergovernamentais bem como a funcionários de representações estrangeiras. Estes são, exclusivamente, os cônjuges e filhos até à idade de 25 anos. A validade é limitada à duração da função do titular principal.

Por último, a Autorização G é emitida aos trabalhadores fronteiriços dos estados-membros da UE/EFTA que gozam de mobilidade profissional e geográfica. Por conseguinte, podem viver em qualquer parte da EU/EFTA e trabalhar em qualquer lugar na Suíça, sendo a única condição o seu regresso ao local de residência no estrangeiro uma vez por semana. Esta

---

<sup>114</sup> Aos cidadãos da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia e EFTA (Islândia, Liechtenstein e Noruega) é concedida a autorização de residência de carácter permanente com base em acordos de estabelecimento ou com base em considerações de direitos recíprocos após uma estadia adequada e ininterrupta de cinco anos, se preencherem os requisitos necessários.

autorização é válida por cinco anos desde que exista um contrato de trabalho válido por um período ilimitado ou por mais de um ano. Se o contrato de trabalho celebrado estabelece um período de validade inferior a um ano, mas superior a três meses, o período de validade desta autorização baseia-se no período de validade do contrato de trabalho. Para um período de emprego inferior a três meses, aplica-se o procedimento de registo em *online*.

## **2.2. O Cantão de Zurique**

Antes de dedicar atenção ao Cantão de Zurique, geografia de estudo deste trabalho, é pertinente apresentar um breve enquadramento sobre o sistema político suíço, as hierarquias de poder, o papel dos atores e das instituições estatais suíças.

A Suíça é um Estado federal constituído por 26 Estados-membros, designados por Cantões. O seu federalismo compreende três níveis de poder: a Confederação (Governo federal), os Cantões (Estados federais) e as Comunas (Municípios). A Confederação, enquanto nível superior, assume apenas as competências que lhe são expressamente atribuídas pela Constituição Federal. Por seu turno, os cantões são independentes e possuem as suas próprias constituições e leis, as quais não se podem sobrepor à lei federal. Também têm os seus próprios parlamentos, governos e tribunais. As Comunas formam o nível mais baixo. Elas representam uma autoridade territorial, sendo entidades de direito público, de direito cantonal com personalidade jurídica própria, que na estrutura público administrativa dos Estados é geralmente a mais pequena unidade política, ou seja, “a unidade política geográfica administrativa”. Além disso, as comunas sempre foram um elemento estrutural<sup>115</sup> indiscutível dos cantões, e a autonomia comunitária tem um elevado valor político (Linder, 1999, p. 156).

### **2.2.1. Esfera Estatal e Política**

O Cantão de Zurique<sup>116</sup> possui três hierarquias de poder: o Governo (poder executivo), o Parlamento (poder legislativo) e os Tribunais (poder judicial/judiciário).

---

<sup>115</sup> Cf. Ladner e Bühlmann (2007, p. 52), cerca de metade da população suíça atribui grande importância e acredita que esta estrutura é o nível político com maior influência na sua vida quotidiana.

<sup>116</sup> Zurique juntou-se à Confederação Helvética em 1351.

O poder executivo é a mais alta autoridade governante e executiva do cantão representada pelo Conselho de Governo. O Governo é composto por sete membros (cada um com um presidente). É eleito pelo povo por maioria de votos para um mandato fixo por quatro anos. Por seu turno, a administração cantonal é composta por sete<sup>117</sup> direções - ministérios, cada uma chefiada por um conselheiro cantonal. A Chancelaria, chefiada pelo Secretário de Estado é a unidade central do pessoal do Conselho de Governo e que lhe presta apoio em questões jurídico-administrativas.

A autoridade legislativa é representada pelo Conselho Cantonal. O Conselho Cantonal determina as orientações da política de Zurique, cuja responsabilidade é aprovar leis, ter poder de decisão sobre o orçamento, exercer, igualmente, uma supervisão suprema sobre o conselho governamental e a administração e eleger os juízes mais altos do cantão. O parlamento do Cantão de Zurique é constituído por 180 membros e eleito por voto popular, com base na representação proporcional. As eleições realizam-se em 18 círculos eleitorais sendo que a atribuição dos assentos parlamentares tem sido baseada, desde 2007, no “procedimento de atribuição duplamente proporcional.”<sup>118</sup>

Por sua vez, ao nível distrital os juízes são eleitos diretamente pelo povo. Por fim, o poder judicial/judiciário remete para a esfera dos tribunais. A nível cantonal existem os mais altos tribunais cantonais: o Supremo Tribunal, o Tribunal Administrativo e o Tribunal da Segurança Social. Outra vertente importante diz respeito às iniciativas e referendos, o instrumento da democracia suíça. Os residentes do Cantão de Zurique, com cidadania suíça, podem lançar iniciativas populares ou referendos. Uma singularidade de Zurique é a iniciativa individual, ou seja, uma única pessoa pode propor uma emenda a uma lei ou constituição ao conselho cantonal e esta deve ser submetida a uma votação popular se for apoiada por uma maioria do conselho cantonal.

### **2.2.2. Território e localização geográfica**

Geograficamente, o Cantão de Zurique está localizado na parte oriental da Suíça. Estende-se desde o Reno, na fronteira norte do país, até perto do sopé dos Alpes. Uma linha de

---

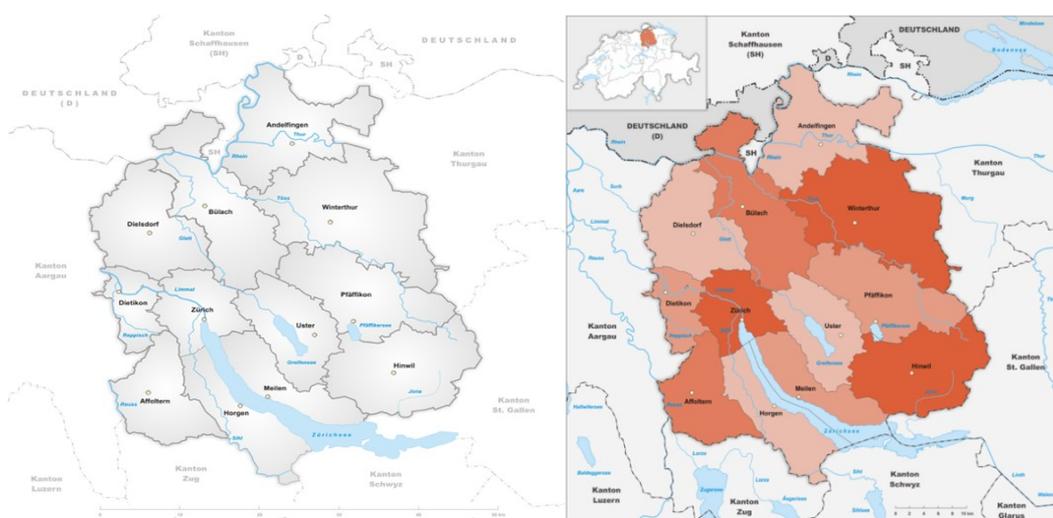
<sup>117</sup> A saber, Direção da Justiça e Assuntos Internos; Direção de Segurança; Direção das Finanças; Direção dos Assuntos Económicos; Direção de Saúde; Direção da Educação; Direção de Construção.

<sup>118</sup> Este procedimento divisor elimina a desvantagem de partes mais pequenas em comparação com o procedimento *Hagenbach-Bischoff* anteriormente aplicado.

horizonte oblíqua estende-se desde o ponto mais alto, o *Schnebelhorn* de 1293 metros de altura, no território do município de *Fischenthal*, até às montanhas altas da *Unterland*.

O cantão faz fronteira com o Cantão de *Schaffhausen* e a Alemanha (fronteira entre a Alemanha e a Suíça) a norte, o Cantão de *Aargau* a oeste, os Cantões de *Zug* e *Schwyz* a sul, e os Cantões de *Thurgau* e *St. Gallen*. A área do Cantão de Zurique é 1729 km<sup>2</sup>. A capital do cantão é a cidade como o mesmo nome - Zurique - que fica situada ligeiramente a oeste do centro geográfico do Cantão.

Em 2018, a densidade populacional era de aproximadamente de 879,7 habitantes/km<sup>2</sup>. Relativamente à sua divisão administrativa, este cantão divide-se em 12 distritos (ver mapa 2) sitos entre o cantão e os municípios, os quais também assumem responsabilidades estatais em áreas seleccionadas, tais como, a supervisão ou jurisdição municipal; é constituído por 162 comunas políticas.<sup>119</sup>



**Figura 2.2.12. Distritos do Cantão de Zurique**

Fonte: [https://www.wikiwand.com/pt/Zurique\\_\(cantão\)#/overview](https://www.wikiwand.com/pt/Zurique_(cantão)#/overview)

[https://de.wikipedia.org/wiki/Kanton\\_Zürich#/media/Datei:Karte\\_Kanton\\_Zürich\\_Bezirke\\_2010.png](https://de.wikipedia.org/wiki/Kanton_Zürich#/media/Datei:Karte_Kanton_Zürich_Bezirke_2010.png)

<sup>119</sup> Cf. Anuário Estatístico do Cantão de Zurique 2020 (*Statistisches Amt des Kantons Zürich*).

### 2.2.3. Língua local

Na Confederação Suíça existem quatro regiões linguísticas: a Suíça alemã, a francesa, a italiana e a romanche. A cada região corresponde uma língua oficial. O romanche é uma língua retorromânica com raízes no latim, falada no cantão *Graubünden* (Grisões). Consequentemente, o multilinguismo<sup>120</sup> é um aspeto importante da identidade da Suíça, estando, inclusivamente, consagrada na lei sobre a língua (*Sprachgesetz, SpG*)<sup>121</sup>. As línguas estrangeiras mais faladas neste país são o inglês e o português. A língua oficial deste cantão é o alemão. No entanto, a língua coloquial é predominantemente o dialeto ou variante local, o suíço-alemão ou alemão de Zurique conhecido por *Zürichdeutsch*.

Na comunicação escrita, o alemão padrão é utilizado em toda a parte da Suíça Alemã. O “alemão” é o principal idioma para mais de 60% da população<sup>122</sup>. Na verdade, trata-se de uma mistura de dialetos germânicos, englobados no termo "suíço alemão".

### 2.2.4. Economia

Em 2017, a Suíça constitui-se como a vigésima economia mundial em termos de PIB<sup>123</sup> e a 7ª ao nível europeu. Relativamente ao PIB *per capita*<sup>124</sup>, a Suíça tem o 9º maior valor ao nível mundial e é o 2º maior da Europa. Em 2019, o cantão de Zurique possui um índice de desenvolvimento humano (HDI)<sup>125</sup> mais elevado do que qualquer estado independente no mundo. Zurique é o maior centro financeiro da Suíça, (banca, 42% e seguros 41%, outros prestadores de serviços financeiros 17%), representando 44% do valor financeiro nacional e originando 92.000 empregos diretos. Os bancos e as companhias de seguros são os pilares fundamentais do mercado de trabalho local. Todo o centro financeiro de Zurique - constituído por bancos, companhias de seguros e outros prestadores de serviços financeiros

---

<sup>120</sup> Dos 26 cantões suíços, quatro são, oficialmente, multilingues: nos cantões de Berna, Friburgo e Valais fala-se francês e alemão. O mesmo acontece nas cidades de Bienne e Friburgo. No cantão dos Grisões são faladas três línguas, nomeadamente, alemão, romanche e italiano. A geografia da fronteira linguística entre as diferentes regiões linguísticas é decisiva.

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2009/821/de>

<sup>122</sup> Cf. o BFS (2020), no local de trabalho, a língua mais utilizada é o suíço-alemão (acima de 60%), seguido pelo alemão escrito ou alemão padrão (acima de 30%), francês (pouco menos de 30%), inglês (à volta de 20%) e italiano (pouco menos de 10%).

<sup>123</sup> <https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/>

<sup>124</sup> <https://www.worldometers.info/gdp/gdp-per-capita/>

<sup>125</sup> HDI -*Human Development Index*. De acordo com a lista divulgada pela ONU (2020), a Suíça ocupa a 2ª posição, juntamente com a Irlanda, com um HDI de 0,955 em 2019. <https://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>

- proporciona aproximadamente 92.000 postos de trabalho. Zurique é o cantão suíço com o maior PIB e PIB *per capita*. A taxa de desemprego, no primeiro semestre de 2021<sup>126</sup>, ronda os 2,9%.

### 2.2.5. População e desenvolvimento demográfico

De acordo com as informações disponibilizadas na página oficial - *website*<sup>127</sup>, o Cantão de Zurique tem cerca de 1.553.423 de habitantes (à data de 31.12.2020) o que o torna o cantão mais populoso da Suíça. Possui uma densidade populacional de 898 habitantes/km<sup>2</sup> (à data de 30.12.2020). Neste sentido, representa uma das áreas mais densamente povoadas da Europa<sup>128</sup>.

Difícilmente existe um país no mundo que não esteja representado por pelo menos um cidadão no cantão, cada quarta pessoa possui um passaporte estrangeiro, uma em cada seis pessoas tem 65 anos ou mais. Na última década, a população cresceu 13% (cerca de 180.000 pessoas).

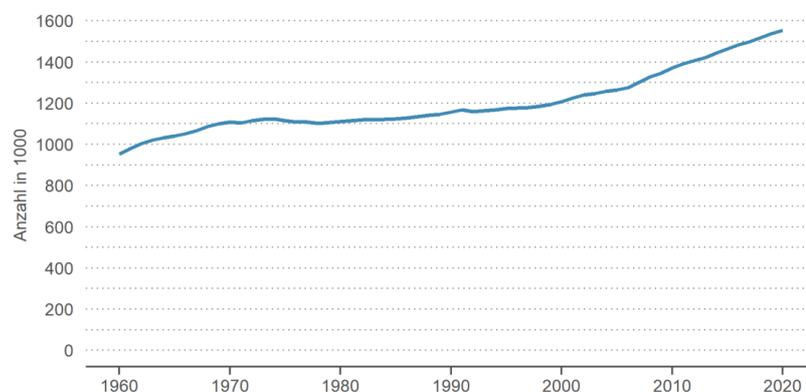


Gráfico 2.3. Desenvolvimento demográfico no cantão de Zurique 1960-2020

Fonte: Departamento de Estatística do Cantão de Zurique

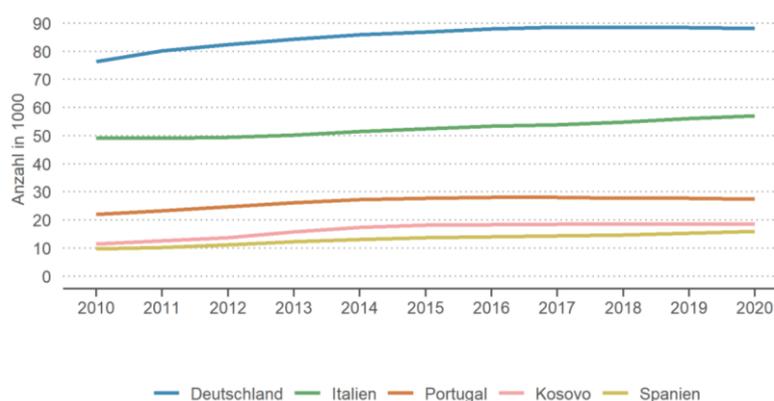
No que respeita ao número total de cidadãos estrangeiros, este é de 421.000, que perfaz uma quota estrangeira de cerca de 27% (à data de 31.12.2019), o que significa que o número de estrangeiros se traduz num aumento de 90.000 pessoas, isto é, 25%.

<sup>126</sup> <https://www.seco.admin.ch/seco/de/home/Arbeit/Arbeitslosenversicherung/arbeitslosenzahlen.html>

<sup>127</sup> <https://www.zh.ch/de/soziales/bevoelkerungszahlen/bestand-struktur.html>

<sup>128</sup> Vide Anuário Estatístico do Cantão de Zurique 2020 (*Statistisches Amt des Kantons Zürich*).

Em finais de 2020 existiam cerca de 88.000 alemães com residência permanente no Cantão de Zurique, mais do dobro do que há dez anos. O segundo maior grupo populacional é o italiano. Até 2010, o número de nacionais italianos decresceu constantemente, principalmente devido às naturalizações ou à migração de retorno. Desde então, o seu número voltou a aumentar e situa-se agora em cerca de 56.000. O número de cidadãos oriundos de Portugal, o terceiro país mais representado, tem aumentado. Todavia, nos últimos anos tem diminuído ligeiramente, em virtude do regresso<sup>129</sup> ao país de origem.



**Gráfico 2.4. TOP 5 das nações mais frequentes no Cantão de Zurique 2010-2020**

Fonte: Inquérito à População Cantonal (STAT)

### 2.2.6. Distribuição geográfica da população estrangeira

Comparativamente à população nativa, os cidadãos estrangeiros escolhem frequentemente um município (comuna) urbano como local de residência, sobretudo, na cidade de Zurique. Porém, a população suíça e a população estrangeira estão concentradas em locais diferentes, ou seja, segregam-se, mutuamente, espacialmente.

<sup>129</sup> Poderá ter relação com o Programa de Regressar - Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal ou por motivo de reforma. Programa disponível em: <https://www.programaregressar.gov.pt/pt/medida-de-apoio-ao-regresso-de-emigrantes-a-portugal/>

### 2.3. Integração em Zurique

No Cantão de Zurique, as áreas de Migração e Integração pertencem a duas direções diferentes: a Secretaria do Estado para a Migração (SEM)<sup>130</sup>, que faz parte do Departamento de Segurança e o Gabinete Cantonal de Assuntos de Integração que pertence à Direção da Justiça e Assuntos Internos. O Gabinete de Integração - *Fachstelle Integration* - coordena a promoção específica da integração no Cantão de Zurique.

A promoção específica da integração complementa as medidas de integração das estruturas regulares existentes do governo federal, do cantão e das comunas - tais como escolas, formação profissional, mercado de trabalho, cuidados de saúde e seguro social.

O gabinete tem um mandato legal do Governo Federal e do Cantão, que está estabelecido nos Programas de Integração Cantonal (PIC 1 e 2). Por seu turno, a Promoção da Integração da Cidade de Zurique - *Integrationsförderung Stadt Zürich* (IF) - pertence à área de Desenvolvimento Urbano de Zurique, dentro do Departamento Presidencial, e constitui o centro de competência municipal para as questões de migração e integração. Desempenha funções estratégicas e de coordenação sendo responsável pela implementação de várias ofertas operacionais. Trata igualmente de questões decorrentes da imigração de pessoas de origem estrangeira, estando orientada para a prossecução dos objetivos da política de integração da cidade de Zurique. A sua página oficial em linha, destina-se não só a estrangeiros (migrantes) recém-chegados a Zurique, mas também a profissionais ou organizações com interesse no trabalho de integração da cidade.

#### 2.3.1. Programa de Integração Cantonal (PIC)

As fases iniciais da residência de um migrante no país de acolhimento são de uma importância crucial e podem determinar o sucesso do seu percurso de integração. Neste sentido, os governos dedicam muitos recursos<sup>131</sup>, definem estratégias e criam programas de

---

<sup>130</sup> O SEM (antigo Gabinete Federal para as Migrações) determina quais as circunstâncias em que uma pessoa pode entrar na Suíça com o intuito de viver e trabalhar. Decide, igualmente, a quem se concede proteção contra perseguições. Também coordena os esforços de integração ao nível federal, cantonal e comunal e é a agência federal incumbida do processo de naturalização. Em todas as áreas da política de migração, fomenta o diálogo internacional com os países de origem, trânsito e destino bem como com organizações internacionais (*Migrationsbericht*, 2019).

<sup>131</sup> O financiamento do apoio estatal no âmbito dos PIC é regulado no Artigo 58 da Lei Federal sobre Estrangeiros e Integração (AIG).

promoção e apoio à integração dos migrantes. Em 2014, a Confederação e os Cantões introduzem os Programas de Integração Cantonal (PIC)<sup>132</sup>, a fim de agrupar o apoio específico à integração num pacote global com objetivos estratégicos e áreas de apoio que se aplicam ao nível nacional. As áreas de apoio relacionam-se com informação e aconselhamento, educação, emprego e integração social. Nos PIC, os cantões indicam como pretendem atingir os objetivos.

### 2.3.2. Cursos de Integração na cidade de Zurique

“*In Zürich leben*”, em português - “Viver em Zurique”<sup>133</sup> é um curso cujo público-alvo são as mulheres e é ministrado nas suas línguas maternas. Tem como objetivos-chave conhecer o quotidiano suíço, a Suíça no geral, e o Cantão de Zurique em particular, nas suas dimensões sociais, culturais e jurídicas. Além de abordar vários temas essenciais, são dadas informações e orientações, são questionados e debatidos assuntos de interesse das migrantes e até são realizadas visitas a instituições suíças e museus. Outro conteúdo pertinente é referente a normas e condutas - “direito consuetudinário” - de boa convivência com a comunidade suíça, particularmente com os vizinhos. Neste âmbito são abordados conteúdos cívicos no sentido de conhecer e se familiarizar com as regras<sup>134</sup> regulamentadas e vigentes no cantão. Por último, proporciona novos contactos e o alargamento da rede social entre as migrantes.

---

<sup>132</sup> Em alemão: KIP- *Kantonales Intergationsprogramme - Kanton Zürich*.

<sup>133</sup> A autora do presente trabalho frequentou o referido curso entre março e junho de 2021 com o intuito de observar as migrantes portuguesas, de participar nas dinâmicas e nos debates em grupo. O curso foi ministrado em Português do Brasil, via Zoom, devido à situação pandémica - Covid-19 - e às restrições implementadas. O curso divide-se em 16 módulos cujos temas vão desde geografia, história e política suíças, sistema educativo do Cantão de Zurique, formação e emprego, saúde e seguro de saúde até à participação e trabalho voluntário. Das 16 participantes, 3, incluído a investigadora, eram de nacionalidade portuguesa. Uma das participantes portuguesas encontrava-se ainda em Portugal, natural de Sever do Vouga, 39 anos, licenciada em Enfermagem com mestrados em Microbiologia Médica e em Medicina respetivamente. Outra migrante, natural de Arouca, distrito de Aveiro, de 35 anos, licenciada em Educação Social, já se encontrava a residir na cidade de Zurique desde 2020. Ambas mencionaram que o motivo da sua migração foi o reagrupamento familiar, uma vez que os cônjuges já residiam na cidade de Zurique. Reiteraram a utilidade do curso, que para além dos conteúdos apreendidos, potenciou o alargamento da sua rede social de contactos - uma rede social de migrantes no feminino.

<sup>134</sup> “*Hallo Nachbarin - Hallo Nachbar*”, em português “Olá Vizinha - Olá Vizinho”, disponível em: <https://www.stadt-zuerich.ch/prd/de/index/stadtentwicklung/gesellschaft-und-raum/entwicklung-wohnstadt-2/hausregeln.html>

No âmbito da integração no mercado de trabalho existe um evento informativo: “Aprenda para trabalhar”<sup>135</sup>. Contudo, existem outras entidades<sup>136</sup> que auxiliam a integração dos indivíduos migrantes no mercado de trabalho<sup>137</sup> suíço (integração estrutural), a anteriormente referida *Fachstelle für Integrationsfragen des Kantons Zürich*<sup>138</sup> e a HEKS *Mosaiq Zürich*<sup>139</sup>. Esta última entidade aconselha e acompanha os migrantes qualificados para que com as suas competências profissionais possam contribuir para o mercado de trabalho suíço. O grupo-alvo deste serviço são os migrantes que possuem um diploma universitário<sup>140</sup> ou uma licenciatura de uma universidade de ciências aplicadas, que tenham concluído uma formação profissional no seu país de origem ou no estrangeiro ou que tenham muitos anos de experiência profissional no seu país de origem.

### 2.3.3. Cursos de Língua e formação linguística

A aprendizagem e aquisição da língua do país de acolhimento são fundamentais para comunicar, ou seja, compreender e ser compreendido. Na última década quer do ponto de vista político quer da sociedade em geral, o fator língua tem sido amplamente questionado e debatido sendo, consecutivamente, analisada a relação entre a língua e a integração dos migrantes (Bartal, 2013). No entendimento de Esser (2006), “a língua é uma componente central da integração social dos migrantes na sociedade de acolhimento”. Por seu turno, Böhmes (2006) defende que “para a integração social dos migrantes, a aquisição da língua franca do país para onde imigram é de grande, se não decisiva, importância”. Segundo Bartal

---

<sup>135</sup> [https://www.stadt-zuerich.ch/prd/de/index/stadtentwicklung/integrationsfoerderung/other\\_languages/pt/outros-eventos-.html](https://www.stadt-zuerich.ch/prd/de/index/stadtentwicklung/integrationsfoerderung/other_languages/pt/outros-eventos-.html)

<sup>136</sup> Consultar o Departamento Social da cidade de Zurique, disponível em: [https://www.stadt-zuerich.ch/sd/de/index/erschliessung/izs/arbeit\\_bildung/migrantinnen\\_bildung\\_arbeitsintegration.html](https://www.stadt-zuerich.ch/sd/de/index/erschliessung/izs/arbeit_bildung/migrantinnen_bildung_arbeitsintegration.html)

<sup>137</sup> No âmbito da integração no mercado de trabalho formal suíço, importa relembrar, que a Suíça faz uma distinção entre cidadãos da UE/EFTA (abrange os migrantes portugueses) e cidadãos de países terceiros ao conceder autorizações de residência e de trabalho. Os primeiros beneficiam de todos os benefícios decorrentes do acordo bilateral Suíça-UE sobre a livre circulação de pessoas e tem acesso prioritário ao mercado de trabalho.

<sup>138</sup> <https://www.zh.ch/de/direktion-der-justiz-und-des-innern/fachstelle-integration.html>

<sup>139</sup> <https://www.heks.ch/ueber-uns/portraet#berblick>

<sup>140</sup> O reconhecimento dos diplomas universitários ou qualificações profissionais são do âmbito do SBFI - *Saatssekretariat für Bildung, Forschung und Innovation* (em português: Secretaria de Estado da Educação, Investigação e Inovação). Existem profissões que são regulamentadas, as quais necessitam de reconhecimento para que o migrante possa exercer a profissão do país de origem. Cada área de formação possui os seus próprios regulamentos e trâmites. Para um conhecimento aprofundado sobre o tema consultar <https://www.sbf.admin.ch/sbf/de/home/bildung/diploma/anerkenntungsverfahren-bei-niederlassung/anerkenntungstellen.html>

(2013, p. 23), a língua é uma condição importante, uma condição necessária, mas não suficiente: a língua não é a chave para a integração, mas sim a base.

À luz das políticas de integração suíças, o incentivo à aprendizagem da língua local tem sido descrito como o fator e a condição fundamental para uma integração relacional, social e laboral bem-sucedida na sociedade suíça. De um modo geral, os cursos de línguas têm como público-alvo os migrantes que não possuem conhecimentos suficientes da língua ou línguas oficiais. De acordo com as disposições sobre a integração de cidadãos estrangeiros, alteradas na Lei, e nas portarias (decretos) do Conselho Federal (VZAE <sup>141</sup> e VIntA <sup>142</sup>), os conhecimentos linguísticos são um dos critérios para a integração de estrangeiros (Art.º 58 alínea a) da AIG). Ao abrigo da lei dos estrangeiros e integração e do tipo de autorização (B e C) são impostos requisitos linguísticos diferentes à pessoa estrangeira. O nível a atingir é estabelecido na portaria bem como as competências linguísticas <sup>143</sup> e a respetiva prova (Art.º 77 alínea d) da VZAE). Neste contexto, existem situações específicas em que os estrangeiros devem provar que são detentores dos conhecimentos linguísticos <sup>144</sup> necessários. Por exemplo, para a concessão ou prorrogação de uma autorização de residência para o reagrupamento familiar; para a obtenção de uma autorização de estabelecimento em caso de reagrupamento familiar; para o reagrupamento familiar com inclusão na admissão temporária; para a prorrogação da autorização de residência após a dissolução da família; para a concessão de uma autorização de estabelecimento; para a concessão antecipada de uma licença de estabelecimento; para a naturalização. Todavia, para os nacionais de certos países <sup>145</sup>, incluindo Portugal, a concessão de uma autorização de estabelecimento (Autorização C), não pode ser associada a conhecimentos linguísticos, não estando, por isso, obrigados a fazer provas de proficiência linguística.

---

<sup>141</sup> VZAE, SR 142.201

<sup>142</sup> SR 142.205

<sup>143</sup> As competências linguísticas têm como referência o Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas (QECR). No contexto de integração suíça existe o FIDE - "*Français, Italiano, Deutsch in der Schweiz*" (francês, italiano, alemão na Suíça, as três línguas oficiais), segue o programa suíço para a integração, neste caso linguístico. Além de realizar tais cursos presta, igualmente, formação a profissionais na área do ensino e a instituições que lidam com assuntos ou contextos interculturais. <https://fide-info.ch/de/home>

<sup>144</sup> Esses conhecimentos linguísticos gravitam entre os níveis A2 e o B1 (nas competências escritas e orais) do QECR, tendo em conta o tipo de concessão ou prorrogação da autorização B ou C.

<sup>145</sup> Em conformidade com o SEM (2021, *Weisungen Ausländerbereich I* ponto 0.2.1.3.2) isto aplica-se aos nacionais dos seguintes países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Principado do Liechtenstein, Grécia, Itália, Países Baixos, Portugal e Espanha. Estes países celebraram um acordo de resolução com a Suíça. Disponível em: <https://www.sem.admin.ch/dam/data/sem/rechtsgrundlagen/weisungen/auslaender/weisungen-aug-d.pdf>

No Cantão de Zurique existe um vasto leque de oferta de cursos de língua reconhecidos, ministrados por instituições estatais e escolas de línguas privadas. Existem cursos subvencionados<sup>146</sup>. Ainda no domínio da língua, o SEM desenvolveu o programa “FIDE”<sup>147</sup> com o objetivo de assegurar a qualidade do ensino das línguas aos migrantes. O programa atribui “um selo de boa-fé” a cursos que promovem a integração linguística dos migrantes de forma eficiente, holística e sustentável.

#### **2.3.4. Instituições, estruturas e atores sociais na integração dos migrantes**

Para que a integração seja bem-sucedida é necessário que o país de acolhimento proporcione as condições estruturais para que ela seja possível e garanta o funcionamento regular do coletivo (Soulet, 2005, p. 240). Nesta lógica a integração na Suíça envolve todos os níveis político-institucionais que trabalham em cooperação com os parceiros e atores sociais (Soulet, 2005).

#### **2.3.5. As Comunas**

Como foi referido anteriormente, a Comuna enquanto estrutura de poder local suíço, representa o nível político local com maior influência na vida quotidiana dos cidadãos.

Por norma, o primeiro contacto formal do migrante com as instituições estatais suíças são as Comunas da área de residência. Imediatamente após a chegada ao Cantão de Zurique, os cidadãos estrangeiros da EU/EFTA devem registar-se na Comuna com a finalidade de solicitar a autorização de residência. Esta instituição dispõe, entre outros, do serviço de apoio aos habitantes (em alemão – *Einwohnerkontrolle*) que, numa primeira abordagem, está habilitada a disponibilizar todas as informações necessárias e de interesse do migrante

---

<sup>146</sup> Lista disponível em: <https://www.stadt-zuerich.ch/prd/de/index/stadtentwicklung/integrationsfoerderung/deutschkurse/subventionierte-deutschkurse.html>

<sup>147</sup> A “FIDE” baseia-se no *Outline Curriculum for the Linguistic Development of Migrants* publicado em 2009. O seu plano curricular assegura que os participantes no curso aprendam rapidamente a lidar com situações do dia-a-dia, tais como encontrar um emprego ou um apartamento, consultar um médico e abrir uma conta bancária. Os cursos de línguas trabalham com onze cenários da vida real para ajudar os participantes a aprender e praticar habilidades de comunicação úteis. Disponível em: <https://fide-service.ch/de/home>

recém-chegado. Cumprida a formalidade do registo é também obrigatório efetuar um seguro de doença<sup>148</sup>.

Para além das Comunas existem outras estruturas e centros de atendimento no âmbito da integração, tais como a *Fachstelle Integrationsförderung*<sup>149</sup>, *Welcome Desk*<sup>150</sup> e MIRSAH<sup>151</sup> – Centro de aconselhamento em matéria de direito de migração e integração. O primeiro é um Serviço aconselhamento para (i) migrantes da cidade de *Winterthur* que dispõe de atendimento em várias línguas, entre as quais o português. Presta informação e aconselhamento a migrantes, disponibiliza intérpretes interculturais e atribui financiamento a projetos de integração; também aconselha os gabinetes municipais e outros atores sobre temas relacionados com a promoção da integração. O segundo promove a integração na cidade de Zurique facultando orientação em questões de (i) migração. O terceiro fomenta a integração profissional e social dos migrantes fornecendo informações em matéria de direito

### **2.3.6. Consulado Geral de Portugal em Zurique**

O Consulado é a representação da administração pública portuguesa e ocupa a maior posição na hierarquia no posto consular. Depende do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Entre as suas funções destacam-se a emissão de vistos a estrangeiros, a entrega e/ou renovação de documentos, certificados oficiais e a proteção dos cidadãos nacionais detidos no país de acolhimento. O Consulado Geral de Portugal na área de jurisdição de Zurique, para além das suas competências consulares presta apoio e facultar informações sobre a Suíça (Cantões) e a cidade de Zurique (Cantão de Zurique). Na sua página oficial é possível aceder a informações e aconselhamento em diversas áreas de interesse e domínios de atuação, tais como: informações de carácter geral sobre o tema viver na Suíça, saúde, apoio em matéria do direito de família, apoio a tribunais, assistência a nacionais detidos, prestações sociais, autorizações de residência e trabalho, traduções, reconhecimentos de diplomas universitários e diplomas profissionais. É prestado igualmente apoio cultural, regresso definitivo para

---

<sup>148</sup> Todos os habitantes da Suíça dispõem de um seguro de doença –*Krankenversicherung*. Quem chega tem um prazo de três meses para fazer um seguro de doença. Este seguro é de carácter obrigatório e está regulamentado por lei. Existem inúmeras seguradoras privadas que propõem o seguro base.

<sup>149</sup> <https://stadt.winterthur.ch/gemeinde/verwaltung/kulturelles-und-dienste/stadtentwicklung/fachstelle-integrationsfoerderung>

<sup>150</sup> [https://www.stadt-zuerich.ch/prd/de/index/stadtentwicklung/integrationsfoerderung/neu\\_zugezogen/welcome\\_desk.html](https://www.stadt-zuerich.ch/prd/de/index/stadtentwicklung/integrationsfoerderung/neu_zugezogen/welcome_desk.html)

<sup>151</sup> <https://www.sah-zh.ch/angebote/mirsah.html>

Portugal. São também partilhadas ligações de instituições suíças de interesse aos cidadãos portugueses no domínio da integração, nesta área consular.<sup>152</sup>

### **2.3.7. Associações de migrantes portugueses**

As associações de migrantes desempenham um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, revestindo-se de uma multiplicidade de funcionalidades, constituindo-se como estruturas vitais de processos de socialização, de reforço dos laços culturais, de afirmação identitária, de solidariedades e de práticas de entreaajuda (Horta, 2010, p. 11). Por seu turno, o associativismo migrante assume particular relevância no que respeita a situações ou constrangimentos decorrentes do percurso migratório e nos processos de fixação e de integração dos migrantes na sociedade recetora, sobretudo, numa primeira fase de adaptação ao novo meio (Rocha-Trindade, 1988 as cited in Horta, 2010, p. 12). Para além das dimensões étnicas, culturais, recreativas, sociais e económicas do associativismo migrante, a mobilização social e política tem emergido como uma vertente de intervenção, isto é, como espaços de mobilização coletiva para a defesa dos interesses dos seus membros (Horta, 2010, p. 12). Ao nível das dinâmicas sociais, as associações de migrantes representam estruturas organizativas, sendo por isso, percecionadas não só como importantes agentes de mediação e de integração, como também são alimentadas e geradoras de redes sociais e de interação. Assim sendo, as associações de migrantes surgem como protagonistas incontornáveis dos processos de integração política, cívica e comunitária (Horta, 2010, p.14). Por fim, são estruturas que operam na dupla lógica de preservação cultural e identitária e de integração comunitária (Horta, 2010, p. 25).

De acordo com Araújo (2012)<sup>153</sup>, no ano de 2008 foram identificadas cerca de 280 associações de portugueses na Suíça. Para o autor, as associações desempenham um papel social de grande relevância para a assunção da comunidade portuguesa, na construção étnica, na preservação da identidade portuguesa e na sua projecção para o exterior. Por outro lado,

---

<sup>152</sup> *Argau (AG), Apenzell Ausserrhoden (AR), Apenzell Innerrohden (AI), Basel-Landschaft (BL), Basel-Stadt (BS), Glarus (GL), Graubünden (GR), Luzern (LU), Nidwalden (NW), Obwalden (OW), St. Gallen (SG), Schaffhausen (SH), Schwyz (SZ), Thurgau (TG), Ticino (TI), Uri (UR), Zug (ZG), Zürich (ZH) e Liechtenstein.*

<sup>153</sup> Entrevista a Eduardo Araújo ao Observatório da Emigração, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-UL). "Associativismo e adaptação dos portugueses na Suíça: entrevista a Eduardo Araújo", *Observatório da Emigração*, 7 de novembro de 2012. <http://observatorioemigracao.pt/np4/4680.html>

elas constituem núcleos de sociabilidade e ponto de encontro da comunidade portuguesa vulgarmente materializados em cafés, bares ou restaurantes. Cerca de 42% das associações recreativas portuguesas possuem nomes de uma cidade ou de uma região de Portugal; 24% tem uma forte componente cultural como por exemplo: o folclore, as atividades lúdicas, e, 15% dessas associações estão ligadas ao futebol (Marques, 2008 as cited in Fibbi et al., 2010, p. 96). Com menor percentagem, mas de igual modo importantes são as associações ou comunidades de cariz católico<sup>154</sup> 6%, seguidas de associações no domínio da migração ou de proteção de trabalho 5%, na orientação dos estudos e na integração dos jovens 5%, e por último, associações ativas na área da saúde e prevenção.

Contudo, ao longo do tempo, tem-se verificado que as associações portuguesas de emigrantes, na Suíça, têm vindo a adaptar-se quer às necessidades quer às solicitações da comunidade portuguesa, atuando como pontes de diálogo e convergência de interesses com as estruturas estatais suíças.

De acordo com a informação disponibilizada no portal do Consulado de Zurique<sup>155</sup> existem neste cantão oito associações portuguesas<sup>156</sup>.

### **2.3.8. Redes sociais e grupos diaspóricos *online***

A experiência da migração altera a natureza dos propósitos e usos das tradicionais redes sociais. Neste sentido as redes sociais adquirem novos significados e novas dinâmicas. As redes sociais *online* proporcionam ao indivíduo migrante o acesso à informação, circulação da mesma, partilha de conteúdos e à possibilidade de comunicação interpares. Os sujeitos migrantes veem nesta ferramenta um veículo de comunicação vital que os assiste na sua transição de vida: desde o início, ao longo do seu percurso migratório, durante o seu processo de integração na sociedade de acolhimento. Para além da procura de informação, as redes permitem a interação social, relações intersubjetivas as quais geram um sentimento de pertença, de identidade e afirmação pessoal. Através delas emergem novas formas de sociabilidade, em rede, que facilitam a criação de vínculos sociais, afetivos, identitários e

---

<sup>154</sup> No que respeita à religião, a Católica, tem uma forte presença na vida dos migrantes portugueses.

<sup>155</sup> <https://www.consuladogeralportugalzurique.ch/associacoes-portuguesas/>

<sup>156</sup> Arca de *Regensdorf*; Associação Portuguesa de Zurique; Centro Cultural e Caritativo Português de *Winterthur*; Centro Recreativo e Cultural Português de *Wetzikon*; Centro Lusitano de Zurique; Federação Portuguesa de Folclore e Etnografia na Suíça; Futebol Clube Portugueses na Suíça; Rancho Folclórico da Associação Cultural e Recreativa de *Wetzikon*.

solidários entre migrantes. Por fim, as redes sociais *online* promovem a criação e o alargamento da própria rede de contactos, ser membro de diversos grupos em simultâneo ou, até mesmo, pertencer a uma “comunidade imaginária”<sup>157</sup> virtual. Os grupos diaspóricos e as redes sociais digitais têm vindo a ganhar uma dimensão e pertinência no contexto das migrações, acompanhando o migrante desde a fase inicial do percurso migratório e, posteriormente, prestando apoio à sua integração estrutural, social e cultural na sociedade de acolhimento.

Concluindo, as instituições suíças locais (Comunas), os seus parceiros e atores sociais e, sobretudo, as associações de migrantes, constituem uma estrutura de suporte, cooperação e diálogo intercultural relevantes na integração positiva e facilitada dos migrantes na sociedade suíça. Mais ainda, a articulação de esforços, contributos e recursos entre todas as entidades e atores envolvidos permitem preencher lacunas na política governamental, na prestação de serviços seletivos, uma vez que no terreno são sensíveis as situações e a necessidades específicas, até mesmo de pequenos grupos e instituições estatais. Para além do referido, fomentam a participação ativa entre o Estado e suas instituições e as associações migrantes. Todas as atividades direcionadas para os migrantes constituem uma fonte de conhecimento essencial para as instituições estatais o que possibilita aos decisores políticos estar mais próximos da realidade e de serem mais pró-ativos nas tomadas de decisão no domínio da integração.

---

<sup>157</sup> Cf. o conceito cunhado por Benedict Anderson (1983) na sua obra *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*.

**CAPÍTULO III. EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A  
CONFEDERAÇÃO SUÍÇA**

Ao longo deste capítulo será retratada não só a evolução do movimento migratório português para a Suíça como também será feita a caracterização da população portuguesa migrante. A documentação estatística dos dados apresentados tem como fontes primárias a *Bundesamt für Statistik* (BFS), o observatório da Emigração Portuguesa, o referencial teórico de Marques (2008), o trabalho coordenado por Fibbi [et al.]<sup>158</sup> no ano de 2010, sobre a população portuguesa na Suíça. Importa referir, o contributo dos estudos longitudinais do *National Center of Competence in Research (NCCR)*<sup>159</sup> *for migration and mobility studies* da Universidade de Neuchâtel que possibilitam a atualização amostral do perfil e alguns indicadores pertinentes sobre os portugueses migrados neste país.

### 3.1. Evolução dos fluxos migratórios de Portugal para a Suíça

A presença migratória portuguesa na Suíça remonta a 1960<sup>160</sup> tendo-se consolidado na década de 90 do século passado. Praticamente inexpressivo até 1980, o fluxo migratório português para este país regista uma evolução positiva a um ritmo lento desde 1969, somente interrompida nos períodos recessivos de 1974 e 1975 (consequência direta da crise global petrolífera), e posteriormente, em 1983 (Marques, 2008). Durante este período os motivos subjacentes à decisão de emigrar são maioritariamente de cariz socioeconómico tendo como principais fatores de repulsão o retrato social português: a frágil situação económica em que a maioria da população vive, a acentuada desigualdade e assimetria dos recursos, os baixos rendimentos auferidos, a grande dificuldade em conseguir um emprego ou subemprego, associadas ao fraco nível de instrução, ao atraso no processo de modernização económica (Pires et al., 2010, p. 25), a escassez dimensional da exploração agrícola acrescida de uma indústria incipiente.

---

<sup>158</sup> Sob a coordenação de Rosita Fibbi foi realizado um estudo sobre a população portuguesa na Suíça, intitulado em alemão, “*Die portugiesische Bevölkerung in der Schweiz*”, publicado em agosto de 2010. O estudo foi conduzido pelo Fórum Suíço para Estudos de Migração e População (SFM), o *LaboDémo* da Universidade de Genebra e a *Haute école de travail social* em Genebra em nome do Gabinete Federal para as Migrações (FOM/BFM). Disponível em: <https://edudoc.ch/record/49987>

<sup>159</sup> <https://nccr-onthemove.ch/indicators/category/mobilities/>

<sup>160</sup> No início da década de 60, assiste-se a uma viragem histórica na emigração portuguesa com o desvio do fluxo migratório transatlântico para uma nova geografia de destino: a Europa. A afirmação e consolidação deste fluxo deve-se, em grande parte, a fatores de atração como a proximidade geográfica, a facilidade em atravessar fronteiras e a possibilidade de manter o contacto direto com os migrantes portugueses que regressam de férias a Portugal (Rocha-Trindade, 1992). Outro estímulo à emigração portuguesa deve-se, em parte, aos benefícios sociais, assistência social e médica, oferecidos aos migrantes pelos países mais industrializados da Europa (Marques, 2008, p. 208).

Na senda de Marques (2008, p. 259) a emigração portuguesa para a Suíça é paradigmática por duas ordens de razão: a primeira por assentar, numa fase inicial, em novas modalidades migratórias e a segunda por constituir uma nova e principal geografia de destino da emigração portuguesa. Segundo o autor, é possível delimitar quatro períodos distintos no fluxo migratório português entre 1969 e 1996. O primeiro período entre 1969-1977, o crescimento da emigração portuguesa é lento, aproximadamente 3,8% ao ano. O segundo período de 1978 a 1983, no qual a taxa de crescimento apresenta um valor mais elevado, cerca de 35%. O terceiro período de 1984 a 1992<sup>161</sup>, designado de “período áureo”, contabiliza anualmente 13.400 pessoas portadoras de residência anual ou permanente (Pires et al., 2010, p. 104). Por último, o quarto período de 1993 a 1996 em que se regista uma diminuição acentuada no número de entradas que atinge um valor negativo.

Após uma fase de estagnação no volume de entradas (1997- 2001), assiste-se a uma retoma positiva do fluxo de entradas na Suíça, cerca de 5000 portugueses por ano (Marques, 2008, p. 261). Os portugueses tornam-se no segundo maior grupo de imigrantes a entrar na Suíça, logo a seguir aos ex-jugoslavos (Marques, 2001b, p. 2).

Esta fase de maior afluência dos portugueses é igualmente marcada pela alteração do tempo de permanência, adquirindo um carácter mais duradouro - a transformação de residência sazonal em não sazonal - uma das principais formas de entrada<sup>162</sup> dos portugueses neste território a partir de 1982 (Marques, 2001b, p. 262). A emigração portuguesa para a Confederação Suíça entra, deste modo, numa fase de fixação no destino, facto evidenciado pela descida da taxa de masculinidade, verificando-se um maior equilíbrio entre homens e mulheres, em simultâneo com o aumento de processos de reagrupamento familiar (Pires et al., 2010:106). Com a crise económica helvética de 1991, observa-se um acentuado decréscimo no número de emigrantes portugueses, registando-se um valor negativo de 23% (Marques, 2001, p. 1).

Com a viragem do milénio, em 2000, emigram cerca de 4.311 portugueses para a Suíça. Esse número aumenta para 20.039 em 2013 (ver quadro 3.1):

---

<sup>161</sup> Coincide com a adesão de Portugal à União Europeia que vai proporcionar maior mobilidade e circulação no espaço europeu. Ainda neste período, mais precisamente em 1991, ocorre a crise económica helvética cujo impacto direto se faz sentir no acentuado decréscimo do número de entradas de portugueses, registando-se uma taxa de crescimento anual negativa de 23% (Marques, 2001, p. 1).

<sup>162</sup> Este padrão na entrada resulta das leis de imigração suíças (conforme explanado no capítulo 2). Os portugueses iniciam a sua estada, quase sempre, de forma temporária. Parte considerável desta migração sazonal é, segundo Baganha (1993:826 as cited in Marques, 2008, p. 264), sobretudo, uma “emigração permanente disfarçada” que se processa através da sucessiva renovação dos contratos de trabalho sazonais.

Ano	Entradas de estrangeiros		Entradas de portuguesas		
	N	Taxa de crescimento anual (%)	N	Em percentagem das entradas de estrangeiros	Taxa de crescimento anual (%)
2000	84,200	..	4,311	5.1	..
2001	99,746	18.5	4,347	4.4	0.8
2002	105,014	5.3	9,005	8.6	107.2
2003	98,812	-5.9	12,228	12.4	35.8
2004	100,834	2.0	13,539	13.4	10.7
2005	99,091	-1.7	12,138	12.2	-10.3
2006	107,177	8.2	12,441	11.6	2.5
2007	143,855	34.2	15,351	10.7	23.4
2008	161,629	12.4	17,657	10.9	15.0
2009	138,269	-14.5	13,601	9.8	-23.0
2010	139,495	0.9	12,720	9.1	-6.5
2011	140,508	0.7	15,020	10.7	18.1
2012	151,002	7.5	18,892	12.5	25.8
2013	167,248	10.8	20,039	12.0	6.1
2014	..	..	..	..	..

**Quadro 3.1. Entradas de portuguesas na Suíça, 2000-2013**

Fonte: Relatório do Observatório da Emigração Portuguesa, 2015:260

Entre 2008 e 2010, observa-se uma diminuição ligeira no número de entradas de portuguesas. Este período é marcado pela crise financeira e económica global, a chamada crise das dívidas soberanas (que se prolonga até 2013), cujo impacto se reflete na redução da emigração portuguesa (Pires et al., 2020, p. 18). Porém, a partir do ano de 2011<sup>163</sup> é visível o aumento contínuo do número de entradas (até 2013) assistindo-se à emergência de uma “nova vaga” emigratória portuguesa rumo à Suíça. Esta nova vaga é uma consequência dos tempos de crise política<sup>164</sup> e recessão económica portuguesa. A tomada de fortes medidas de austeridade, a elevada taxa de desemprego, (sobretudo jovem adulto), associada à falta de perspectivas de emprego, precipita e avoluma o número de saídas de portuguesas para este destino em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida.

<sup>163</sup> Em 2010 predominam ainda os efeitos da 2ª fase da crise, agora assimétrica em vez de global.

<sup>164</sup> Ao nível político testemunhou-se o discurso do primeiro-ministro, à época Passos Coelho, ao aconselhar os portuguesas que não conseguem obter um emprego na sua área de formação, a procurá-lo noutra sítio. Esta afirmação foi alvo de diversas leituras, interpretações e aproveitamento político, o que gerou indignação na população portuguesa, sendo efetivamente alvo de intensos debates por parte de todos os quadrantes políticos e veiculado pelos média. O que é facto é que a partir desse momento, se verificou um aumento expressivo do número de saídas de portuguesas, sobretudo, de indivíduos qualificados. [https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/as\\_varias\\_declaracoes\\_de\\_apelo\\_a\\_emigracao](https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/as_varias_declaracoes_de_apelo_a_emigracao)

### 3.1.1. Arco temporal 2013-2019<sup>165</sup>

No ano de 2013<sup>166</sup> entram na Suíça 29.667 portugueses, representando 19% do número total de estrangeiros que emigram para este país. Neste contexto, a Suíça torna-se no segundo país do mundo onde residem mais portugueses, com rigor 253.200 (BFS; STATPOP, 2016)<sup>167</sup>. Em 2014, o número de portugueses a residir com caráter permanente é 262.700, cerca de 13,1% da população total. Perante estes valores, os portugueses constituem a terceira maior comunidade de estrangeiros na Suíça, apenas superados pelos italianos e alemães (ver quadro 3.2):

	2011	2012	2013	2014	2015
Total	1816.0	1870.0	1937.4	1998.5	2048.7
EU28/EFTA-Staaten	1177.5	1223.4	1276.9	1326.9	1361.6
Deutschland	275.3	284.2	292.3	298.0	300.7
Frankreich	99.9	104.0	110.1	116.9	123.0
Italien	288.0	291.8	298.9	306.4	311.7
Österreich	37.9	38.8	39.5	40.3	41.1
Portugal	223.7	237.9	253.2	262.7	267.5
Spanien	65.8	69.4	75.3	79.6	82.3
Übriges Europa	368.3	368.4	369.9	371.4	371.6
Serbien	109.3	98.7	90.7	78.1	71.3
Montenegro	2.0	2.1	2.4	2.5	2.5
Türkei	71.4	70.8	70.4	70.0	69.2
Afrika	74.8	78.2	83.9	86.7	93.8
Amerika	76.6	77.7	78.4	79.0	78.8
Asien	113.6	117.2	122.9	128.8	136.8
Ozeanien	4.1	4.1	4.1	4.2	4.2
Staatenlos, unbekannt	1.1	1.1	1.2	1.5	1.8

**Quadro 3.2. População estrangeira permanente na Suíça de acordo com a nacionalidade, em milhares**

Fonte: BSF; STATPOP, 2016

<sup>165</sup> O presente estudo sobre os processos de integração dos migrantes portugueses no Cantão de Zurique recai sobre este arco temporal.

<sup>166</sup> Neste ano a emigração portuguesa atinge de novo máximos históricos consequência da crise financeira de 2008 (Pires *et al.*, 2020).

<sup>167</sup> Bundesamt für Statistik (BSF); Swiss Federal Statistical Office (FSO)

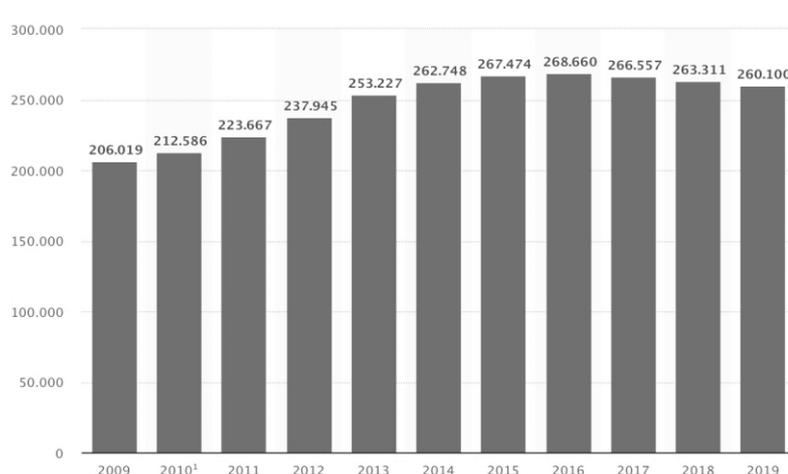
<http://www.bfs.admin.ch/bfs/portal/de/index/themen/01/07/blank/key/01/01.html>

STATPOP - Statistik der Bevölkerung und der

Haushalte: <http://www.bfs.admin.ch/bfs/portal/de/index/themen/01/02/blank/key/bevoelkerungsstand/02.html>

No primeiro semestre de 2015 regista-se um aumento de entradas de portugueses neste território, 9.400, o que representa 13% do total de 72.308 emigrantes (BFS, 2016).

No final do mesmo ano, o número total de portugueses com autorização de residência permanente é de 267.500 (BFS, 2016). Como é possível observar, no ano de 2016, atinge-se o valor mais elevado de portugueses que escolheram a Confederação Suíça para viver, cerca de 268.660. O gráfico seguinte dá um panorama global dos portugueses que residem, de forma permanente, em território suíço no período entre 2009-2019:

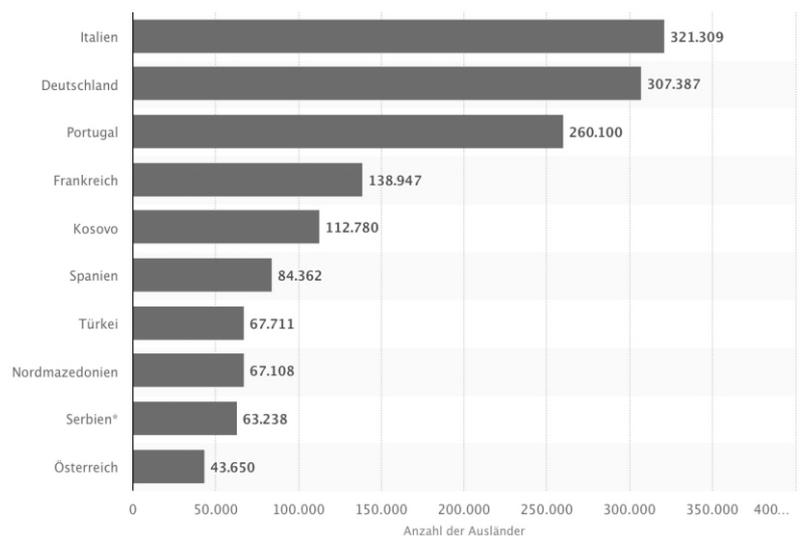


**Gráfico 3.1. Número de portugueses permanentes na Suíça, 2009-2019**

Fonte: Statista<sup>168</sup>; BFS; STATPOP; PETRA (2020)

Porém, este valor decresce até finais de 2019 para 260.100 (Statista; BFS, 2020). Pese embora o número de portugueses tenha diminuído, pelo terceiro ano consecutivo, continua a ser o terceiro maior grupo de estrangeiros na Suíça (ver gráfico 3.2):

<sup>168</sup> <https://de.statista.com/statistik/daten/studie/1003861/umfrage/portugiesen-in-der-schweiz/#professional>



**Gráfico 3.2. População estrangeira residente permanente na Suíça, TOP 10 das nacionalidades mais importantes, em 31 de dezembro de 2019**  
 Fonte: Statista (2021); BFS; STATPOP (2020)

### 3.1.2. Aquisição de nacionalidade

Nesta matéria a população migrante portuguesa sempre se listou nos grupos de estrangeiros onde se verifica um dos números mais baixos de naturalização (Wanner & Piguet, 2002). Para Wanner & Piguet (2002), o baixo valor pode não só ter como justificação a intenção de retorno a Portugal, mas também o restrito e complexo processo de naturalização suíço. Contudo, entre 2000 e 2013, o número de portugueses que adquire a nacionalidade suíça quase triplica, passando de 765 para cerca de 2.184 (Relatório do Observatório da Emigração Portuguesa, 2015). Em 2013, a aquisição de nacionalidade por portugueses representa 6.4% do total das aquisições de nacionalidade na Suíça. De acordo com as estatísticas suíças, após 2013 é no ano de 2016 que o número de naturalizações de portugueses atinge o valor mais alto 3.941. Na baliza temporal de 2010 e 2019, a Suíça concedeu a nacionalidade a 28.925 cidadãos portugueses (ver quadro 3.3), o que corresponde a 7,5 % do total de nacionalidade concedida pelo governo helvético. Portugal ficou assim, neste espaço temporal e no que à concessão da nacionalidade suíça respeita, no top 10 do total das concessões, ocupando o terceiro lugar:

Nationalität	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	39 322	36 762	34 126	34 335	33 325	40 888	41 587	44 515	42 630	40 277
Deutschland	3 619	3 546	3 403	3 837	4 120	5 255	4 658	6 021	6 212	6 640
Italien	4 111	4 109	4 045	4 401	4 495	5 496	5 134	5 863	5 233	4 839
Kosovo	1 611	2 520	2 568	2 647	2 634	3 172	3 257	3 505	3 432	3 356
Portugal	2 217	2 298	2 110	2 201	2 458	3 626	3 941	3 920	3 352	2 801
Frankreich	1 087	1 325	1 229	1 581	1 750	2 598	3 134	2 964	2 699	2 747
Türkei	2 091	1 886	1 662	1 628	1 399	1 808	1 729	1 796	1 678	1 802
Nordmazedonien	1 586	1 337	1 223	1 272	1 288	1 306	1 554	1 721	1 626	1 706
Serbien	6 859	4 359	3 463	2 562	1 865	1 677	1 568	1 543	1 493	1 364
Spanien	1 120	1 091	1 055	1 054	1 071	1 501	1 564	1 585	1 491	1 280
Bosnien-Herzegowina	1 924	1 628	1 163	1 173	966	1 103	965	972	995	847

**Quadro 3.3. Aquisição da cidadania suíça, Top 10 nacionalidades, por ano de 2010 a 2019**

Fonte: *Ausländer- und Asylstatistik* (2019, p. 72); SEM (2020)

Segundo o Relatório Estatístico da Emigração Portuguesa, em 2018 a Suíça continua a ser o país do mundo onde os portugueses mais adquirem a nacionalidade do país de destino (Relatório Estatístico, 2019, p. 251).

### 3.1.3. Características sociodemográficas

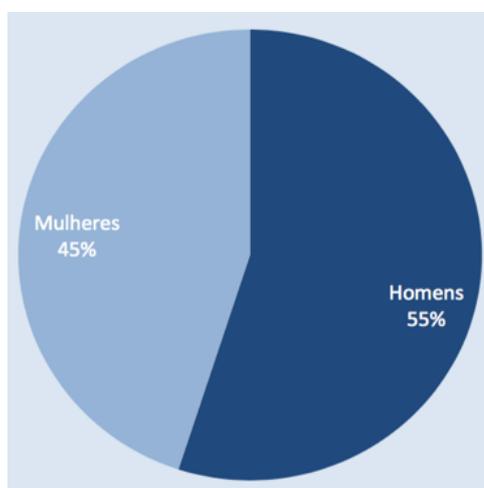
Recuando ao ano de 1997, o perfil dos emigrantes portugueses que rumam a terras helvéticas, não difere muito dos anos 1960 e inícios dos anos 1970 do ciclo transatlântico e intraeuropeu (Marques, 2008, p. 277). Trata-se de uma emigração de trabalho constituída por ativos jovens, predominantemente do sexo masculino, sem instrução ou qualificação específica e provenientes do meio rural, sobretudo, das regiões Norte e Centro do país. Porém, a predominância do sexo masculino atenua-se nas décadas seguintes assistindo-se à crescente feminização da emigração portuguesa para a Suíça, fenómeno que à primeira vista pode ser associado ao reagrupamento familiar (Marques, 2008, p. 273). Na interpretação de Fibbi (1995, p. 31 as cited in Marques, 200, p. 274) na década de 60 as mulheres portuguesas exercem o papel de “*passive followers*” da emigração masculina. O fluxo migratório para a Suíça apresenta sempre uma forte componente feminina independente do processo de reagrupamento familiar (entre 1973-1974). Entre 1960 e 2001, entram mais homens casados (66,7%) do que mulheres casadas, (47,8%) o que sugere que a maioria das mulheres ativas portuguesas entra no país, não para acompanhar os maridos, mas por motivos individuais (Marques, 2008, p. 274). As migrantes portuguesas dirigem-se para os setores da agricultura e hotelaria, setores esses de caráter sazonal ou temporário que não permite o reagrupamento

familiar. As experiências migratórias femininas tornam-se mais visíveis e diversificadas<sup>169</sup>, sendo cada vez mais a sua movimentação por motivos laborais. Neste sentido, surgem perfis migratórios em que as mulheres se apresentam como protagonistas ativas da migração (Marques, 2008, p. 277).

No ano de 2007, a população portuguesa residente na Suíça caracteriza-se pela sobre-representatividade de pessoas de meia-idade, sobretudo homens entre os 40-44 anos, que se instalam neste país para trabalhar (Fibbi et al., 2010, pp. 29-30).<sup>170</sup>

Por seu turno, as pessoas mais velhas, dos 60 aos 80 anos, estão claramente sub-representadas, facto que poderá expressar o retorno a Portugal após atingirem a idade da reforma. De notar que, no mesmo ano, mais de 70% dos portugueses são casados, sendo o agregado familiar português, por norma, constituído pelo casal com um ou mais filhos (Fibbi et al., 2010, pp. 29-30).

Avançando para o ano de 2012, a distribuição por sexo dos emigrantes portugueses, na Suíça, revela a existência de uma maior proporção de homens, 55%, do que de mulheres, 45% (ver gráfico 3.3):



**Gráfico 3.3. Distribuição de género dos Portugueses emigrados na Suíça, 2012, em (%)**

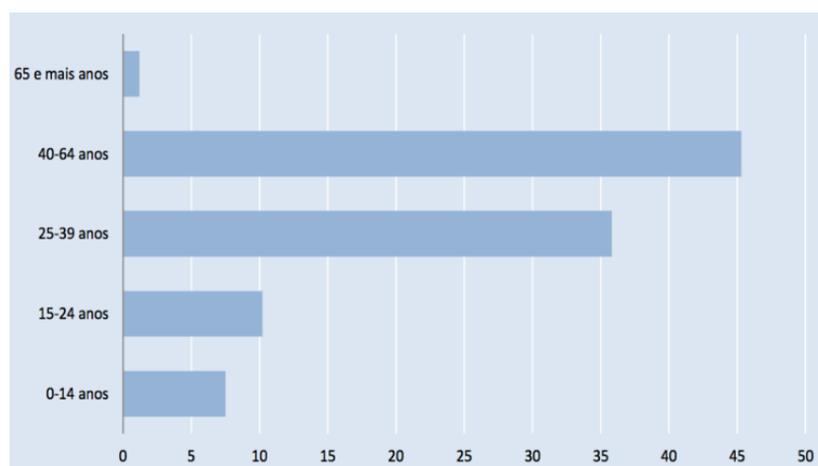
Fonte: Relatório do Observatório da Emigração Portuguesa (2013, p. 189)

<sup>169</sup> Esta diversificação das formas migratórias torna-se evidente, assistindo-se à migração do marido seguida pela migração da mulher, a migração conjunta do casal ou a migração da mulher seguida pela migração do marido (Tribalat, 1996 as cited in Marques, 2008, p. 278)

<sup>170</sup> Sob a coordenação de Rosita Fibbi realiza-se um estudo sobre a população portuguesa na Suíça, intitulado em alemão, “*Die portugiesische Bevölkerung in der Schweiz*”, publicado em Agosto de 2010. O estudo é conduzido pelo Fórum Suíço para Estudos de Migração e População (SFM), o *LaboDémo* da Universidade de Genebra e a *Haute école de travail social* em Genebra, em nome do Gabinete Federal para as Migrações (FOM/BFM).

O diferencial de 10% revela uma tendência para o equilíbrio dos sexos o qual pode ser entendido pela fixação no destino, condição favorável para o reagrupamento familiar.

No que respeita à estrutura etária 45% dos portugueses tem entre 40 e 64 anos, 36% entre 25 e 39 anos, 10% entre 15 e 24 anos e 8% menos de 15 anos (gráfico 3.4):



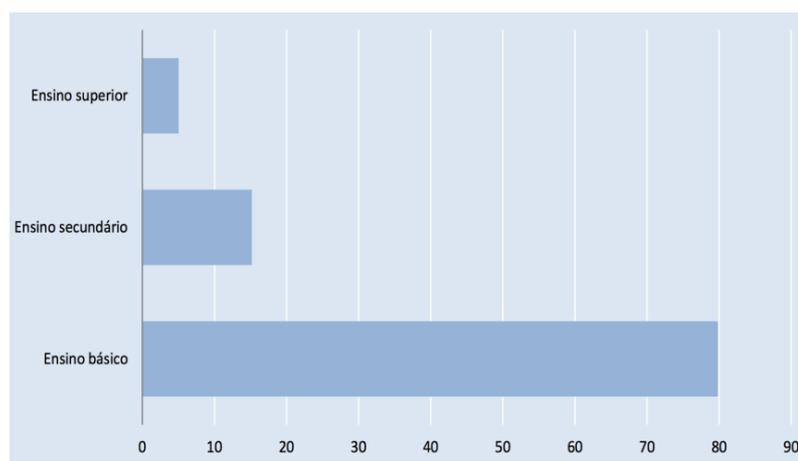
**Gráfico 3.4. Portugueses emigrados na Suíça, por grupos etários, 2012, em (%)**

Fonte: Relatório do Observatório da Emigração (2013:190)

#### **3.1.4. Qualificações escolares**

A primeira vaga emigratória portuguesa para a Confederação Helvética apresenta a maior taxa de analfabetismo de todos os emigrantes europeus (Fibbi et al., 2010, p. 17). Assim, desde o início do movimento migratório português para esta geografia de destino que a maioria dos emigrantes portugueses, salvo raras exceções, não possui qualquer tipo de instrução ou habilitações específicas (Fibbi et al., 2010, p. 17). Segundo dados publicados no Relatório Estatístico da Emigração Portuguesa (2014:168), nos anos 2000 e 2001, a qualificação escolar dos portugueses emigrados na Suíça, de um total de 70.525 portugueses (com idade superior a 15 anos), 78,6% não tem o ensino básico, 18,7% possui o ensino secundário e por último, 2,7% tem estudos superiores. Em 2007, do total de emigrantes portugueses que se encontra a trabalhar neste país, 63% possui a escolaridade obrigatória, 22% possui uma formação profissional e pouco mais de 2% possui formação académica (Fibbi et al., 2010, p. 42).

Em 2012, entre os portugueses emigrados na Suíça predominavam os que, no máximo, possuíam o ensino básico, 80%; apenas 14% apresentavam o ensino secundário completo e 5% tinham estudos superiores (ver gráfico 3.5.). Desconhece-se o nível de escolaridade dos restantes 6% da população portuguesa residente neste país.



**Gráfico 3.5. Portugueses emigrados na Suíça, maiores de 15 anos, por qualificações escolares 2012, em (%)**

Fonte: Relatório do Observatório da Emigração Portuguesa (2013, p. 191)

### **3.1.5. Qualificações profissionais**

No âmbito profissional, apesar das fracas qualificações os portugueses estão muito bem integrados no mercado de trabalho suíço (Marques, 2008). Grande parte dos emigrantes portugueses são indivíduos ativos e exercem profissões socialmente indesejáveis, associadas a um baixo estatuto social e que pressupõem pouca ou nenhuma qualificação (Marques, 2008, p. 280). Em 1996, aproximadamente 41% dos portugueses ativos integraram-se no mercado de trabalho suíço, exercendo profissões pouco ou nada qualificadas nos setores da construção civil e da indústria hoteleira. Esses ativos exerciam profissões no âmbito da limpeza e manutenção de edifícios (9,0%); empregos dos níveis mais baixos da hotelaria (6,9%); eram pedreiros (6,5%), empregados de mesa (6,4%), empregadas domésticas (6,1%) e serventes da construção civil (6,0%) (Marques, 2008, p. 280). No primeiro setor, o da construção civil, a sua procura está associada a uma maior fixação no emprego o que, de certa forma, condiciona a oportunidade de mobilidade profissional dos emigrantes portugueses. Em oposição, o segundo setor, o da hotelaria e restauração, serve como “porta

de entrada” a uma permanência mais prolongada na Suíça. Essa porta de entrada permite, igualmente, o acesso a outros setores (Pires et al., 2010, p. 106).

Em 2012, dos portugueses residentes na Suíça, 26% eram operários, artífices e trabalhadores similares; 23% estavam empregados no setor dos serviços e das vendas; 21% eram trabalhadores não qualificados indiferenciados. Os restantes 31% englobam os operadores de instalações e máquinas bem como os trabalhadores de montagem, 10%; os técnicos e profissionais intermédios, 8%; o pessoal administrativo ou similar, 4%; os especialistas das profissões intelectuais e científicas, 4%; os quadros superiores da administração pública, os dirigentes e os quadros superiores de empresa, 3%; nas profissões agrícolas e similares apenas 2% (Relatório da Emigração 2013, pp. 187-188).



**Gráfico 3.6. Portugueses emigrados na Suíça, maiores de 15 anos, por profissão, 2012 em (%)**

Fonte: Relatório do Observatório da Emigração Portuguesa (2013, p. 192).

### **3.1.6. Distribuição e concentração geográfica**

Pese embora a presença de emigrantes portugueses se registre em todos os cantões da Suíça, é possível falar de uma distribuição heterogénea da população portuguesa (Marques, 2008, p. 265) neste território. Geograficamente, os portugueses concentram-se no interior dos cantões junto dos núcleos mais urbanizados (Marques, 2008, p. 270), o que lhes permite uma maior mobilidade e proximidade dos serviços. Em 2000, os emigrantes portugueses concentravam-se maioritariamente em quatro áreas: Vaud, Genebra, Valais e Zurique.

Esta distribuição está fortemente ancorada a fatores tais como o tipo de estatuto de residência, a mobilidade inter-cantonal, as regiões em que existe uma maior e mais diversificada oferta de emprego (Marques, 2008, p. 267) e as regiões linguísticas da Suíça. Assim sendo, à luz do estatuto de residência permanente, destaca-se uma maior concentração dos portugueses nos seguintes cantões: Vaud, Genebra, Valais, Grisões, Berna e Zurique. É igualmente notória a presença de portugueses noutros cantões como Friburgo e Neuchâtel. Relativamente à distribuição da população migrante portuguesa, de acordo com o mapa linguístico da Suíça, observa-se uma maior presença de portugueses com residência permanente na região de língua francesa, seguida pela região de língua alemã e da língua italiana (Marques, 2008, pp. 268-269). A concentração de portugueses nos cantões onde se fala a língua francesa é forte devido às semelhanças linguísticas com o português, semelhanças, essas, que facilitam a aprendizagem do francês.



**Figura 3.1. Distribuição geográfica das quatro línguas oficiais na Suíça, no ano de 2000**

Fonte: Bundesamt für Statistik (BFS, 2000)

Recentemente, numa breve caracterização da população portuguesa na Suíça publicada na página da Embaixada de Portugal em Berna, foi possível constatar que em 2020, os Cantões com maior concentração de cidadãos portugueses, por ordem decrescente são: o Cantão de Vaud com 55.875, o Cantão de Genebra com 33.369, o Cantão do Valais com 28.887, o Cantão de Zurique com 27.562, o Cantão de Friburgo 25.541, o Cantão de Berna 14.836 e por último, o Cantão de Neuchâtel 12.476.

## **CAPÍTULO IV. ASPETOS METODOLÓGICOS**

O marco teórico ao longo do qual se vai configurando um eixo de análise e reflexão sobre as principais teorias explicativas e os conceitos operativos inerentes, revela-se de suma importância para a posterior análise e discussão dos dados empíricos. É importante realçar os procedimentos preliminares, tais como a aturada pesquisa bibliográfica de autores e investigadores de referência e a pesquisa documental estatística<sup>171</sup> com o intuito de recolher dados ou indicadores estatísticos, disponíveis no domínio das migrações internacionais dos países em causa, Portugal e Suíça. A construção de um percurso empírico com uma estratégia metodológica própria, escolhida pelo objeto de estudo, determina a adoção de uma metodologia mista, com ênfase qualitativa, flexível e aberta na qual se entrecruzam várias técnicas e instrumentos de recolha de dados a ser explanada de seguida.

#### **4.1. Metodologia mista como ponto de partida empírico**

A presente investigação empírica pretende, a partir dos emigrantes portugueses residentes no Cantão de Zurique, quebrar os silêncios estatísticos, os estereótipos construídos e as visões cristalizadas em torno da integração da comunidade portuguesa na Suíça, no Cantão de Zurique. Para o efeito adota-se uma metodologia mista<sup>172</sup> que recorre à utilização articulada dos métodos quantitativos e dos métodos qualitativos. A conjugação de paradigmas neste estudo de caso constitui uma mais-valia, no sentido em que as limitações de um método podem ser colmatadas pelas potencialidades do outro, permitindo analisar o objeto de estudo sob vários ângulos, por forma a obter um retrato mais aproximado e profundo da realidade em estudo. Assim do ponto de vista qualitativo<sup>173</sup> privilegiam-se as entrevistas autobiográficas e semiestruturadas e do ponto de vista quantitativo utiliza-se o inquérito por questionário *online*.

---

<sup>171</sup> Fontes primárias FSO - *Federal Statistical Office* ou em alemão BFS - *Bundesamt für Statistik*; SEM - *State Secretariat for Migration* ou em alemão *Staatssekretariat für Migration* e Observatório da Emigração - ISCTE

<sup>172</sup> *mixed methods design*

<sup>173</sup> Neste tipo de pesquisa é atribuída maior relevância ao processo do que ao produto, existindo sempre a preocupação em retratar a perspetiva dos participantes (Bodgan & Biklen, 2008).

#### **4.1.1. Instrumentos de recolha de dados**

##### **4.1.1.1. Inquérito por questionário *online***

Na sua essência, o inquérito por questionário visa a recolha de dados e tem como base de análise a inquirição de um grupo representativo da população que se pretende estudar. Por norma, este instrumento permite não só obter dados que visam testar as hipóteses e medir variáveis (confirmando ou não essas hipóteses) bem como obter respostas às questões de investigação que conduzem ao objetivo fundamental da investigação empírica (Hill & Hill, 2005, p. 22). Possibilita, igualmente, uma maior amplitude e rigor da amostra, garantindo o total anonimato dos inquiridos. Outra vantagem do questionário é a recolha de informações mais amplas do que aquelas que podem ser conseguidas por meio de entrevistas. Nesta investigação o questionário não tem uma medição exclusivamente quantitativa, uma vez que foram introduzidas perguntas de resposta aberta. Porém, o foco deste trabalho empírico não é testar hipóteses, mas sim recolher dados (sobretudo) qualitativos da perceção (inter)subjéctiva dos migrantes portugueses no que respeita o seu percurso de integração. Por fim, a vantagem do questionário é a abrangência de mais respondentes que (como posteriormente se constata) manifestam alguma hesitação ou relutância em serem entrevistados.

##### **4.1.1.2. Entrevistas autobiográficas**

Relativamente às entrevistas autobiográficas, estas são uma alternativa à inadequação de outras técnicas metodológicas, constituindo-se por isso como um método adequado para o universo singular do indivíduo (Ferrarotti, 1991, p. 172 as cited in Nolasco, 2015, p. 126). Elas permitem converter a generalidade dos discursos sobre migrantes que reproduzem uma imagem uniformizada (estatística e catalogada nos quais os migrantes são entidades abstratas<sup>174</sup>) a um coletivo de indivíduos migrantes, em que a história particular de cada um é considerada (Nolasco, 2015, p. 124). A entrevista autobiográfica define-se não só como um importante recurso em pesquisa qualitativa, mas também como uma ferramenta não

---

<sup>174</sup> Segundo Lechner (2009:148) um dos equívocos mais comuns na observação de migrantes é serem vistos como um conjunto homogéneo de indivíduos, partilhando características, estratégias e destinos comuns. Porém na essência, os fluxos migratórios são compostos por indivíduos que transportam consigo histórias que evocam a partida, o trajeto, a chegada e inserção nas sociedades de destino (Nolasco, 2015, p. 125).

estruturada que visa a profundidade de aspetos específicos, a partir dos quais emergem narrativas de vida (Lechner, 2018) pela voz dos próprios migrantes. Com este tipo de entrevista pretende-se, de igual modo, encorajar e estimular o sujeito migrante a narrar uma fase marcante da sua vida (*life course*) captando a sua autoperceção sobre o seu processo de integração.

Neste sentido, e seguindo as dimensões em análise do inquérito por questionário, procura-se compreender os percursos de integração dos migrantes portugueses no Cantão de Zurique, no arco temporal de 2013-2019.

#### **4.1.1.3. Entrevistas semiestruturadas**

As entrevistas semiestruturadas, tal como o nome indica, pressupõem a existência de uma estrutura - um guião - que as norteie. O guião é constituído por tópicos e questões abertas, a partir das quais seja possível chegar a novas questões, mais específicas, que por sua vez, permitam o aprofundamento dos domínios a investigar. Neste estudo, as entrevistas semiestruturadas dirigem-se a atores sociais relevantes quer não só no apoio à comunidade migrante portuguesa na Suíça, em geral quer como também no processo de integração dos migrantes portugueses no Cantão de Zurique, em particular. Os atores sociais auscultados, também eles migrantes, são: a Missão Católica de Língua Portuguesa de Zurique, pela voz de um Diácono<sup>175</sup>, três administradores de páginas e grupos diaspóricos na rede social *Facebook* - “Portugueses na Suíça<sup>176</sup>”, “Emigrante Legal<sup>177</sup>” e “Portugueses em Zurique<sup>178</sup>”. Por último, é entrevistada uma pessoa de interesse - informador privilegiado - com vínculo laboral a um sindicato privado de trabalhadores no Cantão de Zurique. Os seus testemunhos são relevantes, na medida em que vêm agregar outras perspetivas em torno dos migrantes portugueses e do seu percurso de integração.

---

<sup>175</sup> Entrevista via Zoom efetuada no dia 27 de Novembro de 2021, com a duração de 42:17 minutos.

<sup>176</sup> <https://www.facebook.com/PaginaDosPortuguesesNaSuica>

<sup>177</sup> <https://www.facebook.com/emigrantelegal>

<sup>178</sup> <https://www.facebook.com/groups/121681134570170>

## 4.2. Momentos empíricos e procedimentos técnico-metodológicos

### 4.2.1. Primeiro momento: construção do inquérito por questionário

A estruturação, e conseqüente construção do inquérito por questionário, resultam de aturada pesquisa<sup>179</sup> em torno de inquéritos sobre a integração em contexto migratório internacional. Toma-se como referência os estudos longitudinais realizados pelo *National Center of Competence in Research for migration and mobility studies* (NCCR - *on the move*), da Universidade de Neuchâtel, a partir dos quais é possível aceder a bibliografia da especialidade que fornece linhas orientadoras e modelos analíticos sobre questionários da temática em estudo. Destaca-se uma pesquisa, em particular, realizada por Steiner e Landös (2019), “*Surveying Migrants in Europe. Experiences of the Swiss Migration-Mobility Survey*”<sup>180</sup>.

É igualmente consultado o relatório do PROMINSTAT<sup>181</sup>, no qual é apresentado um quadro pragmático para a investigação da integração com quatro dimensões temáticas: a estrutural, a cultural, a interativa e a identificativa da integração<sup>182</sup>. Seguindo as linhas orientadoras é construído um questionário com cinco dimensões de análise: estrutural (integração no mercado de trabalho formal e autorização de residência), social (acesso à habitação e saúde), cultural (língua, formação e reconhecimento de habilitações), relacional (entre população autóctone e instituições locais) e identificativa (remetente para a autopercepção do migrante face ao seu próprio processo de integração). Estas dimensões-chave serão apresentadas e explanadas no capítulo 5.

---

<sup>179</sup> Grande parte da investigação é orientada para a medição multidimensional do grau de integração dos migrantes e quase sempre da perspectiva da sociedade de acolhimento, comparando comunidades migrantes entre si e/ou com a população autóctone. Esta medição é feita através de um índice que pode ser aplicado em vários países que experienciam altos níveis de imigração.

<sup>180</sup> <https://nccr-onthemove.ch/publications/surveying-migrants-in-europe-experiences-of-the-swiss-migration-mobility-survey/>

<sup>181</sup> [https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/statistics-migration-integration-and-discrimination-europe-prominstat-final-report\\_en](https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/statistics-migration-integration-and-discrimination-europe-prominstat-final-report_en)

<sup>182</sup> (1) a dimensão estrutural inclui questões como a participação no mercado de trabalho ou as realizações educativas; (2) a dimensão cultural que se refere às competências linguísticas, valores e normas; (3) a dimensão interativa que trata dos padrões de amizade e casamento bem como de redes transnacionais; e (4) a dimensão identificativa da integração que trata principalmente de sentimentos de pertença e questões de identidade (PROMINSTAT, 2010).

#### **4.2.2. Segundo momento: aplicação do questionário nas redes sociais digitais**

Após a construção do questionário e a sua validação em pré-teste, dá-se início à divulgação e aplicação do questionário. Para tal, seleciona-se previamente os grupos e páginas diaspóricas na rede social *Facebook* dirigidos aos migrantes portugueses do Cantão de Zurique. A divulgação do questionário nos grupos fechados implica a adesão do investigador aos grupos. Em certos casos, há que registar alguma demora no tempo de resposta/aceitação. A mensagem de apelo ou convite à participação e publicação do questionário está sempre sujeita ao escrutínio e aval dos administradores dos grupos.

Para além da rede social *Facebook*, o questionário é aplicado posteriormente noutras plataformas digitais tais como *LinkedIn* e *InterNations*.

#### **4.2.3. Terceiro momento: entrevistas autobiográficas**

Com o questionário aplicado e acompanhadas em tempo real as primeiras respostas, procede-se à elaboração do guião das entrevistas autobiográficas. Estas entrevistas, tal como o nome indica, pretendem biografar uma fase ou ciclo de vida - *life course* - dos migrantes, neste estudo de caso: o seu percurso de integração na sociedade suíça. O guião tem como matriz as dimensões de análise utilizadas no questionário. Nas entrevistas autobiográficas foi dada maior ênfase aos constrangimentos, às estratégias e aos desafios enfrentados pelo migrante português, ou seja, a toda narrativa individual e intersubjetiva do seu percurso. No que tange à captação de migrantes para colaborar nas entrevistas, esta experiência foi curiosa e merece atenção, uma vez que se tratou de uma pesquisa *online*. No decorrer da participação no questionário, alguns migrantes manifestam elevado interesse no objeto de estudo, solicitando a partilha dos resultados obtidos *a posteriori*. Fruto desta interação surgem respondentes que se disponibilizam a divulgar nas suas redes de amigos quer o questionário quer as entrevistas autobiográficas, num efeito bola de neve. Importa referir que se procura garantir um equilíbrio entre géneros e que as pessoas entrevistadas são parte integrante do universo amostral do questionário.

As entrevistas foram realizadas via plataforma *Zoom* entre abril de 2020 e novembro de 2021, antecedidas de consentimento informado e de autorização prévia para a gravação das mesmas. É dada total liberdade aos entrevistados para narrarem as suas experiências. O tempo médio das entrevistas rondou os 90 minutos.

#### **4.2.4. Quarto momento: entrevistas semiestruturadas**

À medida que se obtém os dados quantitativos (questionário) e qualitativos, em particular as primeiras entrevistas autobiográficas, direciona-se o enfoque para as instituições, para os atores sociais e para as associações portuguesas referenciadas pelos migrantes entrevistados, procedendo-se ao contacto via *Messenger*, e posteriormente, via telefone. Dada a dificuldade no contacto com duas associações de migrantes portugueses do Cantão de Zurique, foi feita uma análise ao conteúdo textual das suas páginas, designadamente às atividades desenvolvidas e ao tipo de serviços disponibilizados em prol da integração da comunidade portuguesa.

#### **4.2.5. Quinto momento: apresentação e discussão dos dados obtidos**

Esta fase antecede as conclusões. É chegado o momento de triangulação dos dados quantitativos e qualitativos. Este momento inclui duas fases.

Na primeira fase são recolhidos, tratados e analisados os dados obtidos por meio do questionário e na segunda fase mantém-se o procedimento em relação aos dados de natureza qualitativa (áudio/textual) das entrevistas autobiográficas e semiestruturadas, cujos propósitos são validar, fundamentar e complementar os dados quantitativos obtidos na primeira fase. A fase qualitativa baseia-se na primeira quantitativa e as duas interligam-se numa fase intermédia do estudo. A lógica desta abordagem pressupõe que os dados quantitativos e a sua análise subsequente fornecem uma visão e compreensão ampla do problema da investigação. Por seu turno, os dados qualitativos e as suas análises refinam e explicam esses resultados estatísticos, explorando com mais profundidade os pontos de vista dos participantes. É importante referir que, por norma, estes momentos empíricos são sequenciais, podendo ser em determinadas fases simultâneos (Creswell, 2006; 2009).

Finda a análise e discussão dos dados que pressupõe o diálogo - um vaivém - entre os dados recolhidos, as teorias e os conceitos do marco teórico, dá-se início à escrita das considerações finais.

### 4.3. Constrangimentos e questões éticas

No decurso de qualquer estudo de natureza empírica e científica, o investigador é confrontado com situações inesperadas fruto de constrangimentos externos, perante os quais, é obrigado a repensar e a reajustar as estratégias previamente definidas. Todavia, os constrangimentos devem ser encarados como desafios, novas oportunidades ou até como novos trilhos a seguir para a realização do trabalho de campo.

Nesta investigação os desafios resultam sobretudo da situação pandémica (Covid-19) vivida à escala global e que têm imposto muitas restrições como o distanciamento social e as medidas de combate associadas - *lockdown*. Esta conjuntura tem causado um atraso substancial na concretização do cronograma inicial do trabalho empírico, que se repercute no planeamento e na alteração do contexto das entrevistas as quais passam do presencial para o virtual. Por outro lado, apesar das potencialidades das plataformas digitais como o *Zoom*, note-se que a disponibilidade da maioria dos entrevistados é bastante reduzida, uma vez que, devido aos reajustes causados pela pandemia, estão obrigados a trabalhar remotamente em *homeoffice*<sup>183</sup> - teletrabalho. Por seu turno, o recurso a plataformas em ambiente virtual para a realização das entrevistas revela o pouco à-vontade e alguma inexperiência na utilização das mesmas. Outra questão essencial, uma vez que o trabalho empírico foi realizado na sua totalidade *online*, prende-se com a divulgação e a aplicação do inquérito por questionário em diversas redes e grupos sociais digitais: a condição *sine qua non* da criação de um perfil ou utilização de um já existente por parte do investigador. A construção de um perfil nas redes pré-selecionadas é de extrema relevância na medida em que se associa o investigador a uma imagem, a um histórico de migração e a estudos em torno da temática em investigação. A credibilidade é decisiva, desperta o interesse do público-alvo em estudo, gerando uma relação proxémica.

Ainda no domínio *online*, este ambiente apesar das suas potencialidades, está repleto de desafios, tais como, o seu carácter volátil. É um espaço muito interativo e dinâmico no qual o investigador é impelido a observar as suas dinâmicas e a adaptar-se rapidamente às especificidades deste meio.

Por último, mas de grande relevância: o posicionamento ético do investigador no processo da investigação.

---

<sup>183</sup> Medidas legais decretadas pelo governo suíço disponíveis em:  
<https://www.bag.admin.ch/bag/de/home/krankheiten/ausbrueche-epidemien-pandemien/aktuelle-ausbrueche-epidemien/novel-cov/massnahmen-des-bundes.html>

Os dilemas éticos, com os quais o investigador se vai deparando ao longo do trabalho de campo, implicam a constante revisão ética e formal dos seus procedimentos. Face à complexidade que questões éticas levantam na investigação em ambiente virtual, a ética assume-se como um pilar basilar que norteia todo o processo de investigação “servindo de travão e de bússola - pois por um lado, delimita a ação do investigador e por outro ajuda-o na descoberta de caminhos e estratégias a seguir”. Ela define igualmente as formas de atuação, de produção e difusão do conhecimento científico. Neste estudo foram seguidos todos os princípios e preceitos éticos<sup>184</sup> no domínio da investigação nas Ciências Sociais - Sociologia, nomeadamente, o consentimento informado e a confidencialidade. Relativamente ao primeiro princípio, no texto que antecede e acompanha o inquérito por questionário é utilizada uma linguagem clara e cordial, com todas as informações necessárias, incluindo a apresentação do investigador e os objetivos do estudo.

É disponibilizado um contacto eletrónico para esclarecimento de dúvidas ou questões subjacentes à pesquisa. Com o intuito de obter o consentimento informado, pode-se verificar a existência de um campo de resposta obrigatória, validando a participação voluntária e confidencial. No que se refere às entrevistas, o procedimento é o mesmo. A autorização é verbalizada e gravada. No decurso das entrevistas, dá-se total liberdade de expressão, respeitando sempre a vontade do participante em não responder. Ainda na dimensão da ética na investigação científica, um maior desafio se impõe à investigadora: também ela migrante portuguesa que tem vivenciado, na primeira pessoa, o processo de integração no Cantão de Zurique e vai partilhando percursos, estratégias e experiências semelhantes. Face a isso, é imperativo ter bem presente, não só os princípios éticos dos processos e protocolos formais/gerais da pesquisa, mas também possuir uma conduta prática irrepreensível, uma sensibilidade e consciência ética no seu posicionamento para que o seu amplo conhecimento de causa, face ao objeto de estudo, represente efetivamente uma mais-valia na prossecução deste trabalho e no conhecimento empírico gerado. Em suma, a investigadora não pode interferir ou contagiar o curso natural e os resultados da presente investigação.

---

<sup>184</sup> A referência aos preceitos éticos *Statement of Professional Ethics of the Canadian Sociological Association (CSA)* - Declaração de Ética Profissional da Associação Sociológica Canadiana (CSA) disponível em: [https://www.csa-scs.ca/files/www/STATEMENT\\_OF\\_PROFESSIONAL\\_ETHICS.pdf](https://www.csa-scs.ca/files/www/STATEMENT_OF_PROFESSIONAL_ETHICS.pdf)

## **CAPÍTULO V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Tendo como ponto de partida empírico uma metodologia mista, a presente análise e discussão de dados resulta do constante diálogo, leia-se triangulação, entre os paradigmas teóricos apresentados nos capítulos anteriores e os dados empíricos quantitativos e qualitativos obtidos. Neste sentido, este capítulo centrar-se-á no estudo e na compreensão do percurso de integração dos migrantes portugueses no Cantão de Zurique, procurando através dos dados obtidos do inquérito por questionário, das entrevistas autobiográficas aos migrantes e dos atores envolvidos no processo de integração, reconstruir o percurso migratório<sup>185</sup> mas, sobretudo, o percurso de integração na sociedade suíça, as causas e motivações da migração, examinar o papel e a pertinência das redes familiares e amigos, as redes sociais tradicionais e virtuais, instituições suíças e portuguesas relevantes no processo de integração laboral (estrutural), social e cultural (relacional) dos novos fluxos de migrantes portugueses no Cantão de Zurique entre 2013-2019.

Outra questão que se impõe esclarecer, é o facto de não ser possível afirmar o grau de representatividade (estatística) geral da amostra de emigrantes inquiridos em relação à população total dos emigrantes portugueses no Cantão de Zurique. De igual modo, o objetivo das entrevistas semiestruturadas e autobiográficas realizadas não é a obtenção de uma “representatividade estatística”, mas sim, auscultar e registar as experiências vividas na primeira pessoa dos migrantes portugueses, desde a tomada de decisão de migrar e posteriormente o seu processo de integração na sociedade suíça, no Cantão de Zurique.

### **5.1. Apresentação das variáveis e indicadores**

As variáveis de medida quantitativas, potencialmente explicativas do fenómeno em estudo, foram observadas através da aplicação de um questionário, e encontram-se no quadro 5.1.:

---

<sup>185</sup> O percurso de integração pressupõe o início do percurso migratório. O percurso migratório é definido por um conjunto de passos ações ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido. Este conceito tem uma natureza sequencial cronológica e encontra interesse e aplicação em situações de migração internacional (Rocha-Trindade, 2010, p. 42). Por conseguinte, o processo de integração inicia-se logo após a chegada do migrante à nova geografia de destino.

DIMENSÃO	INDICADORES	TIPO DE ESCALA
PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO	Sexo	Escala Nominal: Feminino, Masculino, Outro
	Habilitações Escolares	Escala Nominal: Terceiro Ciclo do Ensino Básico (9º ano), Ensino Secundário (12º ano), Curso Técnico-Profissional, Licenciatura, Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento, Outro
	Ano de Entrada no Cantão de Zurique	Escala Ordinal: 2013 a 2020
AUTOPERCEÇÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO	Integração a nível profissional	Escala semântica de integração adjetivada em 5 pontos
	Integração a nível cultural	
	Integração ao nível das relações interculturais	
	Integração ao nível da comunidade local	
	Integração ao nível da interação linguística	

**Quadro 5.1. Variáveis potencialmente determinantes para o processo de integração**

### 5.1.1. Estudo empírico e descrição do instrumento de medida

O questionário utilizado<sup>186</sup> foi desenvolvido tendo por base a necessidade de complementar os dados recolhidos na observação de campo (realizada através da aplicação de entrevistas) e de obter respostas concretas a indicadores que habitualmente não se observam nos instrumentos de recolha de dados existentes, e que, cumulativamente não são tipicamente aplicados à população-alvo deste estudo.

O questionário pretendia, assim, recolher informação caracterizadora da população-alvo e simultaneamente identificar e avaliar os fatores explicativos do percurso de integração dos novos fluxos de emigrantes portugueses em Zurique. O questionário encontrava-se organizado em 5 dimensões de análise:

- i. A dimensão Perfil Sociodemográfico constituída por duas componentes: a caracterização dos Dados Demográficos (com 5 indicadores) e a caracterização dos Dados Sociais (com 6 indicadores);
- ii. A dimensão Acesso ao Mercado de Trabalho, Habitação e Saúde composta por três componentes: a de caracterização do Trabalho na Suíça (com 5 indicadores), a de caracterização do Acesso a Habitação (com 3 indicadores) e a de caracterização do Acesso aos serviços de Saúde (com 2 indicadores);

<sup>186</sup> O Questionário encontra-se no Anexo I.

- iii. A dimensão Comunicação e Interação Linguística: constituída pela componente Domínio da Língua Local (com 3 indicadores);
- iv. A dimensão Reconhecimento das Habilitações e Aptidões Profissionais constituída por duas componentes: a de Reconhecimento das Habilitações Académicas (com 2 indicadores) e a de Frequência de Formação (com 2 indicadores);
- v. A dimensão Papel das Instituições Estatais, Associações e Grupos Pró-Migrante construída por 2 componentes: a da Importância das Instituições para o Processo de Integração (com 6 indicadores) e a de Autoperceção do Processo de Integração (com 5 indicadores).

Foram usadas, predominantemente, questões de resposta fechada, através do recurso a escalas nominais. Nos indicadores medidos através de escalas semânticas foram escolhidas escalas de 5 pontos, de modo a garantir a existência de um ponto neutro, assegurando assim todas as possibilidades de resposta dadas pelos respondentes.

O tempo de resposta médio à versão base do questionário era de 10 minutos, variando entre os 5 e os 8 minutos mediante as questões filtro ativadas no decorrer do questionário.

A mensagem de convite e apelo ao preenchimento do questionário, partilhada nas redes e grupos selecionados, foi semelhante à que se encontra nos primeiros parágrafos da página do Consentimento Informado.

### **5.1.2. Definição da amostra e população-alvo**

A população-alvo era constituída por todos os emigrantes naturais de Portugal, residentes no Cantão de Zurique na Suíça, entre os anos de 2013 e 2019, totalizando 6884 pessoas, conforme é possível observar no quadro 5.2.:

ANO	Nº
2013	1572
2014	1258
2015	997
2016	889
2017	697
2018	735
2019	736
TOTAL	6884

**Quadro 5.2. Distribuição do número de pessoas naturais de Portugal, em Zurique, entre 2013 e 2019** <sup>187</sup>

### 5.1.3. Natureza e dimensão da amostra

Um dos métodos escolhidos para a recolha de dados do presente estudo foi a aplicação *online* de questionários. A escolha deste método prendeu-se com a sua elevada capacidade de abrangência da população-alvo, distribuída por uma área de 1729 km<sup>2</sup> e com os baixos custos associados. Também foi tida em consideração a facilidade de acompanhar, em tempo real, o fluxo de respostas e, sobretudo, a imposição do momento particular em que o questionário foi aplicado, e que coincidiu com a pandemia COVID-19, cujas recomendações, à altura, apelavam ao distanciamento social, tornando-se assim mais cómodo para os respondentes que o fizessem num momento da sua conveniência e em total segurança.

As potenciais desvantagens associadas à aplicação de questionários *online*, em particular o acesso a dispositivos informáticos e à *internet*, foram ponderadas não tendo sido consideradas um obstáculo à recolha de dados, visto que em 2019<sup>188</sup>, 93,2% dos suíços utilizavam a título individual a internet. De acordo com os dados do *The World Bank*, no Cantão de Zurique<sup>189</sup>, 91% utilizavam a título individual a internet.

De modo a ajustar o questionário e reduzir o erro não-amostral, foi realizado um pré-teste, entre maio e junho de 2021, aplicado a 10 pessoas de perfil similar à população-alvo, e cujas respostas resultaram em posteriores alterações ao nível semântico, à clarificação de termos e redução do número de questões que compunham o questionário.

<sup>187</sup> Dados obtidos a 11 de setembro de 2021 no sítio [https://www.pxweb.bfs.admin.ch/pxweb/en/px-x-0103020200\\_103/px-x-0103020200\\_103/px-x-0103020200\\_103.px/table/tableViewLayout2/](https://www.pxweb.bfs.admin.ch/pxweb/en/px-x-0103020200_103/px-x-0103020200_103/px-x-0103020200_103.px/table/tableViewLayout2/)

<sup>188</sup> Dados obtidos a 27 de setembro de 2021 no sítio <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2019&locations=CH&start=2018>

<sup>189</sup> [https://mediachange.ch/media/pdf/publications/Anwendungen\\_Nutzung\\_2019.pdf](https://mediachange.ch/media/pdf/publications/Anwendungen_Nutzung_2019.pdf)

Embora a inexistência de um entrevistador possa resultar em erros não amostrais devido à perceção errónea de determinadas perguntas, ou até desconfiança face ao tema da investigação, por parte dos inquiridos, foi disponibilizado um endereço eletrónico para onde poderiam enviar as suas questões e dúvidas.

O questionário foi enviado para grupos de emigrantes portugueses na Suíça e residentes no Cantão de Zurique, recorrendo às redes sociais *Facebook*<sup>190</sup>, *LinkedIn*<sup>191</sup> e *InterNations*<sup>192</sup>. Os questionários preenchidos e submetidos entre os dias 7 de julho de 2020 e 1 de setembro de 2021 constituem a amostra. As entrevistas foram realizadas via plataforma *Zoom* entre abril de 2020 e novembro de 2021 sendo os perfis descritos no quadro seguinte:

<i>Entrevista</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i> <small><sup>193</sup></small>	<i>Distrito</i> <i>Origem</i>	<i>Habilitações</i> <i>Escolares</i>	<i>Profissão</i> <i>Portugal</i>	<i>Profissão</i> <i>Suíça</i>	<i>Ano</i> <i>Entrada</i> <i>Zurique</i>	<i>Autorização</i> <i>Residência</i>
<i>E1</i>	F	27	Vila Real	12º ano (Desenho Técnico)	Empregada de mesa	Empregada de Limpeza	2013	C
<i>E2</i>	M	35	Braga (Póvoa de Lanhoso)	Licenciatura em Gestão	Gestor	Empregado de Mesa	2014	C
<i>E3</i>	M	37	Porto (Penafiel)	Mestrado em Psicologia	Psicólogo	<i>All-rounder</i> num Sindicato	2013	C
<i>E4</i>	F	37	Coimbra (Lousã)	Licenciatura em Radiologia	Técnica de Radiologia	Técnica de Radiologia	2016	B
<i>E5</i>	M	31	Lisboa	Mestrado em Engenharia Informática	Consultor	Consultor	2015	B
<i>E6</i>	F	35	Lisboa	Licenciatura em Línguas e Literatura Modernas	Professora	Professora	2016	B

**Quadro 5.3. Descrição do Perfil dos Entrevistados (entrevistas autobiográficas)**

<sup>190</sup> Portugueses em Zurique Suíça <https://www.facebook.com/groups/863243537126379>

Portugueses na Suíça <https://www.facebook.com/groups/54651135792>

Portugueses em Zurique <https://www.facebook.com/groups/PortuguesesEmZurique>

Portuguese Speakers (*Expats from Zug, Zürich, Luzern*)

<https://www.facebook.com/groups/217788818331956>

Jovens portugueses em Zurique <https://www.facebook.com/groups/175733036419557>

Amigos na Suíça <https://www.facebook.com/groups/amigosnasuica>

Portugueses na Suíça <https://www.facebook.com/PaginaDosPortuguesesNaSuica>

Emigrante Legal <https://www.facebook.com/emigrantelegal>

Missão Católica de Língua Portuguesa em Zurique <https://www.facebook.com/MCLP.ZH>

Arca *Regensdorf* <https://www.facebook.com/ARCA-de-Regensdorf-165141550163519>

<sup>191</sup> Perfil da investigadora <https://www.linkedin.com/in/maria-carolina-pinto-43809825/recent-activity/shares/>

<sup>192</sup> InterNations Grupo *Zurich Brazilien and Portuguese* <https://www.internations.org/activity-group/316/activities>

<sup>193</sup> Idade à data da entrevista

#### 5.1.4. Dimensão amostral

O método amostral utilizado foi a amostragem não probabilística, devido à inexistência de uma base de sondagem que permitisse realizar um censo ou uma amostragem estratificada pelo ano de entrada no Cantão de Zurique. Foram considerados como elementos da população todas as pessoas nascidas em Portugal, habitando em Zurique entre os anos de 2013 e 2019. No quadro seguinte encontra-se a distribuição da amostra recolhida:

ANO	Nº PESSOAS NASCIDAS EM PORTUGAL (N)	Nº DE PESSOAS NASCIDAS EM PORTUGAL RESPONDENTES (n)	% AMOSTRAL
2013	1572	157	10%
2014	1258	37	3%
2015	997	33	3%
2016	889	41	5%
2017	697	30	4%
2018	735	30	4%
2019	736	33	4%
TOTAL	6884	361	4,5%

Quadro 5.4. Distribuição da Amostra, por ano

Não obstante, apenas 4,5% das pessoas nascidas em Portugal e com habitação em Zurique entre 2013 e 2019 (361 em 6884) terem respondido ao questionário, e apesar da realização de 3 insistências, com recurso a 3 redes sociais distintas, começando no *Facebook*, seguido pelo *LinkedIn* e finalizando no *InterNations*, com tentativas de reforço da taxa de resposta, foi decidido que o tempo e o esforço requeridos para aumentar o número de respostas não compensariam o investimento necessário, visto que a margem de erro desta amostra é de 5% para um grau de confiança de 95%.

#### 5.1.5. Metodologia de análise de dados

Do ponto de vista quantitativo, para alcançar os objetivos definidos foi utilizada a análise descritiva, através da produção de tabelas de frequências e de gráficos. Por seu turno, do ponto de vista qualitativo foi feita uma “análise de conteúdo” que resulta em transcrições de trechos das entrevistas autobiográficas e semiestruturadas. Todos os dados são analisados, entrecruzados e discutidos através da triangulação (inter-métodos).

### 5.1.6. Software utilizado

Para a realização do estudo foi utilizado diverso *software*, consoante o objetivo e os resultados necessários. O questionário foi aplicado através da ferramenta *Survey Monkey* e a análise de dados foi realizada com o apoio do programa *Microsoft Excel 2010*.

## 5.2. Apresentação e Discussão dos Resultados

### 5.2.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

A população de portugueses emigrados residentes no Cantão de Zurique, Suíça, entre os anos de 2013 e 2019, era de 6884 pessoas, dos quais 366 responderam ao questionário, correspondendo a uma taxa de resposta de 5,3%, conforme é possível observar no quadro seguinte:

ANO	Nº PESSOAS NASCIDAS EM PORTUGAL (N)	Nº DE PESSOAS NASCIDAS EM PORTUGAL RESPONDENTES (n)	% AMOSTRAL
2013	1572	157	10%
2014	1258	37	3%
2015	997	33	3%
2016	889	41	5%
2017	697	30	4%
2018	735	30	4%
2019	736	33	4%
TOTAL	6884	361	4,5%

Quadro 5.5. Distribuição da População e Amostra, Por Ano

No gráfico (5.1.) é possível observar que a maioria é do género feminino (58,3%, n=210)

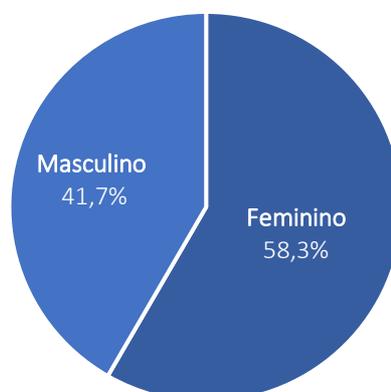
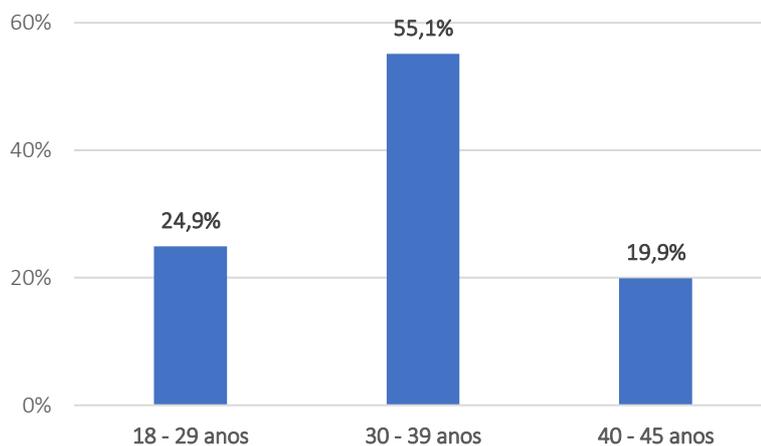


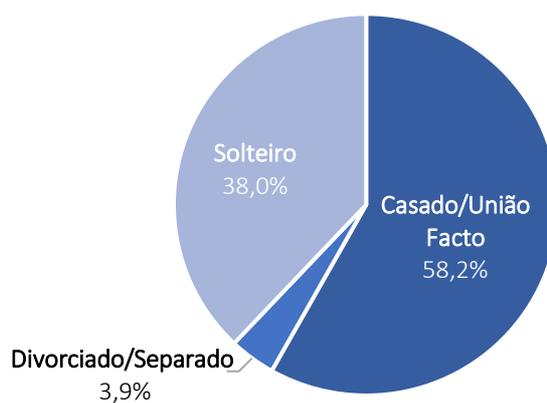
Gráfico 5.1. Distribuição da Amostra, por Sexo

Quanto à idade, no gráfico 5.2. apresenta-se a distribuição etária da amostra, sendo possível observar que 55,1% (n=199) dos inquiridos se encontram na faixa etária dos 30-39 anos. A distribuição etária da amostra acompanha a distribuição da população portuguesa em Zurique, que se concentra, maioritariamente, entre a faixa etária dos 20-44 anos.



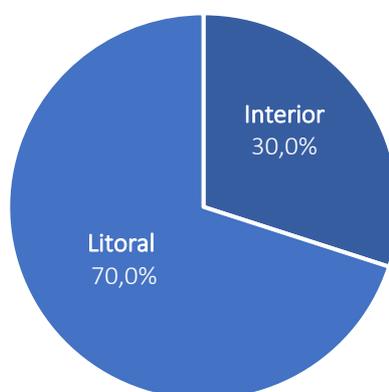
**Gráfico 5.2. Distribuição Etária da amostra**

No que tange ao estado civil dos inquiridos, a maioria era casada ou encontrava-se em união de facto (58,2%, n=210), de acordo com a distribuição apresentada no gráfico 5.3.:

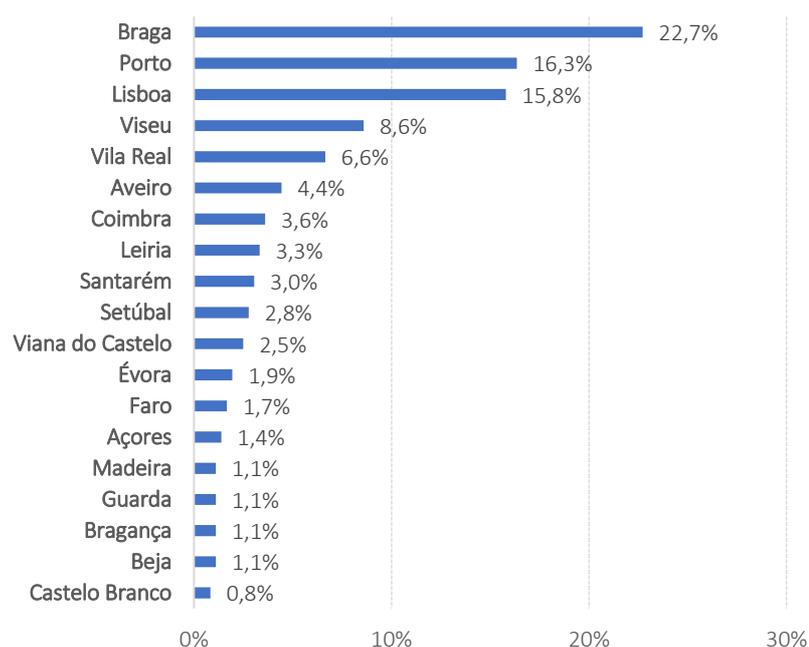


**Gráfico 5.3. Distribuição do Estado Civil da amostra**

Observando o distrito de proveniência (de origem) dos elementos da amostra, verifica-se que a maioria dos inquiridos é proveniente de distritos do Litoral (70,0%), sendo que o restante é oriundo de distritos do Interior (30,0%) do país:



**Gráfico 5.4. Distribuição da Região de origem (agregadas entre litoral e interior)**



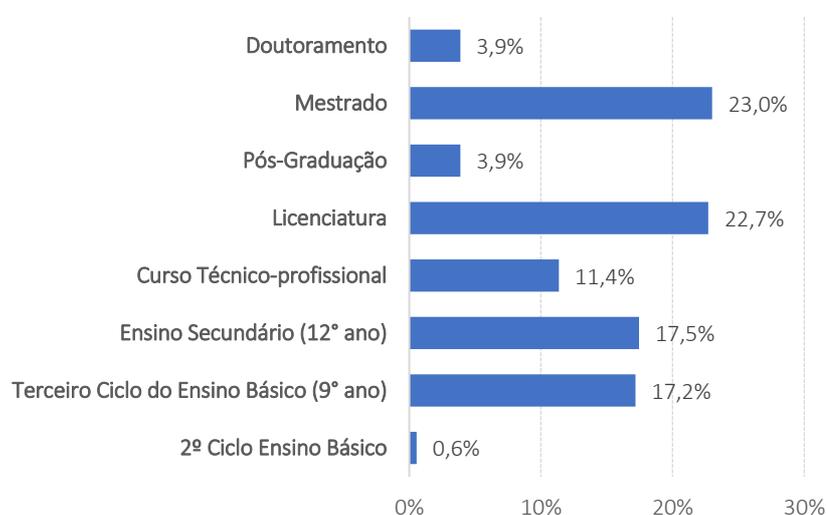
**Gráfico 5.5. Distribuição do Distrito de origem**

Os distritos de origem parecem indicar que as regiões litorais do Norte e do Centro de Portugal continuam a alimentar o fluxo emigratório português para Suíça, em particular, para o Cantão de Zurique. Braga<sup>194</sup> apresenta a maior percentagem da amostra o que pode ser

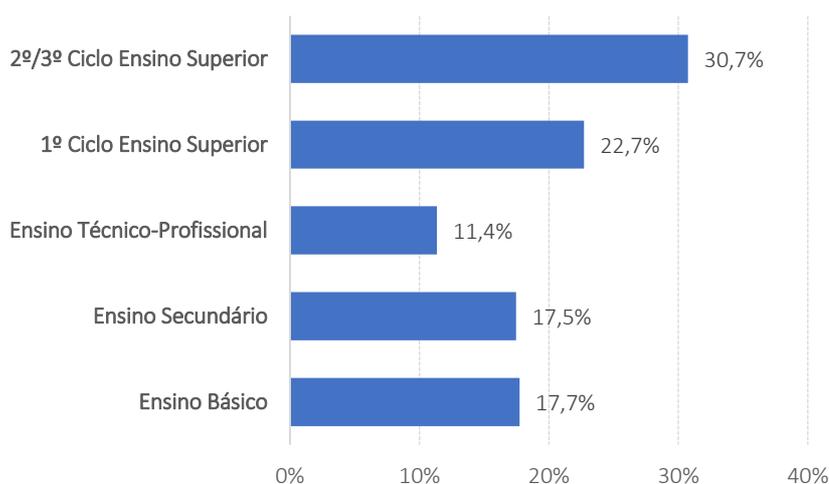
<sup>194</sup> <https://on.capn.pt/territorio-em-numeros/braga/#mercado>

revelador de uma expressiva taxa de desemprego, sobretudo, de jovens adultos. O predomínio de portugueses oriundos do Litoral está associado quer à concentração demográfica quer à maior juventude da população neste espaço geográfico.

No que se refere às habilitações escolares, é possível aferir que mais de metade da amostra tem habilitações superiores, distribuídas entre os níveis de Doutoramento (3,9%), Mestrado (23,0%), Pós-graduação (3,9%) e Licenciatura (22,7%). Entre as habilitações de nível não superior, destacam-se o Ensino Secundário (17,5%) e o Terceiro Ciclo do Ensino Básico (17,2%).



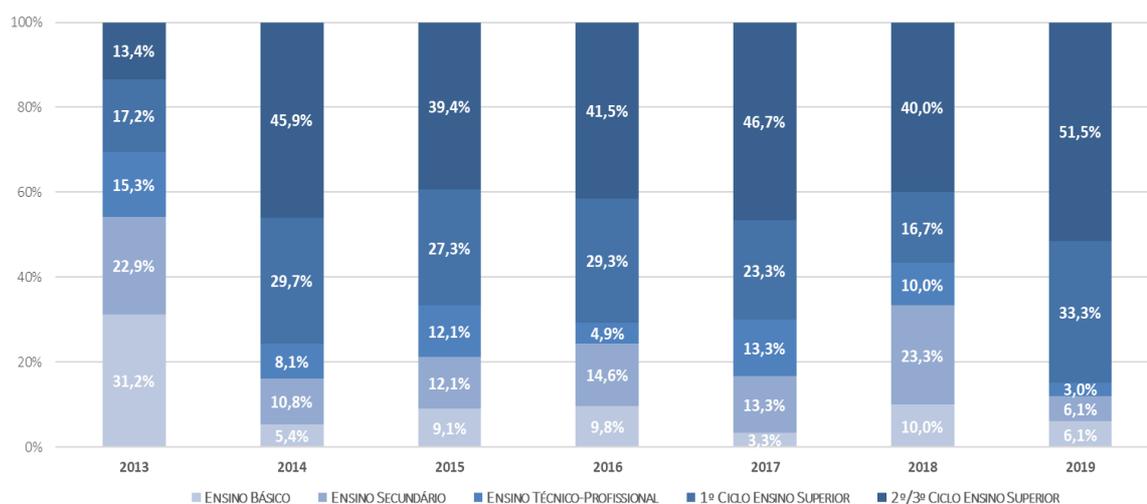
**Gráfico 5.6. Distribuição das Habilitações Escolares na amostra**



**Gráfico 5.7. Distribuição amostral das Habilitações Escolares agregadas**

Pese embora não existam dados oficiais atualizados ou disponíveis para consulta, quer por parte das entidades suíças quer por parte das entidades portuguesas que possam retroalimentar os dados obtidos, é perceptível que o perfil dos portugueses emigrados neste cantão parece estar a sofrer alterações estruturais nas suas qualificações, contribuindo para a diversificação dos perfis, mais jovens, mais mulheres e mais qualificados (Malheiros, 2010, p. 140). Estes perfis contrastam com o “tradicional” perfil do emigrante português das décadas de 80 e 90, e na viragem do século, caracterizado com baixas ou fracas habilitações escolares. Nota-se, portanto, nesta amostra uma elevação dos níveis de escolarização deste(s) novo(s) fluxo(s) de migrantes portugueses no Cantão de Zurique.

Observando a evolução das habilitações académicas, entre os anos de 2013 e 2019, é possível constatar que, com exceção do ano de 2013, entre 2014 e 2019 a maioria dos inquiridos chegados a Zurique tinham habilitações de nível superior (1º, 2º e 3º Ciclo de Ensino Superior).

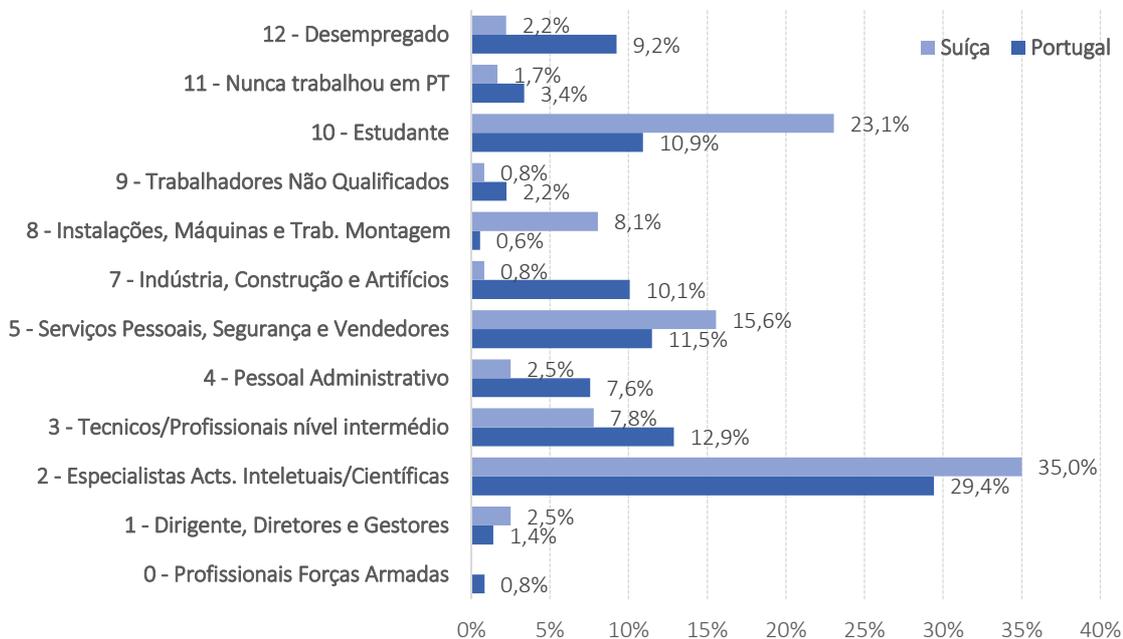


**Gráfico 5.8. Distribuição das Habilitações Escolares por ano de entrada em Zurique**

No que respeita à profissão exercida em Portugal e na Suíça, é possível verificar no gráfico 5.9, abaixo, a distribuição da área profissional exercida pelos inquiridos em ambos os países, verificando-se que em Portugal 29,4% trabalhavam como Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas, valor que sobe para 35,0% na Suíça, observando-se nesta categoria profissional uma clara mobilidade ascendente derivante da emigração.

Seguiam-se os Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio, atividades desenvolvidas por 12,9% dos inquiridos em Portugal e por 7,8% na Suíça. Relativamente às categorias

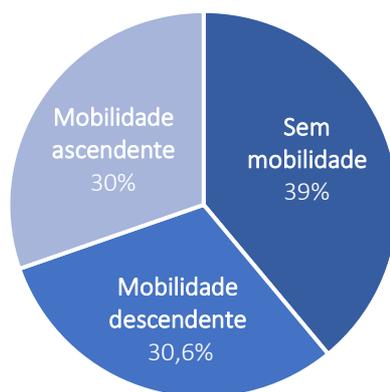
Desempregado e Estudante, é possível observar que 9,2% da amostra afirmou estar desempregada em Portugal e que apenas 2,2% o estava na Suíça; em Portugal 10,9% dos inquiridos afirmou estar a estudar, valor que sobe para os 23,1% na Suíça.



**Gráfico 5.9. Distribuição da Profissão Exercida em Portugal e na Suíça**

Este gráfico evidencia que os portugueses com a ocupação de estudante em Portugal continuam os seus estudos em Zurique. O que pode sugerir a mobilidade ou migração de Estudantes ao abrigo de programas - quadro, Erasmus, Erasmus+, bolsas de investigação (Doutoramentos), entre outros. Curiosamente, verifica-se que os portugueses Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas vêm para o mercado laboral suíço exercer cargos altamente qualificados, podendo tratar-se de uma migração *brain drain*.

Os dados recolhidos, e a categorização das profissões realizada através da Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), elaborada a partir da Classificação Internacional Tipo de Profissões (CITP/2008), permitiu caracterizar o tipo de mobilidade profissional resultante do processo migratório, observando-se que 39,0% dos emigrantes na amostra não sofreu qualquer mobilidade profissional (mobilidade estacionária), 30,6% registou uma mobilidade descendente e 30,4% uma mobilidade ascendente.

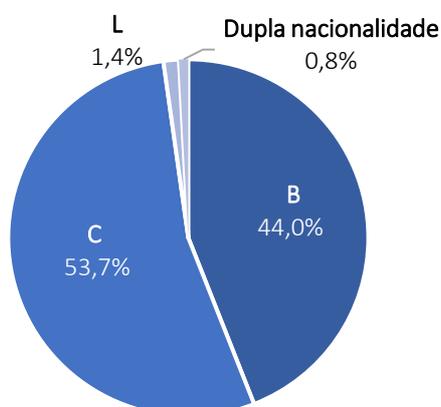


**Gráfico 5.10. Tipo de Mobilidade Profissional pós-emigração**

No que respeita ao tipo de mobilidade ascendente, um dos migrantes durante a entrevista autobiográfica revela o seguinte:

Passado 6 meses de estar na Suíça passei a ser responsável pela Ressonância Magnética [*in* entrevista n.º 4].

A grande maioria dos inquiridos encontra-se distribuída entre o tipo de Autorização de Residência C (53,7%) e o Tipo B (44,0%).



**Gráfico 5.11. Tipo de Autorização de Residência na Suíça**

Sendo a maioria detentora de uma autorização de residência C, que se encontra, à data do inquérito, a residir há pelo menos cinco anos no Cantão de Zurique. Como explanado no enquadramento teórico deste trabalho (cf. capítulo 2), esta autorização concede o direito à residência de carácter permanente, em todo o território suíço. Este estatuto constitui uma mais-valia, quer no acesso a algumas profissões, proporcionando uma maior mobilidade, quer a outros recursos, tais como a deduções de impostos, ao subsídio de desemprego, à aquisição de habitação, entre outros.

Relativamente à autorização de residência B, esta indica que os inquiridos se encontram à data do inquérito a residir há mais de um ano no Cantão de Zurique, e que podem, inclusivamente, tê-lo obtido ou pela via de um contrato de trabalho sem data de término ou através do reagrupamento familiar<sup>195</sup> (dado que poderá estar correlacionado com o quarto motivo de emigração, mais à frente na figura 5.16).

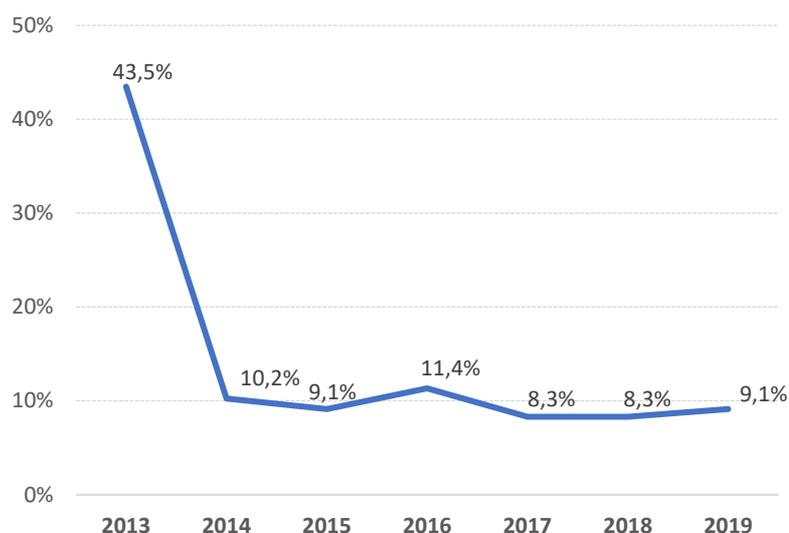
Ainda, como explanado no capítulo 2, todos os tipos de autorizações emitidos estão vinculados aos motivos da vinda do migrante, sendo por isso, limitadas a um período temporal. Neste sentido, a integração do migrante torna-se “refém” do fator tempo. Todavia, a maioria dos portugueses desta amostra é detentora de uma autorização de residência e permanência no Cantão de Zurique, o que perspetiva uma garantia de estabelecimento a médio-longo prazo neste território, condição essencial para um processo de integração bem-sucedido.

Comparativamente aos migrantes portugueses da década de 80 e 90 (cf. capítulo 3) e os aos estatutos legais sobre as autorizações de residência, assiste-se a uma progressiva transformação da migração temporária ou sazonal dos portugueses para uma migração de carácter mais permanente. Atualmente, um contrato de trabalho sem data de término garante o acesso a Autorização de Residência B por um prazo de cinco anos.

Dado que o arco temporal em análise se baliza entre o ano de entrada no Cantão de Zurique de 2013 e 2019, na figura é possível observar que 43,5% da amostra se encontrava a viver em Zurique desde 2013.

---

<sup>195</sup> A reunificação familiar é uma estratégia migratória que permite ao migrante português ultrapassar os condicionalismos legais a entrada, como por exemplo, não ter um contrato de trabalho. Durante o período da vigência da autorização B, pode procurar emprego sem pressões evitando idas e vindas, entre Portugal - Suíça.



**Gráfico 5.12. Ano de Entrada no Cantão de Zurique**

### 5.2.1.1. Motivações subjacentes à decisão de emigrar

Foram dois os principais motivos que conduziram ao processo migratório, a oportunidade de viver uma nova experiência no estrangeiro (37,7%) e os motivos financeiros (35,7%). Observando o segundo e o terceiro principais motivos que influenciaram a tomada de decisão de emigrar, motivos financeiros (35,7%) e a oportunidade de progressão na carreira (26,6%) é possível concluir que, para metade dos emigrantes, as principais motivações prendem-se com fatores associados ao trabalho, designadamente a necessidade de ser mais bem remunerado ou conseguir aceder a uma atividade mais qualificada.



**Gráfico 5.13. Motivos para a emigração**

A oportunidade de viver uma nova experiência no estrangeiro e os motivos financeiros são reforçados pelos seguintes excertos de entrevista autobiográfica:

Vim para adquirir experiência e ver a realidade do país. Foi uma aventura, se gostasse ficava, se não gostasse ia-me embora, até porque eu tinha um trabalho em Portugal [*in* entrevista n.º 1].

Um dos dois maiores motivos pelos quais eu emigrei, não foi pela falta de trabalho, mas sim, pelo aspeto financeiro, ou seja, pela precariedade dos salários que existem em Portugal. Mas também com o mesmo peso, talvez com o peso maior, o facto de eu não me identificar com a política exercida em Portugal, e um pouco também, na União Europeia, o facto de dependência. Na minha modesta opinião, claro, a dependência dos países pequenos dos países grandes [*in* entrevista n.º 2].

Por outro lado, a oportunidade de progressão na carreira profissional pesa na decisão de migrar, como verbalizado:

A decisão de migrar foi adiada mentalmente. Fui adiando a minha realidade, mas cheguei a um ponto em que decidi ir embora, digamos que estava a ficar um bocado frustrado. Não havia nenhuma melhoria e nenhum futuro na minha carreira profissional [*in* entrevista n.º 2].

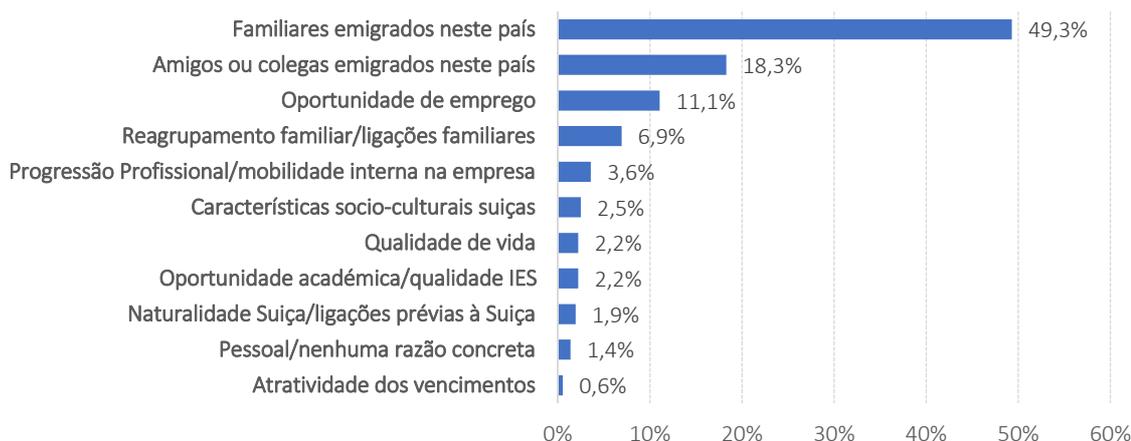
Acabei o Curso de Radiologia e não arranjava trabalho. Mandeí milhentos currículos. Propus-me a trabalhar de graça, mas até para isso era difícil. Custa muito! Infelizmente até para um estágio gratuito teve de ser por cunha. Não há nada como ter um nome, dizer que venho da parte de fulano. Fiz o estágio [...], mas a verdade é que isto tudo começou a desmotivar-me, com o país, com as regras, com as leis, com tudo [...]. Comecei a pensar, começou-me a dar aquele bichinho, é pá, se calhar lá fora conseguia melhor [*in* entrevista n.º 4].

Para dizer a verdade, emigrar nunca foi uma coisa que eu quisesse fazer [...] pessoalmente nunca tive essa ambição nem essa vontade. Mas a verdade é que as coisas se conjugaram (oferta de emprego em Zurique), eu próprio via, já agora, - eu trabalhava numa consultora que se chamava Novabase na altura, entretanto foi comprada e mudou de nome. Nós tínhamos trabalho para pelo menos no mínimo seis meses, porque já estava pago... Portanto, garantidamente, pelo menos por seis meses havia trabalho e uma alta probabilidade de continuar a ter, por mais seis meses. Dito isto, o que eu estava a ver é que nas outras equipas (eu era da equipa de segurança), as pessoas estavam no escritório em vez de estarem com os clientes... e passados alguns meses estavam realmente a ser despedidas, porque não havia trabalho. Depois... estava a ver que provavelmente para já não, mas se calhar num futuro próximo, a situação poderia ser para mim menos agradável do ponto de vista de emprego. Tinha esta oportunidade (trabalhar na Suíça) e pensei: olha, porque não? Vou experimentar! [*in* entrevista n.º 5].

De acordo com explicado no capítulo 3, a constituição do movimento emigratório português para a Suíça desenvolveu-se, sobretudo, a partir da década de 80, sendo as suas principais motivações de cariz económico ou processos de reagrupamento familiar. Como se pode constatar, a migração atual para a Suíça, em particular, para o Cantão de Zurique, verificou-se em primeiro lugar, pela vontade de viver uma nova experiência no estrangeiro, seguida das motivações financeiras e por último, a oportunidade de progressão na carreira profissional.

#### **5.2.1.2. Suíça como geografia de destino**

No que concerne ao motivo para a escolha da Suíça como país de destino, a existência de familiares já emigrados na Suíça (49,3%) ou de amigos ou colegas (18,3%) foram as principais motivações indicadas pelos inquiridos.



**Gráfico 5.14. Motivos para a escolha da Suíça como país de destino**

Estes motivos são corroborados com os dados autobiográficos recolhidos:

O meu pai já tinha emigrado para a Suíça, vim para o Cantão de Zurique porque tinha cá a minha madrinha” [in entrevista n.º 1].

Tinha outras opções desde Arábia Saudita, Inglaterra e Dubai, mas depois comecei a fazer contas do que iria ganhar e pagar. O meu sobrinho veio trabalhar aqui para a Suíça, em *Chur* (Cantão *Graubünden*), o pai dele já cá estava. Comecei a ver: um catraio daqueles, vai para ali e tem um estofio financeiro melhor do que eu aqui, como técnica de radiologia, que tenho uma licenciatura e recebo uns míseros oitocentos e poucos euros. Se calhar a Suíça não era mal pensado. Falei com ele, e então ele convidou-nos para cá vir de férias, e nós (eu e o meu namorado) viemos. A mãe dele disse: «se calhar até era engraçado ires lá ao hospital (Cantonal de *Chur*) visitar o serviço. A gente chega, e explica a situação e de certezinha que eles te mostram o serviço.» Fomos lá ao hospital. A chefe foi impecável, falámos as duas em inglês, e ela, «aí que pena não saber falar alemão, nós precisamos tanto.» Nós lá Portugal não sabemos as necessidades que o país (Suíça) tem. Ainda me ficou lá o bichinho. Se

calhar vou mesmo experimentar ir para a Suíça. Vim de férias, na altura, com o meu namorado [*in* entrevista n.º 4].

Neste último recorte é referida a proximidade geográfica com Portugal como fator de escolha da Suíça:

Escolhi a Suíça como destino de emigração. Os três países que eu selecionei foram o Canadá, a Suíça e a Austrália. Naturalmente a primeira escolha recaiu na Suíça. A proximidade da Suíça, a grande comunidade portuguesa que há, e o facto de ter cá um primo na Suíça, que também me facilitava as coisas, sobretudo, a proximidade geográfica com Portugal [*in* entrevista n.º 2].

Outra questão que se verifica é que os inquiridos fazem parte de famílias nas quais a emigração para a Suíça, em particular para o cantão em estudo, é uma constante ao longo de gerações. Neste sentido, os dados parecem indicar uma “tradição emigratória familiar” que os insere numa “cultura migratória” (Marques, 2008). De referir que as oportunidades de emprego também são um dos motivos subjacentes à escolha da Suíça. Contudo, o migrante só tem a real noção das oportunidades de emprego na sua área através de familiares, de amigos ou colegas já integrados no mercado de trabalho suíço. Como se pode constatar:

Em 2015 fui de férias a *Chur* e fomos [a entrevistada e a tia] lá ao hospital, estava lá a atual chefe, a Cláudia. Nunca mais me esqueço tem o mesmo nome que eu. Ela foi impecável, falámos as duas em inglês. Ela disse: «Ah, que pena não saber falar alemão, que nós precisamos tanto de pessoal de Radiologia!» E eu sei lá se precisam tanto de nós! Nós, não temos conhecimento do país nem das necessidades que o país tem. Não há informação em Portugal [*in* entrevista n.º 5].

## 5.2.2. Caracterização das Condições de Acesso ao Mercado de Trabalho, Habitação e Saúde

### 5.2.2.1. Condições de Acesso ao Mercado de Trabalho

As condições de acesso ao mercado de trabalho foram avaliadas através de um conjunto de indicadores, o primeiro pretendia aferir se quando decorreu a emigração já existia uma garantia de oferta de trabalho na Suíça, situação que se verificou para a maioria dos inquiridos (58,1%).

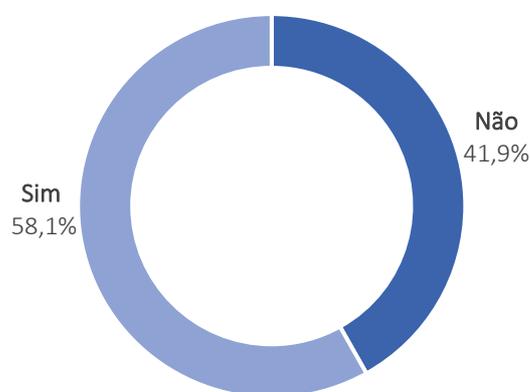


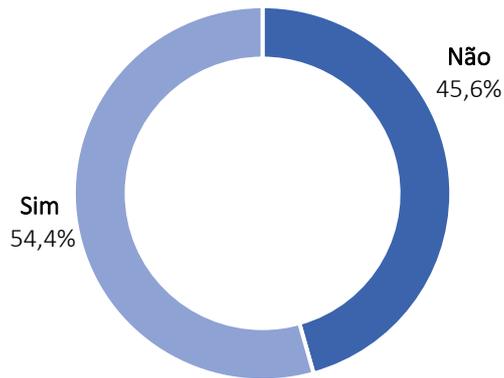
Gráfico 5.15. Emigrou com a garantia de uma oferta de trabalho

Eu vim para cá já com tudo semi-preparado. Sim, emigrei com um contrato de trabalho. Essencialmente, foi um colega de trabalho com quem eu trabalhava em Portugal, que veio para a Suíça, porque a namorada, na altura, era suíça. A namorada de alguns anos, queria vir para a Suíça, e ele veio com ela. Passado, éh, pá, não sei, sei lá 4, 5, 6 meses, ele contacta-me e diz: «olha B. [isto foi na altura, já agora, da crise financeira que houve em Portugal], já que isso em Portugal anda tão mal, [porque havia muita gente a perder emprego e as coisas estavam a ficar muito más], abriu aqui uma vaga, onde eu estou a trabalhar, e porque não experimentas? Tens uma experiência internacional, vês, como é, vês se gostas... os salários aqui são muito diferentes dos salários em Portugal, tu tens muito mais oportunidade de fazer

poupanças e crescer e tudo mais. Há muitas oportunidades aqui, mais do que em Portugal e... se calhar é um pouco mais fácil». Em termos de contratação, o meu colega que já estava na empresa disse internamente: «olhem, eu tenho um colega que, tecnicamente ele é muito bom, ele saberia fazer estas coisas. Posso perguntar se ele estaria interessado em vir para cá?» E assim foi. Pronto, basicamente, foi assim que começou. Ele primeiro falou comigo, depois foi a empresa que faz a contratação, porque aquilo era uma empresa externa que fazia a contratação. Entrou em contacto comigo, e desenrolou-se todo o processo. Eu cheguei a vir cá uma vez, antes mesmo de ter o contrato para fazer uma entrevista, pessoalmente, também correu tudo bem [in entrevista n.º 5].

Pesquisei na *internet* e encontrei uma firma que ajudava no recrutamento na área da saúde aqui para a Suíça - *Scholten Medical Recruitment* - e foram eles que depois me ajudaram a vir para cá. Eu sempre fui muito “pés na terra”, eu vir para um país sem trabalho é que não. Porque eu já tinha visto que aqui era tudo tão caro, que eu pensei: não, não dá para ir assim à aventura. Nisto entrei em contacto com firma. Eles ligaram-me, fizeram-me assim umas de perguntas em alemão para ver o meu nível, disseram logo: «tens de continuar a estudar alemão, quando sim senhora consegues manter uma conversa, entras em contacto connosco e nós tratamos das coisas.» Nessa altura eu tinha o A2 era uma coisa muito básica [in entrevista n.º 4].

Quanto aos restantes 41,9% que chegaram à Suíça sem uma oferta de trabalho, para a maioria, 54,4% foi fácil encontrar o primeiro emprego.



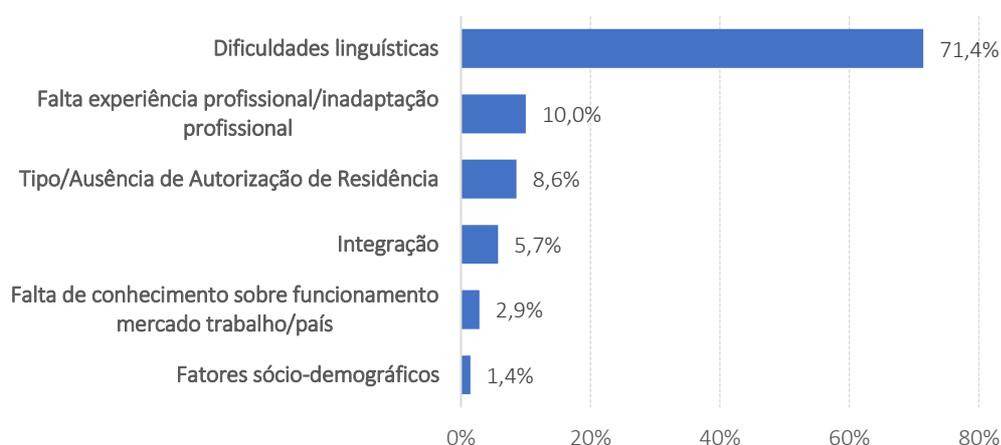
**Gráfico 5.16. Facilidade em encontrar emprego**

O testemunho seguinte descreve a vinda sem garantia de trabalho:

Vim sem nenhuma garantia de trabalho, também não tinha pesquisado, apenas telefonei ao meu primo a perguntar se me dava dormida por uns tempos. Mas no início, o meu objetivo era vir, tentar desenrascar-me e, caso não conseguisse, voltaria para Portugal e tentaria arranjar outro emprego noutra empresa. A minha maior procura de emprego foi através do “bate à porta com o currículo”. Mas não foi por aí também que eu consegui trabalho. Consegui trabalho de uma forma muito caricata: fui a uma pizzeria com o meu primo e ao meu lado estava um grupo de portugueses que queriam abrir um hotel. Estavam a falar que já todos os tinham os empregados, e tal, e que precisavam de alguém para trabalhar na cozinha, a lavar louça. Eu estava na mesa ao lado, eu comecei a falar aos poucos com os senhores, e disse-lhes que estava disponível. Entretanto, eles perguntaram-me qual a minha formação profissional na aérea, eu expliquei nenhuma, dada à minha formação (que sou licenciado em Gestão). Ficaram um bocado com “o pé-atrás” porque recearam que uma pessoa licenciada ou estudada não se sujeitasse a lavar louça e que não se aguentasse. Não ficou nada acertado. Passei ainda um mês e quinze dias à procura de trabalho porque não tinha nada seguro. Entretanto, os senhores do hotel ligaram e deram-me uma oportunidade. Além disso, a grande benesse foi, que eu poderia

ficar a residir no hotel. Ou seja, “matei dois coelhos, com uma cajadada só”. Tive a residência e tive o contrato de trabalho que me deu o *permissão* de residência, já para cinco anos, o B [*in* entrevista n.º 2].

Entre os 45,6% que admitiram terem sentido dificuldades em encontrar emprego, a grande maioria identificou as dificuldades linguísticas (71,4%) como o principal obstáculo.

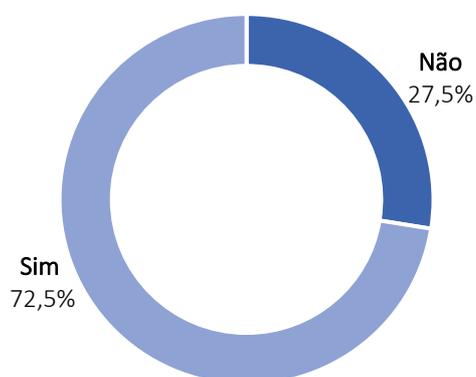


**Gráfico 5.17. Principais dificuldades na procura de emprego**

As dificuldades linguísticas são limitantes em termos de procura de emprego, o que numa primeira fase pode significar não encontrar um emprego de acordo com as suas habilitações escolares e profissionais:

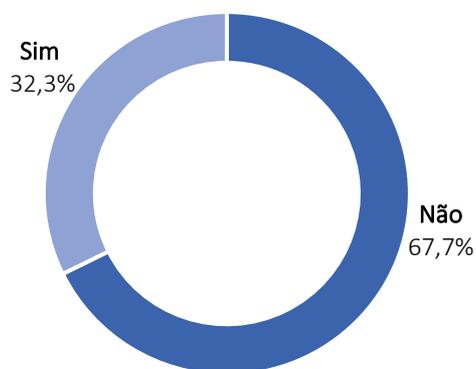
A maior barreira que existe é a linguística, mesmo as pessoas qualificadas, não procuram batalhar contra isso, procuram sim, estabilizar ao nível financeiro: arranjam um trabalho que talvez não é adequado para eles, entre aspas, ou com o seu nível de formação. Dou-te um exemplo, tenho uma grande amiga que é formada em psicologia, é doutorada e faz um trabalho que adora, mas trabalha aqui numa instituição de crianças. Trabalhou num grande clube de futebol português no Porto. No meu núcleo de amigos em Portugal são todos pessoas formadas. Do meu grupo emigrei eu, emigrou essa rapariga que te disse e outro amigo. Viemos os três para a Suíça [*in* entrevista n.º 2].

Outro dos indicadores relativos ao emprego dizia respeito à alteração da área de trabalho desde a chegada à Suíça, tendo sido possível concluir que 72,5% da amostra se manteve na mesma área profissional desde que emigrou para a Suíça.



**Gráfico 5.18. Manutenção na mesma área de trabalho desde a chegada à Suíça**

Já no que respeita a uma situação de desemprego<sup>196</sup>, a maioria - 67,7% - indicou nunca ter passado por tal.



**Gráfico 5.19. Vivência de uma situação de desemprego**

De acordo com todos os entrevistados, nenhum vivenciou uma situação de desemprego desde a sua chegada à Suíça.

---

<sup>196</sup> Cf. entrevista a Marília Mendes, a taxa de desemprego da população portuguesa no ano de 2019 ronda os 3,8%. Dados disponíveis em: <https://www.newsd.admin.ch/newsd/message/attachments/63656.pdf>

### 5.2.2.2. Condições de Acesso à Habitação

80,1% da amostra de emigrantes portugueses que chegaram a Zurique entre 2013 e 2019 afirmou não ter sentido dificuldades em encontrar habitação.

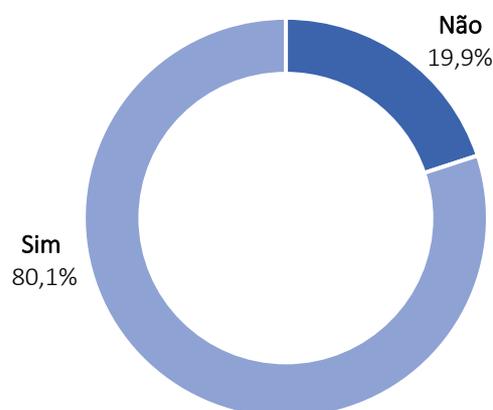


Gráfico 5.20. Facilidade no acesso à habitação

Entre os que relataram dificuldades, as duas principais foram a reduzida oferta de habitação (36,8%) e o processo de candidatura e/ou seleção dos inquilinos (22,8%).



Gráfico 5.21. Dificuldades sentidas no acesso à habitação

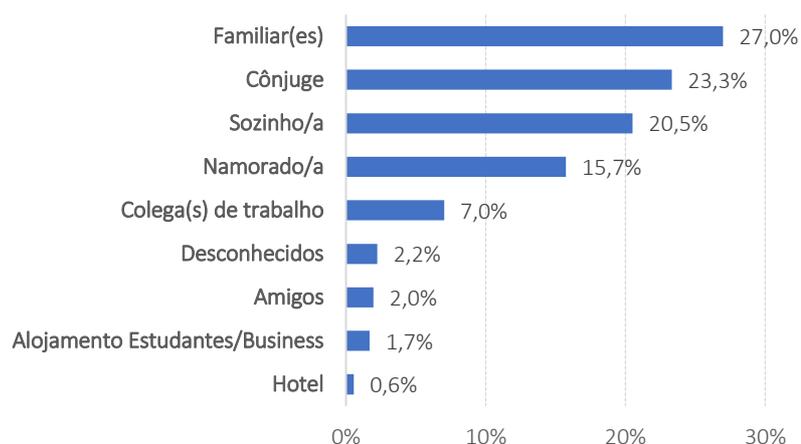
No que respeita ao acesso à habitação, para além da reduzida oferta de habitação, outra dificuldade sentida prende-se com o processo de candidatura e de seleção dos inquilinos, sobretudo, para quem é emigrante:

Inicialmente fiquei num estúdio através da firma recrutadora do hospital. Mas só fiquei 3 meses. A dificuldade foi em 3 meses procurar uma casa. Procurei, procurei a resposta foi sempre não. Sempre não! Eu também acredito que para eles também não seja fácil, uma pessoa está cá há pouco tempo. Só eu é que estava a trabalhar na altura, o M. (esposo da entrevistada) ainda não tinha arranjado trabalho, para eles também não é fácil, confiar uma casa assim a alguém [*in* entrevista n.º 4].

Todavia, através de contactos de colegas migrantes já estabelecidos são encontradas estratégias para contornar e superar dificuldades:

A minha colega, que já cá estava há mais tempo, disse-me: «vais falar com a tua chefe explicas-lhe isso, e ela que te passe uma carta de referência.» E assim foi! Ela passou-me uma carta de referência e na primeira candidatura que eu mandei com a carta fiquei com o apartamento. Quando mudei de apartamento para este, fui logo pedir a carta de novo à chefe. Escrevi uma cartinha que eles também gostam muito de saber a nossa vida e tal, expliquei que queria aumentar a família, e eles também lá me deram uma casa [*in* entrevista n.º 4].

No momento de chegada ao Cantão de Zurique, 27,0% dos inquiridos viveu com familiares, com o cônjuge (23,3%) ou sozinho (20,5%).



**Gráfico 5.22. Com quem viveu quando chegou à Suíça**

Estes dados são validados com as respostas obtidas pelos portugueses entrevistados:

Vivi com ela [minha madrinha] de outubro de 2013 a maio de 2014. Fiquei depois a viver no mesmo prédio, no terceiro andar, foi o meu padrinho que me conseguiu o apartamento. Ele é *Hauswart* (encarregado pela manutenção técnica e limpeza de um prédio ou condomínio) nesse prédio, ali em *Grünau*. Era um *ein Zimmer Wohnung* (tipologia do apartamento: T1). Estive aí durante dois anos até 2016 [*in* entrevista n.º 1].

Comprei um bilhete, e vim-me embora [...] aliás, quatro dias a seguir eu estava na Suíça. Apenas telefonei ao meu primo a perguntar se ele me dava dormida por uns tempos [*in* entrevista n.º 2].

Por sua vez, a estratégia de viver com colegas à chegada, ou por via da entidade empregadora é uma das possíveis formas de acesso à habitação, como é testemunhado de seguida:

Vivi na casa do colega que me arranhou trabalho. Ou seja, já ele tinha uma casa cá. E, essencialmente, o que aconteceu foi que na altura ele estava a alugar a casa a outra pessoa, mas não gostava muito dela [*in* entrevista n.º 4].

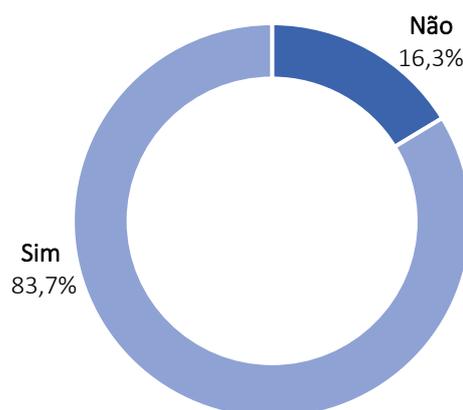
Nos primeiros seis meses eu e a minha esposa morámos numa ‘*guest house*’ do empregador dela [*in* entrevista n.º 3].

Problema para encontrar casa, inicialmente não. A firma (de recrutamento) do hospital ajudou em termos de casa, porque eles têm aqueles estúdios e quartos. Como a ideia era já vir com o meu namorado ficámos com um estúdio, pagávamos 1500 francos porque era no centro da cidade. Mas eu, na altura, não queria pagar tanto porque era um estúdio tão pequenino. Disse que ficava 3 meses, apesar que eles davam a possibilidade de ficar 2 anos. Pensei, fico aqui, mas tenho 3 meses para arranjar casa [*in* entrevista n.º 4].

Estes dados validam a estratégia, por parte dos migrantes, de numa fase inicial viverem com familiares, o que lhes permite minimizar os custos com a habitação até conseguirem estabilizar a sua vida profissional. Por outro lado, migrar com o cônjuge também representa uma alternativa uma vez que ambos podem fazer face às despesas.

### **5.2.2.3. Condições de Acesso à Saúde**

As condições de acesso à saúde foram também analisadas, sendo possível concluir que a grande maioria dos emigrantes portugueses em Zurique admitiu não ter sentido dificuldades na obtenção de um seguro de saúde (83,7%).



**Gráfico 5.23. Facilidade de obtenção de um Seguro de Saúde**

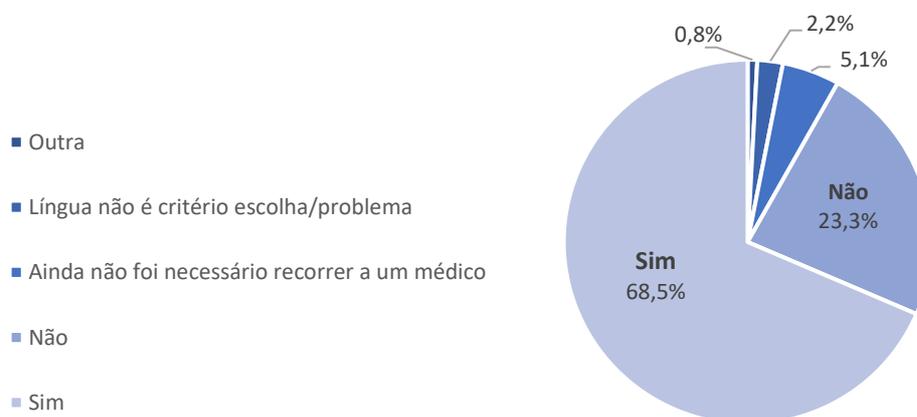
No que tange ao acesso à saúde, o migrante deve possuir uma apólice de um seguro de saúde que lhe permite ter acesso aos cuidados de saúde. O seguro de saúde base é de caráter obrigatório. Para o migrante o seguro de saúde é um dos pré-requisitos exigidos para a obtenção da autorização de residência. Assim sendo, neste domínio, a maioria dos portugueses não sentiu dificuldades em obter um seguro:

Com a *Krankenkasse* (seguro de saúde) foi a minha madrinha que me ajudou. Chamou um senhor para ir lá a casa. Um senhor italiano, já não me recorda do nome. Era um *Berater* (Consultor). Ele é que me aconselhou e tratou de tudo. Não foi difícil encontrar médico, porque o senhor tinha uma lista dos médicos que trabalhavam com as seguradoras de saúde [*in* entrevista n.º 1].

Em relação à questão da saúde, tenho uma situação bastante particular. Na Suíça para termos acesso ao seguro de saúde é tudo muito fácil porque, como são seguros, o que as seguradoras querem é novos clientes, por isso raramente uma pessoa tem de procurar uma seguradora de saúde, elas até nos batem à porta durante o dia, a pessoa só tem de escolher [*in* entrevista n.º 2].

Eu quando cheguei, o hospital (entidade empregadora) tratou da papelada toda, para a *Gemeinde* e eu fui, entreguei os papéis, fiquei logo com o B, por ser portuguesa, e pronto. Ah! É verdade, eu casei antes de vir, para o meu namorado [entretanto marido] também ter o B através de mim. Isso também foi tudo pensado, porque como eu vinha com trabalho e ele não, então decidimos assim. Depois eles (hospital) disseram-me que eu tinha de ter um seguro de saúde, para ver, qual era a melhor maneira. Como o meu sobrinho já cá estava, deu-me um contacto lá da firma que ele tinha, que também tem uma representante aqui em Zurique. Falei com eles, e pronto, fiz o seguro [*in* entrevista n.º 4].

Para além do assunto relativo à obtenção de um seguro de saúde, foi também analisada a questão relacionada com as necessidades linguísticas aquando da necessidade de recorrer a serviços de saúde, sendo que 68,5% dos inquiridos afirmaram terem tido facilidade em encontrar um médico com quem pudessem comunicar numa língua de comum entendimento.



**Gráfico 5.24. Facilidade em encontrar um médico de acordo com as suas necessidades linguísticas**

A médica da minha madrinha ofereceu-se para ficar comigo, mas eu escolhi um médico da lista que falava português. O médico era suíço, falava português, mas não gostei dele, achei um pouco antipático e frio. Acabei por mudar para a minha atual médica. Com esta médica falo alemão e espanhol [*in* entrevista n.º 1].

Eu não tenho médico de família. Eu tenho a possibilidade de contactar um médico por via telefónica, ou seja, quando me sinto mal, ligo para a minha seguradora e eles atribuem-me o médico. Agora falo em alemão. Mas inicialmente falava em inglês [in entrevista n.º 2].

#### 5.2.2.4. Comunicação e Interação Linguística

Paralelamente às questões caracterizadoras e à questão de acesso ao mercado de trabalho, habitação e saúde, foram também analisadas as dimensões da comunicação e da integração linguística como potenciais facilitadores ou barreiras para a integração dos portugueses no Cantão de Zurique. A língua alemã é a língua oficial do Cantão de Zurique. Contudo 78,9% dos portugueses que chegaram à Suíça entre 2013 e 2019 não conheciam a língua. Situação que se alterou após a chegada, com 60,4% a terem frequentado um curso de alemão.

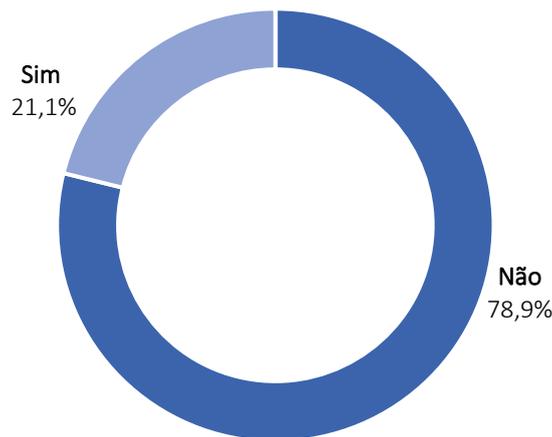


Gráfico 5.25. Antes de emigrar, já tinha conhecimentos da língua alemã

Quando vim não falava alemão - “null alemão” (zero alemão). Só dizia, «Hallo!». Também não precisava de falar muito mais. Primeiro trabalhei num restaurante português, era uma marisqueira... ali na *Hohlstrasse*, chamava-se Restaurante Marisqueira Atlântico. Comecei a aprender alemão para me integrar mais. Depois do hotel [*Holiday Inn Express*], em 2014, fiz um curso de alemão. Espere, eu já quando estava no hotel, lá no aeroporto, já aos sábados, ia assistir às aulas de alemão na Igreja, ali na Régula e Félix, na *Hardstrasse*, na Missão Católica Portuguesa.

Agora estou à espera que o coronavírus acabe para fazer outro curso [*in* entrevista n.º 1].

Por outro lado, o recurso à língua inglesa, numa primeira fase parece constituir uma vantagem, rapidamente é percebida *in loco* como um dado adquirido, e que em determinadas atividades profissionais, designadamente na restauração, não é uma mais-valia nem garante o acesso ao mercado trabalho suíço, como revela o migrante entrevistado:

A primeira realidade com que me deparei foi que o inglês tem pouca mais-valia, pelo facto de toda a gente falar inglês cá. Ou seja, a ideia de que vou emigrar para a Suíça e tenho uma mais-valia com o inglês como uma segunda língua, apesar de dominar muito bem o inglês, chegas cá e é um dado adquirido. [...] A escola [Instituto de Línguas] ajuda muito com o alemão. Também o facto de trabalhar num restaurante ajuda bastante devido à interação com as pessoas. Frequentei o curso intensivo de alemão durante um ano e quatro meses, todos os dias, ou seja, cinco dias por semana. Conclui o nível C1 [*in* entrevista n.º 2].

Contrariamente, noutras áreas profissionais, tais como IT - Informática, o inglês é a língua de trabalho, sobretudo, em empresas com uma forte projeção internacional e contexto multicultural. Neste contexto, em ambiente profissional, é possível usar, em exclusivo, a língua inglesa. Contudo, a falta de domínio da língua alemã parece condicionar o acesso a certos cargos, restringindo a mobilidade ascendente laboral do migrante:

Eu não falo alemão. Inicialmente, eu vim para cá para o *Credit Suisse*, onde todos falavam inglês. É, digamos, a língua principal, a não ser que tenhas a infelicidade de ir parar uma equipa que sejam só suíços, por exemplo, então aí ouves eles a falarem alemão. Mas por norma, quando se anda pelos corredores o que se ouve falar é inglês, ou pelo menos na zona onde eu estava. Fui sempre parar a empresas onde a língua

era o inglês. O alemão, atenção, é extraordinariamente importante porque ele fecha muitas portas a trabalhos, neste caso [trabalho atual] não, mas existem trabalhos que eu considero interessantes, mas depois tem lá uma linha a dizer: precisa de falar e escrever alemão e o inglês [*in* entrevista n.º 4].

No setor da saúde, o domínio mínimo da língua local - alemã - é condição *sine qua non* para o exercício das funções.

Para outros, com conhecimentos prévios de alemão, não os impediu de aprimorar os seus *skills* linguísticos, continuando a frequentar cursos, servindo inclusivamente como forma de integração social/relacional com outros migrantes:

Mesmo já tendo conhecimentos de alemão, no primeiro ano eu fiz um curso de língua. Fui fazer um curso intensivo (C1), todos os dias de manhã. Conheci outros estrangeiros também, portanto, foi também para socializar aqui um bocadinho, estava demasiado na minha bolha [*in* entrevista n.º 6].

Ainda no seguimento da importância da língua alemã no processo de integração estrutural, Marília Mendes<sup>197</sup>, reitera:

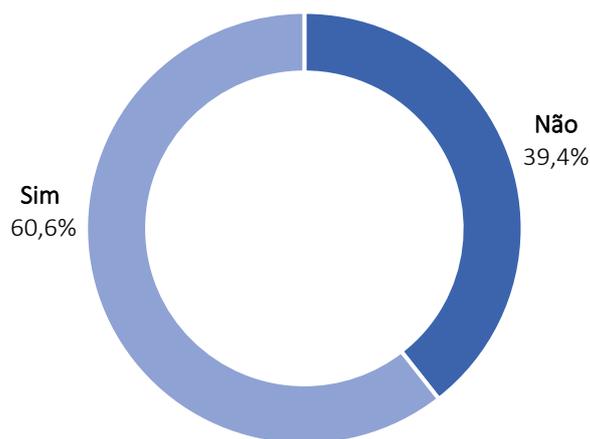
O domínio da língua local é importante para a integração no trabalho. É necessário diferenciar entre os ramos laborais: nas limpezas ou na construção as pessoas trabalham frequentemente em equipas monolingues e, na construção, na Suíça germânica a língua de comunicação é muitas vezes o italiano. Portanto, neste setor o domínio da língua local não é fundamental para o exercício da profissão. O mesmo já não é o caso, por exemplo, da hotelaria e da restauração: quem tem contacto com

---

<sup>197</sup> Marília Mendes é considerada uma das pessoas mais ativas (em prol da Comunidade Portuguesa) e conhecedoras da realidade migratória portuguesa na Suíça. Gentilmente concedeu uma entrevista na qual partilhou o seu conhecimento e experiência no domínio da integração laboral e estrutural dos migrantes portugueses. Apesar de exercer funções num sindicato de trabalhadores UNIA, a entrevista foi dada a título individual.

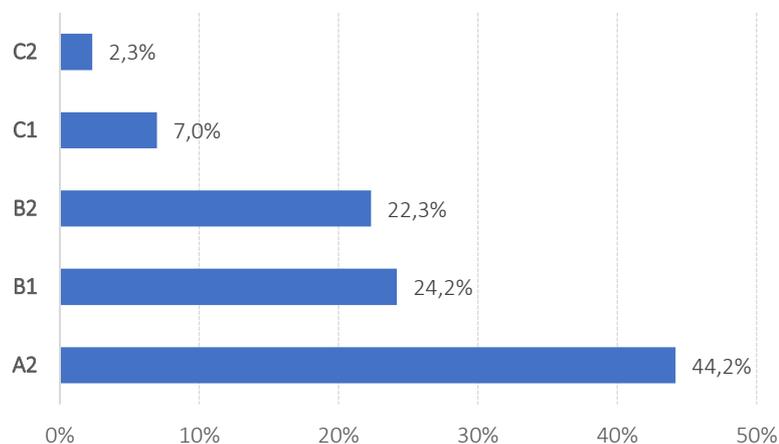
clientes necessita de ter algum domínio (que não necessita de ser perfeito) da língua local. Não obstante, o que é verdade é que o domínio da língua é importante para a valorização pessoal e profissional. Um trabalhador que domine a língua local é muito mais flexível no trabalho que lhe possa ser atribuído - e é, portanto, mais “interessante” para o empregador. Ele tem, por isso mais oportunidades profissionais. Portanto, tendo algum domínio da língua local é sempre uma vantagem no local de trabalho.

Convergindo com Esser (2006), Böhmes (2006), Fibbi et al. (2010) e Bartal (2013) a aquisição da língua constitui um fator determinante para uma melhor integração do migrante na sociedade de acolhimento. Neste sentido, verifica-se, por parte dos migrantes portugueses a necessidade em aprender a língua alemã. A tomada de consciência de que a aprendizagem da língua é essencial para comunicar, compreender e ser-se compreendido é sentida à chegada, em particular, logo após os primeiros contactos com as instituições locais suíças, com as entidades laborais (empregadoras/patronais) e com a população autóctone. Como é visível no gráfico seguinte (5.26), posteriormente à sua chegada 60,6% dos inquiridos frequentou um curso de alemão:



**Gráfico 5.26. Posteriormente, frequentou algum curso de alemão**

De entre os portugueses frequentadores de cursos de alemão, 44,2% concluíram o nível A2, 46,5% concluíram os níveis B1 e B2 e apenas 9,3% concluíram o nível máximo da proficiência linguística, os níveis C1 e C2.



**Gráfico 5.27. Nível de língua alemã concluído**

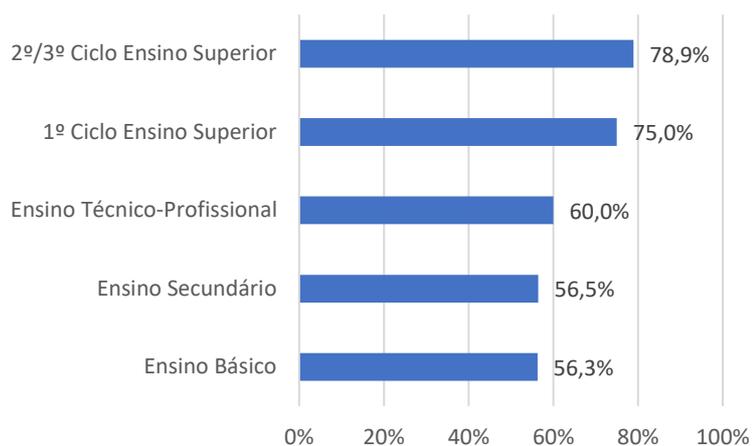
A conclusão do nível A2 permite aferir que o migrante português tem efetivamente interesse em aprender a língua local, dando o primeiro passo no seu processo de integração. Pese embora o A2 seja considerado um nível mínimo e elementar constitui uma mais-valia na fase inicial da sua integração e interação quotidiana. Relativamente aos níveis B1 e B2 são geralmente os conhecimentos linguísticos recomendados e/ou expectáveis que os migrantes atinjam, o que lhes permite uma melhor integração no mercado de trabalho, uma melhor interação com a população suíça.

Para além de facilitar o acesso do migrante português ao mercado de trabalho, os conhecimentos linguísticos são necessários em caso de formação profissional. Neste sentido os inquiridos são considerados falantes autónomos. Por seu turno, os níveis C1 e C2 são níveis de proficiência e competência linguística, pré-requisito para a frequência de cursos ao nível superior e/ou investigação científica, como também para trabalhos altamente qualificados.

Outra questão que merece atenção é o facto de no Cantão de Zurique se falar um dialeto local - o *Zürideutsch*. Ou seja, o migrante aprende o alemão padrão, mas no quotidiano é falado o dialeto. Deste modo, o migrante é confrontado com um duplo desafio: a aprendizagem de uma língua e de um dialeto em paralelo:

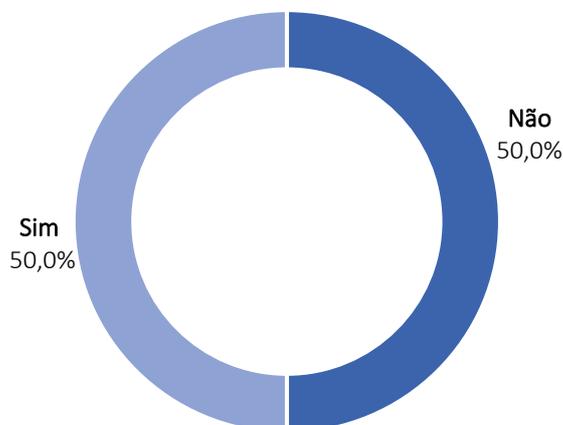
Quando vim à entrevista cá, já vinha a falar alemão, como eu costumo dizer, a arranhar. Só que a chefe da *Unispital* era de *Wallis (Valais)*, não foi fácil, a parte do alemão não foi mesmo nada fácil, mas lá nos conseguimos entender. Mas eles não facilitam nada com a língua. Ela falou *Hochdeutsch* (alemão padrão), mas o problema é que o *Hochdeutsch* dela tem muito «rre-rre-rre», e, custou-me imenso perceber. E depois, em Portugal, por muito que estejas a aprender uma língua, é alemão. Tu não tens contacto com a língua em mais lado nenhum, a não ser quando estás ali a aprender. Pronto! Não é como o inglês ou como o francês que tens mais contacto todos os dias. Comecei a trabalhar na *UniSpital* no dia 15 de agosto de 2016. A primeira semana foi, Meu Deus, eu chegava a casa todos os dias e só me queria enfiar na cama, porque todo o dia a falar alemão ali... Eu falo alemão, mas afinal isto (dialeto de Zurique), é... Muito diferente daquilo que eu aprendi. Foi cansativo. Eu costumo dizer, que eu aprendi a língua aqui mais em 3 meses, do que propriamente no ano inteiro, que nem chegou a um ano, que estudei em Portugal. Mas pronto, lá me fui desenrascando, lá fui aprendendo [*in* entrevista n.º 4].

Um olhar mais profundo sobre os conhecimentos linguísticos permitiu observar que independentemente do nível de habilitação escolar, a maioria dos migrantes adquiriu ou já possuía competências linguísticas de alemão, contudo é possível constatar que é entre os portugueses com maiores qualificações académicas que se observa uma maior tendência para o domínio da língua, com 78,5% dos portugueses com o 2º e 3º Ciclo de Ensino Superior a falarem alemão, contra os 56,3% de portugueses emigrados em Zurique que com o ensino básico dominam a língua alemã.



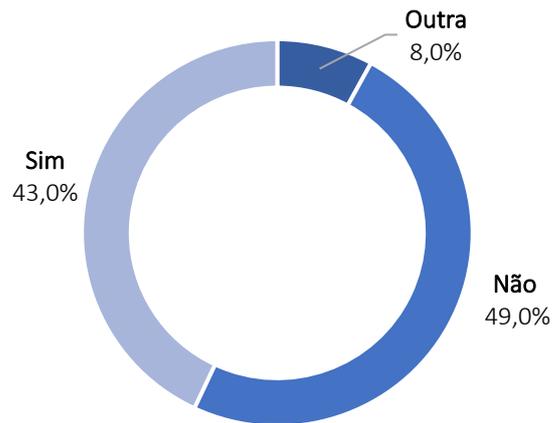
**Gráfico 5.28. Conhecimentos prévios da língua e frequência de cursos de alemão, pelas habilitações escolares**

Quanto ao impacto das habilitações escolares e da experiência profissional adquiridas em Portugal na procura de emprego na Suíça, 50,0% afirmaram que as mesmas foram uma mais-valia, tendo a outra metade afirmado que não constituíram valor acrescentado na procura do seu emprego.



**Gráfico 5.29. Habilitações escolares e experiência profissional mais-valia para conseguir emprego na Suíça**

Alinhado com o anterior indicador está o facto de 43,0% dos inquiridos afirmaram que os seus diplomas escolares, académicos e/ou certificações profissionais foram sido formalmente reconhecidos pelas entidades suíças.



**Gráfico 5.30. Diplomas e Certificados formalmente reconhecidos na Suíça**

Nunca precisei de reconhecer diplomas porque não comecei a trabalhar na minha área. Se quisesse continuar na minha área de estudo, até porque aqui a construção civil é diferente do que em Portugal, e, para exercer a minha profissão, tinha de continuar a estudar aqui. Por isso os estudos ou a experiência profissional ajudaram no trabalho do restaurante, mas depois não. Não foi uma mais-valia [in entrevista n.º 1].

Nunca fiz reconhecimento de diplomas, nunca tive a necessidade, mas desde o primeiro dia que me informei se poderia, onde teria de ir, o que teria de fazer [in entrevistas n.º 2].

Não. Eu simplesmente enviei aqueles documentos do técnico (IST - Instituto Superior Técnico, Lisboa), aqueles que temos de pedir, aliás, aquilo é bem caro, na altura acho que pediram 70 Euros por duas folhas ou três. Sei que o diploma da licenciatura está em português. Quanto ao do mestrado eles perguntaram: «queres em inglês ou em português?» Eu na altura pedi em inglês. Então, tenho uma mistura, um está em português e o outro está em inglês, mas é assim, no fim de tudo o

importante são as notas, e as notas estão lá. E mesmo que não se saiba português, dá perfeitamente para perceber, porque o diploma aparece num formato semi-tabela, e dá para entender o que é que lá está escrito, digo eu, mas nunca me pediram para fazer o reconhecimento [*in* entrevista n.º 5].

Porém, para o exercício de determinadas profissões, nomeadamente na área da saúde é, segundo as entidades reguladoras suíças, necessário o reconhecimento formal do diploma académico:

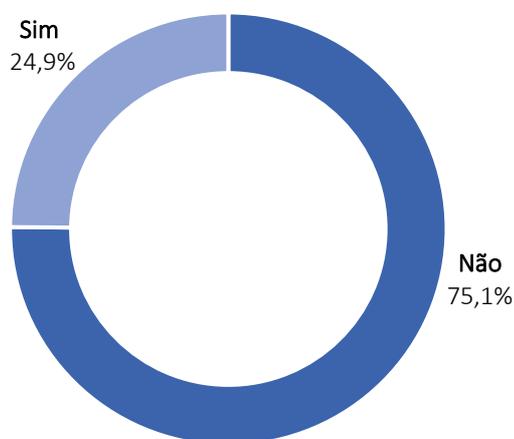
É assim, todos os documentos e todos os diplomas que eu tinha de todas as formações que tinha feito eu trouxe tudo em inglês e autenticado. Tive de pedir um documento à escola, com as disciplinas todas, tudo especificado, aquelas coisas todas, em inglês, porque na altura, quando eu vim para o hospital (*UniSpital* - Hospital Universitário de Zurique) eles disseram-me que eu tinha de pedir o *Anerkennung* [reconhecimento] do meu diploma à Cruz Vermelha Suíça. E eu, sim senhora, vou tratar disso, então lá organizei a papelada toda, os diplomas todos, tudo direitinho, o diploma também da língua alemã, tudo! E mandei tudo. Veio para trás, já não sei porquê, o que é que faltava; depois era um papel não sei o quê, voltei a mandar tudo, porque com eles, era assim: conforme não estava tudo certo, eles mandavam outra vez tudo para trás. Pronto, e depois mandei tudo e ficou para avaliação [*in* entrevista n.º 4].

Curiosamente, constatou-se que apesar de o diploma académico não ser formalmente reconhecido, não é impeditivo do exercício das funções:

[...] A resposta que veio foi: Não! Mas eu já sabia, por conhecimento de outros portugueses, na área da radiologia. Porquê, porque o meu Curso (licenciatura) é só de Radiologia (pré-Bolonha). E o curso deles aqui então era o que é atual agora em

Portugal, é Radiologia, Radioterapia e Medicina nuclear. E eles então assim não dão. Mas não tive problemas em termos de trabalho e mesmo quando veio o Não, fui à minha chefe e disse-lhe: olha veio um Não. Eu agora se quiser voltar a enviar tudo só para eles avaliarem são quase 2.000 francos. É assim, custa-me estar a dar 2.000 francos para a resposta ser novamente Não. E ela, «deixa estar, não te preocupes tu aqui não tens problemas». E verdade seja dita, que depois mudei de trabalho, mudei do hospital para uma clínica privada e não tive problema nenhum em termos de não ter o diploma reconhecido [in entrevista n.º 4].

Apenas 24,9% dos emigrantes portugueses afirmaram ter feito formação profissional complementar na Suíça, dos quais 40,2% se encontravam a trabalhar como Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas.



**Gráfico 5.31. Frequência formação profissional na Suíça**



**Gráfico 5.32. Frequência de formação profissional por área de trabalho**

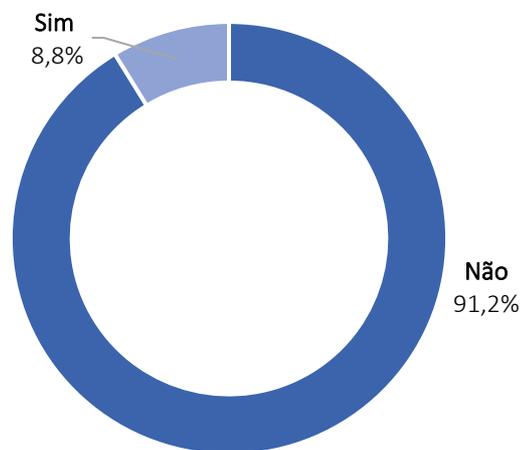
Já fiz cursos do ponto de vista, no seguimento do trabalho que eu estou a fazer. A empresa pagou os cursos. Mas não, nunca foi assim, uma coisa muito intensa, foi só uma vez, aquele curso, acho que só fiz um curso daqueles temas, pelo menos que eu me recorde. Depois tive de fazer um teste para saber se tinha alcançado os objetivos, mas foi tudo *online*. Também tive a oportunidade de fazer o alemão, aulas de alemão. Noutra equipa, com outro chefe, ofereceram as aulas de alemão, eu depois fui perguntar se poderia para fazer a mesma coisa, ele disse ok, sim senhor, dado que o outro colega também está a fazer, eu aprovo, mas isso foi na altura em que eu depois mudei de emprego. Ou seja, eu como sabia que estava neste processo de troca de emprego nunca cheguei sequer a iniciar o pedido formal, porque aquilo era preciso pagar. Eles tinham de pagar a uma empresa, se ia mudar de emprego não ia fazer isso. Então acabou por nunca acontecer [*in* entrevista n.º 5].

Para além de concluir o nível C1, também fiz uma formação [profissional] na Escola Gastronomia Suíça [*GastroSuisse*], como *Chef de Service* [*in* entrevista n.º 2].

Formações? Fiz algumas através das firmas de limpeza onde trabalhei. Uma vez por ano é obrigatório fazer [*in* entrevista n.º 1].

Fiz muitas formações, nisso é uma das coisas que eu noto grande diferença relativamente a Portugal. Aqui eles têm um *budget* e tu inscreveste para os cursos que achas que tu deves fazer. No *UniSpital*, nisso, foram impecáveis [*in* entrevista n.º 4].

Uma das possibilidades oferecidas a todos os migrantes é a frequência de um curso de integração, no entanto apenas 8,8% dos inquiridos afirmou ter participado numa destas ações. Destes, 29% tinham o ensino básico e outros 29% tinham o 2º/3º Ciclo de Ensino Superior.



**Gráfico 5.33. Frequência de Curso de Integração**

Depois disso [curso de alemão], fiz um curso de integração na *Viventa Schule*. O curso completo dava equivalência ao B1, acho. Estive lá um ano. A partir daí quem quisesse fazer a *Berufsschule* [escola profissional] podia fazer. Porque o curso dava

o nível de alemão para isso. Eu não quis fazer, optei por continuar a trabalhar [*in* entrevista n.º 1].

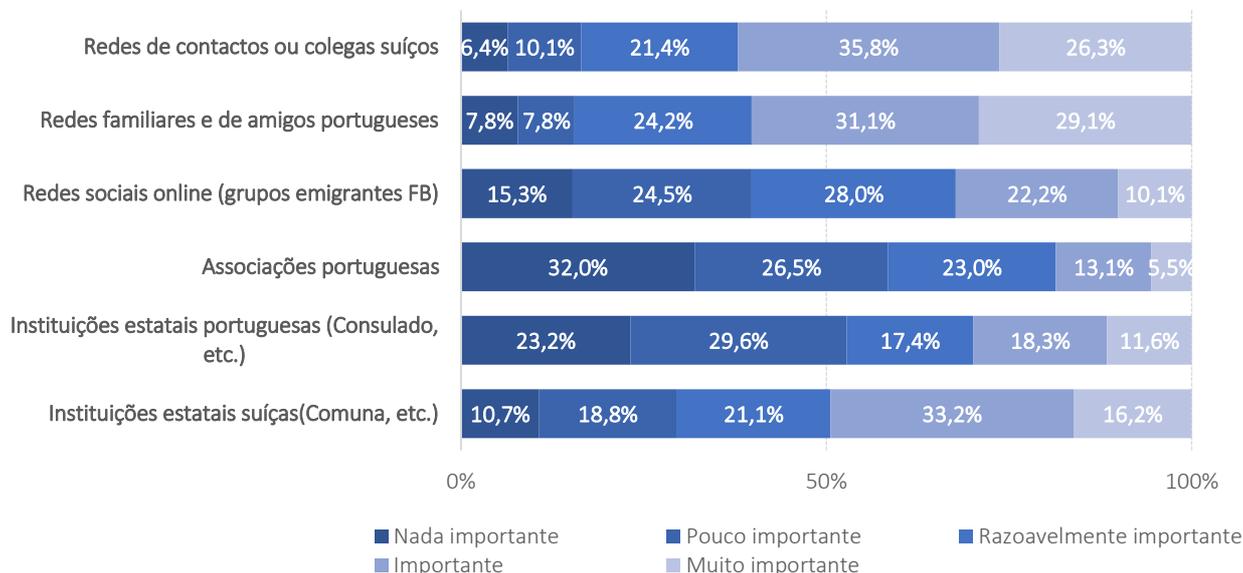
Eu queria referir que em termos de integração, quando cheguei cá, procurei. Procurei, sim, eu sou das pessoas que procuram. Oficialmente [ao nível das instituições suíças], há programas de integração. Mas na comuna onde eu estava realmente dizia que havia um programa de integração. Mas dado também à minha profissão, eu era uma pessoa ocupada aos fins de semana, fazia com que não pudesse frequentar esses programas, porque eles eram mais ao fim de semana. Não sei, o nome do curso, mas eram mais tipo reuniões e encontros de novas pessoas dentro da mesma comuna [*in* entrevista n.º 2].

Quando chegamos a Zurique havia um dia, um “*Welcome Day*”, para os portugueses em que explicavam um bocado como é que funcionavam as coisas, foi no centro de Zurique foi na Câmara (na *Rathaus*). Pronto na altura fui eu e o meu marido. Ficámos a saber deste dia via *internet*. Fomos e conhecemos um casal de portugueses que é meu vizinho, que mora aqui à frente. E pronto, com eles mantivemos contacto [*in* entrevista n.º 4].

### **5.2.3. Relevância das redes e instituições no processo de integração**

Para além dos cursos de integração existe um conjunto de entidades, formais (instituições estatais em ambos os países e Associações) e informais (Redes Sociais, Redes de Familiares, Amigos e Colegas de trabalho) que contribuem para o processo de integração dos emigrantes. De todas as entidades listadas, foram claramente as Redes de Contactos ou colegas Suíços (62,1% considerou-as Importante ou Muito Importante) e as Redes Familiares e de Amigos Portugueses (60,2% considerou-as Importante ou Muito Importante) aquelas que maior impacto positivo tiveram no processo de integração na sociedade suíça.

No campo diametralmente oposto encontram-se as Associações Portuguesas (58,4% considerou-as como Nada ou Pouco Importante) e as Instituições Estatais Portuguesas (52,8% considerou-as Nada ou Pouco Importante).



**Gráfico 5.34. Importância atribuída no processo de integração**

### 5.2.3.1. Redes tradicionais de familiares, amigos e colegas

As redes de apoio familiar e de amigos portugueses são de elevada importância na medida em que constituem um pilar e um suporte fundamental na integração dos migrantes. Esse apoio, como constatado nos indicadores anteriores (escolha da Suíça e o Cantão de Zurique como geografia de destino e com quem os migrantes habitam quando chegam), é de vital relevância, desde a decisão de migrar, à chegada dos migrantes, no seu acesso à habitação, à saúde, passando pelo processo burocrático da autorização da residência, até à sua integração profissional, e, por último nos seus desafios quotidianos na nova sociedade de acolhimento. Para além das redes proporcionarem a troca de experiências com os familiares e os amigos já estabelecidos e que se encontram num estágio ou fase de integração mais avançada, elas constituem também estruturas intermediárias que tornam o percurso mais facilitado e seguro. O grau de importância deste tipo de rede é corroborado através das seguintes transcrições:

Apoio e informações foi sempre a família que me ajudou. «Eu perguntava: como faço isto, como faço aquilo?» Eles ajudavam-me sempre, a minha madrinha, o meu padrinho, os meus tios e primos [*in* entrevista n.º 1].

Nunca tive problemas nenhuns nem com o *permit*, nem no aluguer da casa. Não tive problemas nenhuns, mas lá está, é preciso ter em consideração que eu tinha aquele colega [português], que meses antes, já tinha feito tudo isso. Ele literalmente desbravou o terreno, ele sabia exatamente os passinhos todos e os documentos todos que eram necessários, para cada uma dessas etapas. Eu tinha, salvo seja, “a papinha toda feita” [*in* entrevista n.º 5].

Também as redes de contactos com suíços são de elevada importância sobretudo, ao nível da integração laboral:

O trabalho onde estou atualmente foi conseguido através da rede de amigos do hospital. O passa-palavra entre amigos [*in* entrevista n.º 4].

### **5.2.3.2 Redes sociais *online***

Por seu turno, as redes sociais *online* constituem uma extensão das redes familiares de amigos e desempenham um papel relevante, sobretudo na procura de informações sobre a vida na Suíça e tudo o que gravita em torno da integração. Os grupos diaspóricos, sobretudo na rede social *Facebook* têm vindo a ganhar dimensão e pertinência no contexto das migrações. Eles veiculam informações de interesse da comunidade portuguesa migrada na Suíça e respondem às suas solicitações contribuindo para a sua integração estrutural, social e cultural na sociedade de acolhimento. As redes permitem a interação social, relações intersubjetivas que para além de gerarem um sentimento de pertença a uma “comunidade imaginária” virtual, promove a criação e o alargamento da própria rede de contactos do migrante. Convergindo com Marques (2008), as redes sociais [migratórias] proporcionam aos migrantes portugueses inquiridos uma estrutura social de apoio ao seu projeto migratório

e, posteriormente, ao longo do seu percurso de integração. Elas constituem estruturas intermediárias que tornam o percurso mais facilitado e seguro.

Em termos de informações, procurei sim, nas redes sociais e grupos, sempre procurando mais informação e algumas dicas. Onde é que poderia ir? Onde é que poderia não ir para tratar deste assunto? Aquele problema? Buscar mais *feedback*, do que por exemplo, fazer um telefonema para o consulado, ou seja, as redes sociais nesse aspeto ajudam-te. Na procura de informação, eu procuro e uso a informação para mim. Ou seja, os blogues que leio e comparo com outros, vejo as opiniões, em vez de pagar um telefonema. Também é a minha forma de ser. Procuro informação e através da informação que eu obtenho, experimento, se realmente resulta ou se é adequada às situações que eu tenho na vida. Só depois pego no telefone ou questiono alguém [*in* entrevista n.º 2].

Os grupos no *Facebook*, isso, sim, até mesmo para a procura de casa e coisas para venda. Estou nos grupos “Portugueses na Suíça”, “Amigos na Suíça” e também, no “Vendas em Zurique”. Os grupos servem sempre para o propósito que queremos. Para trabalho, é assim, havia um que eu já não me recordo... Ah! “Ofertas e Procura de Emprego na Suíça”. Eu recordo-me que houve um trabalho que ele (esposo da entrevistada) teve conhecimento a partir deste grupo [*in* entrevista n.º 4].

### **5.2.3.3. Perceções dos administradores de grupos e páginas diaspóricas *online***

Da perspetiva de um administrador<sup>198</sup> do grupo “Portugueses em Zurique” na rede social *Facebook* existe um propósito maior para a criação da sua página. Pretende preencher

---

<sup>198</sup> Português, 40 anos de idade, licenciado em Engenharia, proveniente do Porto a residir em Zurique desde 2013.

algumas lacunas das instituições portuguesas e suíças de modo a contribuir para uma melhor integração da comunidade portuguesa migrada na Suíça:

Em 2013, herdei este grupo de alguém que deixou a Suíça. O grupo foi deixado com cerca de 800 participantes e conta atualmente com quase 10.000. Quando fui nomeado administrador discuti com a então criadora o futuro do grupo. Concordámos em criar algo um pouco diferente. Sem publicidade institucional e com alto valor ao nível do suporte pessoal e social. Contamos atualmente com uma colaboração com o Cônsul Paulo Maia e Silva com a qual procuramos ajudar o consulado e os portugueses que poderão necessitar da ajuda.

Quando questionado sobre as maiores dificuldades sentidas pelos seus conterrâneos e o tipo de apoio que presta, a resposta é clara:

A língua é a primeira barreira e a segunda, talvez, a comunidade não ser a melhor a apoiar os seus conterrâneos. Mais uma razão que nos levou a moldar o grupo desta forma. As dificuldades mais óbvias e recorrentes são ao nível do arrendamento e também legal. Surgem muitas dúvidas legais e processuais. Os portugueses solicitam apoio na procura de emprego, a perceber algo em alemão e a saber como algo se processa na Suíça.

Relativamente à sua perceção sobre se os portugueses estão bem integrados na sociedade e cultura suíça, dá relevo ao seguinte:

Dependendo da demografia, a resposta pode alterar-se 180 graus. Para melhor responder a esta pergunta, dividiria a população em alguns grupos para que a resposta fizesse mais sentido. Grupo 1 [20-44 anos, sem formação superior]. Este

grupo terá a tendência para aprender a juntar-se apenas com portugueses, formam grupos de amigos quer no trabalho quer em associações portuguesas e frequentam, na maioria dos casos, apenas estabelecimentos portugueses onde a comunicação é mais fácil e a cultura é a mesma do país de origem. Grupo 2 [20-44 anos, com formação superior] procura integrar-se com todas as nacionalidades, se calhar pela facilidade de comunicação em inglês. Junta-se a outros grupos sociais (*online* ou não). Tem como ponto de “orgulho” ter conseguido fazer amizade com suíços. Quando consegue pelas primeiras vezes entender o dialeto (Suíço-alemão), conta a todos os amigos, talvez derivado do desejo de integração.

Para a administradora<sup>199</sup> do “Emigrante Legal” a sua carreira profissional e experiência corporativa em Multinacionais, proporcionou-lhe o contacto e as relações interpessoais e interculturais com muitas pessoas, em particular, com portuguesas que trabalhavam no ramo das limpezas, dessas mesmas empresas e com os taxistas. Nesse sentido, e segundo as suas palavras, começou “a conhecer a comunidade portuguesa de uma outra forma.” Acrescido ao facto de ser jurista de profissão, fez com que vários desses migrantes portugueses lhe pedissem apoio jurídico de forma informal. É neste contexto e numa fase de transição da sua vida, que surge o projeto “Emigrante Legal”. Este projeto é uma iniciativa de apoio aos migrantes portugueses na Suíça, em diversos domínios, tais como, direito, finanças e consultoria. O apoio é vocacionado não só para quem pretende migrar para este destino, como para quem já se encontra a residir no território, mas também para quem pretende regressar a Portugal. Como refere a ajuda prestada é diversificada:

---

<sup>199</sup> De nacionalidade portuguesa, 35 anos, oriunda de Lisboa, jurista de profissão com Mestrado em Direito Internacional e MBA. Reside em Zurique, desde 2014 com experiência de vida transnacional. O nome da página foi criado no ano de 2015 em Zurique, contudo, só se começou a desenvolver em janeiro de 2020. A situação pandémica global (Covid-19) fez com que o fluxo da procura de informações por parte dos migrantes portugueses fosse maior.

Nas “obrigações” [deveres], compreender o direito, tudo à volta disto. Isto aplica-se: antes de vir durante e quando se vai embora também. E, aí, estamos a meter tudo: impostos, contabilidades, faturas, é de tudo!

No que tange às adversidades com as quais os portugueses se deparam no seu percurso de integração na sociedade suíça, enfatiza os *skills* técnicos dos migrantes. Ou seja, a não-aprendizagem e o conhecimento da língua alemã constitui uma barreira, sobretudo, no acesso à informação e às leis suíças. Para uma parte significativa dos migrantes, todo o conhecimento e informação que circula inter-migrantes é através do “boca a boca”, fruto da vivência de cada indivíduo, na maioria das vezes sem ter uma fonte credível e fiável. Outra questão que menciona é a dificuldade por parte dos migrantes em “construir a sua rede de contactos”. Para além das dimensões mais objetivas, defende que o percurso de integração está fortemente ligado ao *animus* da pessoa:

A integração começa com o *animus* da pessoa, e isso vai influenciar em tudo: no percurso e no processo de integração, do ponto de vista laboral e de se dar com as estruturas sociais ou não.

Neste sentido, o *animus* do migrante é entendido na sua individualidade e intersubjetividade face às motivações e expectativas pessoais no projeto migratório, ao ciclo de vida em que se encontra e às aspirações de trajetória social. Por seu turno, a página comunitária “Portugueses na Suíça” na rede *Facebook* foi criada com o objetivo de ofertar informação relevante à comunidade portuguesa emigrada nesta geografia de destino, e acima de tudo, colmatar as lacunas da prestação de serviços, nomeadamente, as do Estado português, como refere o seu fundador<sup>200</sup>:

---

<sup>200</sup> Detentor de dupla nacionalidade - portuguesa e suíça, natural de Braga, 27 anos de idade, com Mestrado em Direito Económico pela *Université de Lausanne*. Reside no Cantão de *Vaud* desde a sua infância. Fundou o “Portugueses na Suíça” no ano de 2013.

Criei a página, devido à falta de informação e de um *site* de referência para os emigrantes. O principal meio de comunicação, em 2013, era talvez um jornal, apenas mensal, que custava 35.00 CHF [Francos suíços], mas que já não existe (Gazeta Lusófona). A digitalização abriu novas oportunidades de informação e de forma gratuita. O *site* e as redes sociais foram-se diversificando com os tipos de informação pretendidos. Hoje em dia, por exemplo, muitos emigrantes querem ir a festas portuguesas ao fim de semana e é complicado obter informações sobre qual é a principal festa lusa no cantão de residência. O Estado português tem contratos de concessão de serviço público nomeadamente com a Lusa e a RTP. Todos têm exigências relativas aos emigrantes. Contudo, o serviço público faz o mínimo possível. Por exemplo, o contrato de concessão da RTP estabelece um programa para os emigrantes, a “Hora dos portugueses”. Há uma repórter para toda a Suíça, mas a parte alemã quase nunca é divulgada. Em 2021, um emigrante de Zurique foi entrevistado, mas teve de ir à parte francesa para a entrevista. Com um *site* ou as redes sociais, é possível atuar mais longe. O objetivo do *site* é atingir também todas as partes que não são divulgadas, neste caso, pela RTP. No caso da Lusa, a jornalista é a mesma e os casos são quase sempre os que aparecem no programa da RTP. Então não são em todo o país. Por isso, é importante ter um *site* que chegue a todos os emigrantes e que divulgue em todo o lado. Todas as partes da Suíça devem merecer destaque quando se trata de emigrantes lusos.

No que concerne às maiores dificuldades sentidas pelos migrantes portugueses é bem assertivo:

A aprendizagem da língua é sempre problemática mesmo para quem está numa parte latina da Suíça (francês ou italiano). [...] Para aprender a língua é preciso integrar-

se. É preciso, por exemplo, fazer parte de uma associação e sair da sua zona de conforto.

Em relação aos tipos de apoio, acrescenta:

Fora do contexto da pandemia, os pedidos de trabalho representam a maioria das mensagens. Tive de criar uma mensagem automática para direcionar para grupos e poder interagir com outros emigrantes. Também há muitos pedidos de transportadoras, sobretudo, de mercadorias. Agora um pouco menos desde que foi criada uma página no *site* que menciona diversas empresas. Com a pandemia, as diversas regras dos países tornaram-se o principal pedido de informação, tendo em conta que os Consulados e a Embaixada pouco informavam. Por vezes, as comunicações nem traziam informações relevantes. Por exemplo, ao nível das idas de carro a Portugal, as autoridades portuguesas pouco trataram sobre o assunto (era quase sempre as viagens de avião). Durante muitos meses, a maioria dos viajantes lusos não sabia que não podia circular de noite em França e até em Espanha. Depois, a Embaixada limitou-se a lembrar que valem as regras em vigor em cada país e que cada um precisa de se informar. Antes da pandemia era complicado entrar em contacto com os funcionários do Estado português. Durante a pandemia a situação piorou. Com a impossibilidade do Estado de responder a todos, houve também um aumento dos pedidos relacionados com as atividades consulares, por exemplo: a renovação do Cartão de Cidadão.

Quanto à integração da comunidade portuguesa, é da opinião de que os portugueses estão bem integrados:

Sim. Só não está integrado quem não quer. Os municípios oferecem muitos cursos para os emigrantes. É verdade que a maioria dos participantes não são portugueses, então, isso, desmotiva outros portugueses a participar. Contudo, existe a oferta e um financiamento do Estado ou por vezes de instituições privadas que apoiam os emigrantes. É preciso ver também que não é simples para um pequeno país integrar tantas nacionalidades diferentes. A Suíça tem cerca de 25% da população que é estrangeira; é sempre mais fácil falar, mas também é preciso dar mérito à boa gestão de integração. A comunidade portuguesa sempre foi considerada um pouco fechada entre si própria. Isso ainda acontece nos dias de hoje. Muitos emigrantes vão jogar para clubes de futebol em vez de aproveitar de ir para um clube com raízes helvéticas; muitos escolhem clubes com raízes lusas, como o *Sport Genève* Benfica, o *Sporting Clube de Genève*, o FC Porto *Lausanne* e o FC Famalicão de *Genève*. O desporto poderia ser uma boa forma de integração, mas nem sempre é a solução. Os filhos de emigrantes já não fazem as mesmas escolhas, porque já estão mais integrados.

Os estereótipos também jogam muitas vezes a favor dos portugueses porque a maioria das vezes são vistos como essenciais, na Suíça, por fazerem o trabalho que talvez muitos suíços não aceitariam fazer. A Suíça, nomeadamente a sua imprensa, reconhece o imenso valor dos emigrantes na economia do país. Na construção, os portugueses não se podem queixar. São sempre muito bem vistos tal como já foi dito. Na área da saúde, os trabalhadores lusos estão sempre satisfeitos porque sabem que o reconhecimento do trabalho efetuado será sempre maior aqui do que em Portugal.

#### **5.2.3.4. Instituições e atores sociais portuguesas**

Relativamente às instituições portuguesas, designadamente, o Consulado Geral de Portugal na área de jurisdição do Cantão de Zurique, não se apresenta como fonte ou figura primária

de suporte na integração dos portugueses, como é perceptível nos recortes de entrevistas que se seguem:

Reparei que no consulado português não havia nada, ou seja, o que há está aos olhos [ou à vista] de todos, como existe no meu país, em Portugal, infelizmente. Eu não sou das pessoas que falam contra o consulado português. O que eu falo é que consulado é bom para tratar de coisas burocráticas [*in* entrevista n.º 2].

Tirando os documentos normais, Cartão de Cidadão e essas coisas, no processo de integração nunca me serviram para nada [*in* entrevista n.º 4].

O contacto com as instituições suíças foi 100%. O Consulado de Portugal, só tive de ir lá uma vez para tratar de qualquer coisa relacionada com o bilhete de identidade. Mas foi só isso, de resto foi tudo com as entidades suíças. E devo dizer que funcionam melhor do que as portuguesas, mesmo cá. Porque as portuguesas cá fazem feriados, nos feriados de Portugal, nos feriados suíços, nos feriados que não são feriados; a certa altura, às duas da tarde, para eles já é o fim do dia. Portanto, eu cheguei a ir ao consulado, para tratar dessa coisa, não sei se era para ir buscar, mas não importa, fui lá, num dia de trabalho. Saio eu à hora de almoço, não almocei nesse dia, vou eu a correr, chego lá e bato com o nariz na porta, porque era feriado em Portugal [*in* entrevista n.º 5].

No que respeita à Missão Católica de Língua Portuguesa em Zurique, foi referido nas entrevistas ter um papel razoavelmente importante, sobretudo, na oferta de cursos de língua alemã:

Quando estava no hotel, lá no aeroporto, já aos sábados ia assistir às aulas de alemão na Igreja, ali na Régula e Félix, na *Hardstrasse*, na Missão Católica Portuguesa. Não havia obrigatoriedade. A pessoa podia chegar, pagava e tinha a aula. Era de tarde.

Até foi bom, eu é que só ia quando tinha livre no hotel. O professor era chileno e não era padre [*in* entrevista n.º 1].

Quanto às associações portuguesas propriamente ditas constata-se, do ponto de vista do migrante, que elas são pouco importantes no processo de integração dos portugueses, cingindo-se ao convívio e a atividades de índole cultural. Em contrapartida, verifica-se que as instituições suíças, como as Comunas, são o poder local mais próximo do cidadão migrante, através das quais se obtém as informações sobre os documentos necessários para dar início ao processo de autorização de residência:

Ajudas, no início, claro, precisei de ajuda da *Gemeinde* [Comuna], nem é bem ajuda, é obrigatório irmos lá tratar de certos assuntos. Fui lá para mudar de morada e para tratar dos “permissos” [pedido de autorização de residência]. Nunca fui pedir informações, foi mesmo tratar desse tipo de assuntos [*in* entrevista n.º 1].

Para além das Comunas, outros atores sociais parecem ter um papel relevante na integração, como é o caso dos Institutos ou Escolas de Línguas que lecionam cursos de língua alemã, como língua estrangeira, vocacionados para os migrantes:

Na Suíça, existe uma grande ajuda, mas é por parte institucional. Mas parte de um impulso próprio das pessoas irem à procura. A instituição que mais me ajudou [na integração] foi a escola *Alemania*, muito sinceramente, a escola e os professores. Na escola em que eu estive, felizmente, eram pessoas e professores dedicados. E, como era uma escola virada para os emigrantes de todo o mundo, tive mais apoio, porque também os professores, como eu estava a dizer, só lecionavam cursos de alemão para imigrantes, então sabem perfeitamente as dificuldades que as pessoas sofrem no

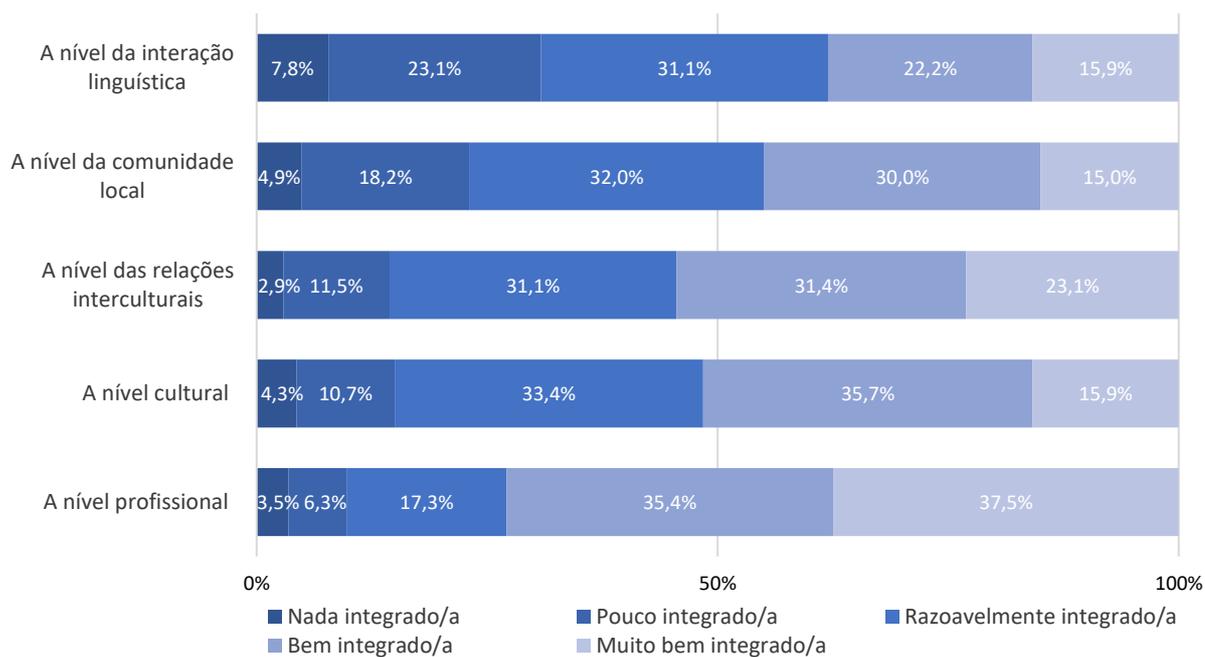
início e vocacionam também o seu discurso e na forma como lecionam, também de maneira a integrar os alunos que são de diferentes países [*in* entrevista n.º 2].

#### **5.2.4. Autoperceção do Migrante no Processo de Integração**

A integração é um processo inevitável o qual todo o indivíduo migrante trilha a fim de encontrar o seu lugar, se tornar parte e participar na sociedade de acolhimento. A integração não é um processo único ou retilíneo, ela comporta dimensões culturais, sociais, económicas e políticas e modalidades diferentes (Schnapper, 2008).

Nesta lógica e considerando que o processo de integração é composto por múltiplos vetores, os inquiridos foram questionados quanto à autoperceção face à sua integração profissional, cultural, relações interculturais, integração com a comunidade local e interação linguística.

De todos os vetores analisados, é possível observar uma integração bem-sucedida ao nível profissional, com 72,9% dos inquiridos a afirmar encontrar-se Bem ou Muito Bem Integrado. Segue-se a integração ao nível das relações interculturais, aqui entendidas como as relações estabelecidas entre a comunidade portuguesa e as comunidades internacionais não-suíças, com 54,5% dos inquiridos a afirmar encontrar-se Bem ou Muito Bem Integrado. Foi na interação linguística que se observaram as maiores dificuldades de integração autopercecionadas, com 30,8% dos inquiridos a afirmar estar Nada ou Pouco Integrado ao nível da língua alemã.



**Gráfico 5.35. Autoperceção do nível de integração**

Os recortes que se seguem traduzem o processo reflexivo e de autoperceção dos portugueses face ao seu nível de integração nas diferentes dimensões:

Eu demorei quase três anos para me adaptar [integrar]. O primeiro ano custou bastante, tive momentos de tristeza. Senti solidão e saudades dos amigos e família em Portugal. Tive vontade de ir embora. [...] A integração no trabalho foi dura, o hotel não é nada fácil. É um trabalho desgastante para o corpo todo, para ganhar 1.600 francos. Ainda tinha um “*birú*” [gíria do migrante português no ramo das limpezas, para se referir a escritório] à noite. Saía do hotel ia a casa, jantava e depois lá ia eu. Das 17h30 às 10h30. Isto durante cinco anos. Nesse tempo emagreci muito, dois trabalhos seguidos. Mas pronto, agora estou bem [integrada], ganho bem, tenho as privadas e continuo com o “*birú*” à noite. Agora com o este vírus (Covid-19), trabalho muito menos.

A língua é a maior barreira, depois disso, é mesmo a convivência com suíços e adotar hábitos suíços, mas isto até certo ponto, porque é muito difícil para nós [in entrevista n.º 1].

Ao nível do trabalho considero que estou bem integrado, faço parte das equipas, acho que não há nada a apontar. É como se eu estivesse a trabalhar em Portugal, mas aqui, e a falar em inglês. Até porque aquilo que eu faço, são coisas técnicas. Pronto, eu estou todo o dia em frente ao computador, tenho que obviamente falar com outros colegas porque há problemas, há coisas para resolver, mas o meu trabalho não envolve uma componente humana ou social, como por exemplo, alguém que dá aulas, e tem de ter aquela interação com os alunos e pais. No meu caso falo com pessoas, mas muito ligado à tecnologia e isso faz com que o meu trabalho e interação seja um bocadinho diferente.

A primeira empresa, portanto, quando eu vim para cá, era a *Credit Suisse*. Eu acho que, no geral, tive sempre a sorte de ir trabalhar para empresas que são multiculturais.

Ao nível da comunidade local, a zona onde moro, vizinhos... Não tenho nenhuma interação, mas isso não é diferente de Portugal. Portanto para mim, lá está, é preciso colocar as coisas em perspetiva, todas as perguntas sobre a integração têm sempre como ponto de partida a comparação com o que está para trás, Portugal. E eu, em Portugal, também não tinha interação nenhuma, para ser muito honesto, com os meus vizinhos. Eu vivia como os meus pais lá num prédio, com sete andares. Nunca houve assim uma grande interação com os vizinhos: «era bom dia, boa tarde, como está?» Não passava daí, e é mais do mesmo. Agora integrado do ponto de vista da sociedade, não falo o alemão, e acho que aí é que reside a grande diferença ou a grande dificuldade para eu poder dizer que estou integrado, é mesmo a questão do alemão. É aquela parte em que eu sei que não pertença, porque não consigo ir às compras. Quero dizer, cada vez mais vou aprendendo o alemão, vou aprendendo umas palavras e vou percebendo umas coisas. Mas só para teres uma noção, eu quando vim para cá, no primeiro mês, eu só ouvia “sons”, sabes; quando uma pessoa

está a ouvir uma língua diferente, e não consegue ao menos distinguir palavras? Há palavras, mas não percebe, nem sequer distinguia palavras, eram sons, e agora pelo menos, já consigo compreender. Eu sei que isto pode parecer estranho, mas quando se está a ouvir uma língua que não se conhece mesmo, o nosso cérebro não consegue limitar, delimitar as palavras. Felizmente, agora ao fim de 5 anos, já consigo perceber algumas frases mais simples e palavras, mas não falo. Lá está, em termos de integração é isso, acho que é o que realmente falta: perceber a língua, para poder ler aqueles jornais que eles deixam nas caixas dos correios, sei lá, são coisas simples, mas são coisas do dia-a-dia não é, são as coisas que fazem as pessoas sentirem-se integradas [*in* entrevista n.º 5].

Ao nível das relações interculturais, como já também disse, estou muito bem integrado. Continuo a manter contacto com os amigos que fui fazendo, portugueses e não portugueses. Ao nível cultural também estou bem integrado. Consigo falar com os meus vizinhos suíços, falar com os meus vizinhos emigrados. Se precisar de alguma coisa, sei onde me dirigir. Já conheço alguns costumes suíços. Infelizmente, porque também trabalho ao fim de semana, pouco participo, mas se tivesse oportunidade, participava. Eu sou uma pessoa que vai visitar, que vai passear, que frequenta também sítios suíços, restaurantes. Ao nível cultural, sinto-me bem integrado. Ao nível da comunidade, não me sinto integrado, dado à minha maneira de ser e também à cultura dos suíços eles são muito fechados em si próprios. Ao nível cultural, pelo que eu me apercebi, a Suíça não é um país como Portugal. As pessoas não têm o mesmo nível de proximidade, como existe em Portugal. Existe a cultura do “bom dia”, eu sou assim também, cumprimento sempre. Agora, outro exemplo, no meu prédio moram mais suíços do que emigrantes. Eu tenho o meu vizinho da frente que, em 5 anos, disse 2 vezes bom dia, vi-o 2 vezes na minha vida. As pessoas ficam muito dentro de casa e fecham-se muito no seu pequeno núcleo de amigos e de família. Aqui a minha integração, ao nível de amizades foi mais com os

que estão emigrados de outras nacionalidades... O que sempre gostei por cá, foi que tanto tinha amigos da China como da Colômbia, de todo lado. E também portugueses.

Ao nível das Relações interculturais, como já te disse também, estou muito bem integrado. Continuo a manter contacto com os amigos que fui fazendo, portugueses e não portugueses. Eu leio notícias e tento informar-me mais sobre Portugal do que da Suíça.

Posso dizer que gosto da gastronomia Suíça, embora não coma muitas vezes, gosto bastante de queijos suíços. Gosto bastante do país em si. Tive a oportunidade, durante o bom tempo - primavera e verão - de passear pela Suíça toda, de conhecer as montanhas e os pequenos Cantões da Suíça. Falta-me apenas a parte francesa, aliás, já consegui descobrir até Neuchâtel, falta-me o resto para baixo. Posso dizer que já conheço a Suíça toda e que é um país muito bonito.

Ao nível profissional, é a forma de estar profissionalmente. Não existe em Portugal, mas eu sempre a segui e aqui eu adoro a pontualidade, o entrar a horas, adoro isso. Não estou nada arrependido, nunca me arrependi porque estou num país em que as pessoas reconhecem sempre o meu trabalho, ou seja, um obrigado eu ouvi sempre. Senti-me bastante valorizado cá e continuo a sentir. Eu noto que existe uma diferença entre a minha geração e as gerações passadas, sem dúvida. Existem cá pessoas de nacionalidade portuguesa, que têm bons trabalhos. Já conheci bastantes portugueses que trabalham cá na banca e nas finanças, isto fruto do meu trabalho como empregado de mesa. Agora, o que eu noto, depois da minha geração, é que chegam pessoas mais qualificadas. Também chegam pessoas não qualificadas [*in* entrevistas n.º 2].

A cultura deles é completamente diferente da nossa. Nós somos muito abertos, dialogamos mais. Eu fui bem recebida pelos suíços. Quando eles se apercebem que

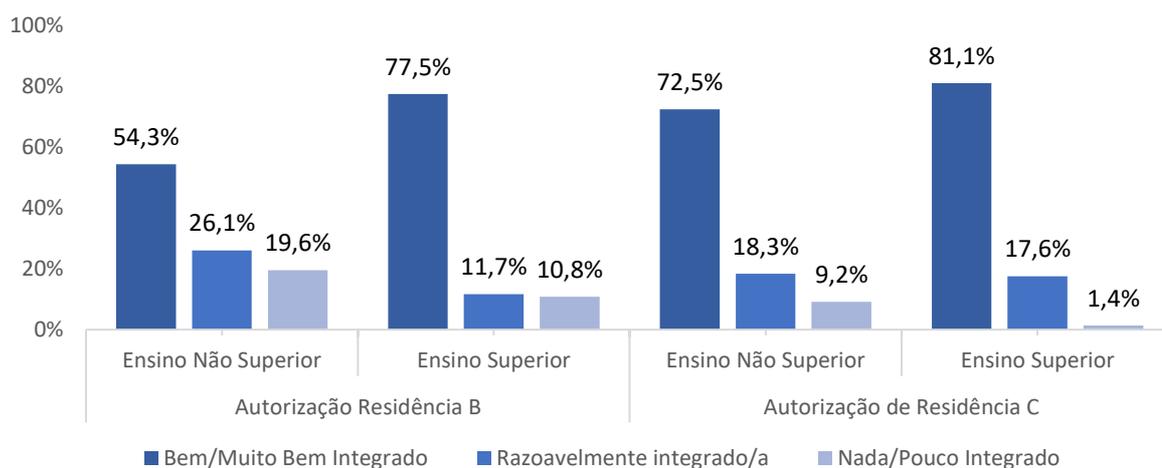
a pessoa é humilde eles ganham confiança. No início são muito distantes, mas com o tempo ficam mais próximos. Mas não são abertos. Para se estar bem integrada, o melhor é trabalhar com suíços. Hoje [2020] sinto que estou bem integrada, mas sentir-me como uma suíça, não. Sou *Ausländerin* [estrangeira]. Claro, eu ganhei hábitos por conviver e trabalhar para os suíços. Trabalho para famílias suíças e vou ganhando hábitos, tipo: hábitos de comida e de como eles a fazem. Aprendi muito com a senhora velhotinha a quem limpo a casa. Os maiores hábitos que adotei foram o de poupar e aproveitar tudo; eles não deitam nada fora, comida, nada. Pouparam muito para fazer viagens. Aprende-se muito, como a organização. Eles são muito organizados. Em termos de documentos e faturas têm tudo organizado em *dossiers*, com capas e separadores [*in* entrevista n.º 1].

#### **5.2.4.1. Autoperceção da Integração Profissional**

A integração profissional foi cruzada com os dois tipos de autorização de residência predominantes, que representam 97,8% da amostra, a Autorização B (nível de autorização com menor tempo de permanência) e Autorização C (nível de autorização com maior tempo de permanência), e com as habilitações académicas dos inquiridos (agrupados entre elementos com qualificações ao nível do ensino superior, e elementos sem qualificações ao nível do ensino superior).

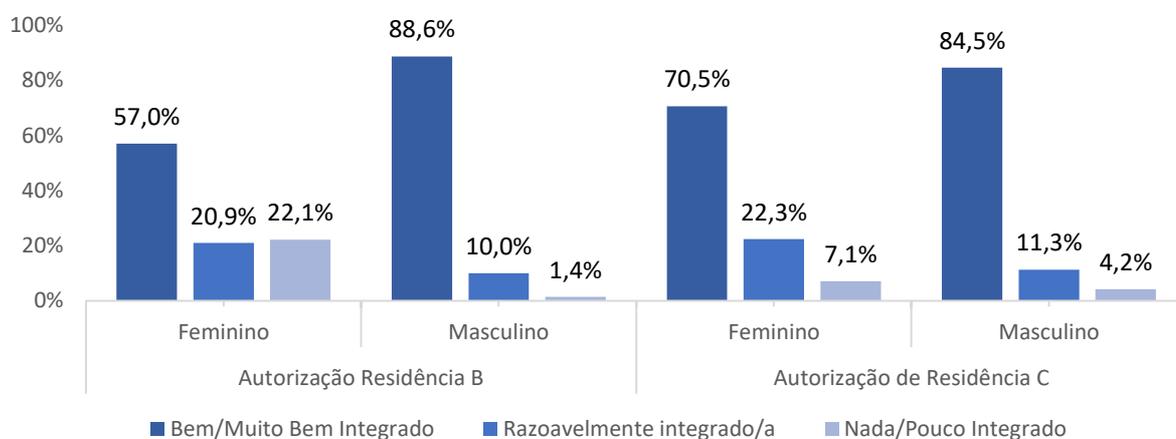
Globalmente observaram-se elevados níveis de integração profissional em todas as categorias. O nível de integração Bem/Muito Bem Integrado Profissionalmente é igual ou superior a 70%, sendo apenas o grupo dos Residentes tipo B sem Ensino Superior (54,3%) o único a registar um valor inferior à média.

No que respeita ao tipo de residência, o nível de integração profissional é globalmente superior entre os residentes com tipo de residência C, mas no que respeita às habilitações, são os emigrantes com habilitações superiores, aqueles que registam uma melhor integração profissional, independentemente do tipo de autorização de residência.



**Gráfico 5.36. Cruzamento da Integração Profissional, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares**

Observando a interceção da Integração Profissional com a Autorização de Residência e o Género, observa-se globalmente que os elementos do género masculino apresentam níveis de integração profissional mais elevados (84,5% no Tipo de Residência C e 88,6% no Tipo de Residência B) do que os elementos do género feminino, independentemente do tipo de Autorização de Residência (70,5% no Tipo de Residência C e 57,0% no Tipo de Residência B). São os elementos do género masculino com Autorização de Residência B aqueles que apresentam a percentagem mais elevada de integração profissional (88,6% de Bem/Muito Bem Integrado), no entanto são as mulheres com Autorização de Residência B aquelas que apresentam os níveis de integração profissional menos elevada (22,1% Nada/Pouco Integrado).

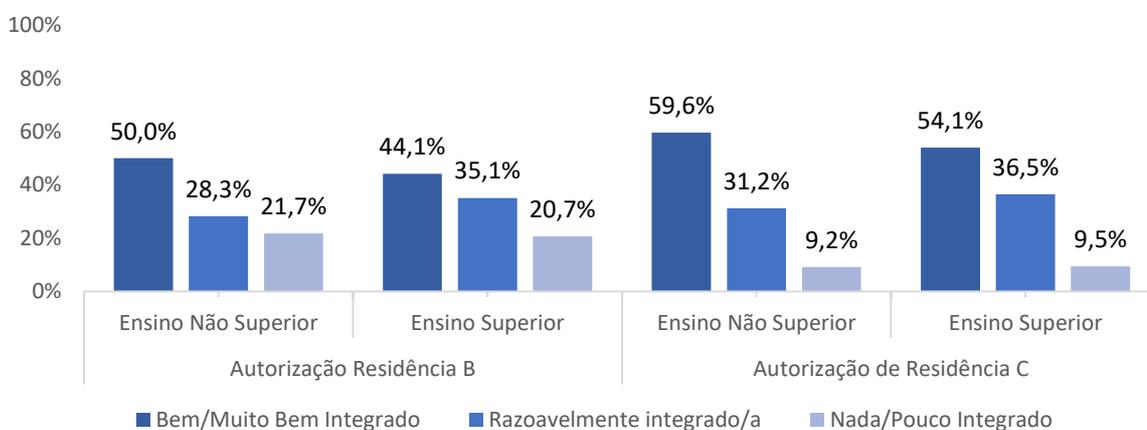


**Gráfico 5.37. Cruzamento da Integração Profissional, por Tipo de Residência e Género**

#### 5.2.4.2. Autopercepção da Integração Cultural

No que respeita à autopercepção da integração cultural é possível observar diferenças significativas entre os residentes com Autorização B e os com Autorização C, independentemente das habilitações académicas. 21,7% dos emigrantes com autorização B e sem ensino superior afirmam estar Nada/Pouco Integrado, quando 20,7% dos emigrantes com autorização B e com ensino superior afirmam estar Nada/Pouco Integrado.

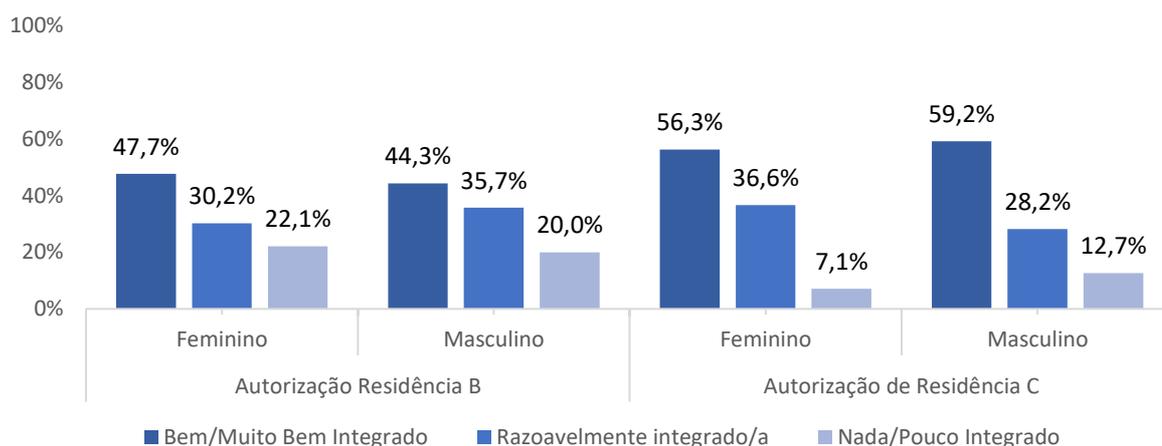
Estes valores contrastam com os declarados pelos emigrantes com Autorização de Residência C, onde apenas 9,2% dos respondentes sem Ensino Superior afirmaram estar Nada/Pouco Integrado e apenas 9,5% dos respondentes com Ensino Superior que afirmaram estar Nada/Pouco Integrado culturalmente.



**Gráfico 5.38. Cruzamento da Integração Cultural, por Tipo de Residência e Habilitações Académicas**

A inclusão da variável género na equação da integração cultural clarifica a distinção entre o tipo de Autorização B e C, onde se registam melhores níveis de integração em ambos os géneros, 59,2% no género masculino e 56,3% no feminino de inquiridos a afirmarem estar Bem/Muito Bem Integrados.

A distribuição da integração cultural entre os elementos do género masculino e feminino com residência B é semelhante, não apresentando diferenças muito significativas nos 3 níveis de integração.

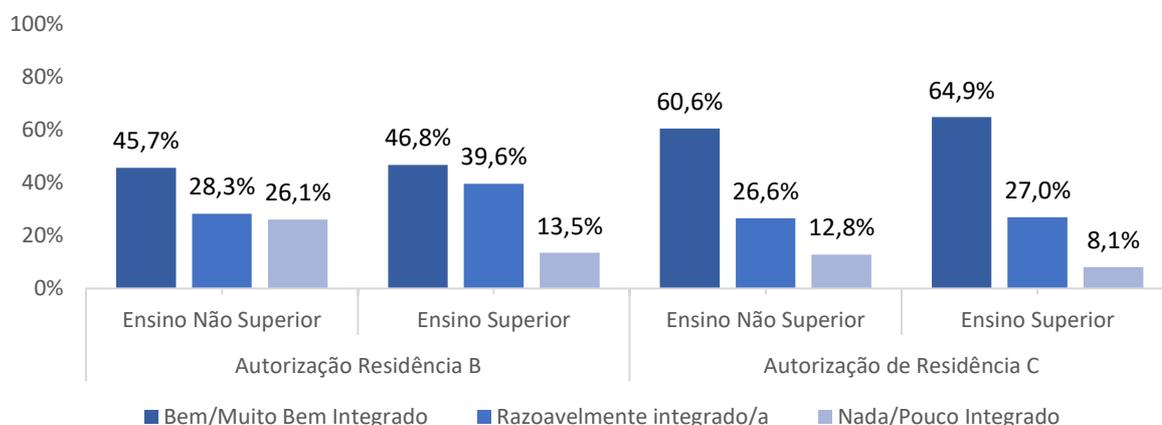


**Gráfico 5.39. Cruzamento da Integração Cultural, por Tipo de Residência e Género**

### 5.2.4.3. Autoperceção do nível de Relações Interculturais

No que respeita à autoperceção do nível das relações interculturais existe uma diferença acentuada entre a integração dos emigrantes com autorização de residência C, que apresentam níveis de integração bastante superiores (64,9% e 60,6%) aos dos emigrantes com autorização de residência B (46,8% e 45,7%), significando que o nível das relações estabelecidas com emigrantes de outras culturas que não a portuguesa e suíça, é beneficiado pela situação de residência mais permanente e prolongada.

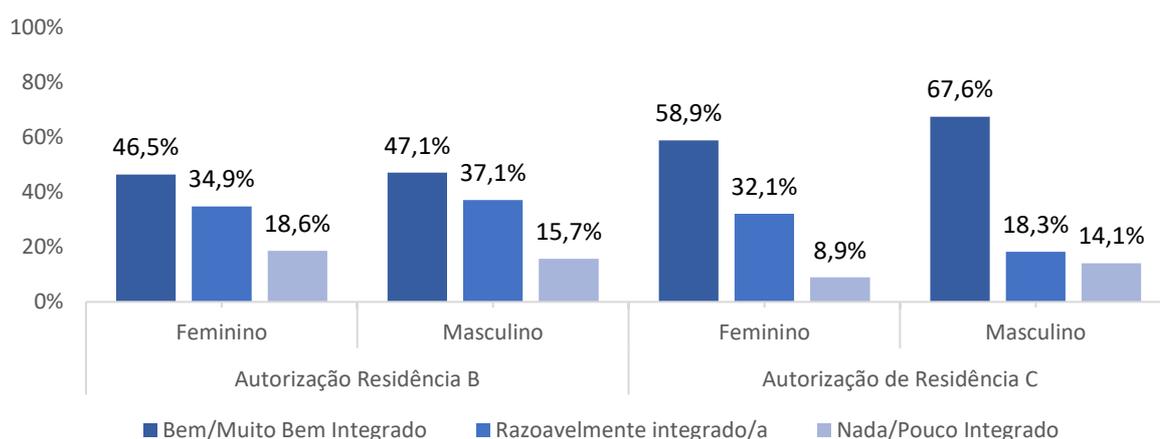
Em ambos os tipos de autorização de residência, são os emigrantes com ensino superior, aqueles que apresentam níveis de integração mais elevada, 64,9% de Bem/Muito Bem Integrado entre os residentes com autorização de tipo C e 46,8% entre os residentes com autorização de tipo B.



**Gráfico 5.40. Cruzamento das Relações Interculturais, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares**

Na questão da autopercepção da integração ao nível das relações interculturais, a inclusão da variável género não gerou alterações significativas, sendo os dados apresentados bastante semelhantes ao cruzamento apresentado no gráfico anterior.

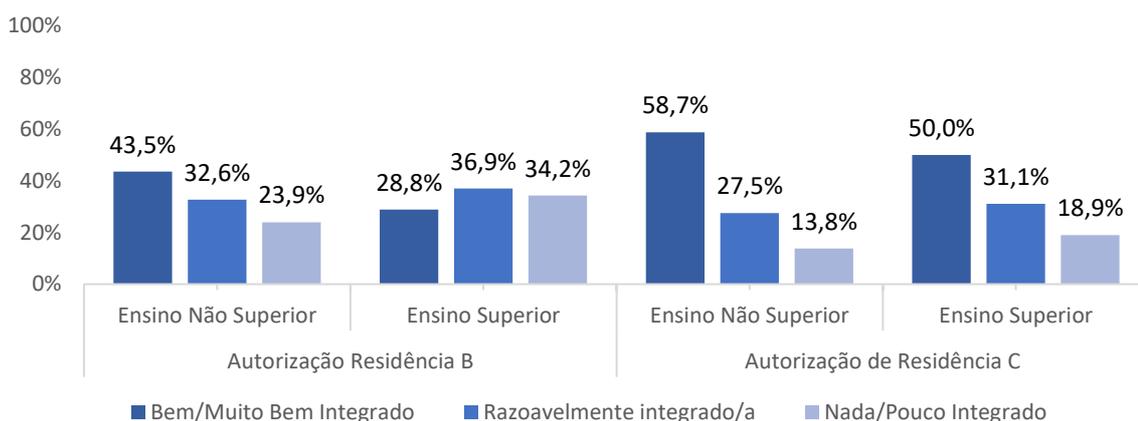
Existe claramente uma melhor integração entre os emigrantes com autorização de residência C, e neste grupo uma ainda melhor integração ao nível das relações interculturais entre os homens (67,6% de Bem/Muito Bem Integrado) do que entre as mulheres (58,9% de Bem/Muito Bem Integrados).



**Gráfico 5.41. Cruzamento das Relações Interculturais, por Tipo de Residência e Género**

#### 5.2.4.4. Autopercepção da Integração na Comunidade local

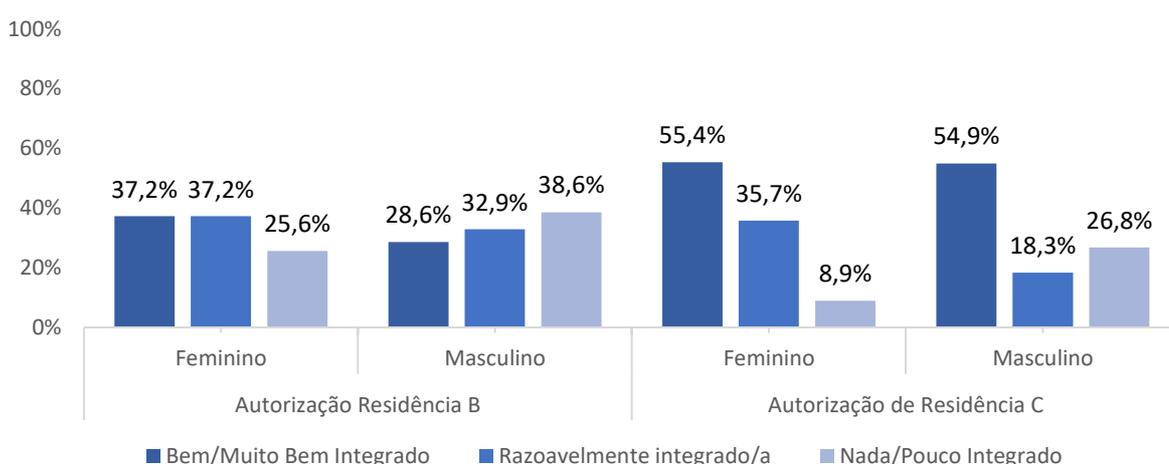
Embora exista uma clara melhor integração dos emigrantes com autorização de residência C (58,7% e 50,0% de Bem/Muito Bem Integrado), no que concerne à integração com a comunidade local, face aos emigrantes com autorização de residência B (43,5% e 28,8%), é na autopercepção do nível de integração com a comunidade local que, pela primeira vez, se regista uma inversão de tendência no que respeita ao impacto positivo do ensino superior. É entre os emigrantes com um grau de ensino não superior que se registam os níveis de integração mais elevados, 58,7% entre os detentores da autorização de residência C e 43,5% entre os detentores da autorização de residência B.



**Gráfico 5.42. Cruzamento da Integração com a comunidade local, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares**

Na perspetiva do género, as mulheres demonstram uma melhor integração com a comunidade local, independentemente do tipo de autorização de residência, 74,4% das emigrantes com autorização de residência B afirmaram estar Bem/Muito Bem ou Razoavelmente Integradas (face aos 61,5% de homens que afirmaram o mesmo) e 91,1% das emigrantes com autorização de residência C afirmaram estar Bem/Muito Bem ou Razoavelmente Integradas (face aos 73,2% de homens que afirmaram o mesmo).

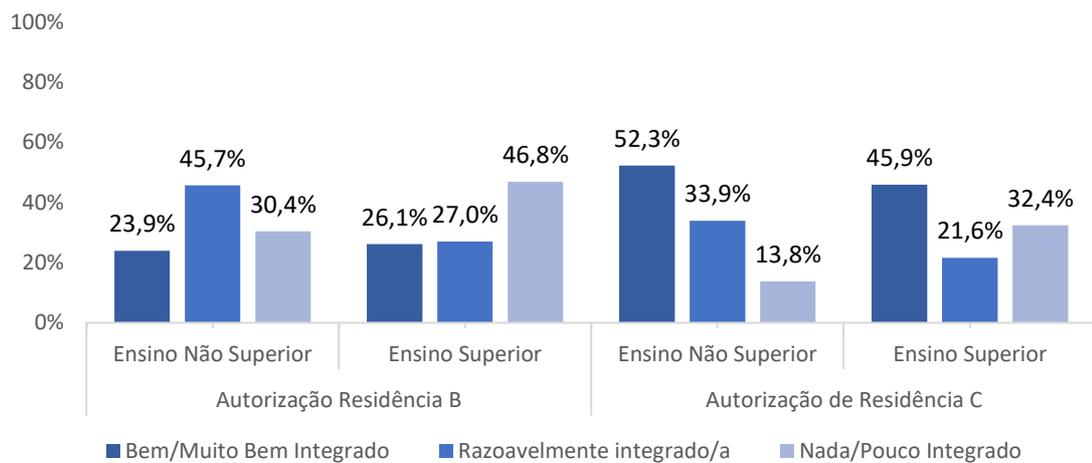
Parece existir uma combinação positiva da componente género feminino e autorização de residência C como potenciadores da integração com a comunidade local.



**Gráfico 5.43. Cruzamento da Integração com a comunidade local, por Tipo de Residência e Género**

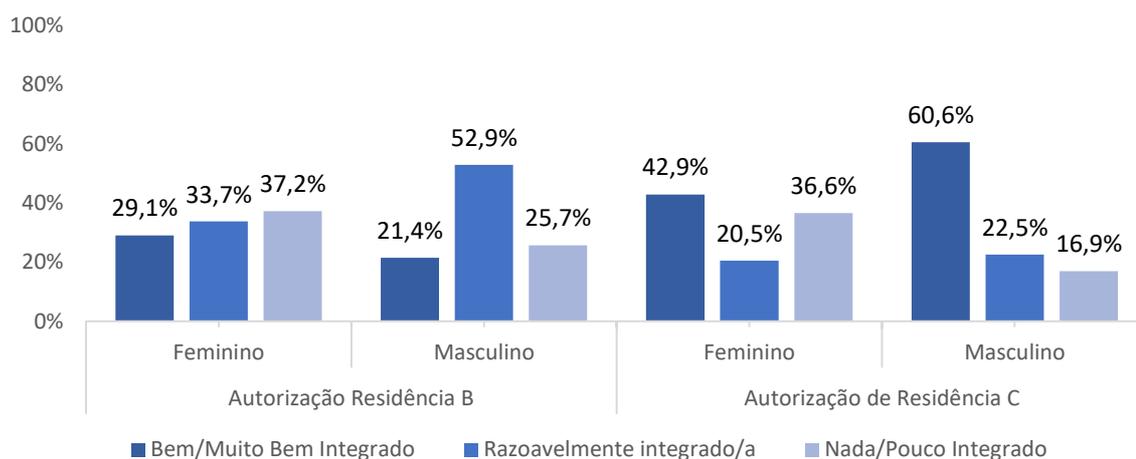
#### 5.2.4.5. Nível de Interação Linguística

O nível de interação linguística parece ser positivamente afetado pelo tipo de residência dos emigrantes, mais do que pelo impacto das habilitações escolares. Assim, entre os emigrantes com Autorização de Residência C registam-se níveis de Bem/Muito bem integrado ao nível da interação linguística de 52,3% (sem ensino superior) e 45,9% (com ensino superior), quando entre os emigrantes com Autorização de Residência B registam-se níveis de Bem/Muito bem integrado de 23,9% (sem ensino superior) e 26,1% (com ensino superior).



**Gráfico 5.44. Cruzamento da Interação Linguística, por Tipo de Residência e Habilitações Escolares**

Relativamente à integração ao nível da interação linguística observada pela perspetiva do género são os emigrantes com autorização de residência C aqueles que registaram melhores níveis de integração, 42,9% das mulheres afirmaram estar Bem/Muito bem integradas (face a 29,1% entre as emigrantes com residência de autorização B) e 60,6% dos homens afirmaram o mesmo (face a 21,4% dos emigrantes com residência de autorização B).



**Gráfico 5.45. Cruzamento da Interação Linguística, por Tipo de Residência e Género**

### 5.3. Breve síntese

A população inquirida era predominantemente jovem, (80% entre os 18-39 anos) e casada/união de facto (58,2%), não se observando diferenças quanto à zona de proveniência, registando-se um equilíbrio entre as zonas do litoral e do interior português. Face à sua situação em Zurique a maioria tinha Autorização de Residência C (53,7%) e estava em Zurique desde o ano de 2013 (43,5%). Desde 2014 que o perfil académico dos emigrantes portugueses no Cantão de Zurique é predominantemente de ensino superior, com uma qualificação igual ou superior à Licenciatura (53,4%). Relativamente à atividade profissional foi possível observar a predominância de três áreas profissionais, os Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas (29,4% em Portugal e 35,0% na Suíça), os emigrantes que desempenhavam funções nas Áreas dos Serviços Pessoais, Segurança e Vendedores (11,5% em Portugal e 15,6% na Suíça) e os Estudantes (10,9% em Portugal e 23,1% na Suíça). Paralelamente à atividade profissional exercida é igualmente importante observar o impacto do processo migratório na sua mobilidade. Assim observou-se que para um terço dos inquiridos (30,4%), nos quais se incluem os portugueses que em Portugal se encontravam em situação de desemprego, a mobilidade profissional foi ascendente e que para o outro terço (39,0%) não se verificou qualquer tipo de mobilidade profissional, sendo seguro assumir que nestes casos o impacto positivo do processo migratório se repercutiu na remuneração.

Não sendo a principal motivação assinalada, as questões associadas ao trabalho encontram-se entre os principais motivos que contribuíram para a tomada de decisão de emigrar, em particular a possibilidade de aumentar a remuneração e progressão na carreira.

Já quanto à motivação para a escolha da Suíça como país de destino, a presença de familiares já emigrados foi o denominador-comum para 49,3% dos portugueses inquiridos.

No que concerne à caracterização socioprofissional, observou-se que a maioria da amostra (58,1%) iniciou o seu percurso com uma garantia de emprego, entre os que tiveram de procurar emprego à chegada e sentiram dificuldades, a principal esteve relacionada com as barreiras linguísticas (71,4%).

A grande maioria dos inquiridos não mudou de área profissional desde a sua chegada à Suíça (72,5%) e nunca experienciou uma situação de desemprego (67,7%).

Observa-se assim uma elevada estabilidade no acesso e manutenção do emprego, similar ao acesso à habitação, onde não foram predominantemente sentidas dificuldades de acesso e, quando identificadas, referiam-se à reduzida oferta de habitação. O acesso à saúde parece também não ter sido um ponto crítico no processo de integração, dado que 83,7% indicou ter tido facilidade no acesso a um seguro de saúde.

O domínio da língua alemã não era tendência à chegada à Suíça (78,9%), mas inverteu-se com uma elevada percentagem de portugueses que frequentaram cursos de alemão (60,6%) tendo concluído predominantemente os níveis B1 e B2.

As habilitações académicas e o reconhecimento dos Diplomas Portugueses parecem ter tido um efeito moderado na procura de emprego, apenas 50,0% afirmou terem sido um fator positivo.

Ao nível da qualificação profissional, apenas dois em cada 10 portugueses realizaram formação profissional complementar, destes, aproximadamente metade desempenhavam funções como especialistas de atividades intelectuais e científicas.

Os cursos de integração foram frequentados por menos de 10% dos portugueses, que consideraram as Redes de Contactos ou Colegas Suíços (62,1%) e as Redes Familiares e de Amigos Portugueses como os principais fatores positivos para a sua integração.

Já no que respeita à auto perceção face ao seu próprio processo de integração, os emigrantes destacaram positivamente a integração intercultural, na dialética comunidade portuguesa - comunidades internacionais não suíças (54,5%). Quanto à autoanálise, é na integração linguística que os inquiridos consideram terem sentido maiores dificuldades.

A autoperceção, quanto à integração profissional, é maioritariamente positiva, no entanto é entre os emigrantes com maiores qualificações que se observam níveis mais positivos, bem como entre os indivíduos do género masculino, e independentemente do tipo de autorização de residência. Apenas para as mulheres com tipo de residência B que a perceção da integração profissional foi considerada menos positiva. Em resumo, o género e as qualificações académicas parecem ter um impacto positivo na integração profissional dos homens, e o tipo de autorização de residência B parece ser um fator negativo para as mulheres.

A autoperceção, quanto à integração cultural, parece ser afetada negativamente pelo tipo de autorização de residência, em particular para ¼ dos residentes com a autorização de tipo B que afirmaram não se sentir integrados, independentemente das habilitações académicas ou género. Também as relações interculturais parecem ser positivamente afetadas pelo tipo de autorização de residência C e proporcionalmente afetadas pelas qualificações académicas, quanto maiores as habilitações melhor é o nível das relações interculturais.

Quanto à integração na comunidade local, os emigrantes com autorização de residência C apresentam níveis de integração autopercecionada mais elevada, contudo neste vetor de análise, o ensino superior não é um fator de influência positiva bem como o género masculino. Assim, são as mulheres portuguesas que vivem há mais tempo na Suíça e com menos qualificações académicas que se consideram mais bem integradas na comunidade local. Relativamente à interação linguística, esta parece ser beneficiada pelo género masculino e pelo tipo de autorização de residência mais prolongada.

	Tipo de Residência		Habilitações		Género	
	B	C	Ensino Não Superior	Ensino Superior	Feminino	Masculino
<b>Integração Profissional</b>						
<b>Integração Cultural</b>						
<b>Relações Interculturais</b>						
<b>Integração comunidade local</b>						
<b>Interação Linguística</b>						

**Tabela 1. Tabela com os fatores autopercecionados como positivos para o processo de integração**

## **CAPÍTULO VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## 6.1. Principais conclusões

Considerando que esta investigação teve como principal objetivo compreender e analisar o percurso de integração dos novos fluxos de migrantes portugueses no Cantão de Zurique, no arco temporal 2013-2019, privilegiando uma metodologia mista no qual se entrecruzaram diferentes métodos e instrumentos de recolha de dados, concluiu-se que os novos fluxos migratórios de portugueses para a Suíça são essencialmente de natureza económica e profissional. Resultam de uma tomada de decisão racional com a intenção de satisfazer as suas pretensões pessoais ou familiares e baseado num sentimento de privação relativa (Marques, 2008, p. 413).

Este fluxo parece ter sido impulsionado pela conjuntura política, económica e financeira portuguesa sentida gradualmente partir de 2008 e acentuada até finais de 2012. É numa conjuntura macroeconómica, marcada por fortes medidas de austeridade, pela desaceleração da economia portuguesa e por uma elevada taxa de desemprego, sobretudo jovem, que o projeto migratório ganha força. A vontade de emigrar é, para os portugueses, o caminho que os conduz à realização profissional, a uma vida financeira estável e a um futuro próspero.

Antes de iniciar o processo migratório, a maioria dos portugueses estava a exercer uma profissão em Portugal. Contudo, não se sentiam realizados e não vislumbravam uma progressão na sua carreira profissional. Muitos sentiam-se estagnados e insatisfeitos com as suas condições laborais e, sobretudo, com o receio de a curto médio prazo poderem vivenciar uma situação de precariedade ou, no limite, de desemprego.

Neste contexto, os portugueses manifestaram a vontade de viver uma nova experiência no estrangeiro. Não sendo a principal motivação assinalada, as questões associadas ao trabalho encontram-se entre os motivos mais relevantes que contribuíram para a tomada de decisão de emigrar, em particular a possibilidade de aumentar a remuneração e progredir na carreira. A decisão de migrar é tomada, na maioria dos casos, em contexto familiar ou entre o casal. É feita uma avaliação de todos os custos e benefícios, isto porque existe a real noção de que o padrão e o custo de vida na Suíça são elevados. Portanto, para minimizar riscos, é importante reunir as condições mínimas necessárias para trilhar um percurso migratório seguro.

A escolha da Suíça, em particular, do Cantão de Zurique, é em grande parte influenciada pela presença de familiares já estabelecidos nesta geografia de destino. É feito um primeiro

contacto com os familiares no sentido de recolher todas as informações para se definir uma estratégia que sustente o seu percurso migratório.

Assim, este fluxo caracterizou-se por ser predominantemente jovem adulto, maioritariamente do sexo feminino (58%), cuja faixa etária se situa entre os 18 e os 39 anos (concentrando-se em maior percentagem entre os 30-39 anos<sup>201</sup>), casados ou em união de facto, proveniente dos distritos de Braga, Porto e Lisboa.

A maioria dos migrantes que chegou ao Cantão de Zurique, no arco temporal de 2013 a 2019, possui habilitações a nível do ensino superior. Com efeito, a partir do ano de 2014 verificou-se que o perfil escolar ou académico dos migrantes portugueses é predominantemente o ensino superior com uma qualificação igual ou superior à licenciatura. Relativamente às ocupações observou-se a predominância de três tipos principais: os Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas, aqueles que desempenhavam funções na área dos Serviços Pessoais, Segurança e Vendas e os Estudantes.

A maioria dos portugueses começou o seu percurso migratório com a garantia de emprego. Concluiu-se que o seu percurso de integração foi iniciado pela via laboral, tratando-se deste modo de uma integração estrutural. Constatou-se igualmente que esta maioria não mudou de área profissional desde a sua chegada e nunca experienciou uma situação de desemprego, concluindo-se, assim, a existência de uma elevada estabilidade no acesso e manutenção de emprego.

Ainda no quesito profissional, os migrantes entrevistados afirmaram não ter sentido quaisquer dificuldades de integração no seu emprego, principalmente os que exercem a mesma profissão ou trabalham na sua área profissional de base, referindo que se sentem bem preparados comparativamente aos seus colegas de trabalho suíços e de outras nacionalidades. Rapidamente se adaptaram ao *skill set* exigido e ao contexto multicultural de trabalho. Ao nível da qualificação profissional, apenas dois em cada dez portugueses realizaram formação profissional complementar.

Destes, aproximadamente metade está a desempenhar funções como Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas.

---

<sup>201</sup> Segundo abordagem teórica do ciclo de vida e trajetória social, nesta fase da vida os portugueses estão em busca da estabilidade profissional e financeira, bem como constituir família.

Em relação ao tipo de autorização de residência, a maioria encontra-se no Cantão de Zurique desde 2013 e possui a autorização C, seguida da autorização B.

No que respeita ao acesso à habitação, numa primeira fase, a estratégia encontrada pela maioria dos portugueses foi viver com familiares por forma a economizar e reduzir os custos iniciais inerentes à habitação. Também com a estratégia de migrar a dois - casal - o cônjuge ajudou a partilhar os custos. Em menor número houve quem tivesse beneficiado do acesso à habitação facilitada por parte da entidade patronal ou mediada pela empresa recrutadora. Ainda neste domínio, uma minoria dos migrantes deparou-se com uma oferta reduzida na habitação, com um processo de candidatura e de seleção dos inquilinos pouco claro, tendo sentido inclusivamente, alguma discriminação no tratamento pelo facto de ser estrangeiro.

No acesso à saúde, verificou-se que a obtenção de um seguro é por norma um processo célere e facilitado para os portugueses. Estrategicamente recorrem às seguradoras dos familiares e amigos. Quanto à escolha do médico, os motivos linguísticos não são impeditivos no momento da escolha do médico, existindo sempre uma terceira língua, o inglês, como veículo de comunicação. Portanto, não se registaram constrangimentos por motivos linguísticos, quer no acesso ao seguro de saúde, quer no acesso aos serviços de saúde.

Prosseguindo, em resposta à questão subsidiária desta pesquisa “quais as maiores dificuldades sentidas pelos portugueses à chegada” concluiu-se que a maior dificuldade se registou na dimensão linguística. A ausência de conhecimentos prévios da língua alemã, apesar de ser facilmente ultrapassada com o recurso à língua inglesa, com o passar do tempo e já integrados no mercado de trabalho, os portugueses tomam rapidamente consciência de que para se aceder ou candidatar a determinados cargos é necessário possuir bons conhecimentos da língua local. Constatou-se igualmente que depois da vida profissional e financeira estar estabilizada, mais de metade dos portugueses frequentou cursos de língua alemã, concluindo em maior percentagem os níveis B1 e B2. Estes níveis são pré-requisito não só para o acesso ao mercado de trabalho, mas também para o exercício da atividade profissional em determinadas áreas como a saúde, os serviços de atendimento ao público e os cursos profissionais. Para os portugueses da área da saúde é exigido conhecimento de língua alemã ao nível B2. Por seu turno, para ingressar e frequentar as Universidades suíças é condição *sine qua non* a proficiência na língua alemã ao nível C1.

Quanto à importância das redes familiares, sociais e digitais no percurso de integração, os migrantes reconhecem que as redes familiares são de vital importância. Confirmou-se que

elas proporcionam uma estrutura dinâmica de apoio ao seu projeto migratório, desde a tomada de decisão, passando pela sua chegada, início do seu percurso de integração e ao longo do mesmo. Os migrantes portugueses beneficiam das experiências vividas pelos seus familiares e amigos. Existe a tendência em seguir uma trajetória ou caminhos já trilhados (Stahl, 1993). Por outro lado, as redes familiares, preestabelecidas, proporcionam uma rede social de contactos bem consolidada e de grande utilidade nas questões relacionadas com a casa, o trabalho, a assistência em processos burocráticos e no apoio face a dificuldades ou desafios pessoais (Castles, 2005, p. 24). Para além disso, as redes familiares oferecem conforto emocional, transmitem segurança e representam um porto de abrigo. As semelhanças entre as redes familiares e as de amigos ou de colegas suíços são que ambas têm cariz solidário e promovem ajuda. No entanto, as redes familiares, por implicarem um laço ou grau de parentesco, possuem um grau de compromisso e envolvimento maior. Por seu turno, a rede de colegas suíços é muito importante na medida em que abre portas no mercado do trabalho, proporcionando uma melhor integração e mobilidade profissional. As redes anteriormente mencionadas contribuem positivamente para a integração estrutural, relacional, social e cultural dos migrantes portugueses.

Ainda neste domínio e com o mesmo propósito, constatou-se que às redes sociais digitais também é atribuído, pelos portugueses, um grau de relevância no percurso migratório e na integração. Devido à sua morfologia, dinâmica e amplitude foi possível aferir que através de redes como o *Facebook*, o migrante acede rapidamente à informação pretendida, aderindo a grupos diaspóricos específicos e ampliando a sua rede de contactos.

Neste sentido, as redes sociais digitais tornam-se redes interconexas ou complementares às redes sociais tradicionais. Todavia, todas elas servem de estruturas de apoio intermediário que parecem colmatar as lacunas das instituições estatais quer do lado da origem, Portugal, quer do lado do destino, Suíça. Os portugueses recorrem aos grupos desta rede social para obter apoio em questões legais e processuais, mais especificamente, sobre o processo de arrendamento da habitação, nos contratos de trabalho, na procura de emprego, na ajuda ao nível linguístico - traduções e apoio emocional.

Relativamente ao contributo das instituições ou entidades suíças e portuguesas para uma melhor integração no Cantão de Zurique, os migrantes portugueses reconhecem a importância das instituições suíças em geral, e a relevância das Comunas da área da residência, em particular. Isto porque, a partir do momento em que os migrantes dão início

ao seu processo de residência, as próprias entidades comunais encarregam-se de solicitar a presença do migrante. As idas às Comunas, na maioria dos casos, resumem-se à apresentação de documentos solicitados com o objetivo de agilizar os procedimentos legais inerentes à autorização de residência em território suíço ou posteriormente outro tipo de assuntos como alterações de morada. Face ao tipo de apoio e serviços prestados aos migrantes, depreende-se que as instituições estatais suíças são prescritivas e reativas, alinhadas com os fundamentos da Lei de Estrangeiros e Integração (AIG) que apela à responsabilidade individual do migrante na sua própria integração. Ficou claro que no âmbito da “integração real” a referida entidade de poder local não contribui ativamente para a integração dos portugueses.

Outras instituições mencionadas pelos portugueses entrevistados são os Institutos de Língua (privados) ou as Escolas de Integração (estatais). Os Institutos de Língua oferecem cursos de língua alemã para migrantes, os quais incluem nos seus programas várias temáticas não só sobre a Confederação Suíça, os hábitos, costumes e as normas como também a cultura suíça. Foi enfatizado que os professores, além de lecionarem os currículos dos cursos, facultam informação e direcionam os migrantes para diversas instituições e parceiros sociais de interesse. Os Institutos representam também um ponto de encontro, de interação e de partilha de experiências entre portugueses e migrantes de outras culturas.

Quanto às instituições estatais e associações portuguesas, concluiu-se que lhes é atribuída uma relevância relativa, no caso do Consulado Geral de Portugal em Zurique, ao qual os portugueses recorrem pontualmente para tratar de assuntos relacionados com Portugal, nomeadamente, a solicitação ou renovação de documentos. Verificou-se, portanto, que o seu contributo em matéria de integração no Cantão de Zurique fica aquém das expectativas dos portugueses, sobretudo tendo em conta o histórico de emigração portuguesa para esta geografia de destino.

No que tange à Missão Católica de Língua Portuguesa, esta serve de estrutura mediadora entre as entidades suíças (o Departamento da Cidade de Zurique, instituições de caráter social como a Cáritas, entre outras) e a comunidade portuguesa. Porém, verificou-se que não é relevante na integração, quando considerado o perfil desta amostra: a maioria está concentrada na faixa etária dos 30-39 anos e com habilitações superiores, portanto bem capacitada e esclarecida.

Relativamente às associações portuguesas, estas figuram como estruturas organizativas de preservação e manutenção da identidade e cultura portuguesas. Promovem o encontro entre compatriotas, mas não são percecionadas por estes migrantes como um valor acrescido em matéria de integração na sociedade suíça. Concluiu-se que operam somente na lógica de preservação cultural e identitária comunitária (Horta, 2010, p. 25).

No que respeita à autoperceção dos migrantes face ao seu próprio processo de integração, concluiu-se que o tempo de residência, vinculado ao tipo de autorização de residência B e C, as habilitações escolares e o género são fatores autopercecionados tanto positivos como negativos para o processo de integração, nas dimensões em análise.

Neste sentido, os portugueses destacaram positivamente a integração intercultural, na dialética comunidade portuguesa - comunidades internacionais não suíças.

Na autoanálise, os inquiridos consideraram ter sentido maiores dificuldades na integração linguística. Esta parece ser beneficiada pelo género masculino e pelo tipo de autorização de residência mais prolongada, a C.

Quanto à integração na comunidade local, os migrantes portugueses com autorização C (que residem há mais de cinco anos em Zurique) apresentaram níveis de integração autopercecionada mais elevada, contudo neste vetor de análise o ensino superior não é um fator de influência positiva, bem como o género masculino. Assim, constatou-se que as mulheres portuguesas, com menos qualificações escolares e que vivem há mais tempo no Cantão de Zurique, consideram-se mais bem integradas na comunidade local.

Também as relações interculturais, que implicam não só a população autóctone, mas também outras nacionalidades e origens culturais, parecem ser positivamente afetadas pelo tipo de residência C e proporcionalmente afetadas pelas qualificações escolares, isto é, quanto maiores as habilitações melhor é o nível de integração das relações interculturais - integração cultural e relacional.

A autoperceção quanto à integração cultural parece ser afetada negativamente pelo tipo de autorização de residência, em particular para  $\frac{1}{4}$  dos residentes com a autorização de tipo B (que se encontram a residir na Suíça há pelo menos cinco anos) que afirmaram não se sentirem integrados, independentemente das habilitações escolares ou de género.

Porém, como se apurou, os portugueses detentores da autorização C sentem-se bem integrados, conhecem os hábitos, normas e a cultura suíças e têm interesse em conhecer e explorar o território suíço.

Outra questão que indica um grau de integração condizente com a autorização C é a adoção, por parte dos portugueses de hábitos tipicamente suíços, nomeadamente a pontualidade, as preocupações ambientais como a reciclagem, o uso da bicicleta como forma de mobilidade, a organização e gestão domésticas.

Com relação à dimensão profissional, esta é maioritariamente positiva pois os portugueses afirmam estar bem ou muito bem integrados. Concluiu-se que os migrantes se sentem realizados, valorizados, reconhecidos e bem remunerados no âmbito profissional. No entanto, é entre os portugueses com qualificações mais elevadas que se observam os níveis mais positivos, especialmente entre indivíduos do género masculino e independentemente do tipo de autorização de residência. Apenas em mulheres migrantes portuguesas com o tipo de residência B é que a autoperceção da integração profissional foi considerada menos positiva. Neste sentido, o género e as qualificações escolares parecem ter um impacto positivo na integração profissional dos homens portugueses e o tipo de autorização de residência B parece ser um fator negativo para as mulheres.

Por fim, à luz da Lei de Migração e Integração Suíça, o percurso de integração pretende-se bidirecional entre o migrante e a sociedade de acolhimento; esta pesquisa concluiu que os portugueses são ativos e demonstram vontade em fazer parte da sociedade suíça. No geral, sentem-se bem integrados fazendo um balanço positivo da sua integração e acima de tudo, conscientes de que se encontram num processo de integração aberto, flexível, negociável e contínuo, que se vai “renovando” (de acordo com o tipo de autorização de residência, que pode ser condicionado pela política e lei da migração e integração vigente), e no qual o fator preditor tempo é crucial para uma integração real e plena.

Terminada a conclusão das evidências empíricas, apresentam-se de seguida aqueles que parecem ser os principais contributos desta pesquisa sobre esta complexa e multidimensional temática da integração em contexto migratório.

Assim, o presente estudo propôs de forma humilde e despretensiosa contribuir para um melhor conhecimento sobre a integração dos portugueses no Cantão de Zurique e nas dimensões de análise apresentadas. Através desta pesquisa foi possível mapear o percurso de integração a partir da perspetiva do migrante, desvelar o seu perfil sociodemográfico e profissional, em busca de novas tendências de perfil ou a atualização dos mesmos. Isto porque a elevação do grau de escolarização teve um forte impacto ao nível da integração. Por esta via, procurou-se aferir se era verdadeira a tese veiculada pelos *media* e o discurso

político suíço de que a comunidade portuguesa, a terceira maior comunidade de imigrantes na Suíça, no quesito da integração linguística apresenta-se pouco integrada. Só no âmbito laboral é que os portugueses se encontravam bem integrados, em particular, em empregos pouco qualificados e socialmente menos valorizados. Para a sociedade suíça a comunidade portuguesa é descrita como culturalmente fechada em si mesma, silenciosa e que não dá nas vistas. Face a isso, as evidências empíricas demonstraram que a grande maioria dos portugueses em estudo se sentem bem integrados em todas as dimensões. A língua foi inicialmente uma dificuldade, mas a maioria investiu na aprendizagem da língua alemã. No cômputo geral, a tese suíça parece cristalizada e carece de contraditório com este estudo. Por fim, é revelador terem sido identificadas as dificuldades sentidas e em que domínios elas operam, na medida em que podem ser tidas em consideração e melhoradas por parte da sociedade de acolhimento.

Por seu turno, as instituições portuguesas, sobretudo o Consulado, deve ter um papel pró-ativo e positivo na integração dos seus cidadãos nesta geografia de destino.

No que respeita à pesquisa empírica as limitações sentidas ocorreram na escolha da metodologia e posteriormente na análise dos dados. Apesar do investigador ter diferentes métodos e instrumentos de recolha de dados à sua disposição é o objeto de estudo que a deve escolher. Quando a escolha recai numa metodologia mista, o investigador fica perante um desafio acrescido, uma vez que esta estratégia gera dados qualitativos e quantitativos e exige um cuidado maior no seu entrecruzamento e análise dos referidos dados. Sendo a autora deste estudo uma doutoranda também se deparou com limitações ao nível do conhecimento, utilização de determinado *software*. O facto de não fazer parte de uma rede académica física e de não estar em contacto com os pares que operam em pesquisas no mesmo campo de análise traduziu-se num grau de dificuldade exponencialmente maior.

Por outro lado, outros fatores externos, como a COVID-19, deram origem a constrangimentos temporais e psicológicos que se refletiram na falta de disponibilidade dos migrantes e no número de entrevistas inicialmente planeadas. Foi necessário efetuar *reminders*, quer para o inquérito por questionário, quer para as entrevistas para se obter uma amostra robusta.

No caso das associações selecionadas e contactadas, devido à ausência de uma estrutura hierárquica, não foi possível encontrar alguém com a devida experiência e perfil elegível para colaborar nesta pesquisa. Contudo, procurou-se de forma resiliente avançar na pesquisa.

Todos os momentos empíricos experienciados traduziram-se em aprendizado que seguramente constituirão uma mais-valia para investigações futuras.

Antes de finalizar este texto, importa salientar que no decurso da presente investigação foi identificada uma temática cujo tratamento não foi possível prosseguir no âmbito do presente trabalho e que diz respeito à integração no feminino. Ao frequentar o curso de integração direcionado para as mulheres estrangeiras a viver no Cantão de Zurique, a autora desta pesquisa observou que as mulheres migrantes se deparam com outros desafios, relacionados sobretudo com a educação e integração escolar dos filhos. A amostra deste estudo revela 58% de migrantes do sexo feminino, pelo se reveste de maior importância investigar esta sub-temática - a questão de género ancorada à integração - tendo em conta a alteração dos perfis da mulher migrante portuguesa na última década. Será de todo útil identificar as possíveis desvantagens das migrantes portuguesas na integração laboral e social face às mulheres autóctones. Fica lançado o repto e o convite para um projeto colaborativo, mais ambicioso para a comunidade científica portuguesa a médio prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, M. (2007). *Cities and Labour Immigration: Comparing Policy Responses in Amsterdam, Paris, Rome, and Tel Aviv*. Aldershot: Ashgate.
- Arango, J. (2003). La Explicación Teórica de las Migraciones: Luz y Sombra. Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal). *Migración y Desarrollo*, 1, 1-30.
- Arango, J. (2000). Explaining Migration: A Critical View. *International Social Science Journal*, 165, 283-296.
- Bakewell, O. (2014). Relaunching migration systems. *Migration Studies*, 2 (3), 300-318.
- Bartal, I. (2013). Migration, Integration, Sprachförderung: aus der Perspektive einer Soziologin. *Babylonia* n.º 1, 19-23. Disponível em:  
[http://babylonia.ch/fileadmin/user\\_upload/documents/2013-1/Baby2013\\_1Bartal.pdf](http://babylonia.ch/fileadmin/user_upload/documents/2013-1/Baby2013_1Bartal.pdf)
- Basch, L., Glick S. N., & Szanton B. C. (1994). *Nations unbound: Transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states*. Langhorne: Gordon and Breach Science Publishers.
- Berry, J. (2011). Integration and Multiculturalism: Ways towards Social Solidarity. *Papers on Social Representations*. 20, 2.1-2.21.
- BIGA & BFA. (1991). *Bericht über Konzeption und Prioritäten der schweizerischen Ausländerpolitik der Neunziger Jahre*. Bern: Bundesamt für Industrie Gewerbe und Arbeit & Bundesamt für Ausländerfragen.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2008). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução a Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bouchard, G. (2011). What is Interculturalism? *McGill Law Journal - Revue de droit de McGill*. 52, 435-468.
- Bouchard, G. ; Battaini-Dragoni, G. ; Saint-Pierre, C. ; Nootens, G. & Founier, F (Dir.) (2011) L'interculturalisme : dialogue Québec-Europe. *Actes du Symposium international sur l'interculturalisme*, Montréal, 25-27 mai 2011.
- Boswell, C. (2003). *European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion*. Oxford: Blackwell.
- Borjas, G. (1999). The economic analysis of immigration. In. O. Ashenfelter and D. Card (Ed.). *Handbook of Labor Economics*, Volume 3 (pp. 1698-1760). Amsterdam: North Holland.

- Brettel, C. B. & Hollifield, J. F. (2000). Introduction. In: Brettel C. B.; Hollifield, J. F. (editors) *Migration Theory: Talking Across Disciplines* (pp. 1-26.) New York: Routledge.
- Bundesrat. (1991). Bericht des Bundesrates zur Ausländer- und Flüchtlingspolitik vom 15. Mai 1991. *Bundesblatt* 3 (27), 291–323.
- Castles, S. & Miller, M. J. (1998). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. London: Macmillan.
- Castles, S. (2010a). Understanding Global Migration: A Social Transformation Perspective. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), 1565-1586.
- Castles, S. (2010b). Entendendo a Migração Global. Uma perspectiva desde a transformação social. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 18 (35), 11-43.
- Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: Dos trabalhadores Convidados as migrações globais*. Fim de Século: Edições, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Cerruti, M. (2005) La politique migratoire de la Suisse 1945-1970, in H. Mahning (ed.) *Histoire de la politique de migration, d'asile et d'intégration en Suisse depuis 1948* (pp. 89-134). Zúrique, Seismo Verlag.
- Colombo, E. (2015). Multiculturalisms: An overview of multicultural debates in western societies. *Current Sociology*, 63(6), 800-824.
- Corbett, J. (2003). Ernest George Ravenstein, The Laws of Migration, 1885. CSISS Classics. UC Santa Barbara: Center for Spatially Integrated Social Science. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3018p230>
- Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Third Edition. California: Sage. Disponível em: [https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog\\_609332/objava\\_105202/fajlovi/Creswell.pdf](https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog_609332/objava_105202/fajlovi/Creswell.pdf)
- D'Amato, G. (2012). The Case of Switzerland: In G. Zincone, R. Penninx & M. Borkert (Ed.). *Migration Policymaking in Europe: The Dynamics of Actors and Contexts in Past and Present* (pp. 165-194). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- De Haas, H. (2008). Migration transitions: A theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration. *IMI Working Paper, 24*, International Migration Institute, University of Oxford. Disponível em: <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-09-08>

- De Haas, H. (2010) Migration and Development: A Theoretical Perspective University of Oxford, IMR, 44 (1), 227-264. Disponível em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>
- Edmonston, B. (2013). Immigration and the Life Course. *Canadian Studies in Population* 40 (1-2), 1-8.
- EKA Eidgenössische Ausländerkommission. (1996). *Umriss zu einem Integrationskonzept*. Bern: EJPD.
- Espahangizi, K. (2021). Migration - ein neues Konzept zwischen Politik und Wissenschaft in der Schweiz, 1987-1995. *Zeitschrift für Migrationsforschung*, 1(2):5-38.
- Esser, H. (2001). Integration und Etnische Schichtung. *Working paper no. 40*. Mannheim: Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung.
- Expertenkommission Migration. (1997). *Ein neues Konzept der Migrationspolitik. Bericht der Expertenkommission Migration im Auftrag des Bundesrates*. Bern
- Faist, T. (2004) *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*. Oxford: Oxford University Press.
- Favell, A. (2021). Integration: A critical View. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/46586279/Integration\\_A\\_Critical\\_View](https://www.academia.edu/46586279/Integration_A_Critical_View)
- Favell, A. (2019). *Integration: twelve propositions after Schinkel*. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/330752318\\_Integration\\_twelve\\_propositions\\_after\\_Schinkel](https://www.researchgate.net/publication/330752318_Integration_twelve_propositions_after_Schinkel)
- Favell, A. (2005). *Assimilation / Integration, in Immigration and Asylum: From 1900 to the Present*. Ed. Matthew Gibney and Randall Hansen. Santa Barbara, CA: Clio.
- Favell, A. (2003). Integration nations. The non-state and research on immigrants in western Europe. *Comparative Social Research* 22, 13-42.
- Fawcett, J. T. (1989) Networks, Linkages and Migration Systems. *International Migration Review*, 23, 671 - 680.
- Fibbi, R.; Bolzman, C.; Fernandez, A.; Gomensoro, A.; Bülent, K.; Christelle, M.; Clémence, M., Pecoraro, M. & Wagner, P. (2010). *Die portugiesische Bevölkerung in der Schweiz*. Bern: Vertrieb Bundespublikationen.
- Fibbi, R. & Cattacin, S. (2000). Vers une internationalisation de la politique migration suisse? in P. Centlivres & I. Girod (Eds.), *Les défis migratoires* (pp.142-149). Zúrique: Seismo Verlag.

- Fornet-Betancourt, R. (2007) *Filosofia e interculturalidad en América Latina; intento de introducción no filosófica*. In J. Serrano Sanchez, *Filosofia actual en perspectiva Latinoamericana* (pp. ???). Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional.
- Furrer, J. (coord.) (2020). *Rapport: A Panorama of Swiss Society 2020. Migration – Integration – Participation*. FSO Federal Statistical Office; UNINE – University of Neuchâtel; UNIFR – University of Fribourg
- Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (GSECP) (2013). Relatório de Emigração. Disponível em:  
<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Destaques/DLFE-264.pdf>
- Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (GSECP) (2013). Relatório de Emigração 2013. Disponível em:  
<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Glossário.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7>
- Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (GSECP) (2014). Relatório da Emigração Portuguesa 2014. Disponível em:  
[https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Relatorio\\_da\\_Emigracao\\_2014.pdf](https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Relatorio_da_Emigracao_2014.pdf)
- Glossary on Migration- Glossário sobre a Migração (2009) N.º22, Editora: Organização Internacional para as Migrações (IOM). Genebra, Suíça. Disponível em:  
<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Glossário.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>
- Glossary of Statistical Terms - EU- Migration and Home Affairs (EMN) - European Migration Networks disponível em:  
[https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/european\\_migration\\_network/glossary\\_search\\_en](https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/european_migration_network/glossary_search_en)  
<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1562>
- Gomes, R. M. (Coord). (2015). *Fuga de cérebros: Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Hall, S. (2003). A questão multicultural. In: *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG,
- Horta, A.P. B. (Org) (2010). Associativismo imigrante. *Revista Migrações*, 6.
- Hugo, G. (1994). Migration and the family. *United Nations Occasional Papers Series for the international Year of the Family, n.º 12*. Vienna.
- Kastoryano, R. (2018). Multiculturalism and interculturalism: redefining nationhood and solidarity. *Comparative Migration Studies*.
- Kendal, W. & Massey, D. S. (2002). The culture of Mexican migration: a theoretical and empirical analysis. *Social Forces*, 80 (3), 981-1004.

- King, R. (2012). Theories and Typologies of Migration: an overview and a primer. *Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations 3/12*. Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare (MIM) Malmö University, Sweden. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/260096281\\_Theories\\_and\\_Typologies\\_of\\_Migration\\_An\\_Overview\\_and\\_A\\_Primer](https://www.researchgate.net/publication/260096281_Theories_and_Typologies_of_Migration_An_Overview_and_A_Primer)
- Kivisto, P. & Faist, T. (2007). *Citizenship: Discourse, Theory, and Transnational Prospects*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- Kritz M M, Lim L L. & Zlotnik H., (1992). *International Migration Systems: A Global Approach*. Oxford: Clarendon Press.
- Kymlicka, W. (2012) Multiculturalism: sucess, failure, and the future. Washington, DC: Migration Policy Institute. Tradução Maria Tereza Amodeo. *Interfaces Brasil/Canadá*, 14 (18), 123-174. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/research/tcm-multiculturalism-success-failure>
- Ladner, A. & Bühlmann, M. (2007). *Demokratie in den Gemeinden*. Zürich: Rüegger.
- Lee, E. (1966). A theory of Migration. *Demography*, 3 (1), 47-57. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2060063>
- Lechner, E. (2018). Migrações, Pesquisa Biográfica e (Auto)biográfica. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 03(07), 14-20. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/4948/3161>
- Linder, W. (1999). *Schweizerische Demokratie. Institutionen – Prozesse - Perspektiven*. Bern: Haupt.
- Mabogunje, A, L. (1970). *Systems approach to a theory of rural-urban migration*. *Geographical analysis*, 2(1), 1-18.
- Mahnig H. & Piguet E. (2003), La politique d'immigration de 1948 à 1998 : évolution et effets, in H.-R. Wicker, R. Fibbi, W. (Eds). *Les migrations et la Suisse*. Zurich: Haugh.
- Marques, J. (2008). *Os portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS.
- Marques, J. (2001). A emigração portuguesa para a Europa: desenvolvimentos recentes. *Janus*. Disponível em: [https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001\\_3\\_2\\_6.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_3_2_6.html)
- Massey, D. S. et al. (1993). Theories of international migration: a review and appraisal, *Population and Development Review*, 19 (3), 431-466.
- Massey, D. S. (1998). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press.

- Malheiros, J. (2010). “Portugal 2010: o regresso do País de emigração? Notas e Reflexões, *Janus. Net e- journal of International Relations*, 2 (1).
- MIPEX (2020). *Suíça*. Disponível em: <https://www.mipex.eu/switzerland>
- Nolasco, C. (2016). Migrações Internacionais: Conceitos, Tipologia e Teorias. *Oficina do CES*, 434, 1-29.
- Oliveira, L. M. (2008). Multiculturalismo e educação intercultural. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 13(1), 49-72.
- Parekh, B. (2002). *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*. Harvard: Harvard University Press.
- Peixoto, João (2004). As Teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas. Lisboa: ISEG, *SOCIUS Working Paper*. Disponível em: <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>
- Perkowska, M. (2015). *The migration policy of Switzerland*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/289533056\\_The\\_migration\\_policy\\_of\\_Switzerland](https://www.researchgate.net/publication/289533056_The_migration_policy_of_Switzerland)
- Petras, E. M. (1981). The global labor market in the modern world-economy, in M.M. Kritz et al. (Ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, (pp. 44-63). New York : Center for Migration Studies.
- Piguet, E. (2004). *L’immigration en Suisse. Cinquant ans d’entrouverture*, Lausanne.
- Pires, R. P. (coord.), Machado, F.L., Peixoto, J. & Vaz, M. J. (2010). *Portugal. Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China e Gulbenkian.
- Pires, R. P.; Pereira, C.; Azevedo, J.; Espírito Santo, I.; Vidigal, I. & Ribeiro, A.C. (2015). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL e DGACCP. Disponível em: [http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm\\_EmigracaoPortuguesa\\_RelatorioEstatistic.pdf](http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatistic.pdf)
- Pires, R. P.; Pereira, C.; Azevedo, J. & Ribeiro, A.C. (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*. Lisboa. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP. Disponível em: [http://observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=4447&fileName=OEm\\_EmigracaoPortuguesa\\_RelatorioEstatistic.pdf](http://observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=4447&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatistic.pdf)
- Pires, R. P.; Azevedo, J.; Vidigal, I. & Veiga, C.M. (2020), *Emigração Portuguesa 2020: Relatório Estatístico*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-Iscte.

- Piore, M. J. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ravenstein, E. (1885). The Laws of Migration. *CSISS Classics* UC Santa Barbara Disponível em:  
<https://escholarship.org/uc/item/3018p230>
- Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Romero, C. G. (2010). *Interculturalidade e Mediação*. Disponível em:  
<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/233158/4.+Interculturalidade+e+Mediação.pdf/2c32448e-acee-4788-90f1-483e101f2ff9?version=1.0>
- Roriz, M. & Padez, C. (2017). A regulação ética da investigação e os desafios postos às práticas etnográficas. *Etnográfica* [online], 21 (1). Disponível em:  
<https://journals.openedition.org/etnografica/4820>
- Rosas, J. C. (2007). *Sociedade multicultural: conceitos e modelos*. Disponível em:  
[http://online.unl.pt/ipriunl/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri14/RI14\\_04JCRosas.pdf](http://online.unl.pt/ipriunl/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri14/RI14_04JCRosas.pdf)
- Ruedin, D.; Alberti, C. & D'Amato, G. (2015) Immigration and Integration Policy in Switzerland, 1848 to 2014. *Swiss Political Science Association Swiss Political Science Review*, 21(1), 5–22. Disponível em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/spsr.12144>
- Sassen, S. (1988). *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flows*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Soulet, M.-H. (2005) Imigração e integração: os paradoxos do enclave suíço. In A. Barreto (Org.) *Globalização e migrações*, (pp. 223-250). Lisboa: ICS.
- Sayad, A. (1999). *La double absence : Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Seuil.
- Skenderovic, D. & D'Amato, G. (2008). *Mit dem Fremden politisieren. Rechtspopulistische Parteien und Migrationspolitik in der Schweiz seit den 1960er Jahren*. Zürich: Chronos.
- Schweizer, J. & Rainer, C.M. (2021) "Bürgerrecht", in: Historisches Lexikon der Schweiz (HLS), Version vom 11.01.2021. Disponível em:  
<https://hls-dhs-dss.ch/de/articles/008969/2021-01-11/>
- Schinkel, W. (2013). A imaginação da "sociedade" nas medições da integração dos imigrantes. *Estudos Étnicos e Raciais*, 36 (7), 1142-1161.
- Schinkel, W. (2018). Contra a "integração de imigrantes": por um fim à produção de conhecimento neocolonial. *Estudos comparativos sobre a Migração*, 6(1). Disponível em:  
<https://doi.org/10.1186/s40878-018-0095-1>

- Schrover, M. & Schinkel, W. (2013). Introdução: a linguagem da inclusão e da exclusão no contexto da imigração e da integração. *Estudos Étnicos e Raciais*, 36(7), 1123-1141. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2013.783711>
- Shibao, G. & Lloyd, W. (Eds.) (2015). *Revisiting Multiculturalism in Canada: Theories, Policies and Debates*. Rotterdam: Sense Publishers. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310827749> The Three Lives of Multiculturalism
- Skenderovic, D. & D'Amato, G. (2008). *Mit dem Fremden politisieren. Rechtspopulistische Parteien und Migrationspolitik in der Schweiz seit den 1960er Jahren*. Zürich: Chronos.
- Sjaastad, L. A. (1962), The costs and returns of human migration. *The Journal of Political Economy*, 70 (5), Part 2 (Supplement), 80-93.
- Song, S. (2008). The Subject of Multiculturalism: Culture, Religion, Language, Ethnicity, Nationality, and Race? in B. de Bruin and C. Zurn (eds.) *New Waves in Political Philosophy*. New York: Palgrave MacMillan.
- Soulet, M.- H. (2005) Imigração e integração: os paradoxos do enclave suíço. In A. Barreto (Org.) *Globalização e migrações*, (pp. 223-250). Lisboa: ICS.
- Stark, O. (1991). *The Migration of Labour*. Oxford: Blackwell.
- Stark, O. & Bloom, D. E. (1985). The new economics of labor migration. *The American Economic Review*, 75 (2), 173-178.
- Strategiegruppe EJP/EDA/EVD. (1989). *Strategie für eine Flüchtlings- und Asylpolitik der 90er Jahre*. Bern.
- Taylor, C. (1998). *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Trad. de Marta Machado e revisão de Pedro Duarte. Lisboa: Instituto Piaget.
- Todaro, M. P. (1969). A Model for Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. *American Economic Review*, 59(1), 138-148.
- Vermeulen, H. (2001). *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- Vidigal, I. (2021), Entradas de portuguesas na Suíça decresce pelo sétimo ano consecutivo. Observatório da Emigração. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/8208.html>
- Wallerstein, I. (1979). *The Capitalist World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Wallerstein, I. (1980). *The Modern World System II, Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press.
- Wicker H.-R. (2003). Introduction : migration, politique, de migration et recherche sur la migration. In: H.-R. Wicker, R. Fibbi (Eds.) *Les migrations et la Suisse*. Zurich: Haugh.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Zapata-Barrero, R. (2017). Interculturalism in the post-multicultural debate: a defence. *Comparative Migration Studies*, 5.

## **ANEXOS**

## **Anexo I – Questionário**

"Percurso de integração dos novos fluxos de emigrantes portugueses em Zurique"

1. Apresentação e consentimento

Sou Carolina Pinto, portuguesa a residir no Cantão de Zurique desde 2004.

O presente inquérito por questionário insere-se no âmbito da minha tese de doutoramento em Relações Interculturais, da Universidade Aberta, sob orientação científica da Prof. Doutora Ana Paula Beja Horta e tem como principal objetivo, compreender os percursos de integração dos novos fluxos de emigrantes portugueses em Zurique.

Este questionário é dirigido a todos os cidadãos e cidadãs portugueses entre os 18 e os 45 anos e que tenham emigrado para o Cantão de Zurique a partir de 2013.

Informo que a participação neste estudo é anónima e confidencial. Os dados recolhidos serão usados para fins académicos, respeitando todos os preceitos éticos subjacentes a uma investigação desta natureza.

Estima-se que o questionário tenha a duração máxima de 7 minutos. Por favor, responda a todas as perguntas.

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, por favor, utilize o seguinte contacto: [pintomcarolina@gmail.com](mailto:pintomcarolina@gmail.com)

Muito obrigada pela sua colaboração!

\* 1. Consentimento informado

- Confirmando** que tenho entre 18 e 45 anos, resido no Cantão de Zurique e **aceito** participar de forma voluntária, anónima e confidencial nesta investigação.

"Percurso de integração dos novos fluxos de emigrantes portugueses em Zurique"

2. Perfil sócio-demográfico

\* 2. Sexo

- Feminino  
 Masculino  
 Outro

\* 3. Idade

\* 4. Estado civil

- Solteiro/a  
 Casado/a  
 União de facto  
 Divorciado/a  
 Separado/a  
 Viúvo/a

\* 5. Distrito a que pertence em Portugal

\* 6. Grau de escolaridade

- Terceiro Ciclo do Ensino Básico (9º ano)  
 Ensino Secundário (12º ano)  
 Curso Técnico-profissional  
 Licenciatura  
 Pós-Graduação  
 Mestrado  
 Doutoramento  
 Outro (especifique)

\* 7. Profissão exercida em Portugal

\* 8. Profissão que exerce atualmente na Suíça

\* 9. Autorização de Residência

- B
- C
- L
- Outro (especifique)

\* 10. Ano de entrada no Cantão de Zurique

\* 11. Motivos pelos quais emigrou

- Financeiros
- Situação de desemprego
- Reagrupamento familiar
- Oportunidade de progressão na carreira profissional
- Oportunidade de viver uma nova experiência no estrangeiro
- Estudos
- Outro (especifique)

\* 12. Porque razão escolheu a Suíça como país de destino?

- Amigos ou colegas emigrados neste país
- Familiares emigrados neste país
- Outro (especifique)

\* 13. Emigrou com a garantia de uma oferta de emprego?

- Sim.  
 Não.

14. Caso **não** tenha emigrado com uma oferta de emprego. Teve facilidade em encontrar emprego?

- Sim.  
 Não.

15. Se respondeu **não**. Quais foram as maiores dificuldades que enfrentou?

\* 16. Desde que chegou, manteve-se sempre na mesma área de trabalho?

- Sim.  
 Não.

\* 17. Já esteve em situação de desemprego?

- Sim.  
 Não.

\* 18. Teve facilidade no acesso à habitação?

- Sim.  
 Não.

19. Se respondeu **não**. Qual foi a maior dificuldade que sentiu?

\* 20. Quando chegou com quem viveu?

- Sozinho/a  
 Familiar(es)  
 Colega(s) de trabalho  
 Namorado/a  
 Cônjuge  
 Outro (especifique)

\* 21. Teve facilidade em obter um seguro de saúde?

- Sim.  
 Não.

\* 22. Teve facilidade em encontrar um médico de acordo com as suas necessidades linguísticas?

- Sim.  
 Não.  
 Outro (especifique)

"Percurso de integração dos novos fluxos de emigrantes portugueses em Zurique"

4. Comunicação e interação linguística

\* 23. Antes de emigrar, já tinha conhecimentos da língua alemã?

- Sim.  
 Não.

\* 24. Posteriormente, frequentou algum curso de alemão?

- Sim.  
 Não.

25. Se respondeu **sim**. Que nível concluiu?

- A2  
 B1  
 B2  
 C1  
 C2

"Percurso de integração dos novos fluxos de emigrantes portugueses em Zurique"

5. Reconhecimento das habilitações e aptidões profissionais

\* 26. As suas habilitações escolares / académicas e experiência profissional portuguesas foram uma mais-valia para conseguir emprego na Suíça?

Sim.

Não.

\* 27. Os seus diplomas escolares / académicos e/ou certificados profissionais foram formalmente reconhecidos na Suíça?

Sim.

Não.

Outro (especifique)

\* 28. Fez alguma formação profissional na Suíça?

Sim.

Não.

\* 29. Frequentou algum curso de integração?

Sim.

Não.

\* 30. Qual a importância que atribui aos seguintes atores no seu processo de integração na sociedade suíça?

	Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Nada importante
Instituições estatais suíças (ex: <i>Comuna, etc.</i> )	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instituições estatais portuguesas (ex: <i>Consulado, etc.</i> )	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações portuguesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes sociais online (ex: <i>grupos de emigrantes no Facebook</i> )	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes familiares e de amigos portugueses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes de contactos ou colegas suíços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 31. De acordo com a sua experiência de emigrante, complete as seguintes frases.

	Muito bem integrado/a	Bem integrado/a	Razoavelmente integrado/a	Pouco integrado/a	Nada integrado/a
A nível profissional considero que estou...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nível cultural considero que estou ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nível das relações interculturais considero que estou...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nível da comunidade local considero que estou ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nível da interação linguística considero que estou...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## **Anexo II – Guião de entrevista**



## Pedido de participação

No âmbito do meu projeto de doutoramento sobre os “percursos de integração dos novos fluxos<sup>202</sup> de migrantes portugueses no Cantão de Zurique”, venho por este meio convidá-lo(a) a participar neste estudo. Este convite tem como objetivo conhecer as suas perceções enquanto ator social ativo no apoio à integração dos emigrantes portugueses na Suíça em geral, e no Cantão de Zurique, em particular. Neste sentido, o seu contributo é de elevada importância. A sua participação é anónima e confidencial. Caso não se oponha ao anonimato, por favor consinta por escrito a sua autorização. Deixo igualmente, ao seu critério a divulgação do nome da página ou grupo, exclusivamente para efeitos desta tese.

Perfil do administrador ou fundador página (*website* ou grupo)

Nome e/ou Apelido:

Sexo:

Idade:

Profissão que desempenha atualmente na Suíça:

Habilitações académicas:

Nacionalidade(s):

Distrito no qual residia antes de emigrar para a Suíça:

Data de entrada no Cantão de Zurique:

Caso não resida no Cantão de Zurique, indique o Cantão de residência:

Dados sobre a página (*website* ou grupo)

Nome da página ou grupo:

Em que redes sociais está presente:

Ano de criação da página (*website* ou grupo):

---

<sup>202</sup> que emigraram para o Cantão de Zurique entre 2013-2019.

Questões:

- Q1. Quais foram os motivos que determinaram a criação da sua página (website ou grupo)?
- Q2. De acordo com a sua experiência, quais são as maiores dificuldades que os portugueses enfrentam durante o seu processo de integração?
- Q3. Em que domínios ou áreas<sup>203</sup> em que essas dificuldades são mais perceptíveis?
- Q4. Que tipos de apoio são mais solicitados pelos portugueses?
- Q6. Na sua perspectiva, quais são as mais-valias<sup>204</sup> ou características<sup>205</sup> dos portugueses que facilitam a sua integração?
- Q5. Na sua opinião, considera os portugueses bem integrados no mercado de trabalho suíço? Porquê?
- Q6. Na sua opinião, considera os portugueses bem integrados na sociedade e na cultura suíça? Porquê?

Muito obrigada pela sua participação!

Contacto: Maria Carolina Pinto / [pintomcarolina@gmail.com](mailto:pintomcarolina@gmail.com) / (+ 41) 78 953 75 11

---

<sup>203</sup> domínio linguístico, cultural, social ou laboral. Áreas, jurídicas, contratuais, laborais, reconhecimento de diplomas, traduções, informações sobre seguros, funcionamento do mercado de trabalho, do mercado de arrendamento, entre outros.

<sup>204</sup> *Know how*

<sup>205</sup> *Skills*, habilitações escolares, experiência profissional, etc.

### **Anexo III – Convite a participação das entrevistas autobiográficas**



## Convite

Chamo-me Carolina Pinto sou portuguesa e resido no cantão de Zurique desde 2004. Nos últimos anos tenho-me dedicado ao estudo e à investigação da comunidade emigrante portuguesa na Suíça. Neste momento, frequento o doutoramento em Relações Interculturais da Universidade Aberta. Com esta entrevista pretendo compreender, por um lado, os percursos de integração dos portugueses na sociedade suíça, e por outro, identificar as maiores dificuldades e as estratégias utilizadas.

A entrevista é dirigida a todos os emigrantes portugueses com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos, que tenham emigrado para o Cantão de Zurique a partir de 2013. Tem a duração aproximada de 45-60 minutos. Devido ao contexto atual, Covid-19, a entrevista poderá ser realizada presencialmente, cumprindo todas as normas de segurança ou através de chamada telefónica, videochamada, *Skype*, *WhatsApp*, *Zoom* ou *Messenger*.

Informo que a participação neste estudo é voluntária e anónima. Toda a informação recolhida será tratada de forma confidencial e usada para fins académicos, respeitando todos os preceitos éticos subjacentes a uma investigação desta natureza.

Muito grata pela sua colaboração!